Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo

GUTENBERG WEINGARTNER | Tese de Doutorado

Prof Dr **SILVIO SOARES MACEDO** | Orientador

SÃO PAULO - março, 2008

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo

A CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA

OS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DE RECREAÇÃO E DE CONSERVAÇÃO EM CAMPO GRANDE, MS

GUTENBERG WEINGARTNER | Tese de Doutorado

Prof Dr SILVIO SOARES MACEDO | Orientador

SÃO PAULO - março, 2008

AGRADECIMENTOS

ao Prof. *Silvio Soares Macedo*
pela confiança, estímulo e orientação

a Nagui, Rivail, Sandra, Ronaldo e Joaquim
pelo apoio e dedicação na finalização desse doutorado

a Sofia, Patrícia, Vinicius, Wânia, Tânia e Nelson
pelo carinho sem medida

aos amigos Isabel, Rose, Maria Luíza, Ivânio, Pedro, Cleusa e Chaparro
pelo incentivo de todas as horas

a Catharina e Maria Ângela
pelas reflexões e aprendizados em aula

a Rita, Juarez, Berenice, Marta, Maura, Gislaine, Eliane, Ana Claudia Magno
pela orientação nas informações sobre as administrações municipais

Valdeci Elizabeth, Mauricio e Cláudio
pela pesquisa e avaliação dos dados cartográficos

Doralice
na investigação das informações históricas

ao Elio Taveira e Secreta
pela cessão de imagens de Campo Grande

ao Dr. Antônio Mendes Canale

ao Dary
pelo incentivo e apoio constantes na realização desse doutorado

aos Colegas de Departamento
cujo o convívio e apoio é sempre um incentivo na superação de desafios

ao Prof. Pedro Chaves dos Santos Filho
pelo incentivo e apoio à carreira docente

a Maria Inês, Rose e Carla
pelo apoio recebido no início dessa jornada

ao colegas Elvio e Neila
no auxílio e apoio à pesquisa

a Adriana, Wilson, Izais

ao Fábio Robba, Francine, Fany e equipe do QUAPA
no apoio à pesquisa

a Isa, Maria José e Filó
pela paciência e atenção no dia-a-dia da pós-graduação

a Cila e a equipe do Ville
a minha segunda casa

DEDICATÓRIA

a *IZOLINA*
com quem aprendi amar os jardins, a natureza e o esmero no trabalho

a *ALISOLETE*
pelo amor à família, à vida e ao estudo

a *IRIS*
pela inspiração e exemplo profissional

a *LENILDE*
pela dedicação e amor ao espaço público

a *ACINAYLA E FELIPE*
pois sei que compartilham comigo essa alegria

RESUMO

No processo histórico de urbanização de Campo Grande, MS e dos seus espaços livres públicos de recreação e conservação, alguns aspectos como a pequena receptividade da população e um uso incipiente desses espaços públicos, contribuíram para desencadear um questionamento sobre os procedimentos adotados e a atuação profissional no campo do planejamento, na elaboração de projetos e sobre o processo de construção desses espaços livres urbanos.

A partir da identificação de que falta uma interpretação integrada para uma adequada compreensão da cidade, a tese se desenvolve com uma visão sistêmica como princípio de análise, considerando a cidade como um conjunto de elementos físicos e imateriais que interagem no espaço. Há em geral um jogo de forças, interesses, que promovem as mudanças na paisagem e na realidade urbana.

O objetivo da tese é avaliar as ações desenvolvidas na atividade de planejamento, projeto e gestão do sistema de espaços livres públicos em Campo Grande, MS que proporcionam a adequada preservação da natureza e a realização das atividades recreativas, esportivas, culturais, propiciando o encontro e o relacionamento social.

O método baseia-se na análise de fontes documentais primárias (mapas, dados cartográficos, acervos de projetos, registros fotográficos, originais de leis) e secundárias (revisão bibliográfica e entrevistas com técnicos e administradores) sobre o último século.

A avaliação geral sobre o sistema de espaços livres públicos de recreação e de conservação de Campo Grande mostra que ele possui alguns aspectos dominantes e que o caracteriza: observa-se que a população mais abastada busca suprir a recreação individualmente, nos lotes e por isso, não demanda esse tipo de soluções nas praças, onde predominam as ajardinadas. A contradição aparece na região ocupada pela população mais carente habitante de lotes menores e que, portanto, demanda mais infra-estrutura de recreação. Entretanto, as áreas públicas nessa região caracterizam-se pelo uso indevido e a implantação de equipamentos nos lotes vagos.

Apesar disso, a aplicação da legislação urbana associada à ação de algumas administrações municipais favoreceu a constituição de um sistema rico e demarcado pela construção de lugares públicos singulares, que servem de referencial para as cidades médias brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem; Paisagismo; Espaços Livres Urbanos; Sistema; Praças; Parques; Meio Ambiente.

ABSTRACT

In the historic urbanization process of recreational and conservational open spaces in Campo Grande, MS some issues as the low acceptance by it's inhabitants and lack of use of these spaces, contributed to develop a questioning process about the procedures adopted and the professional acting on planning, design process and on construction process of these urban open spaces.

This study began when it was identified a lack of an integrated interpretation of the city to get a adequate comprehension about its relationships. So, the thesis is developed with a systemic view as an analysis principle, considering the city as a group of joined-up elements, those are physical and immaterial and they interact in various types of relationships. There are tendencies and interests that promote the changes in the landscape and in the urban reality.

This work aims to evaluate the actions developed in planning, design and management activities of public open spaces in Campo Grande, MS that provide an adequate environmental preservation and the implementation of recreational, sportive, cultural activities, creating opportunities to meeting and social relationships.

The method is based on the primary source's documents analysis (maps, cartographic data, projects archive, photographic archive, original laws) and secondary sources (bibliography review and interviews with administrators and technicians) about the last century.

The evaluation of Campo Grande's recreational and conservational public open spaces system shows that it has some dominant aspects: the richer population solves the necessity of recreation individually in their private areas and because of that, do not demand this type of solutions in near local urban plazas, where the predominant type is the plaza with gardens. The contradiction is in more poor areas, where the population lives in small areas and demand more recreational infrastructure. But, the public spaces in this region frequently are used in a bad way and the equipments are built in private but non occupied areas.

Despite these issues, the application of urban legislation associated to some municipalities' actions made possible the constitution of a rich system characterized by the construction of unique public places that are references to medium Brazilian cities.

KEY-WORDS: Landscape; Landscape Architecture; Urban Open Space; System; Urban Plazas; Parks; Environment.

SUMÁRIO

RESUMO	5
ABSTRACT	7
INTRODUÇÃO	13
Sobre o método	16
Sobre a estrutura dos capítulos	18
1. O SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES URBANOS E A CIDADE	19
1.1 Conceituando a paisagem.....	19
1.2 O sistema de espaços livres urbanos	20
1.2.1 Princípios e conceitos gerais sobre sistema de espaços livres urbanos	20
1.2.2 Sobre o conceito sistema de espaços livres de recreação e conservação.....	24
1.2.3 Tipos e o sistema de espaços livres urbanos	26
1.2.4 Tipologias e o sistema de espaços livres de recreação e conservação	27
1.2.5 Outros aspectos sobre a morfologia:	29
1.3 Sobre o planejamento da paisagem.....	30
1.4 Sobre o projeto da paisagem.....	30
1.4.1 O plano de massas e os espaços livres	33
1.4.2 O plantio vegetal como recurso ordenador dos espaços livres.....	33
1.5 Gestão e os espaços livres públicos	34
2. ORIGENS DA OCUPAÇÃO URBANA E A FORMAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS EM CAMPO GRANDE-MS.	35
2.1 O surgimento da cidade e a Ferrovia Noroeste do Brasil.....	35
2.2 A Intendência Municipal e a urbanização do espaço público.....	40
2.3 Ações da Intendência Municipal no período da Revolução Constitucionalista.	47

2.4 Campo Grande, a transição de princípios urbanísticos.....	54
2.4.1 O escritório de Saturnino de Brito, a introdução dos princípios do urbanismo modernista e a organização do espaço urbano	54
2.4.2 Crescimento urbano e a Arquitetura Moderna em Campo Grande.....	58
3. CAMPO GRANDE UM NOVO CICLO DE CRESCIMENTO.	63
3.1 O período pós-construção de Brasília.	63
3.1.1 O parcelamento do solo e o espraiamento da malha urbana.	63
3.1.2 O Código de Obras (Lei nº 25/65)	69
3.1.3 A urbanização dos espaços livres públicos e a transição dos princípios de projeto.	74
3.2 O Plano de Desenvolvimento Integrado de Campo Grande.	81
3.3 A Criação do Estado de Mato Grosso do Sul e o Plano de Complementação Urbana.	87
3.3.1 A proposição de um sistema de espaços livres públicos de recreação e conservação.....	89
3.3.1.1 A caracterização dos tipos que compõe o sistema.....	90
3.3.2 Investimentos urbanos e o CURA-Piloto	96
3.3.3 A reformulação da estrutura administrativa.....	98
3.3.4 A implantação do sistema de espaços livres públicos de recreação e conservação.....	99
3.3.5 O Plano de Complementação Urbano e a Sucessão Administrativa.	103
3.3.6 Parcelamento do Solo e a Expansão Urbana.	103
3.3.7 A Mudança de Uso de Espaços Livres Públicos.	105
4. CAMPO GRANDE COMO CAPITAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.....	111
4.1 Expansão urbana, processo migratório e os programas de habitação.....	111
4.2 Invasões e a cessão de terras públicas em comodato	115

4.3 Mudanças administrativas e as ações nos espaços livres públicos de recreação.....	122
4.3.1 Os Centros Esportivos Comunitários e as praças urbanizadas até 1985	123
4.3.2 A expansão das praças urbanas após as eleições diretas de 1985.....	127
4.3.2.1 Planejamento e a execução de obras.....	127
4.3.2.2 Frequência de uso e a conservação das praças	131
4.3.2.3 As ações públicas após a criação do Departamento de Parques e Áreas Verdes	132
4.3.2.4 Apreensões sobre a expansão das praças	133
4.4 Reformulação da legislação urbana e estruturação de um sistema de planejamento	136
4.4.1 Sobre o uso e a ocupação do solo	137
4.4.2 Guia de Diretrizes Urbanísticas.....	140
4.4.3 Caracterização dos espaços livres públicos de recreação	144
4.4.4 A paisagem como referência para o planejamento urbano... ..	147
4.4.4.1 Carta de Drenagem de Campo Grande, MS.....	147
4.4.4.2 Carta de Geotécnica de Campo Grande, MS	150
4.4.5 O Plano Diretor de Campo Grande, MS	151
4.4.6 Parque de Conservação:.....	153
4.4.7 Parques de Recreação e Conservação:	162
4.4.8 Parques de Recreação	165
4.4.9 Parques Recreativos Culturais	169
4.4.10 Parque Histórico.....	175
4.4.11 Parques em processo de implantação no ano de 2008	176
4.4.12 Praças em Campo Grande.....	177
4.4.13 Estruturação do Sistema de Espaços Livres Públicos de Recreação e de Conservação.....	185

CONCLUSÃO	189
------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	191
---	------------

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:.....	196
--------------------------------------	------------

INTRODUÇÃO

Os espaços livres urbanos desempenham importante papel na organização das cidades e no cotidiano urbano, na medida em que grande parcela das atividades cotidianas são realizadas em quintais, ruas, praças, etc.

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de um processo reflexivo sobre a atuação profissional no campo do planejamento e na elaboração de projetos de espaços livres públicos de recreação destinados a atender a população campo-grandense. Essa prática profissional ocorreu entre os anos de 1986 e 2002¹, um período que permeia cinco mandatos administrativos, a alternância no poder de diferentes partidos políticos e que se revelaram na transformação da estrutura administrativa, assim como, nos modos de planejar, projetar, conservar e gerir os espaços livres públicos para o uso e a ocupação pela população (Figura i.1). Permeia também uma parte da história recente do país, que foi marcada pela abertura política, na formulação de uma constituição federal, na implementação de planos econômicos (e de crises econômicas), na mudança dos instrumentos de gestão das cidades brasileiras, e também, na consolidação de Campo Grande como capital do Estado de Mato Grosso do Sul, aspecto este marcado pela rápida expansão da área urbana e do contingente populacional.

O exercício profissional na Prefeitura de Campo Grande foi uma atividade rica. Obteve-se tanto respostas positivas quanto resultados ‘adversos’ na produção dos espaços livres públicos de recreação locais. Aspectos como pequena receptividade da população e um uso incipiente desses espaços públicos, contribuíram para desencadear um questionamento sobre os procedimentos adotados, sobre o processo de construção desses espaços livres urbanos como um todo.

O conjunto de espaços planejados e/ou projetados, numericamente, é constituído na sua maior parte por praças com 0,2ha a 2ha, situadas em bairros residenciais de diferentes regiões da cidade. Entre os anos de 1986 a 1996 foram elaborados cerca de 150 projetos, porém executados apenas pouco mais de 20% desse total. A atividade permitiu a interação com diferentes demandas,

¹ A atuação profissional se deu pela participação na equipe técnica de três diferentes departamentos da Prefeitura de Campo Grande (Estado de Mato Grosso do Sul). Inicialmente, entre os anos de 1986 e 1994 atuou-se junto ao Departamento de Parques e Áreas Verdes (DEPAVE) da Secretaria Municipal de Serviços e Obras Públicas. Posteriormente, seguindo as transformações ocorridas nas políticas públicas seguindo a sucessão de prefeitos a frente da gestão municipal e a respectiva re-organização da estrutura administrativa, passei a trabalhar no Departamento de Projeto Especiais (1994) e depois a Departamento de Planejamento (1997 a 2002) da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento.

Situado no Jardim Vilasboas, o projeto e o acompanhamento da execução da obra da Praça Demóstenes Martins foram desenvolvidos como atividades técnicas do Departamento de Projetos Especiais da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças. O projeto foi elaborado em parceria com o Arquiteto Elídio Pinheiro Filho

Figura 1 – Praça Demóstenes Martins (Praça do Peixe) após a implantação em 1996 em Campo Grande, MS

Fonte: Autor

a busca da solução das diferentes situações confrontadas, ao mesmo tempo, o reconhecimento de realidades distintas seja na constituição dos bairros contemplados com projeto, seja na determinação da administração em executar uma proposta específica em detrimento de outra. Por outro lado, como atividade eminentemente técnica, proporcionou acompanhar as mudanças das políticas das administrações municipais e a conseqüente evolução do papel e da função dos espaços livres de recreação e conservação na ocupação urbana, ora havendo maior investimento no setor, ora relegando-o à margem das políticas públicas.

Outra contribuição para o desenvolvimento da tese decorreu da interação e da colaboração com o grupo de pesquisa – Quadro do Paisagismo no Brasil (QUAPÁ) – ocorrida a partir do ano de 1995. A colaboração com o grupo foi possível tomar contato com a realidade de outras cidades brasileiras, observando-se os tipos de projetos realizados e os investimentos públicos.

As cidades brasileiras constituem um contexto urbanístico e paisagístico heterogêneo, contendo realidades bem diversas, seja pela diferença dos aspectos físicos, sociais e culturais, seja por que cada lugar possui uma história, um tempo, uma evolução própria. São formados por um grupo complexo de elementos e agentes, que se interagem criando um todo original, compondo relações que assumem especificidades próprias em função de suas características.

Adota-se uma visão de sistema como princípio de análise, a qual fundamenta a interpretação da realidade avaliando suas particularidades, potencialidades, formas de organização, hierarquias subjacentes e evolução, porém, sem perder de foco a compreensão do todo. Um conjunto que interage no âmbito do espaço físico e também no universo imaterial das relações. A adequada compreensão da cidade prescinde da interpretação integrada. E ela será mais profícua do que análises particulares, na busca de melhor reconhecer fatos que atuam na construção da paisagem como hábitos cotidianos e aspirações conscientes e inconscientes das pessoas.

Assim a compreensão da cidade como um sistema, parte da idéia de que ela é formada por um conjunto de estruturas e elementos morfológicos que são associados as mais diversas atividades e procedimentos sociais. Há em geral um jogo de forças e interesses que promovem dinamizam essas relações e promovem mudanças na própria sociedade, em sua interação com a paisagem, modificando constantemente a realidade urbana.

Hough² e Spirn³ aludiram para a necessidade de perceber a paisagem como algo dinâmico e que possui vida e valores que nem sempre são adequadamente reconhecidos. A idéia de um estudo sistêmico proporciona melhores recursos para interpretação da dinâmica e dos valores contidos na paisagem e extremamente adequados.

Macedo e Sakata⁴ apontam para questões semelhantes, observando que no processo de construção do sistema de parques urbanos no Brasil, várias idéias e ideais permearam a sua história. Não apenas questões estilísticas, mas aspectos tipológicos e funcionais que evoluíram com a sociedade brasileira. Segundo os autores, o período contemporâneo é marcado por uma fase de transição, onde há a busca por princípios que enriqueçam àqueles existentes.

Um dos aspectos de interesse do trabalho em desenvolvimento está em discutir os meios pelos quais, a atividade de planejamento do sistema de espaços livres públicos de recreação e de conservação em Campo Grande podem contribuir de modo eficaz com a melhoria do ambiente urbano, seja pela apropriação de funções, como a preservação da natureza, ou pela melhoria do clima urbano, pela ornamentação da paisagem, assim como, pelo suporte a realização de atividades esportivas, recreativas, culturais, de descanso, ou como elemento fomentador do encontro e do relacionamento social.

Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, é uma cidade com cerca de 700 mil habitantes e uma área urbana de 353km² de extensão. Ela está situada no Planalto da Serra de Maracaju, sobre o eixo divisor das bacias dos Rios Paraná e Paraguai, onde o relevo é suavemente ondulado proporcionando a formação de um núcleo urbano extenso, caracterizado por uma ocupação espraiada entremeada por fragmentos de campos de pastagem e cerrados.

A história de Campo Grande foi marcada por diferentes períodos e processos de urbanização em que cada momento obteve êxitos e foi deficiente em outros aspectos. O estudo sobre o sistema de espaços livres urbanos da cidade possibilita avaliar esses momentos históricos, almejando identificar fatores e as políticas que propiciaram formas e estruturas de apropriação desse sistema mais adequadas à realidade. Ao mesmo tempo identificar outras formas de estruturação e funcionamento dos sistemas de espaços livres em outras cidades que possuem alguma afinidade com a realidade de Campo Grande e assim, intentar promo-

² HOUGH, Michael. **Ciudad y naturaleza**: planificación urbana y procesos ecológicos. Barcelona: Gustavo Gili, 1995.

³ SPIRN, Anne Whiston. **O jardim de granito**: a natureza no desenho da cidade. São Paulo: Edusp, 1995.

⁴ MACEDO, Sílvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial: Edusp: Projeto Quapá, 2002.

ver um enriquecimento no estabelecimento de propostas para estudos futuros de formulação de um plano diretor geral para o sistema de espaços livres da cidade. Pondera-se que há características do sistema de espaços livres de Campo Grande que são peculiares a ela e que normalmente não são identificadas em outras cidades brasileiras. Assim o estudo sobre do sistema de espaços livres de Campo Grande proporciona reconhecer aspectos originais que podem também contribuir para o estudo de outros centros urbanos e que guardam características e afinidades com a realidade campo-grandense.

Na evolução urbana de Campo Grande reconhece-se que há quatro momentos considerados como importantes para a cidade e para o estudo do sistema de espaços livres:

- a) o primeiro, compreende a implantação da Ferrovia Noroeste do Brasil (década de 10) e a gestão do intendente Arlindo de Andrade Gomes ocorrida no início dos anos 1920 e que marcam o início da construção do sistema de espaço livres de lazer em Campo Grande;
- b) a segunda fase compreende o ciclo de desenvolvimento advindo da construção de Brasília e o processo de urbanização daquele período seguindo o plano elaborado pela companhia Hidroservice;
- c) o terceiro período corresponde ao advento da implantação do Estado de Mato Grosso do Sul e o Plano Urbanístico elaborado pela equipe técnica coordenada pelo Arquiteto Jaime Lerner;
- d) o quarto, e último período, corresponde a elaboração dos instrumentos atuais de gestão urbana iniciados com a implantação da lei do uso de solo de 1988, abrangendo a implantação do Plano Diretor da Cidade de 1995, seus instrumentos complementares e suas respectivas alterações ocorridas em 2006.

Observa-se que o processo de planejamento instituído com a criação do Plano Diretor de 1995 não foi de todo concluído. Alguns instrumentos de gestão contemplados pelo plano, e complementares a sua aplicação, não foram elaborados. Um desses instrumentos é o plano de diretor para o sistema de espaços livres públicos urbanos (parques, praças, áreas de reserva). E encontra ainda sem definição, o estabelecimento de elementos referenciais para o desenvolvimento desse plano diretor. Ao mesmo tempo, observa-se que as atividades de planejamento urbano em Campo Grande ainda não possuem o adequado aprofundamento técnico-científico que o estudo do sistema de espaços livres públicos urbanos proporciona.

Acredita-se que o sistema de espaços livres públicos de recreação e conservação carece de um planejamento de qualificação espacial e de distribuição territorial das áreas pela cidade. O sistema, como existe em Campo Grande, é fragmentado e pouco contribui para uma consolidação homogênea na cidade das áreas públicas de recreação como espaços de convívio social. Além do mais, essa fragmentação dificulta o controle e a manutenção dessas áreas, que associados à inoperância da administração pública, fazem com que esse sistema reduza sua eficácia. Há nesse processo um conflito de prioridades. E a questão do lazer urbano, da preservação ambiental, da difusão de atividades culturais e recreativas em áreas públicas, não tenha o enfoque necessário para a qualificação do sistema.

Estudo prévio realizado sobre a evolução urbana de Campo Grande apresenta um conjunto heterogêneo de experiências, havendo casos positivos para vida e o cotidiano urbano, mas também, marcado de forma expressiva por perdas, que ocorreram tanto em relação das áreas de estoque, quanto dos investimentos na urbanização das áreas públicas. O aparente descaso da administração municipal com o trato do tema em meio a uma prática profissional nesse universo por quase vinte anos⁵, permitiu na práxis observar esta realidade tão controversa e que provoca o senso crítico, impulsionando-o para o reconhecimento da realidade sob nova perspectiva.

A priori a análise partiu da idéia de que a problemática residia no desenvolvimento do projeto, no processo de interlocução entre o corpo de técnicos da administração municipal com a comunidade, e também na falta de critérios mais consistentes no estabelecimento de uma base referencial para o planejamento e as políticas públicas. De fato, reconhece-se que esses aspectos intervêm na construção da realidade do espaço urbano. Contudo, a partir da evolução da forma de interpretação e adotando a visão sistêmica, aspectos que pareciam estar isolados, passaram a ser reconhecidos de outro modo, identificando aqueles que contribuem de forma integrada para o sucesso ou para o fracasso das ações na consolidação do sistema de espaços livres públicos de Campo Grande.

As hipóteses do trabalho consistem em:

- a) Apesar dos inúmeros planos implementados na cidade terem sido formulados a partir de objetivos bastantes consistentes, considera-se que crescimento espraiado de Campo Grande associado à uma falta de uma gestão específica, a formação do sistema de espaços livres públicos (SELP) disperso e fragmentada

⁵ Atuação como arquiteto da Divisão de Projetos e Planejamento do Departamento de Parques e Áreas Verdes e do Departamento de Projetos Especiais da Prefeitura de Campo Grande entre os anos de 1986 a 2002.

gera perdas ao sistema como: invasão de terras públicas, a redução de estoques de terras públicas destinadas a implantação de áreas de preservação e recreação, acarretando também, indiretamente, mudança de uso do solo nesses espaços, a redução das possibilidades futuras no incremento do sistema, assim como, contribui para a degradação do meio ambiente com perdas de bosques nativos e matas ciliares remanescentes dentro do perímetro urbano;

b) A ausência de uma política urbana específica e continuada sobre o sistema de espaços livres públicos (SELP) em Campo Grande e de uma polícia administrativa no controle da ocupação dessas terras públicas, reduz o porte desejável para esse sistema e também compromete o atendimento das demandas da população por espaços livres públicos de recreação e conservação;

Sobre o método

A tese fundamenta-se na análise de fontes documentais primárias, tais como, mapas, dados cartográficos, acervos de projetos, registros fotográficos, originais de leis. Baseia-se também no estudo de fontes secundárias, na revisão bibliográfica e em entrevistas com técnicos e administradores. As principais bases de consulta sobre a legislação urbanística foi o acervo do Centro de Documentação Técnica do Instituto Municipal de Planejamento Urbano de Campo Grande, MS (CDT/PLANURB)⁶, os registros da Câmara Municipal de Campo Grande, MS e as publicações *100 anos de legislação*⁷ e *Legislação municipal de interesse ambiental de 1977 a janeiro de 1997*⁸. Os dados cartográficos foram discutidos e organizados formando-se um catálogo sobre a cidade de Campo Grande⁹. Esse catálogo é subdividido em seis bases de informações:

a) reproduções de mapas pertencentes ao acervo do Instituto Municipal de Planejamento Urbano (PLANURB¹⁰) da Prefeitura de Campo Grande que,

anualmente, é publicada no *Perfil Sócio-Econômico de Campo Grande*¹¹;

b) reproduções e adaptações de mapas do acervo do Instituto Municipal de Planejamento Urbano (PLANURB) da Prefeitura de Campo Grande, publicados em *Campo Grande*—MS: sistema de informações geográficas¹²;

c) Acervo cartográfico dos loteamentos aprovados em Campo Grande no período de 1940 a 2000 do Sistema Cartográfico Municipal de Campo Grande, MS¹³;

d) Acervo de mapas e projetos relativos aos espaços livres de recreação e conservação de Campo Grande, MS fornecidos pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

e) Mapas originais elaborados partir do conjunto de informações obtidas através da análise de Leis, Decretos Municipais, Relatórios de Atividades, Processos, Contratados de Cessão de Áreas Públicas em Comodatos, entre outros documentos;

f) Mapas originais elaborados pela associação e pela interpretação do conjunto de mapas anteriores;

Como suporte para a análise e as interpretações foi elaborado um banco de imagens (fotografias, mapas, desenhos) sobre a área urbana de Campo Grande¹⁴. Trabalho desenvolvido durante dois anos, é composto por imagens originais e reproduções de acervos fotográficos de arquivos particulares e públicos. Foram também incorporadas a essas reproduções as ilustrações de

em que o órgão responsável pelo planejamento urbano de Campo Grande, MS teve diferentes denominações. As diferentes denominações desse órgão acompanharam as mudanças ocorridas na alternância de poder na administração municipal, interferindo na gestão, nas atribuições desse órgão e conseqüentemente, em sua denominação. A primeira denominação refere-se à *Unidade de Planejamento Urbano* subordinada à Secretaria Municipal de Controle Urbanístico (de 1987 a 1995). A segunda denominação foi utilizada em dois momentos, entre os anos de 1995 a 1997 quando a unidade foi elevada à condição de instituto e depois após o ano de 2004 quando da criação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMADES), período em que perdeu as atribuições e a responsabilidade sobre as questões ambientais. Nesses dois momentos a sigla corresponde a seguinte denominação: *Instituto Municipal de Planejamento Urbano*. A terceira denominação foi utilizada entre os anos de 1997 a 2004. Ela foi determinada quando o instituto agregou a função de responsável sobre as questões de planejamento do meio ambiente passando a designar o: *Instituto de Planejamento Urbano e Meio Ambiente*.

¹¹ PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DE CAMPO GRANDE. Campo Grande, MS: Planurb, 1988-2006.

¹² CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **Campo Grande**—MS: sistema de informações geográficas. Campo Grande, MS: Opus, 2004. 1 CD-Rom.

¹³ CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **Acervo cartográfico dos loteamentos aprovados em Campo Grande no período de 1940 a 2000**. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, Secretaria Municipal de Controle Urbanístico, Sistema Cartográfico Municipal, 2000.

¹⁴ WEINGARTNER, Gutemberg. **Espaços Livres Urbanos e Áreas de Lazer em Campo Grande**. 2007. Trabalho Programado 1 (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007a.

⁶ Referência à consulta iniciada pela publicação CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Secretaria Municipal de Planejamento. Unidade de Planejamento Urbano de Campo Grande – PLANURB. Legislação urbanística municipal existente no Centro de Documentação Técnica da PLANURB (referente ao período de 1937-94). **Cadernos de Estudos Urbanos**. Campo Grande, MS, v.2, jan., 1995.

⁷ CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **100 anos de legislação**. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 1 CD-Rom.

⁸ CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Instituto Municipal de Planejamento e Meio Ambiente. **Legislação municipal de interesse ambiental de 1977 a janeiro de 1997**. Campo Grande, MS: Editora da UFMS: PLANURB; 1998a.

⁹ WEINGARTNER, Gutemberg. **Catálogo Cartográfico sobre a cidade de Campo Grande**. 2007. Trabalho Programado 2 (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007b.

¹⁰ Sobre a sigla **PLANURB** é importante observar que ela se manteve a mesma nos períodos

publicações. Essa prática foi mais freqüente, na pesquisa da primeira metade do século XX, porque as informações desse período histórico, em termos dos acervos públicos e particulares, eram mais escassas. Constituído de uma base de cerca de 1100 imagens, ele foi desenvolvido com o intuito de resgatar a memória visual do sistema de espaços livres e das áreas de recreação e conservação da cidade, auxiliando na análise desses espaços, considerando a evolução do processo de construção de cada lugar, ao mesmo tempo, identificando as características de composição espacial (como por exemplo, morfologia do traçado, elementos construtivos não mais existentes, formas de plantio). O desenvolvimento do trabalho permitiu revelar características aparentemente ‘perdidas’ no tempo, compreender as apropriações que se reproduziram em diferentes momentos da ocupação urbana de Campo Grande, MS.

Tendo por objetivo avaliar às ações da administração pública em período mais recente e identificar as demandas da população a respeito do sistema de espaços livres de recreação foi investigado o conjunto de *indicações de projetos apresentados pelos vereadores na Câmara Municipal e encaminhados à Prefeitura de Campo Grande no período de março de 2004 a fevereiro de 2007* sobre a temática: praças e áreas de lazer)¹⁵. Com o trabalho, identificou-se as demandas de urbanização das áreas públicas reservadas à implantação de praças e outros equipamentos recreativos para a utilização pela população. Possibilitou também avaliar as solicitações pela manutenção e reforma das praças existentes.

Ainda em relação às ações reuniu-se uma coletânea de artigos e reportagens publicadas em periódicos (mídia impressa e eletrônica) que têm por temática central as áreas públicas de lazer de apropriação formal e informal em Campo Grande (praças, parques, vias públicas, áreas verdes)¹⁶. Com essa coletânea caracterizou e avaliou as diferentes formas de apreensão contemporâneas, assim como, as ações diretas e indiretas, tanto da municipalidade quanto do governo do estado e da população, em relação às áreas públicas de recreação de apropriação formal e informal em Campo Grande. Essa caracterização é complementada pela pesquisa sobre a seleção de artigos publicados em jornais locais e realizada pelo Centro de Documentação Técnica do Instituto Municipal de Planejamento e Meio Ambiente de Campo Grande, MS (CDT/PLANURB) no período de 1990 a 2004.

¹⁵ WEINGARTNER, Gutemberg. *Indicações de projetos apresentados pelos vereadores na Câmara Municipal e encaminhados à Prefeitura de Campo Grande no período de março de 2004 a fevereiro de 2007. (Temas: Praças e Áreas de Lazer)*. 2007. Trabalho Programado 4 (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007c.

¹⁶ WEINGARTNER, Gutemberg. *Avaliação de artigos de imprensa sobre as apropriações das Áreas de Lazer Públicas em Campo Grande*. 2007. Trabalho Programado 5 (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007d.

Como apoio à construção de um repertório crítico sobre a idéia do sistema de espaços livres públicos de recreação e conservação, foram realizadas viagens às cidades de Curitiba, Recife, Rio de Janeiro, Vitória e de visitas técnicas a parques e praças na cidade de São Paulo¹⁷. Essas atividades foram realizadas com o objetivo de ampliar conhecimento sobre diferentes sistemas de espaços livres de recreação e conservação. Pela maior proximidade geográfica, possibilitou a realização uma maior quantidade de visitas a Curitiba do que as demais cidades. Apesar de não se deter em análises específicas a cada uma dessas cidades, e também, numa sistematização mais metódica das observações realizadas, a apreensão obtida com essa atividade contribuiu para ampliar o repertório pessoal em relação as diferentes possibilidades de estruturação desses espaços seja sob o aspecto da configuração física ou pelos diferentes modos de apropriação, de usos e de funções, freqüências e diferentes estados de manutenção desses espaços públicos que compõem no contexto dessas cidades brasileiras.

Outra contribuição indireta foi o conhecimento agregado com o desenvolvimento do estudo de caso realizado durante o curso de mestrado¹⁸ na primeira metade dos anos 1990. Apesar desse estudo não ter sido realizado com a mesma finalidade a que se objetiva a tese de doutorado, a experiência adquirida durante os anos de mestrado auxiliou na construção de um senso crítico sobre os espaços livres públicos de Porto Alegre (RS).

¹⁷ Em São Paulo essas visitas foram realizadas paralelamente a realização das disciplinas e às atividades de discussão do trabalho junto ao professor orientador. Em Curitiba, foram feitas três viagens afim de conhecer o sistema de parques urbanos e do projeto de algumas praças. Observou-se nessa cidade a integração com o sistema de transporte público, a caracterização programática e funcional dos parques e praças, as diferentes soluções arquitetônicas adotadas na caracterização dos projetos e que influenciaram a construção desses locais, além dos diferentes modos de integração desses espaços, seja por uma idéia de continuidade física, seja pela complementaridade funcional entre esses espaços. Na cidade do Rio de Janeiro, as visitas foram realizadas com o objetivo de conhecer espaços públicos de importância histórica na formação da cidade e também relacionados ao Projeto Rio Cidade. Alguns dos espaços conhecidos situam-se na região central e em parte da zona sul. Cita-se a título de exemplo alguns desses espaços conhecidos: Jardim Botânico, Parque Lage, Lagoa Rodrigo de Freitas, Praça Antero de Quental, Orla de Copacabana, Parque Guinle, Aterro do Flamengo, Passeio Público, Largo da Carioca, Cinelândia e o Campo de Santana. Em Vitória (ES), observou-se além dos aspectos descritos no caso de Curitiba, a alocação dos espaços em relação aos diferentes bairros e da geografia da cidade.

¹⁸ Mestrado cursado no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Porto Alegre (RS), com ingresso em 1990 e conclusão em 1994. Nesse mestrado o tema central do trabalho foi avaliar o efeito microclimático da arborização urbana na variação da temperatura e da umidade do ar e da iluminação natural de alguns espaços livres urbanos como ruas, praças, parques, áreas ajardinadas de clubes e quintais. O processo seletivo das áreas de estudo foi precedida por uma análise de mapas cartográficos de toda área circunscrita ao perímetro urbano de Porto Alegre, seguida pela visita a cerca de 170 diferentes espaços que reuniam características morfológicas e de composição arbórea de interesse ao trabalho, para uma seleção final de oito locais para realização das medições das variações ao longo do período de dezoito meses. Para melhor compreensão da dissertação confira WEINGARTNER, Gutemberg. *Análise do efeito termoluminoso da arborização urbana em Porto Alegre, RS*. 1994. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

Sobre a estrutura dos capítulos

O Capítulo 1 delimita a base do referencial teórico em que se desenvolve a análise, caracterizando os princípios, os conceitos gerais sobre a idéia de sistema de espaços livres urbanos e a importância do planejamento urbano, do projeto e da gestão na construção desses espaços.

Os Capítulos 2, 3 e 4 apresentam processo de formação urbana de Campo Grande em diferentes períodos históricos, indicando os elementos referenciais relativos às ações, às políticas, e aos princípios de ocupação territorial e aqueles empregados na construção do sistema de espaços livres públicos de recreação.

O capítulo 2 compreende a implantação da Ferrovia Noroeste do Brasil até o início da década de 1960. O capítulo 3 avalia as transformações ocorridas em Campo Grande pela construção de Brasília até a implantação do Estado de Mato Grosso do Sul. O capítulo 4 abrange o período em que Campo Grande na condição de capital, expande seu território, amplia o contingente de espaços livres públicos e são promovidas alterações na legislação urbana que passam a orientar a estruturação da cidade e da formação e gestão do sistema de espaços livres públicos de recreação e conservação. Depois é apresentada uma classificação para sistema de Campo Grande considerando os tipos construídos no espaço urbano, avaliando-se sua alocação na cidade e suas diferentes potencialidades. Por último, são apresentadas recomendações para o avanço nos estudos sobre esse tema.

1. O SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES URBANOS E A CIDADE:

1.1 Conceituando a paisagem

A paisagem compreende toda extensão do mundo físico do qual percebemos através de nossos sentidos. A paisagem representa um instante histórico, um momento da natureza e da sociedade projetados sobre o campo da materialidade em suas formas naturais e artificiais.

O homem em interação com a base natural da paisagem a transforma, produz um conjunto de criações para o atendimento das necessidades e da evolução da sociedade. Ele modifica as características do suporte físico (clima, relevo, hidrografia, solo, vegetação) afim de atender as necessidades da sociedade e melhor proporcionar condições de desenvolvimento. Essa transformação segue a evolução do conhecimento, da cultura, da tecnologia e da forma como se compreende essa paisagem, e também, como esse entendimento estabelece ações a serem desenvolvidas afim de qualificá-la.

Conforme Magnoli¹⁹, essa interação se difere pela intensidade com que se faz presente a população humana; pelo modo como a base natural a paisagem é preservada. Ainda, como a paisagem é apropriada no processo produtivo e também, de sua relativa proximidade ao processo de urbanização. A interação desses diferentes aspectos produz a transformação das características da paisagem²⁰. Em relação à presença humana, quando ela é mais eventual, há maior a possibilidade de se preservar as características da base natural. Por outro lado, quando a presença humana é freqüente, as transformações na paisagem

¹⁹ MAGNOLI, Miranda. Espaço Livre: objeto de trabalho. **Paisagem ambiente**, São Paulo, n.21, 2006a, p. 177-78.

²⁰ Considerando esses aspectos, em acordo a Magnoli, há cinco tipos de paisagem. A primeira se caracteriza pela presença humana eventual e dispersa, são lugares de pouca integração com o processo produtivo e o processo de urbanização. Nesses locais, as características primitivas da paisagem são mais preservadas. O segundo tipo também é caracterizado pela preservação da condição primitiva da base natural da paisagem. No entanto, isto se faz mediante uma ação deliberada da sociedade, constituindo nesses lugares áreas de preservação de recursos naturais. O terceiro tipo também mantém a base natural preservada e estão distantes do processo de urbanização, porém possuem grande integração ao processo produtivo. São áreas altamente industrializadas. O quarto tipo é formado por paisagens transformadas pela ação humana em atendimento aos interesses socioeconômicos, podendo situar-se integradas e/ou distantes do processo de urbanização. São paisagens que estão numa condição muito diferente das características primitivas da base natural. O quinto e último tipo é constituído pela paisagem urbana, que se revela pela presença humana freqüente e onde a transformação da base natural da paisagem se faz bem evidente. Para maior aprofundamento no assunto confira MAGNOLI, Miranda. Espaço Livre: objeto de trabalho. **Paisagem ambiente**, São Paulo, n.21, 2006a, p. 177-78.

se tornam mais pronunciadas, a possibilidade de restituição das características da base natural é menos provável, pois leva-a a uma condição bastante diversa de suas características primitivas. Magnoli pondera que paisagens desprovidas da ação humana são raras e que “a presença do homem, assentado, vivendo em determinada paisagem, em parcelas ponderáveis, de forma permanente é que se constitui na maior variável”²¹. A paisagem urbana é uma expressão dessa condição.

A construção da paisagem urbana é um processo evolutivo, temporal desenvolvido pela evolução da tecnologia, pela sucessão de contextos sociais, econômicos, políticos, culturais (as vezes divergentes entre si) que traduzem o estágio do pensamento e das ações humanas. Como tal, está sujeita às transformações constantes, ao universo e a evolução das relações e dos interesses da sociedade e de suas respectivas interações com a paisagem.

A paisagem é considerada então como um produto e como um sistema. Como produto porque resulta de um processo social de ocupação e gestão de determinado território. Como um sistema, na medida em que, a partir de qualquer ação sobre ela impressa, com certeza haverá uma reação correspondente, que equivale ao surgimento de uma alteração morfológica parcial ou total²².

A apreensão da paisagem é seletiva e parcial²³. Essa apreensão, por mais que sejam utilizados complexos os recursos nesse processo, ela é restrita, pois não consegue abranger toda a amplitude de sua extensão física e de sua dinâmica. A apreensão da paisagem é uma experiência particular, seja de um indivíduo ou de uma coletividade, que a vivenciam em um momento histórico específico e em uma determinada realidade. Assim, a representação da paisagem, de modo correlato a sua compreensão, é um ato que revela esses interesses e suas respectivas particularidades²⁴.

A paisagem urbana reúne um conjunto de construções e de características do suporte físico (clima, relevo, hidrografia, solo, vegetação) A paisagem urbana reúne tanto a lógica dos processos naturais quanto dos processos sociais e ela contém um conjunto de expressões físicas que são transpostas a sua morfologia. Todo esse conjunto de formas serve de base para a vida cotidiana e para a compreensão dos espaços das cidades.

1.2 O sistema de espaços livres urbanos

1.2.1 Princípios e conceitos gerais sobre sistema de espaços livres urbanos

Espaço é um termo de significado amplo, de uso comum a diversas áreas de conhecimento e como tal, está sujeito a diferentes acepções e interpretações. Assim como na Geografia, na Arquitetura e Paisagismo o termo espaço é compreendido como uma totalidade indissociável composta por um sistema de objetos e um sistema de ações²⁵, ou seja, uma materialidade constituída por um conjunto de coisas e objetos geográficos (em suas formas naturais e artificiais), que por sua vez, são dinamizados pela vida e pelo conjunto de ações da sociedade²⁶.

Bertalanffy²⁷ observa que a idéia de sistema compreende um conjunto complexo de elementos, formais ou não, que se interagem sempre de modo coordenado e nunca de modo aleatório, seguindo uma organização e estrutura hierárquica próprias. O sistema é coordenado por um conjunto de ações, dinâmicas e multidirecionais, que visam manter um certo ‘estado de equilíbrio’ do todo, através da conservação da organização, da estrutura, das funções e das relações estabelecidas entre indivíduo e os demais membros do grupo e o próprio o lugar onde ele se insere. Porém, esse estado de equilíbrio é dinâmico, pois os processos internos não cessam e permite ao sistema evoluir.

Santos²⁸ afirma que as estruturas e os sistemas espaciais evoluem segundo três princípios, sendo dois internos e um externo:

a) o princípio da ação externa (denominado como evolução exógena): constitui-se numa força que desencadeia um novo impulso ao funcionamento e as relações internas no sistema. Essa ação externa é influenciada pelas características de cada elemento que compõe o sistema. Pois, ao se alterar as características internas de um elemento se modifica o modo como ele se relaciona com as variáveis externas ao sistema. Santos pondera ainda que essa forma de evolução pode diferir de lugar para lugar pois estão sujeitas “as condições locais próprias que agem como um

²¹ MAGNOLI, Miranda. Espaço Livre: objeto de trabalho. **Paisagem ambiente**, São Paulo, n.21, 2006a, p. 178.

²² MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do Paisagismo no Brasil**. São Paulo: Silvio Soares Macedo, 1999, p.11.

²³ SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1994, p.76.

²⁴ TUAN, Yu-fu op. cit. (**Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983)

²⁵ SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1994; e também HIJOKA, Akemi et al. **Espaços livres e espacialidades da esfera da vida pública: uma proposição conceitual para o estudo de sistemas de espaços livres urbanos no país**. **Paisagem e ambiente**, São Paulo, n.23, 2007, p.117.

²⁶ SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 4ª. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1997, p.1.

²⁷ BERTALANFFY, Ludwig Von. Teoria geral dos sistemas: aplicação à psicologia. In: BERTALANFFY, Ludwig Von et al. **Teoria dos Sistemas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1976. cap. 1, p.1-5.

²⁸ SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 4ª. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1997, p.17.

modificador do impacto externo”²⁹;

b) o princípio da ação interna ao sistema (evolução endógena): resulta da interação entre elementos ou entre subsistemas;

c) o princípio da evolução particular (ou ‘íntima’) do elemento que pertence ao sistema. Conforme o elemento, a partir do conjunto de relações, ele sofre modificações internas em sua estrutura e evolui, e isso também modifica o todo.

Santos pondera que “[...] seja qual for a forma de ação, entre as variáveis ou dentro delas, não se pode perder de vista [a noção do] conjunto, [e do] contexto. [Pois,] as ações entre as diversas variáveis estão subordinadas ao todo e aos seus movimentos”³⁰.

Conforme Bertalanffy³¹, o estudo dos sistemas permite identificar as propriedades, os princípios, as leis que regem e as relações que se estabelecem entre seus componentes. De um lado a relatividade com que se observa e se avalia o sistema, ele será composto por partes que sofrem interações internas e externas ao sistema. Por outro lado, um sistema poderá estar associado a outros sistemas formando um sistema maior. Nessa condição, um sistema quando comparado a um sistema maior atua como um elemento. Por outro lado, cada sistema pode ser desdobrado em um subsistema, e este novamente, também se decompõe em outros subsistemas. Santos afirma que “cada sistema ou subsistema é formado de variáveis que [...] dispõem de força própria na estruturação do espaço, mas cuja ação é de fato combinada com a ação das demais variáveis”³².

Há uma relação direta entre o sistema de objetos e o sistema de ações. De um lado, os sistemas de objetos são constituídos por um conjunto de formas que estruturam uma base onde se desenvolvem as ações. Por de outro lado, “o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos pre-existentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma”³³.

O homem é um indivíduo que age por natureza tanto sobre ele próprio quanto sobre a sociedade e as ‘coisas de terra’, intervindo e modificando-os. Essa ação segue uma intenção que é regulada por uma motivação própria do indivíduo ou de uma coletividade, assim como sofre influência dos contextos

social, material, normativo em que se insere³⁴. Para Rogers³⁵, todo ato é constituído de uma intenção e assim, constitui-se em um comportamento orientado que é empreendido visando alcançar uma meta na qual é a consecução de fins e objetivos previamente estabelecidos.

Para Simmel, “a explicação do mundo passa pelas formas e pela vida”³⁶. De um lado, a análise se desenvolve sobre o conjunto de ações da sociedade que se sucedem no tempo e que se “cristalizam como formas” sobre a paisagem. De outro lado, ele se aplica sobre o estudo da vida que se desenvolve no presente³⁷.

Conforme Santos, tudo aquilo que existe sobre a paisagem seja como vestígio ou expressão da herança da história natural do lugar, como também as construções resultantes da ação antrópica (entre elas as barragens, as plantações, as estradas e as próprias cidades como um todo) constituem-se em objetos geográficos³⁸.

Vilhena e Messer³⁹ consideram objeto como sendo tudo aquilo que é passível de ser percebido por nossa consciência, pois possui uma ‘existência’ e uma ‘história’ próprias e assim, constituem uma ‘essência’, uma natureza peculiar que o distingue dos outros objetos.

Conforme Santos, os objetos originam-se ou são apreendidos em meio a um conjunto de condições sociais e técnicas características de um dado momento histórico. Contudo a apreensão dos ‘novos’ objetos pelas diferentes parcelas da sociedade não ocorre concomitante ao seu aparecimento, eles são assimilados em conformidade ao estágio de desenvolvimento desses grupos sociais. Aqueles grupos que não atingem esse desenvolvimento permanecem utilizando os modelos de uma condição anterior⁴⁰.

Conforme Moles⁴¹, a medida que novos objetos surgem, o sistema de relações no meio se renova contribuindo também para a renovação do próprio

²⁹ Ibidem.

³⁰ Idem, p.15.

³¹ BERTALANFFY, Ludwig Von. Teoria geral dos sistemas: aplicação à psicologia. In: BERTALANFFY, Ludwig Von et al. **Teoria dos Sistemas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1976.

³² SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 4ª. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1997, p.14.

³³ SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1994, p.51-52.

³⁴ PINCHEMEL apud SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1994, p.63.

³⁵ ROGERS apud SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1994, p.63.

³⁶ Apud SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1994, p.60.

³⁷ Ibidem.

³⁸ SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1994, p.59.

³⁹ Apud SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1994, p.54-55.

⁴⁰ SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1994, p.56.

⁴¹ Apud SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1994, p.57-58.

meio. Baudrillard⁴² pondera que no contexto atual os objetos raramente aparecem dissociados de outros objetos. Em geral, eles se estabelecem e tem seu funcionamento efetivado articulando-se a um conjunto de objetos. Baudrillard compreende-os como um sistema de objetos a medida que há uma complementaridade entre eles, seja sob o aspecto funcional ou sob outras formas de correlação como o ciclo de vida⁴³.

A classificação dos objetos segue os objetivos e os aspectos que se deseja realçar desses objetos. Conforme Santos⁴⁴, objetos da paisagem pertencem a um sistema, o seu estudo implica na avaliação de “sua utilidade atual, passada, ou futura”, em meio a suas apreensões tanto de caráter funcional e como simbólica considerando a sociedade e a geografia de cada local. O estudo dos objetos da paisagem permite-nos avaliar e reconhecer a cultura e a construção intelectual de uma época.

Conforme Moles, a complexidade dos objetos se subdivide em dois aspectos: funcional e estrutural. A complexidade estrutural se relaciona ao repertório de ‘peças elementares’ que combinadas formam o objeto e que estabelecem as condições de funcionamento e de interação com os outros objetos e que também influenciam as pessoas que trabalham diretamente sobre eles ou não. A complexidade funcional “está relacionada com o repertório de funções que podem ser combinados no seu uso”⁴⁵. E sua compreensão pode ser avaliada a medida que temos a noção do que é possível fazer com o objeto, do que ele pode nos oferecer e como podemos utilizá-lo⁴⁶.

Conforme Bense⁴⁷ sob o aspecto funcional, os objetos podem ser associados em quatro categorias:

a) *Objetos naturais* – são objetos cuja origem está associada à natureza e que não sofreram alguma transformação pela ação humana. Quanto à origem não se pode atribuir-lhes algum fim específico como premissa a sua existência e/ou surgimento na paisagem. Porém são passíveis de

serem associados a ‘um conjunto de intenções sociais’ através das quais lhes agregam valores. Santos pondera que há controvérsia no uso do termo ‘objetos naturais’, em particular porque ele busca designar formas naturais cuja origem é desprovida de alguma intenção, e assim, não seria apropriado denominá-las de objetos, mas de coisas. Defensor dessa idéia, Focillon⁴⁸ afirma que coisas são formas naturais produtos da obra divina, enquanto que objetos são formas artificiais, e necessariamente, são produtos oriundos dos esforços laboral e intelectual humanos. Entretanto o próprio Santos se apropria do termo ao afirmar que

[...] no começo [tudo] era natureza selvagem, formada por objetos naturais que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. [...] E segue afirmando que] no princípio, tudo eram coisas, dádivas da natureza, [porém] quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos (grifos nosso)⁴⁹.

Disso conclui-se que uma vez havendo uma intenção social relativa à apreensão das coisas, isso as caracteriza como objetos naturais;

b) *Objetos técnicos* – são formas artificiais em cuja elaboração há uma definição específica sobre seus aspectos funcionais. As formas artificiais são produtos do trabalho humano, e surgem como resposta às necessidades da vida humana e da própria modificação da natureza. As formas artificiais por sua condição e origem, traduzem uma “intenção preexistente[...] e sua forma é explicada pelo desempenho que dele se espera mesmo antes de ele assumir sua configuração”⁵⁰;

c) *Objetos de arte* – são formas artificiais cuja elaboração tem como objetivo a ampla exploração da percepção dessas formas pelos sentidos de quem interaja com elas. Os objetos de arte não têm como fim primeiro a definição objetiva de algum aspecto funcional em específico. Por isso, os objetos de arte são passíveis de interpretações e apreensões diversas;

d) *Objetos de ‘design’* – são formas artificiais que resultam de ação planejamento, que reúnem tanto o conhecimento técnico quanto exploram a

⁴² Apud SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1994, p.58.

⁴³ M. SANTOS comenta ainda que a sucessão entre um objeto estabelecido e um novo objeto pode ocorrer como decorrência da evolução técnica do próprio objeto, ou então pela depreciação do primeiro em função da perda de valor fazendo com que o objeto estabelecido seja substituído pelo novo objeto, gerando um estado sucessório entre os eles.

⁴⁴ SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1994, p.59-60.

⁴⁵ Apud SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1994, p.56.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Apud SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1994, p.57.

⁴⁸ Apud SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1994, p.52-53.

⁴⁹ Cf. SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1994, p.51-53.

⁵⁰ Monod apud SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1994. p.53.

sensibilidade humana. Nessa condição, esses objetos não delimitam plenamente os diversos modos de apropriação funcional que eles podem suscitar. Os objetos de design possuem uma relativa abertura a novas formas de apropriação a partir de sua designação primeira e essas se desenvolvem em função do repertório que o usuário possui e das possibilidades de exploração que ele faz desse objeto. Ferrara⁵¹ pondera que o objeto produto do desenho industrial não deve restringir a associação exclusiva de uma função a uma forma, mas deve servir como um ‘estímulo [inicial] à sagacidade do usuário’ ao universo de apropriações que ele pode proporcionar;

Haggett⁵² considera que a região urbana⁵³ é constituída por objetos e vem responder as demandas tanto sociais quanto biológicas de uma sociedade. As construções são adições à base natural da paisagem, onde o “trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, caminhos”⁵⁴ são transformações implementadas aos complexos territoriais visando adaptá-lo para dar melhor condição de desenvolvimento das atividades humanas. Nesse sentido, o esforço de adaptação do suporte físico não apenas o transforma, mas agrega a ele, conhecimento, técnica, tecnologia e função para responder as demandas da sociedade.

Em relação aos espaços urbanos e, mais especificamente, a paisagem

⁵¹ Apud SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1994. p.57.

⁵² Apud SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 4ª. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1997, p.8.

⁵³ O conceito de região urbana descrito por Haggett considera como urbano não apenas a extensão da paisagem circunscrita aos limites do que legalmente se denomina como perímetro urbano. Abrange também outras porções de paisagens como as áreas rurais. Nesse contexto, interessa também locais de cultivo agrícola, fazendas e outras porções que de algum modo se desenvolvem atividades que estabelecem uma relação com as cidades. Para essa discussão Villaça propõe o uso termo *intra-urbano* como forma de designação mais objetiva daquilo que usualmente se é contido aos limites das cidades. Confira também VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

⁵⁴ Sobre essa definição, Santos denomina o produto da construção de objetos como *infra-estrutura*. O autor considera a infra-estrutura como um dos cinco elementos básicos formadores do espaço (homens, firmas, instituições e meio ecológico). Onde *homens* correspondem a todos aqueles presentes em um determinado lugar e que de algum modo participam, direta ou indiretamente, no processo produtivo; as *firmas* como responsáveis pela produção de bens, serviços e idéias em resposta a parte das demandas dos homens e da sociedade; as *instituições* como sendo também responsáveis por parte das demandas dos homens e da sociedade, porém, aquelas relacionadas à produção das normas, ordens e legitimações; o *meio ecológico* como “um conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano”. O meio ecológico compreende toda extensão do suporte físico que se caracteriza por ser permeado por frações modificadas em maior ou menor medida pela ação humana. O autor conclui que “[...] cada um dos elementos do espaço [...] são [...] intercambiáveis e redutíveis uns aos outros. Essa intercambialidade e redutibilidade [...] é resultado da complexidade crescente em todos os níveis de vida. Desse modo, os homens [...] podem ser tomados como firmas (o vendedor de força de trabalho) ou como instituições (no caso do cidadão...) da mesma maneira que as instituições aparecem como firmas e estas como instituições.” (grifos nosso) Isso resulta do fato de que as firmas podem influir (e influem) na determinação de normas sociais e até tornarem-se concorrentes do Estado. Por outro lado, as instituições podem ser interpretadas como firmas visto que o Estado também é produtor de bens e serviços. Cf. SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 4ª. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1997, p.6-7.

urbana, percebe a presença de uma diversidade de objetos técnicos, de arte, de design e objetos naturais. Há espaços na qual a paisagem reúne esses diversos tipos de objetos. Não obstante, uma construção, como um parque ou uma praça, pode ser tomado tanto como um objeto técnico, pois responde às necessidades da vida humana com a criação de uma base para práticas sociais, de recreação, de lazer e de conservação. Ao mesmo tempo, podem ser um objeto de design, uma vez que o seu planejamento e/ou projeto respondem tanto a funções definidas de modo objetivo, quanto permitem diferentes modos de apropriação, se caracterizando como um estímulo inicial a exploração da percepção que o indivíduo possui a respeito da paisagem em questão, conduzindo-o a diversificar os modos como ele desenvolve suas práticas em uma praça ou em um parque. E ainda, podem ser considerados como um objeto de arte, uma vez que, no planejamento e na composição da morfologia da paisagem, vem responder a um sentido mais abstrato, onde explora a estética compositiva, e que os valores e as soluções adotadas respondem princípios de caráter mais subjetivo e sem necessariamente, demandar a definição de um objetivo ou de um fim específicos.

Macedo⁵⁵ pondera que o reconhecimento das qualidades de uma paisagem parte de uma apreensão de seus atributos sendo tomados considerando os seguintes aspectos: estético, funcional e ambiental. O valor estético representa um conjunto de características de caráter social e cultural, e que se estabelece em um dado lugar e em um tempo específicos. O valor funcional corresponde à “eficiência do lugar no tocante ao funcionamento da sociedade humana”⁵⁶. O valor ambiental corresponde às “possibilidades de vida e de sobrevivência de todos os seres vivos e das comunidades na paisagem existente”⁵⁷. O autor considera ainda que três aspectos que influem no reconhecimento de valores paisagísticos, são eles⁵⁸:

a) *excepcionalidade* – identificada em parcelas de paisagem que apresentam características fisiográficas diferenciadas de seu entorno imediato, de uma região ou de um país, e por isso dotam-nas de um caráter único e especial, a partir do qual elas são reconhecidas e apreciadas (exemplo a formação do Morro do Pão de Açúcar no Rio de Janeiro);

b) *afetividade* – são valores estabelecidos na vida cotidiana. São paisa-

⁵⁵ MACEDO, Sílvio Soares. **Paisagem, litoral e urbanização**: do éden à cidade. 1993. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

⁵⁶ MACEDO, Sílvio Soares. **Quadro do Paisagismo no Brasil**. São Paulo: Sílvio Soares Macedo, 1999, p.13.

⁵⁷ Ibidem.

⁵⁸ MACEDO, Sílvio Soares. **Paisagem, litoral e urbanização**: do éden à cidade. 1993. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

gens, a priori, desprovidas de aspectos morfológicos muito diferenciados, mas que integram a memória urbana (individual ou coletiva) de um lugar. Um exemplo desse grupo são as paisagens vernaculares que assumem um caráter pitoresco, e qualquer alteração na sua estrutura é facilmente percebida (exemplo uma viela arborizada delimitada por casas antigas);

c) *simbolismo* – resulta de valores atribuídos a um determinado lugar – conjunto arquitetônico, urbanístico e/ou paisagístico – que representa um momento histórico importante ou que demarca uma conquista para uma comunidade, região ou país. O Monte Pascoal no sul da Bahia é um marco no descobrimento do Brasil. Em Campo Grande, MS, a confluência dos córregos Prosa e Segredo, apesar da ausência de vestígios históricos mais significativos, delimita o local de origem do processo de urbanização da região.

Observa que esses três valores têm caráter relativo, e sua abrangência e/ou relevância para ser considerada deve ser adequadamente caracterizada. Certos conjuntos podem ter relevância local, mas não têm a mesma importância em um contexto mais amplo.

1.2.2 Sobre o conceito sistema de espaços livres de recreação e conservação

Considerando a ‘natureza propositiva’ que caracteriza a atividade do arquiteto-urbanista em estar apresentando respostas e soluções aos desafios da realidade, a compreensão e o enfoque do termo espaço tende “a uma fragmentação dessa totalidade em subespaços e à sua conseqüente adjetivação e/ou especificação (espaço urbano, espaço livre, espaço verde, etc.)”⁵⁹. Através da diferenciação dessa totalidade em categorias e grupos que reúnem um certo conjunto de características e de qualidades comuns, compreende que a abordagem do termo espaço torna-a mais pertinente “às especificidades e diferenças de escala dessa dimensão propositiva” do arquiteto-urbanista⁶⁰.

O espaço livre “é todo espaço não ocupado ou coberto por um volume edificado”⁶¹ e que está diretamente associado ao entorno das edificações, às atividades humanas, seja na forma de espaços de circulação ou

como áreas de permanência.

Os espaços livres urbanos podem ser úteis, lúdicos e proporcionar sensações aprazíveis aos sentidos humanos, dotar de conforto e facilitar a realização de um conjunto de atividades que a sociedade desenvolve através deles. Os espaços livres urbanos desempenham um importante papel desde a simples circulação de pessoas, o trânsito de veículos, o uso para a produção de alimentos, o abrigo à vida silvestre (flora e fauna), o encontro de amigos, o descanso e outras diferentes práticas como a realização de exercícios físicos, jogos, e outras formas de recreação e o trabalho.

O sistema de espaços livres de recreação e conservação é uma totalidade, formada por um sistema de objetos e um sistema de ações, articulados, que respondem a um conjunto de demandas da sociedade e que interagem com diferentes instâncias (social, econômica, política e cultural). Esse sistema é um subsistema do sistema de espaços livres urbanos e compõe parte da infraestrutura urbana. Contudo, uma vez consolidado e perdurando no tempo, esse sistema potencialmente passa a pertencer, em dada medida, ao meio ecológico, pois serve de base para novas ações e construções da sociedade.

O sistema de espaços livres de recreação e conservação é dinâmico, heterogêneo, de apreensão diversa, pois está subordinada ao contexto em que ele se insere. Ele é formado potencialmente por objetos técnicos, objetos naturais, objetos de design e objetos de arte. A apreensão, tanto do espaço como da paisagem que resulta de sua organização, está suscetível ao repertório de quem interage com o sistema, os atributos e o conjunto de valores a ele atribuídos. Em geral, a construção desse sistema é parcial, pois está em movimento no tempo (e na história), e ele evolui agregando novos valores, perdurando outros ou ainda, sofrendo um processo de dilapidação do conjunto existente, tanto dos atributos físicos quanto do sistema de valores e das ações que os qualifica.

A evolução do sistema de espaços livres de recreação e de conservação é demarcada por períodos, ou seja, em acordo a evolução da sociedade, de suas demandas, da cultura, da tecnologia, algumas estruturas e organizações formam tipos arquitetônicos que marcam uma época, pois refletem todo o contexto e um conjunto de ações de um momento histórico. Porém, os valores, os hábitos, as necessidades sociais, as técnicas tendem a renovar-se, assim o sistema evolui e sua constituição dá lugar a uma outra estrutura e práticas bastante diversas de sua condição original.

Santos denomina esse processo de transformação estrutural da paisagem e que decorre do envelhecimento físico e/ou social das formas. O autor afirma que

⁵⁹ HIJOKA, Akemi et al. Espaços livres e espacialidades da esfera da vida pública: uma proposição conceitual para o estudo de sistemas de espaços livres urbanos no país. **Paisagem e ambiente**, São Paulo, n.23, 2007, p.117.

⁶⁰ HIJOKA, Akemi et al. Espaços livres e espacialidades da esfera da vida pública: uma proposição conceitual para o estudo de sistemas de espaços livres urbanos no país. **Paisagem e ambiente**, São Paulo, n.23, 2007, p.118.

⁶¹ MAGNOLI, Miranda. Espaço Livre: objeto de trabalho. **Paisagem ambiente**, São Paulo, n.21, 2006a, p. 179.

As formas envelhecem por inadequação física, quando, por exemplo, ocorre o desgaste dos materiais. Já o envelhecimento social corresponde ao desuso ou a desvalorização, pela preferência social a outras formas. [...] o envelhecimento físico das formas é previsível pela durabilidade dos materiais, o envelhecimento moral não é tão previsível, [pois] muda de acordo com o quadro político, econômico, social e político⁶².

Santos pondera que a paisagem é um ‘mosaico’ que pode conter formas que estão a espera de reutilização e outras aptas a agregar novas funções e assim, serem objeto de inovação⁶³. Entretanto, poucas funções são “capazes de criar novas formas, e é por isso mais comum o uso das preexistentes através da readaptação”⁶⁴.

A readaptação das formas da paisagem nem sempre resultam em ações construtivas. Há exemplos em que ‘reformas’ realizadas em espaços públicos, ao invés de apropriar-se de parte do contexto existente, promove uma modificação ‘dramática’ das formas e objetos, entendendo que só pela ampla transformação da paisagem promove uma renovação do espaço como um todo.

Vários projetos públicos de caráter personalista se utilizam desse recurso como meio de construir uma ‘nova’ realidade. Contrariando o caminho indicado por Santos, essas intervenções são constituídas de ‘formas novas com idéias antigas’, que priorizam a demarcação da imagem efêmera de uma administração pública, em detrimento da valorização da história e da memória urbana, e perde-se a oportunidade de construir em um processo crescente, agregando no tempo um conjunto de ações que foram positivas para a sociedade, que demarcam sua identidade e que guardam ainda um potencial de contribuição para o desenvolvimento futuro.

A evolução do sistema de espaços livres de recreação e de conservação para progredir, depende do potencial que cada espaço componente tem em dar suporte à realização de atividades que a sociedade entende como pertinentes a esse sistema. Ao mesmo tempo, a organização e a estrutura que o conformam e o sistema de ações que o dinamizam devem ter a capacidade gerar meios os quais promovam uma ‘renovação’ no ato de apreender e de interagir com o conjunto de espaços por ele formados. Tal ‘renovação’ tomada à feição do que se define um objeto de design e um objeto de arte. No entanto, essa condição não é tão comum, porém é uma condição ideal.

O sistema, conforme as atribuições funcionais e as condições do meio

⁶² SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 70.

⁶³ Ibidem. M. Santos denomina essas formas, respectivamente, como formas ‘viúvas’ e formas ‘virgens’.

⁶⁴ Ibidem.

ecológico, assume especificidades que passam a constituir subsistemas. Esses subsistemas são associados pela afinidade dos aspectos funcionais, pela morfologia geral da paisagem constituída, pela extensão ocupada, pela escala de interação com a cidade e a sociedade, caracterizando assim tipos. Essa tipificação também contribui para a delimitação de uma hierarquia entre esses subsistemas em acordo a suas potencialidades e sua relevância na composição da totalidade do sistema. Cada cidade pode conter um sistema bem diverso do que o de outra cidade, pois a história do lugar, as relações que nele se desenvolvem, as necessidades que cada população possui, os valores por elas atribuídos, além das características do suporte físico, dotam o sistema de uma identidade própria que pode guardar alguma semelhança com os sistemas de outras cidades.

É usual encontrar nas cidades brasileiras sistemas de constituição parcial, ou seja, em processo de consolidação, sendo ora mais processados, ora de estrutura, de organização e de funcionamento mais rudimentar. A consolidação do sistema depende tanto do grau de processamento dos objetos que conformam o sistema e os subsistemas. Como também, depende da definição e da manutenção de um conjunto articulado de ações que contribuam para a continuidade e a renovação dos objetos no espaço e no tempo, assim como, promovam, animem e orientem a vivência e a sociabilidade nesses espaços. A continuidade e o sucesso do sistema de espaços livres de recreação e conservação, demanda tanto da dinamização do conjunto de ações quanto da conformação, da constituição, da construção do sistema de objetos que o compõem. Construir paisagem não basta. Há de se gerir as ações nesses espaços, de fomentar políticas públicas que dinamizem e valorizem os espaços desse sistema.

Entre os sistemas de espaços livres de cada cidade pode haver uma diferenciação pelo grau de processamento, ou seja, uma diferenciação das partes e/ou do todo em estágios evolutivos ou estágios de desenvolvimento. Há cidades em que a maior parte das áreas destinadas à recreação e à conservação encontram ainda sem uma configuração que permita a ocupação do espaço. Nessa condição, constituem apenas em espaços de reserva. A apreensão desses espaços como sistema tem caráter ainda rudimentar. Em outros casos, a configuração da paisagem reúne objetos e possui uma caracterização funcional muito restrita. O repertório empregado na constituição dos espaços arquitetônicos oferece, de modo correlato, um universo também restrito de uso dos espaços pela população.

Há outros espaços, cujo conjunto paisagístico apreende-se das qualidades do suporte físico, dinamiza-se por um conjunto de atividades próprias às necessidades locais e também oferecem uma ‘abertura’ para a renovação dos

usos, para o desenvolvimento de outras experiências e práticas e que propiciem a integração e a complementaridade funcional com os demais espaços livres seja aqueles pertencentes ao sistema, seja em relação àqueles que se situam no âmbito da propriedade privada. Apropriando-se da afirmação de Santos, quanto mais complexos, diversos, elaborados e integrados são os subsistemas e o sistema de espaços livres públicos de recreação e conservação, melhores serão as possibilidades de sucesso e de durabilidade desse sistema no espaço, no tempo e na vivência do cotidiano urbano.

1.2.3 Tipos e o sistema de espaços livres urbanos

O termo *tipo* pode ser tomado como referência para se estabelecer uma análise de aspectos morfológicos, estilísticos, funcionais e outros que sejam julgados como pertinentes à análise. O tipo é a síntese interpretativa que é abstraída de uma totalidade e/ou de uma realidade. Ele é um recurso metodológico que permite avaliar e delimitar um sistema de classificação tanto de objetos quanto de fatos. As categorias identificadas sintetizam as propriedades essenciais que caracterizam o tipo. O desenvolvimento dessa análise permite determinar como cada tipo é produzido, como se estabelece a lógica das variações, assim como, ele se associa em conjunto e também se relaciona com outros tipos⁶⁵.

⁶⁵ Uma das primeiras apreensões sobre o conceito *tipo* compreende a idéia de uma figura a ser imitada, ou de um 'meio concreto' através do qual se reproduz um modelo. Em uma de suas acepções mais antigas, o tipo correspondia 'a essência de um conjunto de objetos ou de pessoas', sendo um termo empregado nas ciências naturais para descrever elementos pertencentes a um mesmo grupo de um sistema de classificação (taxionomia) pelo qual se enunciam as características de ordem mais geral em detrimento das características mais particulares.

Panerai observa que a análise dos tipos guarda uma relação com a escala em que ela se desenvolve (o lote, a rua, a quadra, o bairro, a cidade) e com o contexto em que ela é aplicada. Nesse sentido, o autor utiliza-se como meio de exemplificação, a apreensão sobre aspectos como a escala em que o tipo se desenvolve, ponderando que a análise de parcelamentos do solo pode ser tomada a parte desde que seja considerada sua relação com o tecido urbano. E isto demonstra tanto a definição objetiva dos limites da extensão física do campo de análise quanto da interação entre diferentes escalas de análise – como exemplo a interação entre a cidade e o bairro.

Panerai orienta que na análise tipológica é importante:

estabelecer uma identificação prévia de alguma afinidade (estrutural, morfológica, funcional ou de outra ordem) entre os objetos ou fatos que se associam para desenvolver a análise tipológica;

b) definir os meios disponíveis para que ela se desenvolva (como por exemplo tempo, recursos humanos, recursos financeiros e outros);

c) decidir se ela será feita a partir da apreensão de um amplo conjunto de objetos ou se será desenvolvida como uma análise por meio de amostragem onde é reunido um conjunto de objetos que são representativos do contexto avaliado. O autor conclui que "um bom conhecimento da cidade em questão e dos 'fenômenos urbanos' mais gerais permite, com um pouco de intuição, determinar amostras pertinentes".

Panerai pondera que a análise de tipos só se justifica desde que seja desenvolvida inserida em um 'sistema global', considerando o conjunto de tipos e suas relações. Uma vez consolidados em um tempo, os tipos são passíveis de serem apropriados em outro tempo. Cf. PANERAI, Philippe.

Nas áreas urbanas, os espaços livres compreendem todo espaço não ocupado ou coberto por um volume edificado e que está diretamente associado ao entorno das edificações, às atividades humanas, seja na forma de espaços de circulação ou como áreas de permanência⁶⁶. Eles podem ser empregados na circulação, na percepção da paisagem e dos volumes edificados, como artifício para a interiorização do ar e da luz nas edificações, na estruturação da morfologia urbana, na proteção de recursos naturais e culturais, ou ainda, serem destinados para práticas recreativas.

No contexto urbano, têm-se como espaços livres todas as ruas, praças largos, pátios, quintais, parques, jardins, terrenos baldios, corredores externos, vilas, vielas e outros mais por onde as pessoas fluem no seu dia-a-dia em direção ao trabalho, ao lazer ou à moradia ainda exercem atividades específicas tanto no trabalho, como lavar roupas (no quintal ou no pátio), consertar carros, etc., como de lazer (na praça, no playground, etc.)⁶⁷.

Também considera-o 'livre' pois são passíveis de serem usufruídos a qualquer momento, sem restrições ou regras. Conforme afirma Lynch

É livre porque não está contido em edificação, tendo funcionamento sem coerção ou discriminação [... e cujo acesso se dá] sem formalidade, obstáculos ou proibições no tocante ao uso, isento de edificações ou com o mínimo delas⁶⁸.

Os espaços livres intervêm e servem de base para um amplo conjunto de atividades. Segundo Tunnard-Pushkarev⁶⁹, os espaços livres atendem a quatro funções básicas: a produtiva, a protetora, a ornamental e a recreativa. Eles estão associados à produção de alimentos, à extração de recursos minerais e florestais, à geração e ao fornecimento de energia, ao abastecimento e ao tratamento de água, à cultura de animais e de plantas ornamentais entre outros. Eles são constituídos como áreas de proteção de recursos naturais (águas subterrâneas, brejos, bosques, promontórios, formações especiais) e de recursos culturais (sítios históricos, monumentos, paisagens representativas na memória coletiva); são importantes na circulação urbana, nas práticas recreativas, nas atividades sociais, na segurança pública pelo controle de deslizamento de encostas, da ocupação das faixas de inundação, no controle de áreas com risco de incêndio⁷⁰.

Análise urbana. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006, p.111-131.

⁶⁶ MAGNOLI, Miranda. Espaço Livre: objeto de trabalho. **Paisagem ambiente**, São Paulo, n.21, 2006^a, p.179, 202-203.

⁶⁷ MACEDO, Silvio S. Espaços livres. **Paisagem ambiente**, São Paulo, n.7, 1995, p.16.

⁶⁸ Apud SÁ CARNEIRO, Ana Rita; MESQUITA, Liana de Barros. **Espaços livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2000, p.24.

⁶⁹ Apud MAGNOLI, Miranda. Espaço Livre: objeto de trabalho. **Paisagem ambiente**, São Paulo, n.21, 2006 a, p.179.

⁷⁰ Algumas das funções discriminadas na legislação do Estado da Califórnia (EUA) a respeito

A classificação dos espaços livres quanto ao regime jurídico subdividida em: espaços de domínio privado, ou seja, que pertence à uma pessoa física ou jurídica e espaço de domínio público (nacional, estadual e municipal)⁷¹. Os espaços de livres de uso privado são ocupados para diversas finalidades. No âmbito da moradia são formados pelas áreas de quintais, jardins, corredores, estacionamentos entre outros. Outros espaços significativos são as áreas recreativas de clubes, estacionamentos de empresas e de shopping centers, campi universitários, cemitérios-jardins. Conforme o Código Civil, os espaços de bem público dividem-se em⁷²:

- a) áreas de uso comum – destinadas ao uso livre por qualquer indivíduo;
- b) áreas de uso especial – compreende os espaços que estão a disposição para o desenvolvimento de atividades públicas e/ou dos serviços públicos e também aqueles abertos a visitação pública;
- c) áreas dominicais ou dominiais – são formados pelos próprios da federação, do estado e do município que “não [são] aplicados nem ao uso comum nem ao uso especial [...] sobre os quais tem senhoria [...] ou que, lhe assistam em conta direito pessoal”⁷³.

Ruas, praças, parques são ‘bens de uso comum’ que podem ser usufruídos, de modo gratuito ou oneroso, na maioria das vezes acesso livre.

A qualidade da vida no espaço urbano é influenciada pela configuração física dos espaços livres. “A forma do espaço livre é mais um elemento vago, variável, indefinido a priori. [...] A superfície, a dimensão, o ‘tamanho’ de um lugar é relacionado [...] ao tipo de utilização [que ele] pode propiciar”⁷⁴. Conforme a dimensão e a morfologia, o espaço livre pode abrigar com maior ou menor propriedade e eficácia um conjunto de funções e de atividades.

da finalidade dos espaços livres urbanos. Apud MAGNOLI, Miranda. Espaço Livre: objeto de trabalho. **Paisagem ambiente**, São Paulo, n.21, 2006 a, p. 180-181.

⁷¹ SÁ CARNEIRO, Ana Rita; MESQUITA, Liana de Barros. **Espaços livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2000, p.25.

⁷² MENNEH, Márcia Halluli. **O sistema de espaços livres públicos da cidade de São Paulo**. 2002. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p.57-58.

⁷³ Mello apud MENNEH, Márcia Halluli. **O sistema de espaços livres públicos da cidade de São Paulo**. 2002. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p.57.

⁷⁴ MAGNOLI, Miranda. Espaço Livre: objeto de trabalho. **Paisagem ambiente**, São Paulo, n.21, 2006 a, p.182.

O sistema de espaços livres urbanos é subdividido em sistema de espaços livres de circulação e sistema de espaços livres de lazer e conservação⁷⁵.

1.2.4 Tipologias e o sistema de espaços livres de recreação e conservação

A caracterização de tipologias nos espaços livres públicos guarda uma correlação com o enfoque dado a esses espaços. Há sistemas de classificações comuns e outros que tendem a uma diversificação e uma especialização muito peculiar e que dado tipo ou conceito aplicado só pode ser compreendido dentro da realidade em que ele foi abstraído. Porém, mesmo não havendo uma homogeneidade dos sistemas de classificação, considera-se que eles guardam características e princípios comuns.

Escala de abrangência: é um critério amplamente difundido, sendo definido pela relação de importância dos espaços livres em relação às atividades urbanas e o público que deles usufrui. Apesar de ser um critério de emprego comum, o modo como ele é interpretado difere entre autores, ora demonstrando uma complexidade maior, ora sendo determinado por um sistema de classificação mais simples. Entre os fatores que orientam a diferenciação das categorias de classificação, considera-se:

- a) *Função principal do espaço livre* – a definição da principal finalidade que o espaço livre irá cumprir na ocupação do espaço urbano e na paisagem, dotando-o de um caráter próprio. Essa definição decorre da própria definição do sistema de espaços livres como um todo e da avaliação da paisagem⁷⁶;
- b) *Alocação dos espaços livres em relação à malha urbana e a distância percorrida para o acesso* – a distância intervém no tempo, no esforço, na segurança de deslocamento, na frequência e na periodicidade de uso a um determinado local. Distâncias pequenas requerem um tempo menor de deslocamento e potencialmente permitem uma frequência maior e uma permanência mais prolongada no local. Os parques situados dis-

⁷⁵ MENNEH, Márcia Halluli. **O sistema de espaços livres públicos da cidade de São Paulo**. 2002. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p.57.

⁷⁶ No plano de Salvador, a proposta de sistema de espaços livres se subdivide em dois subsistemas considerando as seguintes funções: proteção ambiental e recreação. A partir dessa ordem geral é que se caracterizam os diferentes tipos de espaços livres que compõem o sistema. Outro fator importante na caracterização do sistema é que ela considera a análise da fisiografia, determinando alguns tipos considerando as características da paisagem. No caso de Salvador como havia a necessidade de determinar as áreas passíveis de urbanização e aquelas que necessitavam de proteção, definiu-se para os locais de relevo íngreme e suscetíveis à erosão, a alocação de parques de encosta. Cf. SALVADOR. **Áreas verdes e espaços abertos**. Salvador: Prefeitura Municipal; Oceplan; Plandurb, 1978.

tantes de um centro urbano podem ter um uso mais esporádico, porém podem ter uma abrangência maior de público. Ao mesmo tempo, locais próximos podem oferecer um acesso mais seguro às crianças e idosos e requererem um menor esforço de deslocamento;

c) O *público usuário* – observando as faixas etárias, as expectativas de demandas de usos, o perfil demográfico das unidades planejamento consideradas na elaboração do plano do sistema de espaços livres. e em acordo a escalas de abrangência e as áreas necessárias para realização das atividades em acordo ao público. No plano de sistema de espaços livres para Salvador (BA), a diferenciação de categorias de espaços livres considera uma dimensão tomando como referência o percentual da população que frequenta os espaços livres e determinando um valor em metros quadrados por habitante em função da atividade a ser realizada no local em questão⁷⁷. Para cada escala de abrangência há um valor específico. A definição desses valores foi realizada considerando:

[...] vários padrões internacionais, principalmente americanos, ingleses e italianos, e da análise de projetos de parques de recreação no Brasil. [...] Considera também] estudos de quantificação de equipamentos fornecidos pela Pesquisa de Usuários de Parques e do Anteprojeto do Parque Metropolitano Sul, da Grande São Paulo⁷⁸;

d) A *frequência de uso* (diária, semanal, eventual);

e) *Meio de transporte* – determina a mobilidade do acesso e da circulação dos usuários aos espaços livres, influenciando no tempo de permanência e na frequência de uso. Os meios mais convencionais são: a pé, por ciclovia, automóvel, sistema de transporte coletivo e há casos especiais que requerem outros meios de transporte como barcos ou avião⁷⁹;

f) *Extensão total da área projetada e/ou planejada* – este aspecto é um dado de valor relativo. Potencialmente ele pode intervir na capacidade de construção de diferentes equipamentos em acordo com a natureza do uso. Um campo de futebol requer um espaço maior do que uma quadra esportiva. Ele determina a capacidade do número de usuários presentes em um local num mesmo período. Ou pode influir na maior ou menor quantidade de elementos que constituem a paisagem de um lugar. Tem-se a expectativa de que lugares menores podem ter uma fisiografia mais simples do que lugares amplos⁸⁰;

g) A *diversidade programática* – quanto maior a escala de abrangência presume-se que o público será maior e as demandas de uso serão diversas. Assim, o aumento da escala de abrangência demanda por uma maior diversidade de usos e atividades;

h) *Grau de preservação dos recursos naturais e potencial de suporte de vida silvestre*⁸¹ – critério considerado em relação à frequência, considerando a maior probabilidade de conservação está associada ao uso eventual do espaço livre;

i) *Frequência de manutenção*⁸² – critério diretamente associado a frequência de uso, sendo proporcional ao aumento de público e à intensidade de uso.

As denominações das subcategorias escalares diferenciam entre as referências. Mas apresenta-se a síntese dos conceitos observados.

⁷⁷ O valor referencial básico para o cálculo das áreas de recreação é de 1,5m²/hab para parques de vizinhança e de bairro e de 3m²/hab para parques distritais. Esse valor é ponderado com a densidade de habitantes por unidade de planejamento e as demandas por área de recreação. O percentual de frequência simultânea do público por faixas etárias é estimado em 1/3 para parques de vizinhança, 1/5 para parques de bairro e 1/10 para parques distritais. Assim os valores resultantes por usuário são de 15m² para parques de vizinhança, 60m² para parques de bairro e 30m² para parques distritais. Cf. SALVADOR. **Áreas verdes e espaços abertos**. Salvador: Prefeitura Municipal; Oeplan; Plandurb, 1978, p.57-62.

⁷⁸ Sobre os estudos de quantificação dos equipamentos não é especificado maiores informações sobre os critérios adotados no dimensionamento, apenas é informado a autoria do trabalho (Grupo Executivo da Grande São Paulo – GEGRA), porém se especificar dados sobre a fonte bibliográfica consultada. Idem, p.61-62.

⁷⁹ Há parques nacionais que o acesso se realiza por meio de barco como o Parque Nacional de Abrolhos (Bahia) ou o Parque Nacional de Fernando de Noronha (Pernambuco). No caso de Fernando de Noronha o acesso à ilha ocorre por meio de transporte naval ou aéreo. No entanto o deslocamento interno na ilha ocorre pelo meio convencional (a pé, de bicicleta ou de carro) e a visita aos recifes de corais ocorre por meio de barcos.

⁸⁰ A relatividade da extensão pode ser avaliada na comparação entre a Praça do Ministério do Exército (Brasília, DF), o Parque Ecológico Chico Mendes (São Paulo, SP) e o Parque Memorial Arcoverde (Recife, PE). Os três espaços possuem aproximadamente 6ha, porém os aspectos funcionais, configuração espacial, controle de acesso determinam a diferenciação entre esses espaços. Há de ponderar que 6ha de um campo gramado e de topografia plana não guardam maiores desafios a avaliação do suporte físico. Porém, a mesma extensão de uma mata densa na encosta de um morro pode demandar de uma análise mais complexa e criteriosa. Para avaliar a diferença assinalada dos projetos citados confira CADERNOS BRASILEIROS DE ARQUITETURA. São Paulo: Projeto, v.5, 1986b. (Paisagismo I), p.94-95; e MACEDO, Sílvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial: Edusp: Projeto Quapá, 2002, p.133,197.

⁸¹ Critério proposto por Hough e Barrett no planejamento do sistema de espaços livres da cidade de Toronto (Canadá). Conforme o plano proposto, o sistema de classificação considera os aspectos ambientais da paisagem, separando os espaços em classes segundo o gradiente de maior ou de menor importância na conservação dos elementos naturais, ao mesmo tempo, tendo uma preocupação com as demandas e a frequência com a manutenção das diferentes categorias de espaços. Cf. HOUGH, Michael. **Ciudad y naturaleza**: planificación urbana y procesos ecológicos. Barcelona: Gustavo Gili, 1995, p.111.

⁸² Idem.

a) *Escala da Vizinhança*⁸³ – de influência local (área de ação 500m)⁸⁴, está relacionado ao cotidiano, atende um público menor e está situado no entorno próximo. Pela restrição de deslocamento tem com usuário prioritário o público infantil. Considerando a lógica da acessibilidade mais fácil e segura, pode-se afirmar que aqueles com mobilidade restrita (exemplo público idoso) também deve ser considerado como prioritário. No âmbito do reconhecimento de valores na paisagem, nessa escala é que se desenvolvem as ações corriqueiras e que contribui para da afetividade. Demanda por manutenção freqüente;

b) *Escala do Bairro*⁸⁵ – com raio de ação de 1000m⁸⁶, envolve um público maior, tendo no público juvenil e adulto a referência para o programa arquitetônico. Requer a reserva de terrenos mais amplos, uma diversidade programática, e observar a acessibilidade em relação ao bairro. A freqüência compreende mais de um dia por semana. Os serviços de manutenção também devem ser regulares;

c) *Escala da Cidade*⁸⁷ – com raio de ação de 5000m⁸⁸, envolve um grande público, os terrenos são amplos, o programa de atividades é diverso, e também considera a acessibilidade, os meios de transporte, a situação em relação a cidade. Freqüência associado ao uso em fins de semana. Manutenção mais esparsa em proporção a extensão das áreas cobertura vegetal;

⁸³ Também denominada de escala local. HOUGH, Michael. **Ciudad y naturaleza**: planificación urbana y procesos ecológicos. Barcelona: Gustavo Gili, 1995.

⁸⁴ Distância de influência sugerida por KLIASS, Rosa Grena; MAGNOLI, Miranda M. Áreas verdes de recreação. **Paisagem e ambiente**, São Paulo, n.21, p.245-256, 2006; SALVADOR. **Áreas verdes e espaços abertos**. Salvador: Prefeitura Municipal; Oceplan; Plandurb, 1978; BUENOS AIRES. **Plazas e plazoletas**: guía para su proyecto, construcción y mantenimiento. Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires: Secretaría de Obras y Servicios Públicos, 1991.

⁸⁵ Distância de influência sugerida por KLIASS, Rosa Grena; MAGNOLI, Miranda M. Áreas verdes de recreação. **Paisagem e ambiente**, São Paulo, n.21, p.245-256, 2006; SALVADOR. **Áreas verdes e espaços abertos**. Salvador: Prefeitura Municipal; Oceplan; Plandurb, 1978; BUENOS AIRES. **Plazas e plazoletas**: guía para su proyecto, construcción y mantenimiento. Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires: Secretaría de Obras y Servicios Públicos, 1991.

⁸⁶ Denominação comum entre as referências, mas também designado como escala comunitária. HOUGH, Michael. **Ciudad y naturaleza**: planificación urbana y procesos ecológicos. Barcelona: Gustavo Gili, 1995.

⁸⁷ Distância sugerida por KLIASS, Rosa Grena; MAGNOLI, Miranda M. Áreas verdes de recreação. **Paisagem e ambiente**, São Paulo, n.21, p.245-256, 2006; SALVADOR. **Áreas verdes e espaços abertos**. Salvador: Prefeitura Municipal; Oceplan; Plandurb, 1978; BUENOS AIRES. **Plazas e plazoletas**: guía para su proyecto, construcción y mantenimiento. Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires: Secretaría de Obras y Servicios Públicos, 1991.

⁸⁸ Também denominada de Setorial, Distrital e Regional. SALVADOR. **Áreas verdes e espaços abertos**. Salvador: Prefeitura Municipal; Oceplan; Plandurb, 1978; HOUGH, Michael. **Ciudad y naturaleza**: planificación urbana y procesos ecológicos. Barcelona: Gustavo Gili, 1995.

⁸⁹ Distância sugerida por KLIASS, Rosa Grena; MAGNOLI, Miranda M. Áreas verdes de recreação. **Paisagem e ambiente**, São Paulo, n.21, p.245-256, 2006; SALVADOR. **Áreas verdes e espaços abertos**. Salvador: Prefeitura Municipal; Oceplan; Plandurb, 1978.

d) *Escala Metropolitana*⁸⁹ – influi sobre várias cidades. Pelo porte e área de influência considera os meios de transporte, a situação em relação ao conjunto de núcleos urbanos sob sua influência. Pode constituir áreas de reserva e conservação. Quando distante, o uso é mais eventual;

Observa-se que um espaço livre público cuja escala de abrangência é maior, em geral, ele atende também as demandas das escalas menores. A interação do usuário com as diferentes classes escalares está suscetível à distância com que ele usualmente percorre para usufruir do espaço livre. Na condição de uma maior proximidade isso poderá influir na freqüência, sendo mais regular em situações que poderia ser mais eventual.

1.2.5 Outros aspectos sobre a morfologia:

a) *Componentes espaciais* – a caracterização de tipos de espaços livres urbanos é influenciada pela configuração da paisagem, pela relação de objetos naturais e construídos que a compõem. No desenho de paisagem a presença mais marcante de um determinado elemento em detrimento de outro confere uma situação particular ao mesmo tempo dominante na composição espacial passando a demarcar a feição ou o caráter da paisagem como um todo. Os espaços livres de Curitiba denominados como bosques são demarcados pela presença abundante de arborização, de fragmentos de mata e de construções situadas em pequenas parcelas do terreno⁹⁰. O elemento vegetal é dominante na paisagem desse espaço livre e lhe confere o caráter dominante. Já as praças e os parques esportivos são caracterizados pela grande quantidade de equipamentos para jogos e outros destinados a atividades esportivas;

b) *Relação entre a área total do espaço projetado e o perímetro* – a apreensão sobre a morfologia dos espaços livres onde terrenos de forma alongada (como os parques lineares) possuem um perímetro maior, sendo potencialmente mais acessíveis aos usuários do entorno, porém limitando a área disponível para a construção de equipamentos e de

⁸⁹ Designação dada por KLIASS, Rosa Grena; MAGNOLI, Miranda M. Áreas verdes de recreação. **Paisagem e ambiente**, São Paulo, n.21, p.245-256, 2006. Também denominada de Provincial ou Nacional por HOUGH, Michael. **Ciudad y naturaleza**: planificación urbana y procesos ecológicos. Barcelona: Gustavo Gili, 1995.

⁹⁰ Para compreender como se caracteriza o tipo denominado como bosque confira os projetos do Bosque do Alemão e o Bosque de Portugal. Apesar de dimensões diferentes, a conservação da cobertura arbórea na maior parte do terreno confere a esses espaços uma similaridade na composição da paisagem passando a pertencer a uma mesma categoria de classificação. Confira os projetos em MACEDO, Sílvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial: Edusp: Projeto Quapá, 2002, p.105,107.

espaços arquitetônicos (fator determinado pela largura do terreno). Por outro lado, em se mantendo a mesma área total, terrenos que guardam uma proporcionalidade entre a largura e o comprimento são mais apropriados a implantação de equipamentos maiores, porém tem uma menor interação com entorno⁹¹;

1.3 Sobre o planejamento da paisagem

O planejamento da paisagem é uma etapa que antecede o projeto da paisagem e a gestão do espaço urbano. Ele tem como foco a compreensão das características do sítio e do contexto socioeconômico, definindo as diretrizes, as estratégias e as ações num dado tempo que orientam a intervenção na paisagem.

Ele compreende um conjunto de medidas técnicas vão subsidiar a proposição de soluções para as demandas da sociedade e de transformação da paisagem. LANCI DA SILVA⁹², ao tratar da técnica de planejamento da paisagem, comenta que os arquitetos geralmente adotam como princípio a definição de três tipos de áreas de intervenção (áreas de preservação, conservação e transformação ou desenvolvimento), que vão da mais natural e menos dependente à mais artificial e mais dependente da ação humana.

Dado o potencial de transformação da paisagem pela ação humana, entende-se que o planejamento requer uma abordagem sensível, que considera as particularidades sociais, econômicas, bem como as influências políticas e culturais sobre um determinado lugar, conjuntamente com as características físicas (ambientais). Implica também num amplo conhecimento sobre a dinâmica do funcionamento dessa estrutura, já que, considerando a influência da atuação humana, resultará certamente em uma alteração substancial da velocidade que as mudanças naturais podem ocorrer.

⁹¹ A relação entre extensão do perímetro e área total projetada é um critério utilizado na construção civil e na arquitetura para avaliar os custos de implantação da proposta. Denominado como *índice de compactidade* esse critério demonstra a importância da delimitação na morfologia dos espaços arquitetônicos. No caso de uma praça cuja área fosse de 1ha e de lados de dimensão iguais, seria necessário 400m de redes para iluminar os passeios externos da praça, e também seria possível implantar um campo de futebol no interior da praça. No entanto, se a praça de 1ha tivesse uma configuração alongada, como por exemplo 40m por 250m, o perímetro seria igual a 580m, 45% maior que a situação anterior, encarecendo os custos com a iluminação do passeio, mas ampliando a extensão das divisas do terreno e de contato com o entorno. Por outro lado, não seria mais possível implantar um campo de futebol como equipamento destinado a jogos. Para atender essa demanda talvez fosse mais adequado implantar quadras poliesportivas. Sobre o conceito índice de compactidade confira MASCARO, Juan Luis. O custo das decisões arquitetônicas. 2 ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998.

⁹² LANCI DA SILVA, Maria da Glória. **A paisagem em transformação:** processos para a configuração do Alto Tietê-Cabeceiras. 1997. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

O enfoque dado ao planejamento da paisagem pode basear-se em diferentes princípios. Ele pode ser abordado considerando os aspectos mais técnicos dos ecossistemas e dos processos naturais. Também pode ser desenvolvido pela contraposição dos aspectos positivos e negativos da ação humana na transformação da paisagem. Dramstad, Olson e Forman propõem o uso de esquemas simplificados para interpretar esses efeitos identificando limites e potencialidades, para que se tenha a adequada orientação das ações humanas⁹³. Outro modo de abordagem seria priorizar as questões sociais e políticas, uma vez que reconhecendo a forma como as decisões são tomadas pode interferir de modo decisivo tanto no processo de planejamento como nas etapas de projeto e de gestão⁹⁴.

Observa-se que é fundamental para o planejamento considerar cada lugar como único, onde as decisões são tomadas considerando suas especificidades e dinâmica. E o reconhecimento dessas especificidades será tanto melhor quanto mais ampla for a participação da sociedade na discussão de seus anseios e das possibilidades inerentes a paisagem. Considera-se que o sucesso de uma ação de planejamento é proporcionalmente correlata a diversidade de visões sobre os desafios da sociedade e da organização dos espaços, tal que resulte em soluções que atendam aos desejos e necessidades da maioria, “sem suprimir conflitos e, principalmente, sem neutralizar oposições”⁹⁵.

1.4 Sobre o projeto da paisagem

Macedo pondera que o projeto da paisagem nem sempre é um resultado exclusivo de um exercício de profissionais formados na área. Ele é o resultado desse trabalho em interação constante com as transformações decorrentes das ações da sociedade, das transformações do ambiente terrestre, e da presença dos seres vivos.

O projeto é desenvolvido pela intervenção em parcelas da paisagem, e está articulado ao contexto urbano. Sua elaboração visa “qualificar ambiental,

⁹³ DRAMSTAD, Wenche E.; OLSON, James D.; FORMAN, Richard, T. T. **Landscape ecology principles in landscape architecture and land-use planning.** Washington, DC: Harvard University Graduate School of Design, Island Press and the American Society of Landscape Architects, 1996.

⁹⁴ Steiner e Marsh apud LANCI DA SILVA, Maria da Glória. **A paisagem em transformação:** processos para a configuração do Alto Tietê-Cabeceiras. 1997. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

⁹⁵ LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. Natureza e cultura: paisagem, objetos e imagens. In: **Paisagem Ambiente.** São Paulo, n. 18, 2004, p.67.

estética e funcionalmente um espaço livre”⁹⁶.

Conforme a escala de intervenção e a importância atribuída ao projeto, ele pode promover uma mudança estrutural (que se expressa pela mudança significativa da configuração e/ou da composição da paisagem) ou servir como um complemento, promovendo a requalificação funcional e cênica, sem alterar, de modo expressivo, a morfologia e a estrutura primitiva da paisagem⁹⁷.

Macedo⁹⁸ pondera que para uma adequada ocupação da paisagem, devem ser considerados os seguintes aspectos:

- a) avaliar as características do suporte físico em relação à ação antrópica, considerando desde os aspectos que constituem a superfície do solo, quanto a formação do subsolo, a existência de aquíferos, o sistema de drenagem;
- b) caracterizar as variações sazonais do clima, identificando tipificação do tempo e a adaptabilidade dos seres vivos e das comunidades ao clima;
- c) identificar os ecossistemas e as formas de vida característicos do lugar onde se intervém, delimitando a importância que esses ecossistemas e formas de vida possuem, assim como, avaliando o potencial de aproveitamento dos recursos pela sociedade;
- d) reconhecer e avaliar os valores sociais e culturais que esses espaços exercem no desenvolvimento da vida e dos diferentes modos de comportamento social;
- e) identificar os tipos e os parâmetros morfológicos que orientam a ocupação antrópica, assim como, é necessário identificar os modos de relação desses tipos com as estruturas do suporte físico, com os ecossistemas e com seus agentes formadores;
- f) avaliar o potencial de aproveitamento das estruturas ambientais, incluindo tanto os recursos naturais e quanto os recursos construídos, identificando “seus níveis de produtividade e a sua capacidade de recuperação diante das diferentes formas de exploração” pela sociedade humana⁹⁹;
- g) identificar a importância escalar que a paisagem e o espaço de de-

⁹⁶ MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do Paisagismo no Brasil**. São Paulo: Silvio Soares Macedo, 1999, p.14-15.

⁹⁷ Ibidem.

⁹⁸ MACEDO, Silvio Soares. **Paisagem, litoral e urbanização**: do éden à cidade. 1993. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993a.

⁹⁹ MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do Paisagismo no Brasil**. São Paulo: Silvio Soares Macedo, 1999, p.13.

terminado lugar possuem em relação ao seu valor paisagístico, cultural, de uma região e/ou de um país, delimitando os atributos que os fazem especiais, as vezes excepcionais, e os dotam de um conteúdo e um valor muito próprio, quase que único em relação ao contexto.

O projeto da paisagem pode ser feito de acordo com a escala de abordagem. No caso dos espaços livres públicos e privados é comumente denominado de projeto de paisagismo ou de arquitetura paisagística. Ele é o resultado de um processo que é desenvolvido por etapas. Há uma fase onde se estabelece o primeiro reconhecimento dos aspectos que envolvem o desenvolvimento da proposta, ampliando gradualmente o nível de complexidade e de especificidade de abordagem. Zoppi et al.¹⁰⁰ definem como sendo três as etapas de desenvolvimento da proposta: estudo preliminar, anteprojeto, projeto executivo.

O estudo preliminar se caracteriza pela identificação das idéias e objetivos que envolvem o desenvolvimento da proposta, a definição do perfil dos agentes¹⁰¹ que participam (direta e indiretamente) na elaboração da proposta e do estudo de viabilidade das idéias. Compreende também a caracterização dos aspectos ambientais e de processos ecológicos relativos à área de intervenção, da delimitação dos aspectos legais, funcionais, programáticos e estilísticos do projeto.

¹⁰⁰ ZOPPI, Mariella et al. **Progettare con il verde**. Florença: Alínea, v.1, 1996.

¹⁰¹ Sobre os agentes Zoppi et al. observa a necessidade de diferenciá-los considerando três aspectos:

a) Os agentes envolvidos no *desenvolvimento do projeto*: o profissional ou equipe técnica responsável, a pessoa ou grupo de pessoas que serão os interlocutores entre a equipe técnica e o público que se destina o projeto, e por último, as pessoas que usufruirão do projeto. Há casos em que tanto o interlocutor do projeto quanto o público alvo é constituído pelo mesmo agente.

b) Os agentes segundo o *aspecto jurídico*. Esse aspecto guarda uma correlação relativa com a extensão das áreas de intervenção assim como a complexidade do projeto. Essa categoria é formada pela *pessoa física*: que se caracteriza pelo desenvolvimento projetos em propriedades privada (as vezes pequenas), de acesso restrito e um público menor. Há também as empresas e associações que são predominantemente formadas por propriedades privadas, porém não sendo de acesso tanto restrito sendo apropriado por uma coletividade maior. Clubes, parques industriais e condomínios comerciais e residenciais são exemplos de tipos de projeto desse grupo. Em relação a figura jurídica há ainda as *instituições* que se caracterizam por desenvolver projetos em áreas públicas, em terrenos de grande extensão, em geral, de acesso a um público maior e bastante diverso. O projeto de parques esportivos, praças, reservas biológicas são exemplos desse grupo.

c) Os agentes segundo a *propriedade da terra*: o primeiro é aquele que é proprietário e irá, em geral, requerer soluções de caráter mais duradouro e permanente. O segundo é o *inquilino*, nessa condição as soluções de projeto visam responder a um conjunto de necessidades por um tempo determinado e cujas estratégias devem prover soluções que requeiram menor tempo para sua consolidação. O terceiro é o *promotor de eventos* e como tal requer projetos de reposta imediata e de duração efêmera.

Não obstante sobre os agentes é necessário avaliar valores culturais, aspectos comportamentais, preferências e práticas de maior ocorrência, assim como disponibilidade de recursos para a manutenção do projeto depois de concluído. Como complemento ao método de trabalho é necessário ter sensibilidade, capacidade interpretativa e repertório. Cf. ZOPPI, Mariella et al. **Progettare con il verde**. Florença: Alínea, v.1, 1996, p.191-194.

O anteprojeto é o momento em que idéias gerais a respeito do projeto assumem um caráter mais definitivo. Nessa etapa se aprimora a especificidade das informações relativas projeto, havendo um aprofundamento da prospecção das possibilidades e da análise do local, obtendo-se como produto a configuração do plano geral do traçado e da composição dos espaços arquitetônicos e paisagísticos em acordo as condicionantes do projeto como: estilo de projeto, a arquitetura das construções e equipamentos, a vegetação, a topografia, o solo, o clima, redes de infra-estrutura, demanda ecológica e outros. Os recursos metodológicos utilizados nessa etapa são constituídos pela elaboração de plano de massas, plano de zoneamento funcional, definição do sistema de articulação dos espaços e subespaços, de integração com o entorno, de acessibilidade, o sistema de circulação, a modelagem da topografia do terreno, caracterização dos elementos de controle dos aspectos bioclimáticos e outros.

Cada situação de projeto pode demandar a utilização de sistemas de interpretação e de análise ora mais complexos ora mais simples. As metodologias existentes são referências que devem ser apropriadas em função da afinidade com o tipo de projeto desenvolvido, a disponibilidade de recursos e a adequação técnica. Observa-se que outros métodos de análise e de concepção podem surgir. Isso ocorre em função da integração entre o conhecimento técnico, a sensibilidade interpretativa e a criatividade motivo pelo qual possibilita a definição dos modos diferenciados para a construção e a definição da proposta.

O projeto executivo é a etapa final e se caracteriza pela definição técnica da proposta em toda a extensão de sua complexidade, visando por meio de memoriais e planos gráficos definir os instrumentos empregados na transposição da proposta para a materialidade. O projeto executivo abrange diferentes elementos técnicos, sendo que a complexidade desses elementos guarda uma correlação com a extensão da área projetada, à complexidade do programa arquitetônico e da realidade. O projeto executivo deve ser específico, compreensível e conciso na definição, na organização e na comunicação dos elementos técnicos da proposta.

Visando definir uma metodologia de fácil apropriação na elaboração de projetos, Zoppi et al.¹⁰² delimitam aspectos pertinentes (e usuais) a esse trabalho, apresentando algumas recomendações: aplica na análise dos tipos de projetos e conclusão

a) *modelagem do terreno* – é um procedimento estrutural na realização

¹⁰² A discriminação apresentada pela autora é extensa. Os termos descritos são uma síntese da abordagem dessa autora. Cf. ZOPPI, Mariella et al. **Progettare con il verde**. Florença: Alínea, v.1, 1996, p.191-200.

da proposta e fundamental para a viabilidade econômica e a funcionalidade dos espaços. Em seu desenvolvimento devem ser considerando os seguintes aspectos: relevo, solo, vegetação existente, aspectos climáticos, articulação espacial, a existência de aquíferos, maior equilíbrio entre os volumes de terra obtidos com aterro e desaterro. Pela modelagem do terreno se articulam diferentes setores, estrutura-se o sistema de drenagem superficial, o sistema de circulação, a base na qual estrutura as relações de hierarquia na composição arquitetônica;

b) *implantação* – fundamental na composição, na articulação e no funcionamento dos espaços. Delimita o traçado, a alocação dos setores funcionais, das construções e demais elementos arquitetônicos. Ele estrutura o sistema de circulação, o sistema de controle de acessibilidade, a base para a implantação das redes de infra-estrutura. Pode promover o aproveitamento dos recursos naturais e construídos. Associado a definição do tipo de pavimentos é importante na percepção espacial, na caracterização da hierarquia das vias e dos percursos, na celeridade e na propriedade das vias para o tráfego, e no balanço hídrico entre a atmosfera e o solo, em apoio ao sistema de drenagem superficial e à percolação da chuva no subsolo;

c) *elementos arquitetônicos* – envolve construções pertinentes a consecução dos objetivos do projeto, abrangendo os setores funcionais em suas diferentes escalas de abrangência. Consideram-se as áreas não cobertas (exemplo um teatro de arena), de pequenos abrigos cobertos (quiosques), edificações (apoio administrativo), mobiliário e barreiras arquitetônicas¹⁰³;

d) *redes de infra-estrutura* – adequação do projeto aos sistemas de comunicação, de abastecimento, de captação, de tratamento e de drenagem. Considera também da construção de redes privativas no terreno projetado;

e) *plano de plantio* – Subdividido em plantio estrutural e não-estrutural. O primeiro grupo sendo fundamental na construção e na delimitação da volumetria dos espaços e na articulação funcional. O segundo grupo formado por espécies de apara composto por espécies de maior porte e o segundo sendo composto por espécies de menor porte e potencialmente composto por espécies nativas e/ou exóticas. Sua elaboração requer do-

¹⁰³ As barreiras, em seus diversos tipos, são essenciais ao controle da acessibilidade, ao sistema de segurança, à articulação visual e à circulação entre diferentes setores funcionais. As barreiras, na forma de cercas e muros, são mecanismos de controle de privacidade e podem ser empregadas como recursos de filtragem de ruídos e da velocidade de incidência do vento em apoio ao sistema de adequação do clima. Outro aspecto a ser considerado é a persistência da oclusão. Há casos em que os elementos de fechamento permanecem inalteráveis. Porém há fechamentos de caráter temporário (eventos) e outros regulados por horários de abertura e fechamento.

mínio sobre as características botânicas das plantas, de sua adequação às características do solo e do clima do local em que se trabalha, da compatibilidade e da propriedade das espécies ao plantio, à composição espacial e às condicionantes de projeto. Observa-se também ser necessário avaliar a disponibilidade de recursos e de pessoal para realização dos serviços de manutenção. A opção por determinada espécie vegetal pode acarretar no aumento da frequência desses serviços e no emprego maior de recursos financeiros;

Zoppi et al.¹⁰⁴ observam que é recomendável orientar a proposta em acordo à realidade, e também, não esquecer que após concluída a implantação do projeto, os serviços de manutenção não devem ser negligenciados. A autora observa que a manutenção deve considerar a adequação da disponibilidade de recursos à extensão da área a ser mantida, à disponibilidade e aos custos com pessoal apropriado à execução dos serviços, a acessibilidade e a facilidade para realização dessa atividade, a frequência compatível à conservação da estrutura implantada. Por vezes, uma proposta de estrutura mais simples torna-se mais viável do que soluções complexas.

1.4.1 O plano de massas e os espaços livres

O plano de massas é um recurso metodológico de apoio ao desenvolvimento de um projeto. É uma etapa em que se estudam as possibilidades de configuração de uma paisagem, na busca de alternativas para definição da melhor solução de projeto. Por intermédio dele se avaliam e se caracterizam a alocação e a articulação de usos, as possibilidades de apropriação do suporte físico, os aspectos formais de composição dos espaços, o aproveitamento de atributos paisagísticos, se estruturam diretrizes para o sistema de circulação, para a acessibilidade, para o sistema de segurança e outros aspectos pertinentes ao projeto, visando definir uma estrutura preliminar para a composição espacial¹⁰⁵.

1.4.2 O plantio vegetal como recurso ordenador dos espaços livres

Para o desenvolvimento do projeto da paisagem Macedo indica como procedimento metodológico a apreensão do espaço livre a partir de uma abstração, considerando o espaço livre como sendo delimitado por planos horizontais (abóbada celeste visível, a superfície do solo, os diferentes pavimentos) e planos

verticais (composto pelas fachadas das edificações, outros elementos construídos de projeção vertical e da vegetação de porte arbustivo e/ou arbóreo)¹⁰⁶.

Contrariando o que usualmente se considera, Macedo observa que em espaços livres públicos o uso do plantio vegetal, em particular, das espécies arbóreas e arbustivas é fundamental para dotar a paisagem de uma estrutura morfológica e compositiva adequadas. A apreensão de aspectos parciais da vegetação, como observação exclusiva da floração, ou o seu emprego como ‘mero elemento decorativo’, simplifica o papel que a vegetação pode cumprir.

Macedo¹⁰⁷, como Laurie¹⁰⁸, compreende a vegetação como um elemento disposto de atributos físicos (volumetria, textura, transparência, coloração, porte) capazes de constituir volumes (como barreiras, sebes e ‘coberturas vegetais’) a semelhança de planos edificados.

Entretanto diferindo das construções, que após o término da obra as fachadas e a projeção volumétrica das edificações encontram-se plenamente definidas, no plantio vegetal é necessário concebê-lo por fases, ou seja, prever a evolução da estrutura vegetal durante o desenvolvimento das plantas desde porte em que são inseridas até a sua idade adulta¹⁰⁹. Cada fase reúne um conjunto de características, de possibilidades de apropriação e de proteção que difere das demais. “Projetar com vegetação significa trabalhar em cumplicidade direta com seres vivos que crescem e se desenvolvem com o correr do tempo, criando e recriando espaços a cada estação”¹¹⁰.

O plantio também segue princípios compositivos onde se associa formas semelhantes ou diferentes; implantam-se espécies como elementos focais, isolados ou balizadores; agrupam-se em maciços, renques, bordaduras, ou formando canteiros; delineiam-se gramados e outras formas de plantio, relacionando-os ao relevo, aos recursos hídricos, aos pisos, aos elementos construídos e ao plano de zoneamento de usos.

¹⁰⁶ MACEDO, Sílvio Soares. Vegetação como elemento de projeto. **Paisagem e ambiente**, São Paulo, n.4, 1993b, p.17.

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ LAURIE, Michael. **Introducción a la arquitectura del paisaje**. Barcelona: Gustavo Gili, 1983.

¹⁰⁹ Em relação ao plantio vegetal, Burle Marx considera que o projeto de paisagismo é um trabalho que se ‘completa no tempo’ e que a percepção do conjunto proposto em projeto só ocorre após certo tempo que a implantação está concluída. O domínio dessa evolução implica que o projetista tenha sensibilidade, conhecimento e técnica específicos sobre o uso da flora e de outros aspectos que com ela interagem. Cf. BURLE MARX. Direção e Roteiro: Zita Bressane. Editado por Paulo R. Azevedo, Paulo R. Oliveira e Edi Hayashi. São Paulo: TV Cultura: Fundação Padre Anchieta, 1989. 1 DVD (63min), son.,color.

¹¹⁰ MACEDO, Sílvio Soares. Vegetação como elemento de projeto. **Paisagem e ambiente**, São Paulo, n.4, 1993b, p.17.

¹⁰⁴ ZOPPI, Mariella et al. **Progettare con il verde**. Florença: Alínea, v.1, 1996.

¹⁰⁵ MACEDO, Sílvio Soares. Plano de massas: um instrumento par o desenho da paisagem. **Paisagem ambiente**, São Paulo, n.3, 1994, p.9.

No paisagismo brasileiro moderno tomou-se como prática o uso de espécies nativas. Parte por que elas são mais adaptadas às condições climáticas e de solo, onde os projetos são desenvolvidos. Parte porque essa prática se estabeleceu como um princípio de valorização da flora nativa em paisagens concebidas segundo preceitos arquitetônicos. A flora brasileira é rica, há inúmeras espécies atrativas que servem como elementos definidores tanto de planos horizontais como verticais, que possuem uma morfologia (cor, volumetria, textura, transparência) adequada a várias condicionantes dos projetos e à composição da paisagem. Há outros aspectos específicos a serem considerados como compatibilidade com aspectos funcionais do projeto, formas de associação entre espécies, ritmo de plantio, fitossociologia, tipo de solo, exigência de rega, ambiente lumínico, orientação solar e que são definidos a medida que a escala de intervenção demanda de um maior detalhamento das características do projeto.

1.5 Gestão e os espaços livres públicos

A gestão dos espaços livres públicos é um dever da administração de uma cidade e um desafio social, pois compreende uma atividade de suma importância a consolidação dos sistemas de espaços livres destinados ao lazer e a conservação. O sucesso de um plano ou projeto está diretamente vinculado ao modo como são conduzidas as ações da administração pública em relação a apreensão da população a respeito dos espaços livres, das áreas urbanizadas e daquelas que estão por ser urbanizadas.

A gestão em relação ao planejamento do espaço urbano demanda da definição do reconhecimento de valores na paisagem, na articulação das práticas da população, na administração das prioridades e dos interesses sem perder de perspectiva a construção gradual, evolutiva e cumulativa da capacidade de atendimento das demandas.

Conforme Sabato, a viabilidade da gestão dos espaços públicos depende da:

capacidade gerar uma ação coordenada entre os setores da administração pública e da participação ativa e direta da população envolvida, apreendendo suas expectativas e anseios, histórias e memória coletiva, deixando de ser meros espectadores e executando tarefas junto a técnicos, administradores e órgãos políticos, desenvolvendo e melhorando o seu habitat¹¹¹. (grifo nosso)

¹¹¹ BUENOS AIRES. **Plazas e plazoletas:** guía para su proyecto, construcción y mantenimiento. Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires: Secretaría de Obras y Servicios Públicos, 199, p.9.

A gestão dos espaços públicos implica na tomada de decisões sobre o que fazer, quais as prioridades mediante a avaliação da realidade, da disponibilidade da aplicação de recursos na construção e na manutenção dos espaços. Nem sempre a tomada de decisão vem atender aos interesses sociais imediatos, sendo de necessário buscar as proposições mais simples para resolver os problemas e as questões.

Outro aspecto que se faz determinante são as apreensões e os valores que população atribui aos espaços livres. Essas apreensões são diversas, pois o sistema de valores diverge de pessoa para pessoa.

Há a necessidade de se encontrar um sistema de valores que se traduza em componentes básicos da composição do projeto e do planejamento da paisagem dos espaços livres. Esses componentes apresentam melhores possibilidades de responder as diferentes demandas da população e dos usos que potencialmente possam ser desenvolvidos no espaço público. Ao mesmo tempo, o reconhecimento desses elementos ‘essenciais’ [básicos] na composição e na construção dos espaços livres devem criar melhores condições a manutenção e dar maior longevidade ao paisagem projetada¹¹². Em Buenos Aires, a gestão dos espaços livres públicos é uma ação que complementa o conjunto de ações programadas para o desenvolvimento urbano como um todo. A gestão dos espaços públicos é feita prontamente pelo estado, sendo baseada em um sistema técnico de gestão autônoma, dispondo de recursos, e realizando consultas às associações comunitárias, aos conselhos de vizinhança, outras entidades de interesse público, abalizados pela avaliação técnica de profissionais especialistas na área.

O projeto e planejamento exercem um papel fundamental na gestão pois através dele podem ser criadas alternativas para o atendimento de demandas imediatas, ao mesmo tempo, considerar em função de demandas futuras, prevendo ampliações, promovendo-se economia de recursos com a manutenção.

Parte-se do princípio que cada administração deve contar, ou contratar, profissionais especialistas no assunto, onde sua atuação não restringe apenas a resolução das demandas imediatas, mas que tenha a capacidade e a condição de antever possibilidades futuras, estruturando estratégias e determinando ações para que as intervenções no sistema de espaços livres públicos de recreação e conservação sejam mais adequados a condição fisiográfica do país e da realidade social.

¹¹² BUENOS AIRES. **Plazas e plazoletas:** guía para su proyecto, construcción y mantenimiento. Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires: Secretaría de Obras y Servicios Públicos, 199, p.15-16.

2 ORIGENS DA OCUPAÇÃO URBANA E A FORMAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS EM CAMPO GRANDE-MS.

2.1 O surgimento da cidade e a Ferrovia Noroeste do Brasil.

Campo Grande-MS originou-se em 1872, com o movimento migratório de mineiros, paulistas, gaúchos e egressos da Guerra do Paraguai na busca de terras devolutas, de solos férteis e apropriados às atividades pastoris, no Sul do antigo Estado de Mato Grosso (Figura 2.1).

Nos primeiros anos de 1900, ela era apenas uma vila, onde a agricultura e a pecuária eram as principais fontes de renda. O potencial agrícola da região e a abundância de terras devolutas nos arredores do núcleo urbano, eram os principais atrativos ao movimento migratório e ao fomento da ocupação e da expansão do local.

Até a primeira década do século XX, o sítio urbano não possuía uma organização planejada, e a área ocupada era restrita (cerca de 10ha). Havia algumas habitações e as edificações (cerca de 192) que dispunham de limitados recursos construtivos. O pequeno vilarejo que deu origem à cidade era constituído por uma única via - formada pelas atuais Ruas 26 de Agosto, Joaquim Murtinho e Barão do Melgaço. Essa via possuía traçado irregular, era ladeada por pequenas habitações, lojas de comércio e a taxa de ocupação das propriedades era pequena.

O sentido de ocupação do território seguia como referência o limite norte do vale do Córrego Prosa. As casas situavam-se na parte mais alta do terreno, e a encosta do vale era utilizada para o cultivo de subsistência. A proximidade da água (Córrego Prosa) auxiliava nas atividades cotidianas. Os fatos mais marcantes para a formação da cidade de Campo Grande e de suas áreas de lazer se desenvolveram fora do âmbito local.

Nesse mesmo período, realizaram-se estudos para a implantação de uma ferrovia que interligasse o Estado de Mato Grosso ao litoral brasileiro e à capital do país. A construção da ferrovia visava melhorar o escoamento das produções e das riquezas do Estado, assim como, ampliar o controle territorial sobre as terras devolutas e com potencial econômico. Segundo Sá,¹¹³ foram realizados

¹¹³ Apud WEINGARTNER, Alisolet A. dos Santos. Movimento divisionista em Mato Grosso do Sul. Porto Alegre: Est, 1995, p.35.

Figura 2.1 - Chegada da Tropa do Major Gomes a Campo Grande em 1906

Fonte: Folha da Serra, n.23, 1933 p.2

mais de trinta estudos para a implantação da ferrovia¹¹⁴, havendo dois trajetos principais: um situado mais ao norte do Estado, passando pela capital do Mato Grosso, Cuiabá, e o outro, localizado mais ao sul, passando pelas cidades de Corumbá, Aquidauana, Miranda e a vila de Campo Grande; a segunda rota foi a que obteve maior quantidade de projetos.

A definição do traçado ferroviário levou em consideração a viabilidade econômica das obras a serem executadas nos diferentes percursos, a rota que melhor favorecia a proteção do território nacional¹¹⁵ e a região com maior potencial econômico. Foi escolhida essa segunda rota¹¹⁶ pois ela permitia ao governo brasileiro ampliar as relações econômicas com o Paraguai e a Bolívia sem depender do transporte fluvial e sem atravessar território estrangeiro. E também, por percorrer a região mais rica do Estado, visto que já havia naquela época uma indústria pastoril (que podia ser expandida), a produção de erva-mate, e de áreas com jazidas de minérios a serem exploradas. Ainda, a escolha desse segundo percurso ratificava o acordo do Tratado de Petrópolis (1903), firmado entre o Brasil e a Bolívia, que estabelecia, entre outros aspectos, o compromisso do governo brasileiro em criar um acesso ferroviário entre o território boliviano e o Oceano Atlântico em troca da permuta de terras.

Paralelamente ao processo de discussão de implantação da ferrovia, foi realizado, na cidade do Rio de Janeiro (entre 24 de dezembro de 1900 a 26 de janeiro de 1901), o *Seminário de Engenharia e Indústria*, promovido pelo Club de Engenharia, onde discutiram-se e estabeleceram-se diretrizes e definiram-se parâmetros para as intervenções nas cidades brasileiras daquela época.

As diretrizes delimitadas seguiram os princípios sanitaristas, em que se estabelecia como condição essencial à construção de espaços urbanos uma ocupação do solo pautada na análise do relevo e nas características climáticas locais, evitando-se áreas alagadiças e propícias à propagação de doenças, como forma de assegurar a salubridade do espaço construído. Esse objetivo também se traduziu na mudança tipológica da implantação das edificações, exigindo-se recuos entre os edifícios, de modo que permitisse a adequada insolação e ventilação dos ambientes internos.

Assim o desenho do espaço urbano passa a ser composto por vias largas e permeado de espaços livres, tanto no âmbito da propriedade privada quanto do

espaço público.¹¹⁷ A princípio, essa normatização foi direcionada como forma de controle de epidemias e de melhoria da salubridade de cidades industriais e portuárias brasileiras (entre elas, as cidades do Rio de Janeiro e de Santos). Mas, ela foi estendida às cidades ferroviárias, implantadas no início do século XX, sendo incorporada à legislação urbana (por meio dos Códigos de Postura) e ao traçado dos planos de alinhamento de ruas e de praças das cidades criadas ou adaptadas como se verificou nos núcleos urbanos situados no trajeto da Ferrovia Noroeste do Brasil.

Campo Grande, como outras cidades mato-grossenses que foram integradas ao percurso da referida ferrovia, entre elas, Aquidauana, Miranda e Corumbá¹¹⁸, tiveram seu traçado urbano praticamente recriado. Tal transformação foi mais evidente nos pequenos povoados como Campo Grande. A extensão diminuta do território ocupado por esses povoados, a precariedade das construções existentes e a forma como os princípios urbanísticos implementados pela ferrovia eram aplicados ao local, (privilegiando-se o traçado proposto para a cidade, sobre aquele preexistente no lugar) fez com que esses núcleos urbanos tivessem seu traçado reestruturado em quase toda a sua extensão. Campo Grande não foi exceção a esse procedimento, e, assim, entende-se que tais fatos delinearam, de modo singular, os parâmetros de construção da área urbana de Campo Grande e os princípios de organização do sítio. Ao mesmo tempo, contribuíram para dotar o lugar de uma importância no contexto regional, até então não experimentada, face ao desenvolvimento econômico, ao crescimento populacional e territorial do lugar desencadeados, em particular, pela implantação da ferrovia.

Em 1905, em decorrência do processo de implantação da Ferrovia Noroeste do Brasil, foi instituído o Código de Posturas da Vila de Campo Grande. O documento, composto de 12 capítulos, reordenava as relações socioeconômicas locais, adotava medidas de saúde pública e estabelecia regras para o aforamento dos terrenos municipais e das edificações.

A pedido da Intendência Municipal, foi instituído em 1909 (e implantado no ano seguinte) o Plano de Alinhamento de Ruas e Praças da Cidade. Elaborado por engenheiros militares, o plano expressava em seu arcabouço as preocupações com as questões de salubridade. Nesse período, a cidade possuía pouco mais de 1.200

¹¹⁴ Sendo que todos esses estudos foram apresentados e discutidos no Club de Engenharia do Rio de Janeiro.

¹¹⁵ Aspecto este vislumbrado em função do aumento de povoamento da região pelo incentivo ao processo migratório, consolidando a ocupação e a defesa do território nacional na região.

¹¹⁶ Direcionada para o Porto de Santos, e passando pelo Estado de São Paulo, no sentido leste-oeste.

¹¹⁷ cf REVISTA DO CLUB DE ENGENHARIA. Rio de Janeiro, n. 1, dez., 1900

¹¹⁸ Observa-se que essas três cidades eram, até a implantação da ferrovia, os núcleos urbanos mais importantes do sul do antigo Estado de Mato Grosso. O acesso a essas cidades e à região se dava por via fluvial, tendo com percurso principal o Rio Paraguai e a Bacia do Prata. Essa via era o principal elo comercial entre a cidade de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso e os países platinos e o Rio de Janeiro. Campo Grande situava-se numa região de planalto (a Serra de Maracaju), distante desses rios, sua hidrografia era composta de pequenos cursos d'água. Esses fatores limitavam o acesso à essa região, fazendo com que seu território fosse desprovido de um contingente populacional abundante.

Figura 2.2 - Rua 15 de Novembro.

Fonte: Folha da Serra, n.23, 1933 p.35

Figura 2.3 - Rua 7 de Setembro.

Fonte: Acervo ARCA, 1999

Figura 2.4 - Esquema analítico da ocupação típica dos lotes urbanos na década de 10.

Fonte: Autor a partir de imagens do acervo do ARCA, 1999

habitantes. O território urbano estabelecido em sua primeira fase de ocupação situava-se entre os córregos Prosa, Segredo e Maracaju. Esses limites foram estabelecidos em razão da falta de tecnologias que facilitassem a superação das dificuldades advindas da ocupação das margens e das áreas de várzea desses córregos.

A área parcelada pelo plano estendia-se por aproximadamente 105ha; o parcelamento implantado resulta na seguinte proporção: 78% da área era destinada a lotes, 17% eram de vias públicas e 5% de praças.¹¹⁹

A malha viária era composta por uma trama de ruas e de praças dispostas a partir de distâncias determinadas. Em Campo Grande, as quadras do plano de arruamento tinham três módulos básicos: 120m x 120m, 120m x 160m, 120m x 200m, determinados a partir do lote padrão (40m x 60m). A ocupação dos lotes era periférica, em geral, as edificações eram implantadas na porção frontal do terreno. O espaço livre intralote (parte posterior às edificações) era ocupado para a produção de subsistência. Cultivavam-se hortas, pomares e pequenos animais.

As vias públicas eram orientadas segundo os eixos cardeais e tinham as seguintes medidas de largura: 20m, 22m, 25m e 50m para as vias orientadas no eixo leste-oeste (eixo de passagem dos ventos dominantes); e 20m de para as vias orientadas no eixo Norte-Sul. A extensão das vias não era limitada, elas podiam ser prolongadas desde que existissem praças ao longo das vias. No traçado do plano, essa distância entre as praças variava de 350m a 550m.

As vias eram delimitadas pelas fachadas das edificações (Figuras 2.2 a 2.3) cuja altura não podia exceder a 1,5 vezes a largura da rua. As edificações deveriam ser implantadas junto à divisa frontal dos terrenos. Elas, em geral, eram ocupadas com uso misto (comercial na parte frontal da construção e residencial na porção posterior). As taxas de ocupação dos lotes, nesse período, eram bastante restritas, conservando extenso espaço livre os quintais, onde se formavam pomares, com árvores frutíferas de grande porte e proporcionavam um sombreamento denso (Figura 2.4).

O Plano delimitou duas áreas de reserva para a implantação de praças (Praça da Concórdia e Praça da República) (Figuras 2.5 a 2.8). O tamanho médio dessas áreas variava entre 1,5ha a 2ha aproximadamente. Limitava a ocupação em uma terceira quadra (atual Praça Ary Coelho), porque essa área era considerada imprópria para edificação, por sido utilizada como cemitério do vilarejo antes da implantação do plano. Apesar de o Plano não descrever, em termos específicos, as áreas de reserva de praças dentro de uma visão sistêmica, ele

¹¹⁹ Os valores acima indicados são aproximados e foram obtidos por meio de cálculo direto sobre as dimensões das áreas contidas na planta do Plano de Alinhamento de Ruas e Praças da cidade.

Figura 2.5 - Plano de Alinhamento de Ruas e Praças de 1909.

Fonte: Acervo ARCA, 1999

Figura 2.6 - Situação do Plano de Alinhamento de Ruas e Praças de 1909 em relação ao perímetro urbano de 1999.

Fonte: Acervo ARCA, 1999

Figura 2.7 - 1º Esquema analítico sobre o Plano de Alinhamento de Ruas e Praças de 1909.

Fonte: Autor

Figura 2.8 - 2º Esquema analítico sobre o Plano de Alinhamento de Ruas e Praças de 1909.

Fonte: Autor

Figura 2.9 - Ferrovia Noroeste do Brasil (chegada do trem à estação de Campo Grande).

Fonte: Campo Grande: 100 anos de construção, 1999 p.99

Figura 2.10 - Estação Ferroviária de Campo Grande na década de 10.

Fonte: Folha da Serra, n.23, 1933 p.86

Figura 2.12 - Sede da Intendência Municipal (1914).

Fonte: Folha da Serra, n. 23, 1933 p.86

Figura 2.11 - Residência de Bernardo Franco Baís.

Fonte: Campo Grande: 100 anos de construção, 1999 p.229

Figura 2.13 - Colégio Oswaldo Cruz.

Fonte: acervo ARCA, 1999

delineava, subliminarmente, uma preocupação com o efeito dessas áreas sobre o território urbano. Elas foram alocadas em áreas específicas, mantendo-se uma distância regular entre elas, para que pudessem atuar sobre o tecido de uma forma mais homogênea, favorecendo o embelezamento da paisagem urbana, o arejamento e a insolação das edificações e desses espaços. Concomitante, à implantação do plano, instalava-se a comarca de Campo Grande e a ferrovia concluiu a construção do seu traçado (Figuras 2.9 e 2.10). Com a ligação da linha ferroviária, a cidade viveu um período de desenvolvimento econômico, de expansão territorial e populacional.¹²⁰

Surgem novas construções com a implementação das obras urbanas sob a orientação técnica dos engenheiros da Ferrovia Noroeste do Brasil. Nesse época criou-se o serviço de abastecimento de água e a iluminação pública da cidade. Os anos que sucederam a implantação do Plano de Alinhamento de Ruas e Praças, o número de edificações urbanas ampliou-se de 78 (1910) para 344 (1915)¹²¹, e 462 (em 1916)¹²², enquanto que a população urbana nesse mesmo período aumentou para aproximadamente 3.000 habitantes.

Nesse período foram construídos alguns edifícios que se tornam referência para a cidade, entre eles, a sede da Intendência Municipal (na esquina das avenidas Calógeras e Afonso Pena), a residência de Bernardo Franco Baís, o colégio Oswaldo Cruz, o Instituto Pestalozzi (atual colégio Dom Bosco), o Hotel Central (situado defronte à atual Praça Ary Coelho) e a sede da Estação Ferroviária (Figuras 2.11 a 2.13). Nessa mesma década, a cidade foi objeto de vários projetos de melhorias urbanas, entre eles, a implantação de um sistema de abastecimento de água (com a melhoria do rego d'água existente)¹²³, a reserva de uma área situada junto a Rua 26 de Agosto para implantação do Parque Municipal,¹²⁴ a reserva de outras duas áreas para a construção do Mercado Público¹²⁵ e de uma praça pública (denominada como Praça da Matriz).

¹²⁰ A ferrovia tornou-se o principal meio de acesso à cidade, superando as estradas utilizadas pelos tropeiros. Ela se caracterizou como um meio de transporte mais eficiente, principalmente, por possibilitar uma ligação mais rápida com outros centros urbanos da região e do país. A ferrovia alterou não apenas a configuração geral de Campo Grande, mas as relações espaciais do território urbano, tornando-se um dos principais eixos ordenadores da ocupação desse território.

¹²¹ ANUÁRIO DO OESTE BRASILEIRO. São Paulo, s.n., 1943, p.102.

¹²² FOLHA DA SERRA. Campo Grande, MS, v.23, ago., 1933.

¹²³ Discurso de Amando de Oliveira, Sessão Ordinária de 18 de janeiro de 1912, livro de Atas da Câmara, apud. Gardin, 1997, p.112.

¹²⁴ A área reservada pela Resolução n. 65 de 13 de janeiro de 1913, corresponde à localização atual do Parque Antônio de Albuquerque (o Horto Florestal). No entanto difere da dimensão que o referido parque ocupa na atualidade. A área demarcada como reserva era maior que os limites atuais do parque, abrangendo quadras ocupadas pelas edificações do Senac e do Sesc.

¹²⁵ Área situada entre as atuais ruas 15 de Novembro, Anhanduí e 26 de Agosto. Conforme o art. 10 do projeto apresentado pelo Intendente Amando de Oliveira à Câmara Municipal. In: Sessão Ordinária de 23 de abril de 1912, Livro de Atas da Câmara, p. 68-v (apud. Gardin, 1997, p.113)

Entre os benefícios e obras considerados inerentes à qualificação do espaço urbano, discutia-se a destinação de um terreno, com localização privilegiada, para a implantação da sede da Igreja Matriz. Conforme Gardin¹²⁶, esta designação permeia um pensamento urbano que reflete a preocupação da Intendência Municipal, na sacralização simbólica do território urbano, e, ao mesmo tempo, que estabelece uma ligação mais estreita com forças oligárquicas da sociedade, como a Igreja.

Nos projetos apresentados, duas áreas de reserva para praças públicas foram indicadas como objeto de interesse: as áreas das atuais praças Ary Coelho e da República (Figura 2.14), todavia, em consequência das disputas e das divergências, tal iniciativa não prosperou, prevalecendo um modelo urbano mais laico¹²⁷, à semelhança do que ocorrera em cidades do oeste paulista ligadas à ferrovia. Conforme Gardin¹²⁸, o modelo adotado tem caráter modernizante, ocorrido durante a primeira República, cujo projeto busca “neutralizar a presença religiosa nos assuntos civis” e na administração pública. De acordo ao entendimento da autora, este aspecto é representado pela preferência da Praça Jardim à implantação da Igreja Matriz na área central (e principal) da cidade. A adoção dessa solução urbanística reflete a concepção de cidade moderna que impera em Campo Grande, nessa fase inicial de estruturação urbana, a qual se baseava na antítese da cidade colonial, negando-se, entre outros aspectos, os elementos simbólicos do passado, entre eles, a manutenção da Igreja Matriz no núcleo central da cidade.

No entanto, como decorrência desse processo, a área reservada para a implantação da Praça da República ficou em poder da Diocese de Campo Grande até o início da década de 60, quando então a municipalidade recuperou a área com a permuta de terras.¹²⁹ A concessão da área da Praça da República para a Diocese de Campo Grande acabou por retardar o processo de urbanização da área e a sua incorporação ao espaço urbano como um equipamento de lazer.¹³⁰

Paralelamente a essa discussão, a Intendência Municipal autorizou a construção de um espelho d’água (denominado como “lago”) na área reservada para o Jardim Público¹³¹ (Figura 2.15). Em 1918, por efeito do desenvolvimento

Figura 2.14 - Perspectiva de implantação da Igreja Matriz na Praça da República.

Fonte: GARDIN, 1997 p.87

socioeconômico e do crescimento territorial desfrutados, Campo Grande é elevada da condição de vila para a de cidade.¹³²

2.2 A Intendência Municipal e a urbanização do espaço público

Na década de 1920, prossegue-se o desenvolvimento econômico e o crescimento do território urbano da cidade: a área parcelada amplia-se em uma vez e meia o território ocupado pelo plano de 1910; a malha viária alcança os córregos Prosa e Segredo, que passam a ser, respectivamente, os limites sul e oeste da área parcelada. A extensão do plano de alinhamento de ruas e praças não determinava a ampliação proporcional das áreas destinadas como praças (Figuras 2.16 a 2.18).

Apesar de o plano não designar nova área de praça, três lotes urbanos situados na quadra delimitada pelas ruas 26 de Agosto, Rui Barbosa, Barão do Melgaço e Joaquim Murtinho, se transformaram em espaço livre público, esses terrenos gradativamente foram apropriados como parada das comitivas de tropeiros, regularizando, assim, a função estabelecida para esse local.

A trama desse período segue a malha viária existente, preservando-se a dimensão das quadras, mas os lotes são subdivididos e passam a ter uma extensão menor. O tamanho padrão estabelecido é de 20m x 60m (para os lotes do meio de quadra) e 20m x 40m (nos lotes de esquina e sobre-esquina). Essas dimensões são módulos fracionados da dimensão do lote implantado com o plano de 1910 (Figura 2.19).

Figura 2.15 - Detalhe do “lago” situado no Jardim Público.

Fonte: Acervo ARCA, 1999.

¹²⁶ GARDIN, Cleonice. *Campo Grande: entre o sagrado e o profano*. 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

¹²⁷ Um espaço constituído com um sentido oposto ao caráter eclesiástico e religioso.

¹²⁸ GARDIN, 1997, Op. cit.

¹²⁹ Lei n. 719 de 25 de agosto de 1961

¹³⁰ Só após a municipalidade reaver a área, é que a Praça da República foi objeto de um projeto de urbanização (aproximadamente 40 anos após a inauguração do Jardim Público, a atual Praça Ary Coelho).

¹³¹ Resolução n. 130 de 10 de janeiro de 1916.

¹³² Lei estadual n.772.

Figura 2.16 - Planta de Campo Grande - MS em 1920.

Fonte: Acervo ARCA, 1999

Figura 2.17 - Situação da Planta de Campo Grande - MS de 1920 em relação ao perímetro urbano de 1999.

Fonte: Autor

Figura 2.18 - Esquema analítico sobre a Planta da cidade em 1920.

Fonte: Autor

Enquanto as quadras da planta de 1909 eram compostas com lotes de dimensão igual a 40m por 60m, as quadras da área de expansão urbana da planta de 1920 eram compostas com lotes de dois tipos de tamanho: 20m por 60m (lotes de meio de quadra) e 20m po 40m (lotes de esquina e de sobre-esquina). A variação dimensional conserva, entretanto, o porte das quadras-padrão. A redução do tamanho dos lotes é uma evolução direta das mudanças sofridas na área urbana, do incremento dos serviços e da infra-estrutura urbana.

Figura 2.19 - Esquema comparativo entre o parcelamento dos três tipos de quadras e os lotes padrões da Planta da cidade de 1909 e 1920.

Fonte: Autor

QUADRAS-TIPO DA PLANTA DE 1920

QUADRAS-TIPO DA PLANTA DE 1909

A ocupação da área parcelada não é homogênea (Figura 2.20). Em meio ao tecido existiam lotes vazios, ocupados por vegetação espontânea ou por pomares. Nem todas as edificações são implantadas junto às divisas. A alternância de edificações alinhadas e recuadas com lotes vazios torna a delimitação das ruas irregular. O lugar onde a rua conserva um perímetro melhor definido pela fachada das edificações é a Rua 14 de Julho, em particular, na área comercial e que se torna, a partir desse período, a principal via da cidade (Figura 2.21).

Em 1921, foi instituído o segundo Código de Posturas¹³³ de Campo Grande, por meio do qual, se ampliaram a abrangência e a especificidade das normas que regulavam a política administrativa, o uso, a ocupação do solo urbano e o comportamento social (entre eles, os costumes e as diversões públicas¹³⁴). Com um conteúdo extenso, o código estabelecia: parâmetros para o parcelamento do solo (especificando-se o dimensionamento mínimo dos lotes e orientando-se a morfologia do sistema viário)¹³⁵; reiterava a importância da salubridade do meio urbano, da ambiência das edificações com a adequação da insolação, da ventilação e da iluminação natural. O código restringia a atuação na construção civil apenas os profissionais habilitados na área (engenheiros, construtores, práticos) e que possuíam autorização da Intendência para essa atuação. Instituiu também a obrigatoriedade do plantio de árvores nos espaços não edificadas dos lotes. Essa norma foi estabelecida com a finalidade de controlar a ação dos ventos e da poeira formada nos terrenos de solo descoberto. A obrigatoriedade do plantio de árvores nos quintais, a introdução da arborização urbana, a Intendência criou, através do Código de

Postura, a figura do administrador de jardins, cuja função consistia em manter a vegetação arbórea e ornamental dos logradouros públicos (posteriormente incorporando a manutenção do Jardim Público).

O Código¹³⁶ do Posturas também legislava sobre a concessão de terras na área urbana e suburbana. As áreas em território urbano, cedidas pela Intendência, destinavam-se apenas à construção de edificações, enquanto a doação de lotes suburbanos podiam ser destinadas à produção agrícola. Inicialmente o título de posse era temporário, depois, se o proprietário cumpria as exigências da municipalidade, recebia o título de posse definitiva da área. Muitas instituições utilizaram-se desse recurso para instalarem-se na cidade. Essa concessão era providencial tanto para o cidadão, quanto para o município, pois, com a consolidação das áreas edificadas no território urbano, aumentava-se a arrecadação de impostos. O imposto predial foi uma das principais fontes de arrecadação do município nesse período. Ainda sobre a cessão de terras públicas, o Código de Posturas considerava inalienáveis¹³⁷ as áreas destinadas às praças, as nascentes e os fundos de vale (faixas de 20m de largura de cada lado das margens) dos córregos da cidade.

No ano de 1921, a Lei municipal n. 55 de 2 de dezembro desapropriou parte da Fazenda Bandeira para a instalação dos bairros Amambai e Boa Vista. Com projetos desenvolvidos pelo engenheiro da própria Intendência Municipal, além da implantação desses bairros e designar a

Figura 2.20 - Bairro Segredo (atual região do centro).

Fonte: INTENDÊNCIA MUNICIPAL, 1923 p.2

Figura 2.21 - Rua 14 de Julho.

Fonte: Acervo ARCA, 1999

¹³³ Resolução n. 43 de 27 de abril de 1921.

¹³⁴ O artigo 304 do Código de Posturas proíbe jogos e brincadeiras no logradouros públicos, ao mesmo tempo condiciona a exibição de espetáculos à aprovação da Intendência Municipal.

¹³⁵ A dimensão mínima para as vias urbanas era de 20m nas ruas, 40m nas avenidas e 10m nas travessas.

¹³⁶ Artigo 576 da Resolução n. 43 de 27 de abril de 1921.

¹³⁷ Sem direito de concessão de título de propriedade.

expansão da cidade no sentido oeste serviu para alocar no Bairro Amambaí a sede dos quartéis e do hospital do Comando da Circunscrição Militar, originalmente, projetados para situarem-se na porção leste da cidade. Contudo, a transferência da sede do Comando da Circunscrição Militar foi realizada porque a área inicialmente escolhida foi considerada imprópria para o tipo de edificações que iria abrigar. Por outro lado, reflete uma preocupação com a posição estratégica que os quartéis poderiam representar na defesa do território urbano, pois as composições férreas vindas da fronteira entravam na cidade a partir do bairro Amambaí.

Esses bairros foram implantados na margem direita do córrego Segredo, na porção mais alta do terreno e fora das zonas de alagamento das várzeas desse córrego; situaram-se junto aos trilhos da ferrovia, e ampliando a quantidade de áreas de reserva para praças (foram criadas sete novas áreas, uma localizada no Bairro Boa Vista, e as outras seis localizadas no bairro Amambaí que foram assim denominadas: Brasil, Cuiabá, Humaytá, Guayra, Portão-de-Ferro e Batista das Neves). Apesar da delimitação dessas áreas reserva, durante a década de 20, em nenhuma delas foi implementado qualquer tipo de urbanização que possibilitasse a utilização dessas áreas para a prática recreativa.

O Projeto do bairro Amambaí ainda previa a implantação de um Hipódromo (localizado no extremo oeste do referido bairro)¹³⁸. No entanto, sua implantação não concretizou nesse local, sendo transferido no final dessa década para uma área (com 24ha) desapropriada pela Intendência, situada em terras suburbanas (correspondendo ao antigo Jockey Club, localizado no Jardim América).¹³⁹ Quanto à área inicialmente destinada para o Hipódromo no bairro Amambaí, parte dela permaneceu como área pública (sendo posteriormente transformada em praça), a outra parcela foi desmembrada e transformada em lotes urbanos destinados à moradia dos militares.

Na década de 1920, a cidade ganhou projeção regional e assumia uma importância estratégica nas questões político-administrativas e na defesa do território nacional. Foi transferido, de Corumbá para Campo Grande, o Comando da Circunscrição Militar. Novas obras na área urbana são patrocinadas pelos governos federal e estadual. A Intendência Municipal também realizava obras urbanas em comemoração ao Centenário da Independência

¹³⁸ Ato n. 11 de 10 de outubro de 1921, do Intendente Arlindo de Andrade Gomes. In: INTENDÊNCIA MUNICIPL. Atos e Despachos da Intendência. Campo Grande, MS: ARCA, caixa n.3, livro 52-A, p.26-27.

¹³⁹ 27 Resolução n. 84 (de 10 de dezembro de 1923). A área a que se refere a resolução foi efetivamente apropriada como Hipódromo até o final dos anos 70.

do Brasil.¹⁴⁰ Essas obras tinham caráter de embelezamento do espaço urbano. Implanta-se o calçamento da Rua 14 de Julho. Inicia-se o plantio da arborização urbana das vias públicas.

Em 1922, a Resolução n. 69 (de 10 de julho) desmembrou o terreno do matadouro municipal (com área total de 11,5ha) para implantação da cadeia pública, lotes industriais e do Parque Municipal (atual Parque Antônio Albuquerque, o Horto Florestal). A área reservada ao parque teve um projeto elaborado para sua ocupação¹⁴¹. No entanto, apesar de o projeto ter sido aprovado pelo intendente, a área foi transformada em viveiro municipal (tendo por função principal, a produção de mudas para subsidiar o plantio da arborização urbana).¹⁴²

Nesse mesmo ano, construía-se o Jardim Público¹⁴³ que, a partir desse momento, tornava-se na principal área pública destinada ao lazer em Campo Grande.

A implantação do Jardim Público, foi uma medida que caracteriza dois aspectos peculiares¹⁴⁴ ao modelo de desenvolvimento e de modernização da cidade. Essa medida visava a sanear uma área considerada imprópria para a construção de moradias, visto que ela havia sido anteriormente ocupada como cemitério. E promovia o embelezamento da paisagem urbana local, particularmente, de seu núcleo central.

A praça foi implantada sobre um terreno desprovido de atrativos naturais e de vegetação (Figura 2.22). O espaço era composto inicialmente por obras arquitetônicas e de uma vegetação incipiente (Figura 2.23). O programa

¹⁴⁰ Várias dessas obras alusivas ao Centenário da Independência do Brasil foram implantadas no decorrer da administração do intendente Arlindo de Andrade Gomes. A discussão das intervenções na cidade foram iniciadas em 1921 e implementadas entre 1922 e 1923. A Resolução n. 45 (de 27 de abril de 1921) determinou a execução do calçamento da Rua 14 de Julho, a implantação do Jardim Público e a publicação de um livro sobre o município de Campo Grande (Cf. INTENDÊNCIA MUNICIPAL, 1923). A referida obra relata um painel crítico sobre as potencialidades de desenvolvimento econômico no município de Campo Grande em 1922, assim como, descreve detalhadamente o que era requerido de novos empreendedores que por ventura viessem a se instalar em Campo Grande. A publicação foi editada no ano posterior ao Centenário da Independência e revela vários aspectos interessantes da paisagem urbana de Campo Grande, entre elas, apresenta registros (imagens) da urbanização do Jardim Público e das obras urbanas implementadas na cidade no ano de 1922.

¹⁴¹ A resolução n. 74 (de 15 de janeiro de 1923) aprova a planta do Parque Municipal elaborada pelo engenheiro da Intendência Municipal. Ainda, considerava inalienáveis as áreas de praças, o Parque Municipal (atual Horto Florestal), o Hipódromo (atual praça N. Cavalcanti), o Parque de Jogos (correspondente ao Belmar Fidalgo) e a praça da Igreja Matriz (atual praça Vespasiano Martins).

¹⁴² Resolução n. 136 (de 19 de abril de 1927) autoriza o arrendamento do Horto Municipal, designando a área para a produção de mudas.

¹⁴³ Correspondendo atual Praça Ary Coelho localizada entre as ruas 14 de Julho, 15 de Novembro, 13 de Maio e Avenida Afonso Pena.

¹⁴⁴ cf. GARDIN (1997), Op. cit.

era composto por coreto, pergolado, espelhos d'água, caminhos e áreas de estar. O estilo de projeto adotada era o Eclético. O traçado era misto, mesclava características românticas com a clássica. A trama principal dos passeios era geométrica, formada a partir de quatro eixos dispostos simetricamente, conduzindo ao coreto situado no centro da praça. Os espelhos d'água e os passeios laterais eram sinuosos, imprimindo sobre a paisagem um caráter romântico (Figura 2.24).

Com o decorrer dos anos 1920, a vegetação da praça se desenvolve, ampliando a importância dos jardins na caracterização da ambiência do lugar e em seu aspecto visual, tornando-a mais aprazível e mais atrativa. Nesse mesmo período, constrói-se o cercamento em alvenaria da praça¹⁴⁵, estabelecendo-se quatro entradas, cada qual situada nas esquinas das vias que delimitam o terreno, e servindo como suporte para o controle do acesso e do funcionamento da praça. Nesse sentido, foram estabelecidos horários de acesso do público à praça sendo determinado que, em dias úteis, a praça fosse aberta das 6h às 22horas, e aos domingos, feriados e dias de retreta, o horário de fechamento era estendido até 24horas).¹⁴⁶

Implanta-se um Pavilhão do Chá na porção sul da praça, introduzindo a atividade comercial no Jardim Público (Figura 2.25). Com um funcionamento semelhante aos bares e confeitarias, o Pavilhão do Chá servia como suporte no controle da utilização da praça e, também, como um meio de diversificação das atividades de recreação da sociedade local (em particular, das elites). O concessionário era obrigado a assegurar apresentação de bandas de música no Coreto da praça pelo menos três vezes por semana, assim como, estabelecer um controle velado sobre o comportamento das pessoas no interior da praça, zelando pela manutenção dos bons costumes da época.¹⁴⁷

¹⁴⁵ Resolução n. 121, de 4 de fevereiro de 1927, referente a remodelação do fechamento externo do Jardim Público, incluindo a retirada da cerca de arame dessa área pública e da Praça Santo Antônio.

¹⁴⁶ INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Atos e Despachos da Intendência. Campo Grande, MS: ARCA, livro 130-B, caixa 3, 1925, p.36-40.

¹⁴⁷ O controle sobre o funcionamento e o usufruto da praça era uma atribuição prevista no ato de concessão da administração do Pavilhão do Chá. (Cf. INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Atos e Despachos da Intendência. Campo Grande, MS: ARCA, livro 130-B, caixa 3, 1925, p.36-40). Mas também com a criação da figura administrador do jardim, a Intendência Municipal passa a designar, anualmente, dotação de recursos para a manutenção da arborização urbana e do Jardim Público. Avaliando-se os relatórios anuais de receitas e despesas do município de Campo Grande, observa-se que essa dotação de verba foi iniciada em 1922 (ano de implantação do Jardim Público) e persistiu por mais de quinze anos.

Figura 2.22 - Jardim Público antes da urbanização

Fonte: Acervo ARCA, 1999

Figura 2.23 - Cenário do Jardim Público (Coreto, pergolado, espelho d'água)

Fontes: Folha da Serra, n.23, 1933 p.36, acervo ARCA e Intendência Municipal, 1923 p.67

PLANO GERAL

0 10 20 30m

Plano de massas arbóreas

Eixos de circulação

Eixos de acessibilidade

- Canteiros ajardinados
- Espelho d'água ("lago")
- Coreto
- Pergolado
- Pavilhão do Chá
- Passeios (piso de pó-de-pedra)

Figura 2.24 - Esquema de organização espacial do Jardim Público

Fonte: Autor a partir de imagens do acervo do ARCA

Figura 2.25 - Jardim Público: Pavilhão do Chá e a festa de inauguração

Fontes: Acervo Everaldo Dias Pinto, 1999 e Campo Grande: 100 anos de construção, 1999 p.37

O Jardim Público foi concebido para o passeio, um lugar de socialização controlada, restrita à contemplação e à flanagem.¹⁴⁸ Pela singeleza dos detalhes arquitetônicos, a ausência de um projeto claro de plantio das massas vegetais, o Plano do Jardim Público denota ser do tipo de projeto de caráter parcial.¹⁴⁹

Paralelamente a construção do Jardim Público, discutia-se a implantação de outros equipamentos de lazer para a cidade. Além do já citado Hipódromo (Figura 2.26), planejado inicialmente para ser localizado nos altos do bairro Amambai, a Intendência Municipal, também, estudava a alocação e a criação de um Estádio (originalmente denominado como Parque de Jogos).

Vários locais são analisados. Inicialmente, pretendia-se localizar o Estádio (Figura 2.27) em terrenos contíguos ao núcleo central.¹⁵⁰ No entanto, essa alocação foi modificada, escolhendo-se áreas mais periféricas à área urbana. A discussão e a definição das áreas para estabelecer tanto do Estádio, quanto do Hipódromo, se estendem por alguns anos, retardando essas construções.¹⁵¹

Contudo, como efeito do crescimento experimentado na década de 20, instalam-se em Campo Grande, a agência do Banco do Brasil, alguns estabelecimentos de ensino¹⁵² e outros equipamentos importantes para o lazer urbano, entre eles, o cine-teatro Santa Helena (Figura 2.28), local de exibição de filmes e de apresentação de peças teatrais e musicais; e o clube social-recreativo das elites, o Rádio Clube, onde a comunidade se reunia para ouvir o rádio, e cuja prática tornou-se numa das principais atividades de recreação e de interação social.

Figura 26 - Hipódromo (Jockey Club Campo-Grandense)

Fonte: Folha da Serra, n.23, 1933 p. 36

Figura 2. 27 - Plano do Parque de Jogos elaborado pelo Cel. Militar Newton Cavalcanti

Fonte: Folha da Serra, 1933 p.56

Figura 2.28 - Cine-teatro Santa Helena

Fonte: Acervo ARCA

¹⁴⁸ O Código de Posturas além de determinar a manutenção da ordem e do decoro social nas áreas públicas, a legislação urbana vetava a manifestação de qualquer atividade de lazer infantil nos logradouros públicos. Restringindo a manifestação dessa natureza, a passagem eventual do Circo de Cavalinhos (grupos mambembes ligados a espetáculos circenses).

¹⁴⁹ Conforme Macedo (1999), os projetos parciais são concebidos a partir de um modelo estabelecido, mas sem um domínio total do projetista sobre os preceitos estilísticos, a técnica construtiva e a dimensão paisagística da obra idealizada. Imita-se o modelo, mas a apropriação da sua essência é relativa (parcial), perdendo a riqueza dos detalhes e principalmente, o domínio do processo de construção do espaço.

¹⁵⁰ O primeiro terreno citado como de interesse, localizava-se na confluência das ruas 7 de Setembro, 26 de Agosto e Avenida Calógeras, atrás da Igreja Matriz de Santo Antônio.

¹⁵¹ Em meados da década de 30, tanto o Estádio, quanto o Hipódromo, já haviam sido construídos. Conforme registros fotográficos das publicações Folha da Serra (ago. 1933 a set., 1934) e Álbum de Campo Grande 1939.

¹⁵² Constrói-se em 1929 a Escola Nossa Senhora Auxiliadora em área cedida pela municipalidade, e instala-se a Faculdades de Farmácia e Odontologia.

O estabelecimento desses equipamentos, mesclando espaços públicos e privados (mas de acesso público), entre eles, a praça, a rua, bares, clube e os cinemas, inicia a constituição preliminar de um sistema de equipamentos de lazer ordenado ao longo do eixo da Rua 14 de Julho, compondo, em meio a área comercial, um ambiente atrativo para o ócio (Figuras 2.29 a 2.31), que contribui para a melhor apropriação das partes que compõem o sistema, entretanto delimita, principalmente, o espaço da Rua 14 de Julho (e seu entorno imediato) como o lugar urbano para a prática do lazer.

Nessa década, realizam-se outras melhorias urbanas, entre elas, institui-se oficialmente a feira livre na área reservada ao Mercado Municipal¹⁵³ (Figura 2.32), constrói-se o reservatório para captar água do Córrego Jacinto, executa-se a pavimentação de algumas ruas centrais e autoriza-se a construção de monumentos demarcatórios da paisagem e alusivos aos fundadores da cidade.¹⁵⁴ Outro aspecto importante na definição do caráter da paisagem urbana de Campo Grande foi a construção da Vila dos Ferroviários e das oficinas e armazéns da NOB.

A implantação do complexo arquitetônico da ferrovia, introduz na cidade novas tipologias; algumas peculiares, permaneceram restritas ao contexto da Vila dos Ferroviários; outras, no entanto, como a casa do diretor geral da ferrovia, influenciaram a construção das edificações na cidade, em particular, a arquitetura das residências das pessoas pertencentes à elite socioeconômica campo-grandense (como se observa na casa do Dr. Vespasiano Barbosa Martins).

O conjunto arquitetônico da ferrovia reproduzia, tipologicamente, à hierarquia funcional da companhia: os operários habitavam construções menores e de arquitetura mais simples. Os terrenos eram menores que os lotes das outras edificações. A área construída e a extensão dos terrenos ampliam-se, a arquitetura torna-se mais elaborada à medida que se ascende à hierarquia funcional. A casa do diretor geral da ferrovia segue a arquitetura dos palacetes de estilo eclético, situados isolados no terreno e, ricamente ornamentado por jardins, fontes e pergolado (Figuras 2.33 a 2.39).

¹⁵³ Ato n. 17 de 4 de abril de 1925, era área que corresponde na atualidade aos terrenos ocupados pelo Mercado Público Municipal e pela Praça Oshiro Takemori.

¹⁵⁴ Resolução n. 143 de 22 de abril de 1927, que autoriza a implantação do Relógio na esquina da Rua 14 de Julho com a Avenida Afonso Pena; e Resolução n. 162, de 25 de julho de 1927, que autoriza a implantação de um monumento em Homenagem a José Antônio Pereira, originalmente determinado para ser implantado no Jardim Público, mas posteriormente construído na confluência da Rua José Antônio com a Avenida Afonso Pena.

Figura 2.29 - Jardim Público, solenidade festiva junto ao coreto

Fonte: Acervo ARCA, 1999

Figura 2.30 - Rádio Clube (sede de 1924 situada na Avenida Afonso Pena): Fachada principal (esq.) e salão de festas (dir.).

Fonte: Acervo Autor (esq.) e Folha da Serra, n. 23, 1933 p. 45 (dir.)

Figura 2.31 - Rua 14 de Julho

Fonte: INTENDÊNCIA MUNICIPAL, 1923 p.67

Figura 2.32 - Feira livre na área reservada ao Mercado Público

Fonte: Acervo do Autor

Figura 2.33 - Esquema de organização espacial de um palacete.

Fonte: Macedo S., 1999 p. 31

Figura 2.35 - Residência da família Antônio Prado, no Bairro Higienópolis em São Paulo, SP.

Fonte: Macedo S., 1999 p. 35

Figura 2.34 - Esquema da fachada principal de um palacete.

Fonte: Macedo S., 1999 p. 37

Figura 2.36 - Residência do diretor geral da Ferrovia Noroeste do Brasil.

Fonte: Autor

Na Vila dos Ferroviários, a extensão do terreno torna-se menor, e a arquitetura das moradias e dos jardins mais simples, à medida que se desce na hierarquia funcional dos empregados da Ferrovia Noroeste do Brasil.

Figura 2.37 - Residência Vespasiano Barbosa Martins.

Fonte: Campo Grande 100 anos de construção, 1999 p. 78 (esq.), p.40 (sup.)

A residência do Dr. Vespasiano Barbosa Martins, localizada na confluência da Avenida Calógeras com a Rua 15 de Novembro (defronte à Igreja Matriz), foi por muito tempo considerada, pela população local, como uma edificação de arquitetura a ser seguida pelos construtores. Essa influência era reiterada em função de seu proprietário ser uma pessoa de projeção social e dedicado à vida pública.

Como observa Macedo (1999 p. 56-58), o jardim frontal é um espaço composto com gramados e canteiros floridos que destina-se a valorizar a arquitetura da residência criando um emolumento a redor dela para sua perfeita contemplação pelo passante da rua. Entretanto, no caso de Campo Grande as residências locais diferem dos modelos paulistano e carioca por ter um porte menor. (como se observa na figura 2.36).

Figura 2.38 - Residência do engenheiro-chefe da Ferrovia Noroeste do Brasil.

Fonte: Autor

Figura 2.39 - Residências dos funcionários da Ferrovia Noroeste do Brasil: casas de alvenaria e casas de madeira.

Fonte: Autor

Essa forma de ocupação dos lotes (Figura 2.40), onde a casa situa-se isoladamente, cercada por jardins ornamentados, quintais arborizados e por muros trabalhados torna-se uma prática comum na implantação das moradias da sociedade campo-grandense. Esse modelo difunde-se passando a permear o tecido urbano, como se verifica nas residências dos senhores Ytrio Correa da Costa, Celso Maia e Arnaldo Estevão de Figueiredo¹⁵⁵ (Figura 2.41).

2.3 Ações da Intendência Municipal no período da Revolução Constitucionalista.

Na década de 1930, os hábitos e o comportamento social transformaram-se em função da regularização das viagens de trem, do transporte aéreo entre Campo Grande, Cuiabá e demais cidades brasileiras. O aumento do fluxo de viajantes na cidade e de novos moradores (entre eles os militares), que nela fixam residência, trazem para o local novos costumes e com eles, a apropriação dos espaços públicos toma nova dimensão, passando a serem freqüentados com maior intensidade. Por outro lado, a instalação da companhia telefônica e da agência dos Correios e Telégrafos¹⁵⁶, favoreceu a interação, mais imediata, da população

¹⁵⁵ Ambas localizadas na avenida Calógeras.

¹⁵⁶ Observa-se que o terreno no qual se implanta a sede dos Correios e Telégrafos, situa-se em área destinada pelo Plano de Alinhamento de Ruas e Praças de 1909 como área de praça (a Praça da

sobre as notícias e os fatos transcorridos nos grandes centros urbanos brasileiros. Tal aspecto corroborou ainda mais para que essa renovação de costumes, tornando-a mais evidente e induzindo, em dada medida, a reprodução pela população local das formas de lazer e de interação com espaços livres desenvolvidos em outros centros urbanos, como as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

O parcelamento do solo amplia-se (Figuras 2.42 a 2.44). O sentido de expansão urbana segue o eixo dos trilhos da ferrovia, numa porção do território a oeste do centro da cidade situado próximo aos quartéis ao campo de aviação, onde são implantados nessa época os bairros: Vila Soares, Vila São Manoel, Vila Planalto. A cidade também expande-se rumo a direção norte-nordeste e sul. Nessas regiões surgem os bairros São Francisco (norte) e a Vila Glória (sul). O traçado dá continuidade à malha viária da região central. Na segunda metade dessa década, são criados ainda o bairro Taveirópolis e a Vila Bandeirantes.

A maioria dos loteamentos que surgem nesse período tem algum limite confrontante com os trilhos da ferrovia. A reserva de áreas para praças não é uma prática constante, pois não era exigida por lei. Entretanto, alguns dos loteamentos criados nesse período (como por exemplo a Vila Planalto) possuíam áreas de reserva para a implantação de praças; no entanto, o dimensionamento das áreas de reserva não mantiveram a mesma proporção adotada no parcelamento do solo na região central.

A planta da Vila Planalto¹⁵⁷ (Figura 2.45) continha uma única área de reserva de praça (que media cerca de 1500m²). Sua extensão correspondia a apenas 0,46% do loteamento, e sua localização era periférica na área parcelada, contrapondo-se ao que ocorrera na região central da cidade¹⁵⁸. Os lotes urbanos também são menores e de diversos tamanhos e formas. A forma resultante é um produto da sobreposição de uma malha viária de traçado ortogonal (orientada em acordo com os eixos cardeais), implantada sobre uma gleba de limites trapezoidais.¹⁵⁹ Dessa forma, existem lotes retangulares e

Concórdia). Desde a planta de 1920, o terreno da Praça da Concórdia já havia sido parcialmente parcelado, reduzindo a extensão da área da praça, alocando-a para a porção mais baixa do terreno, e transformando em lotes urbanos a parcela da área voltada para a Avenida Calógeras e para os trilhos da ferrovia. O terreno da sede dos Correios foi concedida a União através da Resolução n. 236, de 3 de junho de 1930, em ato do intendente Antônio Paes de Barros.

¹⁵⁷ A área total do loteamento corresponde a 32,2ha aproximadamente.

¹⁵⁸ Proporcionalmente, a área destinada como reserva de praça na Vila Planalto é cerca de 10 vezes menor do que as áreas de reserva de praça do Plano de Alinhamento de Ruas e Praças de 1909, tanto em relação à dimensão da área quanto em relação à sua proporcionalidade à área total do terreno parcelado, caracterizando uma redução desse tipo de área dentro do contexto do loteamento, visto que, além de serem maiores as áreas de reserva do Plano de 1909, sua localização era central no território parcelado.

¹⁵⁹ Tal modelo de traçado de loteamento se reproduz em outras glebas da área urbana, caracterizando-se como uma tipologia peculiar do parcelamento do solo em Campo Grande-MS, até

Figura 2.40 - Esquema analítico sobre ocupação dos lotes de uso residencial na década de 20.

Fonte: Autor

Figura 2.42 - Planta de Campo Grande no início da década de 1930.

Fonte: Folha da Serra, n.23, 1933 p.57

Figura 2.41 - Residências do Celso Maia e Arnaldo Estevão Figueiredo.

Fonte: Folha da Serra, n. 23, 1933 p. 38(sup), p.54 (centro) e Campo Grande 100 anos de construção, 1999 p. 229 (inf.)

trapezoidais, de diversos tamanhos, sendo mais comuns as medidas de 15m para a testada dos lotes, e de 35m, 45m, 50m e 60m para a profundidade dos lotes.

Os lotes urbanos na Vila Planalto correspondem a cerca de 65,2% da área total do loteamento. Comparado ao Plano de 1909, verifica-se uma redução da área útil destinada aos lotes urbanos. Como a fração do lote é menor, as quadras resultantes também são menores que aquelas delimitadas na região central.¹⁶⁰ Assim, uma maior parcela de terreno é ocupada pelas vias públicas. Na Vila Planalto, elas correspondem a cerca de 31,5% do loteamento, sendo delimitado por vias mais largas na periferia do loteamento (ruas e avenidas, com respectivamente 20m e 40m de largura cada) e por travessas no interior do loteamento (12m de largura). O dimensionamento das vias está em acordo com as normas estabelecidas pelo Código de Posturas de 1921. No entanto, a proporcionalidade da área ocupada pelas travessas, em relação às ruas e às avenidas, não segue o que o Código de Posturas recomenda. Há mais vias estreitas (travessas) do que vias largas (ruas e avenidas).

A década de 1930 é marcada por mudanças no comportamento social. A prática do lazer ao ar livre se intensifica. Novas modalidades são incorporadas pela sociedade, entre elas, os jogos, a natação, os piqueniques, a pescaria na zona rural, a reunião e as festividades entre grupos sociais (Figuras 2.46 a 2.48). Nessa fase expandem-se os equipamentos de lazer públicos e privados. Criam-se bares (Figura 2.49), constrói-se na região central o Cine Alhambra¹⁶¹ (Figura 2.50) e, novos clubes recreativos, entre eles, a sede do Cassino dos Oficiais do Exército¹⁶², o Centro Beneficente Português¹⁶³, e o Centro de Cultura Espanhola.¹⁶⁴ Além desses estabelecimentos, alguns hotéis utilizavam seus salões para bailes e festas. Tais aspectos contribuíram para consolidar a região central e, em particular a Rua 14 de Julho e o Jardim Público (Figuras 2.51 e 2.52), como os principais lugares urbanos para a prática do lazer nesse período. E isto se verificou, pois nesses locais, se praticavam atividades complementares entre si.

A importância dessa região é reiterada com a construção de marcos urbanos. São construídos o Relógio da Rua 14 de Julho e o Obelisco na Avenida Afonso Pena (Figuras 2.53 e 2.54). O primeiro marco foi construído para delimitar o

a década de 60.

¹⁶⁰ As quadras possuem dimensões variando entre 90m x 120m, 125m x 120m e 175m x 120m.
¹⁶¹ Localizado na Avenida Afonso Pena próximo ao Jardim Público e a Sede da Intendência Municipal.
¹⁶² Posteriormente esse clube foi denominado como Círculo Militar, localizado inicialmente no andar superior do Hotel Colombo (situado na Rua Dom Aquino), anos depois foi transferido para uma sede própria localizada na esquina das ruas 13 de Maio e 15 de Novembro, defronte ao Jardim Público
¹⁶³ Localizado na Rua Barão do Rio Branco, entre a Rua 14 de Julho e a Avenida Calógeras.
¹⁶⁴ Localizado na Rua 13 de Maio, entre as ruas Antônio Maria Coelho e Maracaju.

Figura 2.46 - Reunião social ("Garden party") na chácara do ex-Intendente municipal Dr. Arlindo de Andrade Gomes.

Fonte: Folha da Serra, n. 30, 1934

Figura 2.47 - Time feminino de Voleibol do Esporte Clube Condor.

Fonte: Folha da Serra, n. 30, 1934

Figura 2.48 - Baile no Cassino dos Oficiais..

Fonte: Folha da Serra, n. 30, 1934

Figura 2.49 - Notas publicitárias do Bar Alhambra e de um dos estabelecimentos mais frequentados para o lazer: Bar Bom Jardim.

Fonte: Álbum de Campo Grande, 1939 e Folha da Serra, n. 23, 1933 p. 15

Figura 2.50 - Bar Alhambra e Cine Alhambra na Avenida Afonso Pena.

Fonte: Campo Grande: 100 anos de construção, 1999 p.78

Figura 2.51 - Cenas do Jardim Público (Passeio Interno, Pavilhão do Chá e Rua 15 de Novembro).

Fonte: Acervo ARCA, 1999

Figura 2.55 - Vila Militar no bairro Amambai (Residência tipo A).

Fonte: Folha da Serra, n. 30, 1934

Figura 2.56 - Vila Militar no bairro Amambai (Avenida Duque de Caxias).

Fonte: Folha da Serra, n. 30, 1934

Figura 2.53 - Relógio da 14 de Julho e Jardim Público (em segundo plano)..

Fonte: Folha da Serra, n. 32-33, 1934

Figura 2.52 - Esquina da Rua 14 de Julho com a Avenida Afonso Pena. .

Fonte: Acervo ARCA, 1999

Figura 2.54 - Obelisco (confluência da Avenida Afonso Pena com a Rua José Antônio).

Fonte: Acervo DEPAVE, 1986-92

Figura 2.57 - Vila Militar no Centro (Rua Barão do Rio Branco)..

Fonte: Folha da Serra, n. 30, 1934

principal cruzamento da malha viária da cidade, reforçando a importância desse lugar para a cidade.

O segundo marco era uma homenagem aos fundadores da cidade. Esse monumento foi originalmente designado para ser construído no interior do Jardim Público, no entanto, foi alocado em área mais periférica da região central (cruzamento da Avenida Afonso Pena com a Rua José Antônio), porém localizado numa porção mais alta do território, no qual era mais perceptível no horizonte da paisagem.

Por influência da alocação dos quartéis, surgem equipamentos de lazer, públicos e privados no bairro Amambai e arredores. Junto a área residencial dos militares (Figuras 2.55 a 2.57) foram urbanizadas duas áreas públicas: a Praça Cuiabá (mais conhecida popularmente como Cabeça-de-boi) e a Praça Newton Cavalcanti (Figuras 2.58 a 2.60). Inauguradas em março de 1934¹⁶⁵, essas praças foram construídas com uma estrutura extremamente simples. O Plano geral seguia o estilo eclético clássico, sendo compostos por eixos axiais, dispostos simetricamente, que conduziam a um espaço central.

¹⁶⁵ As praças Cuiabá e Newton Cavalcanti foram inauguradas em 3 de março de 1934. Elas foram implantadas na mesma época da construção da moradia dos oficiais da Circunscrição Militar, na Avenida Duque de Caxias, como parte dos equipamentos urbanos que compunham da vila militar (além das praças, foi construída nessa época uma escola destinada ao ensino fundamental). Contudo, a configuração da vila militar, por ser integrada ao tecido do bairro Amambai, permitia que as praças ficassem acessíveis a toda população. (cf. FOLHA DA SERRA. Campo Grande, MS, n. 30, mar., 1934).

Figura 58 - Avenida Duque de Caxias (Vila Militar) durante a solenidade de inauguração das Praças Newton Cavalcanti e Cuiabá.

Fonte: Folha da Serra, n. 30, 1934

Figura 2.59 - Solenidade de inauguração da Praça Newton Cavalcanti..

Fonte: Folha da Serra, n. 30, 1934

Figura 2.60 - Solenidade de inauguração da Praça Cuiabá..

Fonte: Folha da Serra, n. 30, 1934

Figura 2.61 - Cassino..

Fonte: Anuário do Oeste Brasileiro, 1943 p.98

As praças não possuíam muitos equipamentos, existiam alguns bancos e os passeios eram de pó-de-pedra delimitados por meio fio. Os canteiros eram gramados e compostos por uma vegetação ornamental incipiente formada, predominantemente, por espécies arbóreas. O equipamento de maior destaque era um pergolado, implantado no espaço central das praças. Situado sobre uma base elevada do solo, o pergolado tinha feições semelhantes ao coreto do Jardim Público. Essa configuração híbrida revela a influência da composição espacial do Jardim Público sobre essas praças, por meio de uma alusão direta aos dois principais equipamentos da praça situada na região central.

Nesse mesmo período, foram implantados na cidade o Cassino e o Parque Balneário (Figuras 2.61 e 2.62). Localizado na periferia, o Parque Balneário ofereceu para a população uma outra modalidade de prática de lazer: o banho público. O acesso às instalações do clube se dava por pagamentos de taxas conforme o tipo de freqüentador (ocasional ou associado), e o funcionamento do clube era diário, com horários estabelecidos para a abertura e o fechamento. Ainda no bairro Amambai, a Intendência Municipal concede terra para construção da sede social da Associação dos Sargentos do Exército¹⁶⁶ (Figura 2.63). Esse terreno localizava-se defronte à Praça Cuiabá. Aos poucos vai-se configurando nessa região um segundo polo de equipamentos de lazer, mas com menor abrangência que os implantados na região central da cidade, em razão da limitação programática e qualidade construtiva desses espaços.

Com a prosperidade econômica, diversificam-se as tipologias das edificações, aprimoram-se as técnicas construtivas, elevam-se o gabarito dos edifícios (Figura 2.64). Por exigência da municipalidade, os

Parque Balneário Limitada

No interesse geral pede-se a observância rigorosa das normas abaixo estabelecidas

a) - pessoa alguma terá acesso à piscina, sem prévio exame médico, sem antes tomar banho de chuveiro e sem lavar os pés nas instalações da Empresa;

b) - é expressamente proibido cuspir, escarrar, fumar ou urinar na piscina;

c) - é obrigatório o uso de MAIOT de cor escura ou de lã de cor escura, devidamente apropriados para banho;

d) - não é facultado o uso da torre de saltos, senão em horas de exercício regular ou de competições;

e) - são expressamente proibidas "algazaras", brincadeiras ou atitudes inconvenientes que possam provocar reclamações ou quebrar as normas da boa educação;

f) - os assinantes terão diariamente ingresso à piscina, a menos nas horas reservadas ou nos momentos das competições oficiais;

g) - os assinantes são responsáveis pelos estragos propostos na piscina e suas dependências;

h) - reserva-se o direito de só permitir a entrada a quem julgar conveniente.

Figura 2.62 - Nota publicitária do Parque Balneário...

Fonte: Álbum de Campo Grande, 1939

Figura 2.63 - Associação dos Sargentos do Exército (bairro Amambai)..

Fonte: Acervo Antônio M. Canale, 1999

Figura 2.64 - Centro Comercial (Rua Dom Aquino)..

Fonte: Folha da Serra, n. 23, 1933 p.44

¹⁶⁶ Lei n.8 de 15 de junho de 1937.

Figura 2.65 - Vista parcial da Região central de Campo Grande na década de 30 (Avenida Afonso Pena entre Avenida Calógeras e Rua 14 de Julho).

Fonte: ARRUDA, 2000 capa

Figura 2.66 - Esquema analítico sobre a ocupação espacial da região central de Campo Grande na década de 30.

Fonte: Autor

lotes situados na região central não podiam mais ser edificadas com apenas um pavimento.¹⁶⁷ Além de proibir a construção de edificações térreas na região central, a intendência municipal incentivava, com a isenção de impostos, a construção de edifícios com gabarito superior a quatro pavimentos. Tais aspectos foram difundidos no sentido de adensar a área urbana. A exigência de elevação de gabarito foi maior nas duas vias principais da cidade (Rua 14 de Julho e Avenida Afonso Pena). Com esse processo, os lotes da região central passaram a ter maior área edificada, reduzindo-se os espaços livres intralotes.

Os lotes passaram a não ter mais jardins na sua porção frontal, visto que a maioria das edificações foram implantadas junto a divisa frontal das propriedades. Apenas uma parte da arborização foi preservada no fundo dos quintais. Assim as quadras se adensaram da sua periferia para o interior, com gradual redução dos espaços livres e da supressão da vegetação arbórea das propriedades. Entretanto os lotes residenciais dos bairros permaneceram com espaços livres amplos, como se observou nas moradias dos oficiais no bairro Amambai (Figuras 2.65 e 2.66).

As transformações e o crescimento da área urbana (Figura 2.67) transcorridos na década de 30 levaram o executivo municipal a contratar os serviços de um escritório de engenharia para elaboração de um plano de ordenamento do território urbano e de incremento da infra-estrutura urbana.

Em 1938, a prefeitura contratou o escritório de Saturnino de Brito para elaborar um plano de saneamento e drenagem da área urbana e de expansão do sistema de abastecimento de água¹⁶⁸. Paralelamente à execução desse servi-

Figura 2.67 - Evolução do crescimento populacional e da construção predial em Campo Grande de 1875 a 1940.

Fonte: Anuário do Oeste Brasileiro, 1943 p. 102

¹⁶⁷ cf. Lei n. 4 de 31.5.1937

¹⁶⁸ Através da implantação do sistema de captação e tratamento de água do Córrego Lageado, situado a sudeste da cidade. (ARRUDA, Ângelo Marcos. Campo Grande: arquitetura e urbanismo na década de 30. Campo Grande, MS: Editora UNIDERP, 2000, p.14)

ço, o mesmo escritório elaborou a planta da cidade¹⁶⁹ e orientou a formulação do plano de uso e ocupação da área urbana do município¹⁷⁰, resultando na instituição do primeiro código de obras para a cidade.

2.4 Campo Grande, a transição de princípios urbanísticos.

2.4.1 O escritório de Saturnino de Brito, a introdução dos princípios do urbanismo modernista e a organização do espaço urbano

No início da década de 40, foi instituído o Decreto-lei 39 (de 31 de janeiro de 1941), como decorrência do trabalho desenvolvido pelo escritório de Saturnino de Brito. Esse decreto-lei estabeleceu o zoneamento do território urbano (Figuras 2.68 a 2.70), subdividindo-o em cinco categorias de uso do solo: zona comercial (ou central), zona industrial, zona residencial e zonas mistas (1ª e 2ª categorias).

A partir desse zoneamento, regulamenta-se o parcelamento do solo, seja na implantação de novos loteamentos, como no desmembramento dos lotes urbanos existentes, e também a construção, a reforma e a reconstrução das edificações. Ele delimita índices urbanísticos para a taxa de ocupação, o porte e o gabarito das edificações, assim como, para o dimensionamento da largura das vias e das áreas de reserva destinadas às praças e aos jardins, que passam a ser delimitados a partir de um percentual relativo à extensão total da área parcelada. Segundo o decreto-lei, o plano do loteamento deveria reservar cerca de 20% da área total loteada para os logradouros públicos e de mais 20 % da área total para praças e para jardins. A Seção de Obras e Serviços orienta e controla a localização das áreas de reserva de praças e as vias. Observa-se que todo plano de loteamento a partir desse período é, obrigatoriamente, objeto de um processo organizado, controlado, fiscalizado e aprovado pela Seção de Obras e Serviços. Essa seção era subordinada à coordenação de um engenheiro.¹⁷¹

¹⁶⁹ Esse documento foi elaborado a partir de um levantamento topográfico e cadastral dos imóveis da cidade; é um dos poucos registros desse período que retrata a ocupação do território urbano, demonstrando que o índice de ocupação do solo era inferior a 40%.

¹⁷⁰ Lei n. 15 (de 15 de julho de 1937) autoriza o executivo a contrair empréstimo para contratar serviços de escritório de engenharia para elaborar plano urbanístico para o município de Campo Grande. E Lei n. 19 (de 8 de novembro de 1937) autoriza o executivo para contratar os serviços de um escritório de engenharia para elaboração de um plano urbanístico.

¹⁷¹ Outra observação pertinente neste contexto, refere-se a importância da figura do engenheiro municipal. Desde a década de 20, o engenheiro municipal exerce um papel fundamental na orientação das obras urbanas e na ocupação do solo. Na administração de Arlindo de Andrade Gomes (1921-23), o engenheiro era funcionário de caráter diferenciado dos demais, sendo responsável pelo assessoramento e orientação do executivo nas questões urbanas. Ele elaborava projetos de loteamentos e das obras dos equipamentos públicos, delineando o caráter urbanístico da cidade, em acordo com interesses políticos e da sociedade local. Sua importância dentro do contexto administrativo constata-se não apenas nos textos alusivos às obras urbanas desse período, mas também nos relatórios anuais sobre as receitas e as despesas do município, revelando ser esse personagem o funcionário melhor remunerado dentre aqueles pertencentes ao quadro funcional

Figura 2.68 - Zoneamento do uso do solo em Campo Grande, conforme o Decreto-lei n. 39 (de 31 de janeiro de 1941).

Fonte: Autor a partir do Decreto-lei n. 39

Figura 2.69 - Situação da Planta de Campo Grande (Decreto-lei n. 39) em relação ao perímetro urbano de 1999..

Fonte: Autor

Figura 2.70 - Hotel Colombo na Rua Dom Aquino (Zona Central ou Comercial).

Fonte: Acervo Autor

Além dos índices descritos, o decreto-lei estabelecia as dimensões mínimas para os lotes urbanos, o tamanho de 10m x 30 m (300m²), para os lotes situados na zona comercial, e de 12m x 30m (360m²) para os lotes nas demais zonas da cidade. Depois, no final dessa década, a Lei n.106 (de 9 de dezembro de 1949), estabeleceria, como dimensão mínima dos lotes, o tamanho de 10m x 30m para todas as zonas urbanas.

Os loteamentos aprovados que sucederam à implantação do Decreto-lei 39/41, na sua grande maioria (ou sua quase totalidade) não delimitaram áreas de reserva para praças com o porte equivalente a 20% da área total do loteamento. Durante a década de 40, a maioria deles compreendia glebas pequenas (de 1ha a 10ha), cuja malha era composta por duas a seis quadras¹⁷² e nenhum dos lotes desses parcelamentos foi destinado a praças ou a jardins.

A ocorrência de áreas de reserva de praça foi mais freqüente em glebas com tamanho superior a 10ha. Um exemplo desse fato verificou-se no projeto da Vila Independência e em outros projetos implantados entre a década de 50 e a primeira metade da década de 60.¹⁷³ No entanto, essas áreas de praças tinham em seu conjunto um tamanho inferior ao que exigia o Decreto-lei 39/41.

Em casos como o projeto da Vila Palmira (1964), as áreas de praça correspondiam a cerca de 2,5% da área total do loteamento (76,9ha); enquanto os lotes ocupavam cerca de 72,1% e as ruas 25,4%. Em outro exemplo, o projeto do bairro Tiradentes, as áreas públicas são um pouco maiores, contudo as áreas de praça situam-se abaixo do percentual exigido pela legislação. Nesse bairro, os lotes ocupavam cerca de 66% da área total do loteamento (61,2ha), enquanto as ruas e praças ocupavam, respectivamente, 30,7% e 3,3%.

A falta de controle pela administração municipal na aplicação dos índices urbanísticos no processo de delimitação das áreas de reserva, associada a

da prefeitura. A partir do final da década de 30, o engenheiro municipal passa a dividir com outras categorias o posto de funcionário mais importante da prefeitura. No entanto, as questões urbanas ainda são de sua exclusiva competência. E sua inserção no contexto administrativo ganha novo corpo, com a criação dessa Seção de Obras e Serviços, por meio da qual ele passa a chefiar um grupo de funcionários, ampliando a abrangência de suas atribuições.

¹⁷² Como se observa nos projetos dos loteamentos da Vila Clementina (1941), da Vila Santa Tereza (1941), da Vila Castelo (1942), da Vila São José (1942), da Vila São Rafael (1943), da Vila Carvalho Baís (1943) e da Vila Rosa Pires (1946). In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. *Acervo cartográfico dos loteamentos aprovados em Campo Grande no período de 1940 a 2000*. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, Secretaria Municipal de Controle Urbanístico, Sistema Cartográfico Municipal, 2001.

¹⁷³ Como por exemplo citam-se os projetos dos loteamentos da Vila Nova (1952), Vila Alto Sumaré (1953), Vila Leonídia (1957), Vila Feliciano (1959), Vila Esteban Cornelias (195_), Jardim São Bento (195_), Vila Santa Rosa (195_), Jardim Almeida Lima (1960), Taquarussu (1962) In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. *Acervo cartográfico dos loteamentos aprovados em Campo Grande no período de 1940 a 2000*. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, Secretaria Municipal de Controle Urbanístico, Sistema Cartográfico Municipal, 2001.

um traçado de loteamento no qual essas áreas eram fracionadas em pequenas quadras, com uma configuração e alocação que as dotava de aspecto residual (situação periférica no loteamento)¹⁷⁴, fazia com que as áreas de reserva de praça tivessem um caráter de pouca relevância dentro do contexto do bairro. Elas, em geral, tinham um porte impróprio à instalação de equipamentos que visassem à permanência prolongada das pessoas e sendo pouco atrativas ao convívio nesses espaços, sendo mais apropriadas como canteiros ajardinados.¹⁷⁵

Os projetos de loteamento e de construção das edificações deviam ser elaborados por profissionais habilitados (engenheiro ou arquiteto), devidamente cadastrados na prefeitura. Uma vez avaliada a conformidade do plano com as exigências da lei, concedia-se o alvará de construção ou de implantação do parcelamento do solo, procedendo, posteriormente, ao acompanhamento da execução dos serviços, para só então conceder a aprovação final do empreendimento.

Segundo o decreto-lei, a taxa de ocupação para as edificações nos lotes era maior na zonas comercial e industrial do que nas demais zonas urbanas, assim como, era permitido aos proprietários nessas zonas implantar as edificações junto às divisas frontais (Tabela 2.1). No caso dos lotes edificadas, era facultada a ampliação das construções até 5% acima do índice de ocupação permitida para a zona.

Tabela 2.1 - Índices urbanísticos segundo o Decreto-lei 39/41

ZONA URBANA	Taxa de ocupação dos lotes com construções (%)	Recuo Frontal Fachada Principal (m)	Recuo Frontal Fachada Secundária (m)	Recuo Lateral (m)	Recuo Fundos (m)
Central ou Comercial	60	Alinhada na divisa	Alinhada na divisa	1,5	5,0
Industrial	70	Alinhada na divisa	Alinhada na divisa	1,5	5,0
Residencial	50	4,0	4,0	1,5	5,0
Mista 1ª Categoria Uso Residencial	50	3,0	3,0	1,5	5,0
Mista 1ª Categoria Uso Comercial	50	Alinhada na divisa	Alinhada na divisa	1,5	5,0
Mista 2ª Categoria Uso Residencial	50	3,0	2,0	1,5	5,0
Mista 2ª Categoria Uso Comercial	50	Alinhada na divisa	Alinhada na divisa	1,5	5,0

Fonte: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. *100 anos de legislação*. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

¹⁷⁴ Às vezes as áreas de reserva de praça eram alocadas na porção mais central do loteamento, mas em geral, situavam-se periféricamente ao contexto urbano dos bairros, sendo utilizadas para adequação do traçado ortogonal da malha viária e das quadras ao perímetro poligonal irregular das glebas. A configuração desses espaços compreendia rotatórias, quadras retangulares e em forma de triângulos (predominantes).

¹⁷⁵ Aliás o plantio de vegetação, quando foi feito, era composto por tipos vegetais de pouco efeito ornamental, predominando os gramados e espécies arbóreas de grande porte.

Considerando-se os índices de ocupação do solo estabelecidos pelo decreto-lei, os espaços livres projetados para a cidade (áreas pública e privada) correspondiam a 58% na zona industrial, 64% na zona comercial (centro) e de 70% na área residencial do território ocupado. Tais índices conduziram a formação de um espaço urbano permeado por edificações bastante dispersas, sobretudo, nas áreas periféricas.

Sobre o aspecto tipológico das edificações, observa-se que nesse período, a zona central é verticalizada (Figuras 2.71 a 2.73). Surgem edifícios com mais de quatro pavimentos, sendo ocupados com atividades comerciais e com uso misto (comercial na base e residencial nos pavimentos superiores). São construídos nessa época os edifícios Nacao, Korndörfer e Olinda (Figura 2.74). Esses edifícios seguiram os índices estabelecidos para zona central, ocupando-se quase sempre a totalidade do terreno, e, às vezes, conservando pequenos espaços livres intralotes.

A renovação tipológica na zona central foi lenta. Coexistem, nesse mesmo período, edificações, da década de 10, são passíveis de se encontrar, nas imediações da área comercial, edificações térreas ladeadas por jardins. Entretanto, predominam edificações de pavimento único, alinhado com as divisas frontal e lateral resguardando espaços livres mínimos necessários a promover o acesso ao fundo dos lotes, que por sua vez eram utilizados como áreas de apoio a atividade comercial desenvolvida na porção frontal do lote.

Figura 2.72 - Vista panorâmica da Região Central de Campo Grande na década de 40.

Fonte: Acervo ARCA, 1999.

Figura 2.71 - Esquema analítico sobre a ocupação espacial da Região Central de Campo Grande na década de 40

Fonte: Autor.

Figura 2.73 - Confluência das ruas 14 de Julho e Dom Aquino..

Fonte: Acervo ARCA, 1999.

Figura 2.74 - Rua 14 de Julho com os Edifícios Korndörfer (em segundo plano no centro da imagem) e Nacao (a esquerda ao fundo).

Fonte: Acervo ARCA, 1999.

Figura 2.75 - Estátua do Outono e Coreto do Jardim Público antes da reforma.

Fonte: Acervo ARCA, 1999.

Figura 2.78 - Ajardinamento ao redor do espelho d'água e pelos passeios do Jardim Público.

Fonte: Acervo ARCA, 1999.

Figura 2.79 - Convívio no Jardim Público.

Fonte: Acervo ARCA, 1999.

Figura 2.76 - Coreto do Jardim Público após a reforma.

Fonte: Acervo ARCA, 1999.

Figura 2.80 - Relógio situado na confluência da Rua 14 de Julho com a Avenida Afonso Pena e Edifício Olinda (segundo plano).

Fonte: Campo Grande 100 anos de construção, 1999 p. 79.

Figura 2.77 - Estátua do Cachorro.

Fonte: Acervo ARCA, 1999.

Figura 2.81 - Bar Cinelândia no Edifício Olinda..

Fonte: Acervo ARCA, 1999.

Em relação ao lazer, na década de 40 houve pouco investimento na criação de novas praças públicas e na manutenção das áreas existentes. A estrutura funcional da administração pública municipal modificou-se, deixou de existir um setor específico designado para a manutenção exclusiva das praças públicas, jardins e da arborização urbana, assim como, eliminou-se dos relatórios anuais de receitas e despesas do município a dotação de verbas específicas para a conservação das praças públicas¹⁷⁶, dos jardins e da arborização urbana.

Apesar dessas mudanças, algumas melhorias são realizadas no Jardim Público.¹⁷⁷ O coreto é reformado, alterando-se o material construtivo empregado. A estrutura de madeira (Figura 2.75) cede lugar para uma estrutura de alvenaria de tijolo maciço (Figura 2.76), e os detalhes de ornamentação são simplificados. A praça ganha estátuas decorativas¹⁷⁸ (Figura 2.77) e a vegetação atinge o porte adulto (Figura 2.78). Essas alterações, entretanto, não modificaram a função predominante da praça - a contemplação - (Figura 2.79), nem o estilo de projeto - o eclético. O espaço assumia uma feição agradável, alternando áreas de estar sombreadas com canteiros ajardinados que reportavam os recantos do Passeio Público situado na cidade do Rio de Janeiro.

Outros aspectos contribuem para a prática do lazer, surgem novos bares região central, como por exemplo, o Bar Cinelândia, localizado no Edifício Olinda (Figuras 2.80 e 2.81). É construído o Cine Rialto, e ainda a Rua 14 de Julho passa a ser utilizada, nos fins de semana, como local de caminhada e de encontro ("footing") (Figura 2.82). Assim, o Jardim Público ratifica-se como um importante componente do lazer urbano.

Outra mudança observada no lazer urbano foi o estímulo a prática do futebol amador. Instituiu-se a Liga Esportiva Municipal Campo-grandense que além de organizar campeonatos entre os times da cidade¹⁷⁹ e administrava, também, o estádio.¹⁸⁰ Porém no decorrer dos anos, essa sociedade esportiva faliu, e a administração municipal assumiu a responsabilidade de gerenciar o estádio visando conservar sua utilização no meio urbano¹⁸¹. A partir desse momento, a

¹⁷⁶ Essa atribuição passa a ser incorporada pelos setores responsáveis pela conservação dos próprios municipais.

¹⁷⁷ Nesse contexto, os registros documentais do município desse período não especificam as intervenções realizadas no Jardim Público. Tais informações foram obtidas a partir do acervo fotográfico do Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA), e das reportagens dos periódicos. Observa-se que apenas o Jardim Público foi tema de interesse dessas fontes. Não se obteve informação sobre as praças Cuiabá e Newton Cavalcanti implantadas na década de 30.

¹⁷⁸ São construídas ao redor do coreto, as estátuas das Quatro Estações e de um cachorro no acesso da praça situado na esquina da Rua 14 de Julho com a Avenida Afonso Pena.

¹⁷⁹ ZARDO, Edgard. Newton Cavalcante: presença militar no desenvolvimento da cidade. In: *Personalidades (Série Campo Grande)*. Campo Grande: Funcesp, Arca, ano II, 2000, s.p.

¹⁸⁰ Originalmente denominado na década de 30 como Parque de Jogos.

¹⁸¹ Decreto-lei 31 (de 23 de abril de 1940)

prefeitura determina que o estádio destinar-se-ia ao treinamento de atletas às competições esportivas (Figura 2.83).

Outro fato contemporâneo a essa época foi a mudança da sede do Rádio Clube. O executivo propôs a permuta de terras pela sede do clube por necessidades funcionais de expansão de sua sede administrativa.¹⁸² Com a permuta firmada, a direção do clube se comprometia em construir, no prazo máximo de dois anos, uma nova sede, mais ampla, e incentivar o treinamento e a prática desportiva.¹⁸³ Em troca, o clube mudar-se-ia para um terreno maior cuja localização era relativamente central (Figuras 2.84 a 2.85).

Esses fatores indicavam uma mudança, de hábitos e de valores, iniciada na década de 30, que se caracterizava pelo interesse maior na prática desportiva como forma de lazer. Delineia-se também uma expansão dos equipamentos de lazer e o princípio de formação de uma nova área polarizadora dessa prática, que viria, nas décadas posteriores, consolidar-se como um importante lugar no contexto da cidade.

Como meio de ordenamento do território, cria-se, ainda na década de 40, a Comissão do Plano da Cidade de Campo Grande.¹⁸⁴ A instituição dessa comissão tinha por finalidade elaborar um plano diretor visando ao desenvolvimento e à melhoria do espaço urbano da cidade, definindo critérios de ordenamento da ocupação solo, do funcionamento dos serviços urbanos, e de implementação de obras públicas, entre elas, a implantação de áreas públicas de lazer. A comissão era formada por onze membros composta pelo prefeito, dois vereadores, dois funcionários públicos e seis pessoas da comunidade nomeadas pelo executivo. No entanto, pouco registro se obteve sobre as atividades realizadas por essa comissão.

2.4.2 Crescimento urbano e a Arquitetura Moderna em Campo Grande.

A década de 1950 marca a inserção da Arquitetura Moderna no contexto urbano local (Figuras 2.86 a 2.88). Arquitetos e engenheiros, formados em São Paulo e no Rio de Janeiro, passaram a atuar mais intensamente na construção de edificações, em escritórios de projetos e em órgãos públicos; alguns deles fixam

¹⁸² Decreto-lei 44 (de 11 de setembro de 1941) autoriza o executivo a permutar terreno público(40x60 m) situado de frente a Praça da Bandeira (também denominada como Praça da República), em troca da antiga sede do Rádio Club. A antiga sede passa a funcionar como salão de atos da prefeitura. Mais tarde este prédio foi transformado na sede da Câmara Municipal de Campo Grande.

¹⁸³ Fazia parte do acordo, que o Clube construísse quadras esportivas e incentivasse sua utilização entre seus associados.

¹⁸⁴ Lei 24, de 6.4.1948.

Figura 2.82 - Footing na Rua 14 de Julho após o desfile de 7 de Setembro.

Fonte: Acervo Autor.

Figura 2.83 - Estádio Belmar Fidalgo.

Fonte: Acervos Antônio M. Canale, 1999 (sup.) e ARCA, 1999 (inf.).

Figura 2.84 - Quadra de tênis do Rádio Clube.

Fonte: Álbum de Campo Grande, 1939.

Figura 2.85 - Rádio Clube (sede social defrente à área denominada como Praça da República).

Fonte: Álbum Gráfico do Estado de Mato Grosso, 1958. .p. 76

Figura 2.86 - Rua 14 de Julho, Região Central de Campo Grande, na década de 50, em horário comercial.

Fonte: Album Gráfico do Estado de Mato Grosso, 1958 p. 64.

Figura 2.87 - Vista aérea da Região Central de Campo Grande na década de 50.

Fonte: Album Gráfico do Estado de Mato Grosso, 1958 p. 67.

Figura 2.89 - Clínica Campo Grande..

Fonte: ARRUDA, 1998 p. 26.

Figura 2.90 - Escola Estadual Maria Constança de Barros Machado.

Fonte: Acervos Antônio M. Canale, 1999 (sup.) e Autor (esq.).

Figura 2.88 - Esquema analítico sobre a ocupação espacial da Região Central de Campo Grande na década de 50.

Fonte: Autor.

residência na cidade; outros, que não residiam na cidade, como os arquitetos Oscar Niemeyer¹⁸⁵ e Jorge Wilhelm¹⁸⁶ têm seus projetos implantados em Campo Grande (Figuras 2.89 a 2.90). Surgem algumas edificações públicas e residências tendo como referência a escola carioca. A tipologia das edificações apresentavam materiais construtivos contemporâneos e uma preocupação com a proteção solar.¹⁸⁷ Associado a esse processo, prossegue-se a verticalização da área central.

Apesar da inserção do estilo moderno na construção das edificações, no âmbito das praças públicas, ainda persevera o estilo eclético. Não se observa -va mudança significativa na constituição e na feição desses espaços. O Jardim Público permanece como a principal área de praça; no entanto há um envelhecimento da estrutura física. Na administração do prefeito Marcílio de Oliveira Lima (1955-59), a praça foi reformada(1957).

A obra implementada foi objeto de polêmica¹⁸⁸ pois demoliu-se o antigo

¹⁸⁵ Elaborou o projeto da escola pública, denominada na atualidade como Escola Estadual Maria Constança de Barros Machado; o edifício foi inaugurado em 1953.

¹⁸⁶ Elaborou o projeto de um edifício hospitalar (Clínica Campo Grande - 1957).

¹⁸⁷ Cf. ARRUDA, Ângelo V.; MARAGNO, Gogliardo V.; COSTA, Mário Sérgio S. *Arquitetura em Campo Grande*. Campo Grande: UNIDERP, 1999.

¹⁸⁸ Ato de repúdio do Vereador Pedro Luiz de Souza posicionando-se contrário às alterações realizadas na praça, manifestado em sessão da Câmara Municipal realizada no dia 17 de julho de 1957. In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Câmara Municipal. Câmara Municipal de Campo Grande, Mato Grosso do Sul 1903-93. (Coletânea de atos e da legislação municipal). Campo Grande, MS: Câmara Municipal, 1993, s. p.

coreto em troca da construção da fonte luminosa (Figuras 2.91 a 2.92). Nessa intervenção, eliminou-se o conjunto de estátuas que compunham o núcleo central da praça. No entanto, a expressão arquitetônica dessas mudanças não revelaram um rompimento com os princípios projetuais do Ecletismo. A praça se manteve como espaço bucólico, destinado à contemplação e à flânerie (Figura 2.93). A reforma promovida não reproduziu as mudanças que ocorriam no cenário urbano brasileiro. Mesmo com os trabalhos de Burle Marx executados em várias cidades brasileiras¹⁸⁹, a discussão do projeto de Brasília, a proximidade e a influência dos fatos urbanos ocorridos na cidade de São Paulo, entre eles a construção do Parque Ibirapuera (em 1957) (Figuras 2.94 a 2.95), esses fatos não exerceram de imediato uma mudança dos paradigmas das obras executadas em Campo Grande. Os efeitos por eles produzidos se manifestaram tardiamente apenas na década seguinte. E esse processo revela que as mudanças de paradigmas ocorreram de modo mais imediato no âmbito do espaço privado do que nos espaços públicos.

Os outros investimentos desse período nas praças públicas foram a implantação de uma área de recreação infantil na Praça Newton Cavalcanti e a deliberação de recursos para construção de um segundo estádio de futebol em uma área de reserva de praça.¹⁹⁰ O estabelecimento desses equipamentos, seguiu uma tendência iniciada no contexto urbano nacional, na década de 40.¹⁹¹ Apesar de o estilo eclético na configuração do traçado e na elaboração dos equipamentos das áreas públicas de Campo Grande persistir nesse período, a construção dessas obras reflete o início da transformação dos aspectos funcional

¹⁸⁹ Para citar destacam-se os projetos do Complexo da Pampulha (1942) e do Parque do Flamengo (1954).

¹⁹⁰ Na década de 50, entre as diversas leis que determinavam a receita e as despesas do município de Campo Grande, MS, apenas a Lei n. 498, de 2 de dezembro de 1956, (sobre o exercício de 1957) contemplou a aplicação de investimentos nas áreas públicas de lazer. Para esse período foram liberadas verbas para a implantação de um parque infantil no bairro Amambai, mesmo item contemplado pela Lei n. 483, de 8 de setembro de 1956. Já a Lei n. 468, de 1º de julho de 1956, autorizou a municipalidade a transformar a Praça Nossa Senhora Aparecida (1,2 ha), situada no bairro Taveirópolis, em Estádio Municipal. A lei concedeu o direito de administração da área à Liga Varzeana Campo-Grandense. A Lei n. 491, de 8 de novembro de 1956, concedeu mais verbas à Liga Varzeana Campo-Grandense para a execução de obras na área destinada ao Estádio Municipal do Bairro Taveirópolis.

¹⁹¹ MACEDO, Silvio Soares. *Quadro do Paisagismo no Brasil*. São Paulo: Sílvio Soares Macedo, 1999, p.57, 58 e 132.

Figura 2.91 - Cenas do Jardim Público, coreto parcialmente demolido (duas fotos iniciais) e após a implantação da fonte luminosa..

Fonte: Acervo ARCA (duas fotos iniciais) e Autor (sup. e esq.).

Figura 2.93 - Cenas do Jardim Público, monumentos em homenagem ao Dr. Ary Coelho(esq.) e Ex-Ministro Pandiá Calógeras (centro) e parada de transporte urbano na Avenida Afonso Pena (dir.)..

Fonte: Acervo ARCA, 1999 (esq.), Album Gráfico do Estado de Mato Grosso, 1958 p. 84 (centro) e Correio do Estado, 1961 (dir.).

Figura 2.92 - Jardim Público, antes (sup.) e depois da reforma(dir.).

Fonte: Album Gráfico do Estado de Mato Grosso, 1958 p. 61(sup.) e Acervo ARCA, 1999 (dir.).

Figura 2.94 - Parque Ibirapuera, São Paulo (SP).

Fonte: Macedo; Silva; Bottene, 1999 sp01csm (esq.), sp01esm (dir.).

e programático dessas áreas. Os efeitos dessa transformação aparecem com inserção de elementos tipicamente do período modernista, que privilegiam a atividade física e o lazer infantil como forma de lazer nas áreas públicas, e ainda, valorizam o futebol de campo como esporte nacional.

Em relação aos outros equipamentos de lazer, observa-se que não foram construídas novas salas de cinema, mantendo-se aquelas inauguradas entre as décadas de 30 e 40 (Cines Santa Helena, Alhambra e o Rialto), sem haver uma renovação da estrutura física desses estabelecimentos (Figura 2.96). Entretanto os clubes se ampliaram; surgiram novos clubes recreativos e consolidaram-se outros. Os novos clubes foram fundados a partir de associações corporativas e também por grupos étnicos. Foram criadas as sedes da Sociedade Esportiva Noroeste, a qual tinha como associados os trabalhadores da Ferrovia, o Esporte Clube Cruzeiro, o Esporte Clube Comercial, o Clube dos Operários, Associação Esportiva Nipo-Brasileira¹⁹² e o Clube Sírio-Libanês. Três clubes existentes se firmaram como os principais da cidade, o Rádio Clube (o clube da elite) localizado na região central (Figura 2.97), o Cassino dos Oficiais transfere-se para uma nova sede e troca sua denominação para Círculo Militar¹⁹³ e a Associação dos Sargentos do Exército, ambos, a partir desse período, localizam-se no bairro Amambai¹⁹⁴. Esses clubes reiteraram a tendência das práticas de atividades físicas como forma de lazer com a difusão de equipamentos como piscinas e quadras esportivas.

LEGENDA

1 Pavilhão da Bial	14 Lanchonete	27 Obelisco
2 Museu da Aeronáutica	15 Praça da Paz	28 Posto da Guarda Civil Metropolitana
3 Quadras de Tênis	16 Praça de Jogos	29 Posto da Polícia Municipal
4 Quadras Poliesportivas	17 Praça do Viveiro	30 Área para Reprodução de Aves Aquáticas
5 Antiga Prefeitura	18 Viveiro de Mudas	31 ASSUAPI
6 Propan	19 Palco	32 Estufas
7 Planetário	20 Ciclovía	33 Administração do Viveiro
8 Escola de Astrofísica	21 Pista de Cooper	34 Casa da Leitura
9 Casa Japonesa	22 Estacionamento	
10 Heliponto	23 Guarita	
11 Sanitários	24 MAM	
12 Caixa D'Água	25 Depósito	
13 Playground	26 Restaurante	

Figura 2.95 - Plano Geral do Parque Ibirapuera, São Paulo (SP).

Fonte: Macedo; Silva; Bottene, 1999 sp01p.

Figura 2.96 - Apresentação da Orquestra de Campo Grande no Cine-teatro Santa Helena.

Fonte: Album Gráfico do Estado de Mato Grosso, 1958 p. 89.

Figura 2.97 - Piscina do Rádio Clube.

Fonte: Album Gráfico do Estado de Mato Grosso, 1958 p. 76.

¹⁹² Essa associação recebeu da municipalidade terras no bairro Jacinto para a implantação de sua sede recreativa. A doação foi legitimada pela Lei n.602 de 28 de janeiro de 1959.

¹⁹³ A mudança de denominação do Cassino dos Oficiais ocorreu a partir da transferência da sua sede recreativa, para uma área doada pela municipalidade, localizada no bairro Amambai junto à zona residencial dos Oficiais do Exército. O termo de doação foi feito através do Projeto n. 105, aprovado em 21 de outubro de 1949, sendo que a sede foi construída no início da década de 50. CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Câmara Municipal. Câmara Municipal de Campo Grande, Mato Grosso do Sul 1903-93. (Coletânea de atos e da legislação municipal). Campo Grande, MS: Câmara Municipal, 1993.

¹⁹⁴ ÁLBUM GRÁFICO DO ESTADO DE MATO GROSSO. Cuiabá: s.e., 1958(?), p.76.

A expansão dos loteamentos urbanos se desenvolveu no eixo nordeste-sudoeste, acompanhando as estradas de acesso às cidades de Cuiabá e de Sidrolândia (Figuras 2.98 e 2.99). A maioria dos parcelamentos tinha uma trama viária regular de traçado ortogonal, orientando os logradouros a partir dos limites externos das glebas. Eles ocuparam as porções mais altas do território, situando-se distantes dos fundos de vale dos córregos que permeiam a cidade. Eles foram, em geral, implantados em continuidade ao tecido urbano existente. Entretanto, surgiram outros bairros distantes dessa malha, localizavam-se a mais de 5km da região central da cidade.

Como foi observado anteriormente, os bairros criados nessa década tinham seu projeto avaliado pela administração municipal. Eles eram obrigados a reservar cerca de 20% da área total da gleba para áreas verdes, contudo, isto não ocorreu. Os projetos executados, nesse período, não excederam a faixa de 5% do total da área parcelada. Os bairros onde esse contingente é maior são o Monte Carlo e o Cruzeiro. Porém, as praças não tinham uma dimensão superior a 1.500m², o que limitava as possibilidades de implementação dos equipamentos de lazer nessas áreas. Outro aspecto importante, é que esses loteamentos levaram mais de vinte anos para consolidar sua ocupação, retardando as ações da administração pública no sentido de implantar áreas públicas destinadas ao lazer nessas regiões. O processo de urbanização de praças nesses loteamentos ocorreu somente no início dos anos 80, com a construção da Praça do Jardim São Bento.

Ao final da década de 1950, sob o argumento da melhoria da administração pública e na aplicação dos investimentos em obras urbanas, instituiu-se a Lei n.663 (de 30 de dezembro de 1959) criando o Conselho de Planejamento e Urbanismo. Esse conselho teve a função de assessorar o executivo municipal e também deliberar sobre o planejamento urbano, a aplicação da legislação urbana, o controle no parcelamento do solo, acompanhar a elaboração de planos diretores entre outros aspectos.

O conselho era constituído por quinze membros, sendo quatro em caráter ex officio pertencentes ao quadro do administrativo municipal (o prefeito, o secretário de Obras e Viação, e os chefes dos setores responsáveis pelos Serviços de Obras e Urbanismo e do Serviços de Estrada de Rodagem); dois vereadores e nove integrantes que pertenciam a associações de classe (entre elas a OAB, o Sindicato dos Engenheiros, a Associação de Medicina, a Associação Comercial, a Associação das Indústrias, a Associação dos Criadores, a Associação dos Proprietários de Imóveis) e outras entidades civis (o Rotary Clube e o Lions Clube). Apesar de ser um instrumento constituído como meio de estabelecer uma interlocução com setores da sociedade na administração pública, os anos subsequentes a sua implantação demonstraram que esse conselho não teve um papel decisivo nas políticas do município.

A expansão da malha urbana nos sentidos nordeste e sudoeste, ampliou a extensão do território parcelado com lotes urbanos. No entanto, a consolidação do processo de ocupação desses empreendimentos não teve a mesma celeridade com que eles foram criados. Conforme os dados censitários do IBGE (CAMPO GRANDE. Prefeitura Municipal, 1970 planta A.4.01) os loteamentos periféricos tinham uma densidade populacional inferior a 5 hab/ha. A região central situada entre as Ruas Maracaju, 13 de Maio e as avenidas Afonso Pena e Calógeras, é aquela mais populosamente povoada.

3 CAMPO GRANDE UM NOVO CICLO DE CRESCIMENTO.

3.1 O período pós-construção de Brasília.

3.1.1 O parcelamento do solo e o espraiamento da malha urbana.

A década de 1960 foi um período de investimentos, planos e programas visando a conferir à região uma importância dentro do cenário urbano brasileiro. A construção de Brasília gerou uma expectativa de desenvolvimento econômico para Campo Grande e região¹⁹⁵. As perspectivas de desenvolvimento econômico, e conseqüente incremento da infra-estrutura urbana, fizeram com que a cidade experimentasse um crescimento demográfico e uma expansão do territorial sem precedentes. O perímetro urbano foi ampliado três vezes. Os cinco anos que sucederam à inauguração de Brasília, a área parcelada de Campo Grande cresceu cerca de 500ha/ano¹⁹⁶.

Nesse período foram implementados cerca de 67 loteamentos cuja extensão correspondeu a 20,6km², sendo que 60% desse contingente foi ocupado entre os anos de 1962 e 1963 (Figura 3.1)¹⁹⁷. O crescimento do território urbano da cidade deixou de ser contínuo ao tecido preexistente, surgiram loteamentos descolados da malha existente situando-se juntos ou próximos às estradas de acesso a cidade¹⁹⁸. Parcelamentos como Jardim São Paulo, Vila Guanabara, e o bairro Tiradentes contribuíram para que a cidade passasse a ser permeada por muitos vazios urbanos.

O Jardim Noroeste e o bairro Guanandy exemplificam o tipo de parcelamento realizado nesse período (Figura 3.2 a 3.5). A morfologia adotada baseia-se em uma malha viária regular (traçado xadrez), composto por ruas de 15m de largura, lotes com 300m² (10m x 30m) e quadras com 7.200m² (60m x 120m). O traçado viário é orientado a partir de uma das divisas da gleba, preferencialmente,

Figura 3.1 - Evolução da implantação dos loteamentos urbanos em Campo Grande entre 1960 e 1970.

Fonte: Perfil socioeconômico de Campo Grande. Campo Grande, MS: PLANURB, 2000 p.31.

¹⁹⁵ CAMPOS, Fausto Godoy de. Novos rumos administrativos para Campo Grande. In: CORREIO DO ESTADO. Isto é Campo Grande, 1961. Campo Grande, MS: Correio do Estado, 1961, s.p.

¹⁹⁶ Observa-se que a taxa média de parcelamento do solo em Campo Grande, MS) em toda a década de 1960 foi de 330ha/ano. Esse índice de crescimento só foi superado no período de 1979-82 (após a implantação do Estado de Mato Grosso do Sul). Confira PERFIL SOCIOECONÔMICO DE CAMPO GRANDE. Campo Grande, MS: PLANURB, 2000, p. 31.

¹⁹⁷ Ibidem.

¹⁹⁸ EBNER, Íris de Almeida Rezende. A cidade e seus vazios: investigação e proposta para os vazios de Campo Grande. Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 1999, p.45.

aquela de maior extensão ou aquela que confronta com a via de acesso ao bairro. O traçado do parcelamento denota a intensão da maximizar a área líquida loteada em detrimento da qualidade das áreas reservadas ao município para implantação de praças e equipamentos públicos. As áreas do município são alocadas na periferia do loteamento, ora em quadras de dimensão muito pequena (‘fragmentos’ da quadra padrão), ora situadas mais próximas ao centro do bairro. O percentual de áreas reservadas ao município é inferior a 2% da extensão total da gleba. Esse baixo percentual é agravado pelo fato de que ele é subdividido em pequenas parcelas limitando potencial de ocupação do terreno com construções. Em geral, as quadras destinadas ao município são apropriadas como pequenos canteiros gramados.

Figura 3.2 - Estrutura de parcelamento do solo e situação das áreas públicas do município no bairro Guanandy.

Fonte: Autor adaptado de CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL) Prefeitura Municipal. Campo Grande-MS: sistema de informações geográficas. Campo Grande, MS: Opus, 2004. 1 CD-Rom; e de _____. Acervo cartográfico de loteamentos aprovados em Campo Grande no período de 1940 a 2000. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, Secretaria Municipal de Controle Urbanístico, Sistema Cartográfico Municipal, 2000.

Observando a evolução da ocupação desses loteamentos nas décadas posteriores, constatou-se que a fragmentação das áreas do município favoreceu à invasão e a mudança de uso desses terrenos, se caracterizando como um fator de redução dos estoques de áreas públicas. Outro fator importante a observar, é que a distância da região central, a ausência de redes de infra-estrutura interferiu diretamente na celeridade de ocupação dos lotes. O bairro Guanandy por situar próximo a uma estrada com maior tráfego (acesso a Sidrolândia) e de maior relevância para época teve sua ocupação consolidada. O Jardim Noroeste, situado longe do centro, distante das principais estradas e sem infra-estrutura permaneceu com muitos lotes vagos.

A evolução do processo de ocupação do bairro gerou perdas de áreas públicas, naquelas áreas mais periféricas do loteamento e situadas junto ao Córrego Anhanduí. Houve invasão e a formação de favelas. As perdas de terras e o baixo percentual de áreas públicas não prejudicou mais a prática de lazer no espaço público devido a implantação de parques urbanos construídos em décadas posteriores. O Parque Ayrton Senna é um parque esportivo. O Parque Ecológico do Anhanduizinho é destinado a preservação de área de brejo na confluência dos córregos Bandeira e Anhanduizinho. Até o ano de 2007, esse parque não teve concluída a construção de todos os equipamentos previstos em projeto. O Ginásio do Guanandizão foi o único equipamento construído de um parque previsto na década de 1970, porém não implantado completamente (parque do Anhanduí). Nos espaços livres do terreno do ginásio existem quadras esportivas que podem ser utilizadas pela população porém seguindo a programação de atividades determinadas pela direção do ginásio.

Área reservada para uso público situada na periferia do loteamento. Área de tamanho menor que uma quadra padrão do loteamento (fragmento de quadra). Área invadida e ocupada por favela regularizada.

- LEGENDA
- 1 Parque Ayrton Senna
 - 2 Parque Ecológico do Anhanduizinho
 - 3 Ginásio do Guanandizão (construído na década de 1970)

Figura 3.3 - Ocupação do bairro Guanandy em 2007.

Fonte: Autor adaptado da base Image Digital Globe Google (2007).

A ocupação do Jardim Noroeste é pequena. Um fator determinante nesse processo é que o parcelamento do solo foi realizado mas o empreendedor não implantou as redes de infra-estrutura. Passado o tempo, o município não assumiu o ônus da implantação da infra-estrutura. Assim, sem redes de abastecimento de água, de energia elétrica, de esgoto, sistema de iluminação pública e serviço de coleta de lixo, o bairro permanece com mais de 90% dos lotes vagos. Um quadro crítico pela a extensão de terras 'ociosas' (área do bairro de aproximadamente 5,5 km²). A pouca infra-estrutura que existe no Jardim Noroeste, foi implantada para atender o presídio. Os lotes situados na via de acesso ao presídio se beneficiam das redes de abastecimento.

A cerca de 1km da divisa oeste do jardim Noroeste, foi construído o Parque do Poderes (sede do governo estadual) e a 2km foi implantado o Parque Estadual do Prosa. A sede do governo possui vias largas e arborizadas. A população utiliza esse local para caminhadas e passeio. O Parque Estadual do Prosa é uma reserva biológica e tem acesso restrito, feito a partir de agendamento prévio. Apenas um público máximo de 45 visitantes podem ingressar no parque em um mesmo dia. Praças urbanizadas com equipamentos esportivos foram construídas no Conjunto Habitacional Maria Aparecida Pedrossian e estão situadas a 2km da área mais povoada do Jardim Noroeste. Acesso a essas praças faz-se por meio de travessia da rodovia.

Área reservada para uso público situada na periferia do loteamento. Área de tamanho menor que uma quadra padrão do loteamento (fragmento de quadra). Área ocupada por construção (Oficina e Borracharia).

Área reservada para uso público situada na periferia do loteamento. Área de tamanho menor que uma quadra padrão do loteamento (fragmento de quadra). Terreno livre, ainda apto a ocupação com equipamento público.

Área doada ao governo estadual e ocupada com o presídio.

Figura 3.5 - Ocupação do Jardim Noroeste em 2007.

Fonte: Autor adaptado da base Image Digital Globe Google (2007).

Figura 3.4 - Estrutura de parcelamento do solo e situação das áreas públicas do município no Jardim Noroeste.

Fonte: Autor adaptado de CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL) Prefeitura Municipal. Campo Grande-MS: sistema de informações geográficas. Campo Grande, MS: Opus, 2004. 1 CD-Rom; e de _____. Acervo cartográfico de loteamentos aprovados em Campo Grande no período de 1940 a 2000. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, Secretaria Municipal de Controle Urbanístico, Sistema Cartográfico Municipal, 2000.

LEGENDA

- 1 Parque Estadual do Prosa
- 2 Parque dos Poderes (sede administrativa do governo estadual)
- 3 Jardim Veraneio (chácaras de recreio)
- 4 Conjunto Habitacional Maria Aparecida Pedrossian

No início da década de 1960 as regiões de maior crescimento foram a Nordeste (saída para Cuiabá), a Oeste, Sudoeste e Sul (respectivamente, as saídas para Corumbá, Sidrolândia e São Paulo). Apesar da rápida expansão da área parcelada, os loteamentos criados nesse período não foram ocupados na mesma proporção em que foram implantados. Muitos deles permaneceram sem ter todos os seus lotes edificadas¹⁹⁹.

Conforme estudo realizado²⁰⁰, em 1963, os loteamentos mais periféricos eram apenas arruados. Os edificadas situavam-se a uma distância máxima de 4km da região central rumo a saída para Sidrolândia, de 3km rumo a saída de São Paulo e de 2km rumo a saída para Cuiabá. Os loteamentos apenas parcelados situados contíguos a malha existente localizavam-se além desse perímetro a uma distância máxima de 7km da região central, enquanto que alguns deles como o Jardim Noroeste situavam-se a uma distância superior a 10km. Os que eram apenas arruados estendiam por 24,5km² (46,2 % das áreas parceladas), enquanto que os edificadas ocupavam 18,2km² (34,3 %). A área restante, cerca de 10,3km² (19,5%), era ocupada como área militar²⁰¹ (Figura 3.6).

A região classificada pelo referido estudo como *área edificada* não apresentava, em sua totalidade, uma ocupação uniforme dos lotes. O centro continua sendo a região mais povoada (densidade superior a 75hab/ha) e com as edificações de maior gabarito. O quadrilátero situado entre as ruas Cândido Mariano, 13 de Maio, Barão do Rio Branco e a Avenida Calógeras apresentava a maior taxa de ocupação dos lotes, conseqüentemente, o menor índice de espaços livres, aspecto associado ao fato de que o comércio era predominante nessa região. Em geral a tipologia adotada é de grandes salões comerciais situados alinhados junto às divisas frontal e lateral dos terrenos. Ultrapassando esse perímetro, as quadras passam a ter lotes vazios e com quintais arborizados; esse aumento é proporcional à distância entre a localização do bairro e à região central (Figuras 3.7 a 3.12). Na região central, a parcela do terreno mais edificada situa-se a distância máxima de 40m da divisa frontal do terreno.

¹⁹⁹ CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. Plano de Desenvolvimento Integrado do Município de Campo Grande. Campo Grande, MS: HIDROSERVICE, Ministério do Interior, 1970 planta A.3.02.

²⁰⁰ Idem.

²⁰¹ Valores obtidos a partir de cálculo direto sobre mapa denominado como Análise do sítio urbano e a área edificada. in:CAMPO GRANDE. Prefeitura Municipal. Plano de Desenvolvimento Integrado do Município de Campo Grande. Campo Grande, MS: HIDROSERVICE, Ministério do Interior, 1970 planta A.3.02.

Figura 3.6 - Situação da ocupação dos loteamentos urbanos em Campo Grande em 1963.

Fonte: Adaptado de CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. Plano de Desenvolvimento Integrado do Município de Campo Grande. Campo Grande, MS: Hidroservice, Ministério do Interior, 1970 planta A.3.02.

Figura 3.7 - Esquema analítico sobre a ocupação da região central de Campo Grande na década de 60..

Fonte: Campo Grande: uma cidade na rota do progresso. Caderno de Turismo. Rio de Janeiro: Terra da Gente, n.1, v.5, 1962.

Figura 3.8 - Vista parcial da região central de Campo Grande na década de 60.

Fonte: Campo Grande: uma cidade na rota do progresso. Caderno de Turismo. Rio de Janeiro: Terra da Gente, n.1, v.5, 1962

Figura 3.9 - Situação das áreas de reserva e das praças públicas implantadas e a malha urbana de Campo Grande em 1963..

Fonte: Adaptado de CAMPO GRANDE. Prefeitura Municipal. Plano de Desenvolvimento Integrado do Município de Campo Grande. Campo Grande: Hidroservice, Ministério do Interior, 1970 planta A.3.02.

Figura 3.10 - Vista parcial da região central de Campo Grande na década de 60.

Fonte: Campo Grande: uma cidade na rota do progresso. Caderno de Turismo. Rio de Janeiro: Terra da Gente, n.1, v.5, 1962 .

Figura 3.11 - Esquema analítico sobre a ocupação espacial da região central de Campo Grande na década de 60.

Fonte: Autor adaptado de Campo Grande: uma cidade na rota do progresso. Caderno de Turismo. Rio de Janeiro: Terra da Gente, n.1, v.5, 1962 .

Figura 3.12 - Edifício Joselito em construção.

Fonte: Campo Grande: uma cidade na rota do progresso. Caderno de Turismo. Rio de Janeiro: Terra da Gente, n.1, v.5, 1962.

3.1.2 O Código de Obras (Lei nº 25/65)

Com crescimento, em 31 de maio de 1965, foi elaborado um novo Código de Obras (Lei n.26/65). A lei ampliou a especificidade dos termos código anterior. A lei teve por princípios os preceitos do urbanismo modernista (habitação, trabalho, lazer e circulação), e também regulou o parcelamento, o uso e a ocupação do solo. Adotou como critério estruturador das normas a setorização funcional, que subdividia o município em quatro zonas: comercial, industrial, residencial e agrícola²⁰². Observa-se que a denominação das zonas urbanas correspondia ao uso predominante na região, havendo alguns usos comuns entre elas, mas diferiam na alocação, no tipo de atividade, no porte e na área ocupada pelos empreendimentos. Um exemplo desse critério é a presença do uso residencial na maior parte da área urbana. Entretanto, a localização de edificações residenciais na zona comercial não poderia situar-se junto ao passeio público. Elas deveriam ser localizadas nos fundos dos lotes ou nos pavimentos superiores das edificações. Como referência, os equipamentos de lazer, os clubes sociais, os clubes recreativos, os museus, as bibliotecas, os teatros e os cinemas deveriam localizar-se na zona residencial.

Para efeito de parcelamento do solo, a Lei n.26/65 subdividia a cidade em três áreas: urbana, suburbana e rural; a urbana correspondia a toda porção

Figura 3.13 - Obra de drenagem da Lagoa do bairro Santo Antônio durante a administração do Prefeito Antônio Mendes Canale.

Fonte: Acervo Antônio Mendes Canale, 1996.

²⁰² As duas primeiras são subdividas em zona principal e secundária, a terceira é subdividida em principal, média e secundária.

da cidade que continha edificação contínua ou vilas, e que fosse atendida pela infra-estrutura urbana; suburbana era a parcela do território destinada à expansão da área urbana e, sendo assim, situava-se contíguo a ela e a área rural correspondia às demais porções do território do município²⁰³.

Ainda como critério caracterizador da ocupação do solo, a lei definia duas outras áreas: a de recreação e a de uso institucional. A primeira “é reservada às atividades culturais, cívicas, esportivas e contemplativas da população como praças, bosques e parques [...e a segunda é] reservada a fins específicos de utilidade pública como educação, saúde, cultura, administração, culto”²⁰⁴. As áreas de recreação tinha ainda por função proteger as belezas naturais e os recursos paisagísticos como, mananciais, fundos de vale e reservas florestais incorporados à área parcelada²⁰⁵.

Paradoxalmente a lei facultava que áreas alagadiças, pequenos cursos d’água pudessem ser drenados e aterrados para posterior parcelamento e ocupação do solo, demonstrando que a proteção dos recursos naturais não era plena²⁰⁶. De fato isto se confirmou como o caso da lagoa do cerrado localizada no bairro Santo Antônio, que foi drenada e aterrada, no final da década de 1960, na administração do prefeito Antônio Mendes Canale. A drenagem teve a finalidade de sanear a região e estabelecer naquele local, áreas de reserva para recreação e destinada ao uso institucional²⁰⁷. Na verdade a drenagem da lagoa possibilitou não apenas a delimitação dos terrenos para uso público, mas também ampliou a área destinada aos lotes urbanos. Constata-se que a parcela do terreno ocupado por essas áreas públicas é inferior ao que ocupava a lagoa (Figura 3.13).

Segundo o Código de Obras, as áreas de recreação são dimensionadas na proporção de 16m²/hab²⁰⁸. A extensão total das áreas de recreação em um loteamento é estabelecida em função dos seguintes fatores: o dimensionamento do parcelamento do solo (as quadras, os lotes e os logradouros públicos), a família censitária do município (média de cinco pessoas), o tipo das habitações nos lotes (em geral, residências unifamiliares), a definição de *unidades residenciais* (quando fosse o caso) e a densidade populacional projetada para o loteamento (onde a quantidade total é obtida pela relação entre o total de lotes pelo núme-

²⁰³ Artigos 6º e 423º da Lei n.26, de 31 de maio de 1965

²⁰⁴ Artigo 423º da Lei n.26, de 31 de maio de 1965

²⁰⁵ Artigos 428º e 451º da Lei n.26, de 31 de maio de 1965

²⁰⁶ Artigos 452º e 454º da Lei n.26, de 31 de maio de 1965

²⁰⁷ Esses terrenos são ocupados na atualidade pela Praça Senador Salgado Filho e pela Escola Municipal Manoel Inácio de Souza.

²⁰⁸ Artigo 450º da Lei n.26, de 31 de maio de 1965.

ro de habitantes por moradia)²⁰⁹. Considerando esses parâmetros, os espaços livres destinados à recreação e ao lazer correspondiam a 22% da área total do loteamento (em quadras parceladas com lotes com 300m²) e 26% (em quadras com lotes 160m²).

O código admitia a constituição de super-quadras cuja dimensão máxima não deveria exceder a 300m por 600m²¹⁰. Constatou-se que, uma super-quadra tinha a capacidade de abrigar seis unidades residenciais (de 200 famílias), distribuídas em 80 blocos de apartamentos com quatro pavimentos e quatro moradias por andar, ao mesmo tempo que conservava livre, na área interna da quadra, espaço para recreação e lazer de aproximadamente 10ha (56,9 % do terreno). O espaço livre total da super-quadra incluía áreas de circulação, acesso, estacionamento e recreação, correspondendo a um percentual de 82,2% do terreno. Entretanto, pondera-se que o modelo das super-quadras não foi utilizado na elaboração de projetos de loteamentos em Campo Grande, MS.

Todos os empreendimentos de parcelamento do solo eram submetidos à análise e, para serem regularizados e aceitos, deveriam atender às exigências da legislação urbana e seguir as diretrizes urbanísticas definidas pela Secretaria de Obras e Viação. As diretrizes eram compostas da estruturação e alocação do sistema viário²¹¹, da localização das áreas de recreação e quando fosse o caso, da criação de avenidas-parque²¹² ao longo das margens dos córregos.

As diretrizes eram estabelecidas a partir dos dados físicos do terreno (planimetria, localização da cobertura vegetal, de reservas florestais, de cursos d'água, dos solos alagadiços e inundáveis) sendo os mesmos informados à administração

municipal pelo empreendedor. Uma vez estabelecidas essas diretrizes, o projeto era elaborado em sua versão final, delimitando-se a malha viária, os limites dos lotes e das áreas públicas destinadas à recreação e ao uso institucional. A abertura de ruas e praças ficava ao encargo do empreendedor e, era uma condição definida pela lei para a liberação do cadastramento dos imóveis.

Nesse período surgiram loteamentos localizados ao redor de toda a região central. A área de maior expansão situava-se na porção sul e oeste da cidade. Foram estabelecidos os loteamentos do Jardim Vilas Boas, Vila Alba, Santa Fé, Jardim Sumatra, Vila Santa Luíza, Jardim Antônio Vendas e Nova Campo Grande, entre outros (Figuras 3.14 a 3.17). Porém, nem todos os parcelamentos seguiram as normas da legislação, reservando áreas para o município abaixo do índice estabelecido pela Lei n.26/65.

As vilas Santa Luíza e Piratininga são exemplos da expansão urbana após a implantação da Lei n.26/65 porém sem a aplicação dos índices urbanísticos estabelecidos. Nesses loteamentos manteve-se o padrão de parcelamento praticado anterior à criação da lei, reproduzindo a morfologia semelhante a do bairro Guanandy e Jardim Noroeste. Como no caso do bairro Guanandy, a Vila Piratininga teve um processo de ocupação mais rápido do que a Vila Santa Luzia, pois ela estava situada próximo a outro acesso importante, a BR-163, na saída para São Paulo. Na evolução do processo de ocupação as áreas reservadas ao município situadas próximo do centro dos bairros mantiveram sua função, sendo ocupadas com escola (Vila Santa Luzia) e uma praça contemplativa (Vila Piratininga). As áreas periféricas parte foi edificada com escolas e postos de saúde (2/3) e a outra parte (1/3) foi invadida, ora sendo ocupadas por favelas, ora sendo doadas para particulares ou associações.

O bairro da Nova Campo Grande é bastante ilustrativo sobre a aplicação dos índices urbanísticos e da utilização das diversas tipologias de praça e de áreas verdes indicadas pela Lei n.26/65 na elaboração do parcelamento. O traçado do bairro da Nova Campo Grande foi elaborado com as praças de retorno, as praças recreativas, as praças alocadas para proteção de nascentes, as áreas de reserva situadas junto às margens dos córregos (Figuras 3.18 e 3.19). O plano do loteamento é composto por uma malha viária sinuosa, estruturada a partir de vias principais (avenidas com canteiros centrais) e vias secundárias (ruas locais). As avenidas funcionam como elemento delimitador e articulador entre as diversas seções um total de doze. Cada seção é concebida como uma unidade autônoma, contendo para seu conjunto de lotes, uma área de reserva central e lotes comerciais, que em geral, circundam as áreas de reserva de praças.

²⁰⁹ Artigos 323º, 423º, 437º, 449º e 450º da Lei n.26, de 31 de maio de 1965. O artigo 323º estabelece que um lote deve ser ocupado prioritariamente por uma moradia. O artigo 423º define que uma *unidade residencial* é um grupo de residências em torno de um centro que polarize a vida social de aproximadamente 200 famílias. Ela servia como parâmetro de análise para os projetos de parcelamento urbano. O artigo 437º define o dimensionamento das vias públicas que deveriam ter no mínimo 9m de largura. Já segundo o artigo 449º da mesma lei, determina que o parcelamento na área urbana deve considerar como dimensões mínimas para os lotes residenciais, um terreno com 160m², cuja testada tenha pelo menos 8m de largura. Os demais lotes deverão ter área mínima 300m² com largura de 10m. As dimensões máximas das quadras são 80m de largura e 200m de comprimento para quadras sem passagem de pedestre, e 450m de comprimento para a quadras com passagem de pedestre (dispostas a cada 150m dentro dessas quadras).

²¹⁰ Artigos 423º e 448º da Lei n.26, de 31 de maio de 1965.

²¹¹ A municipalidade delimitava a localização das vias principais a serem implantadas ou dadas continuidade.

²¹² A avenida-parque era um dos tipos de logradouro público pertencente ao sistema viário, assim como, as vias principais (avenidas e ruas largas) e as vias secundárias (destinadas ao tráfego local). O outro tipo discriminado pela Lei n.26/65, eram as praças de retorno (cujo diâmetro máximo não poderia exceder a 100m). Tanto as praças de retorno quanto as avenidas-parque, exerciam dupla função: a primeira de adequação da circulação na malha viária; e a segunda constituía um espaço verde destinado à contemplação. Observa-se que as avenidas-parque podiam ser utilizadas como elemento de ligação entre as áreas de reserva do loteamento.

A Vila Santa Luzia está situada no limite do perímetro urbano e por isso, uma grande extensão do bairro tem contato direto com uma paisagem rural formada por campos de pastagem e árvores esparsas. A Vila Santa Luzia tem uma ocupação mais consolidada. O número de lotes vagos situa-se na porção sudeste do bairro (a esquerda da Rua São Nicolau). A diferença pode ser atribuída ao fato de que a existência de pavimentação viária e por ser o lado de entrada do bairro, situado mais próximo a região central da cidade.

Não existe praça urbanizada no bairro. A praça construída mais próxima está localizada no Conjunto Habitacional Coophasul (a 400m da divisa do bairro). Uma opção de prática de lazer é o centro comunitário da Vila Nasser, situado na divisa dos dois bairros. O acesso e o uso é controlado e segue a programação do centro. As perdas de área públicas ocorreram na periferia da Vila Santa Luzia em terrenos pequenos (fragmentos da quadra padrão)

Figura 3.14 - Estrutura de parcelamento do solo e situação das áreas públicas do município na Vila Santa Luzia.

Fonte: Autor adaptado de CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL) Prefeitura Municipal. Campo Grande-MS: sistema de informações geográficas. Campo Grande, MS: Opus, 2004. 1 CD-Rom; e de _____. Acervo cartográfico de loteamentos aprovados em Campo Grande no período de 1940 a 2000. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, Secretaria Municipal de Controle Urbanístico, Sistema Cartográfico Municipal, 2000.

Figura 3.15 - Ocupação da Vila Santa Luzia em 2007.

Fonte: Autor adaptado da base Image Digital Globe Google (2007).

Figura 3.16 - Ocupação da Vila Piratininga em 2007.

Fonte: Autor adaptado da base Image Digital Globe Google (2007).

A Vila Piratininga é um bairro consolidado e possui poucos lotes vagos. A quadra padrão 120m de largura e lotes com dimensão de 300m² (10m x 30m) e 600m² (10m x 60m). A evolução do processo de ocupação gerou perdas de áreas públicas junto às divisas do loteamento. Houve invasão, a formação de favelas e também a construção de oficinas. Com exceção da praça onde está localizado o posto de saúde, as áreas urbanizadas estão localizadas nas principais vias de acesso ao bairro (Avenida Manoel da Costa Lima e Avenida das Bandeiras). Em relação prática recreativa no espaço público as praças urbanizadas foram construídas como área contemplativa. As demandas pela prática esportiva podem ser supridas na Praça do bairro Jockey Club (a 350m) e no complexo de quadras esportivas do Ginásio do Guanandizão (a 400m). A prática de caminhadas pode ser realizada no canteiro central da Avenida Fábio Zahran e no campus da Universidade federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) a 1,2km do bairro. Para realizar essas atividades, é necessário atravessar vias de tráfego intenso e que carecem de pontos de travessia melhor sinalizados. O campus da UFMS possui uma reserva biológica e um lago onde a população recorre para também contemplar a paisagem. Pela

porção sul do bairro, após a conclusão da construção da via situada junto ao fundo de vale do Córrego Bandeira, os moradores da Vila Piratininga terão um acesso mais rápido e maior integração com o Parque Ayrton Senna (uso esportivo, a 2km de distância) e o Parque Ecológico do Anhanduizinho (destinado a preservação, a 1km). O que se observa é que as melhores opções de prática de lazer resultam de equipamentos construídos ou resultantes de intervenções realizadas posteriores à implantação do bairro e também com um caráter próprio, único, como a construção do ginásio, da implantação de um parque (esportivo ou de preservação), ou na construção do campus universitário.

Figura 3.17 - Estrutura de parcelamento do solo e situação das áreas públicas do município na Vila Piratininga.

Fonte: Autor adaptado de CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL) Prefeitura Municipal. Campo Grande-MS: sistema de informações geográficas. Campo Grande, MS: Opus, 2004. 1 CD-Rom; e de _____. Acervo cartográfico de loteamentos aprovados em Campo Grande no período de 1940 a 2000. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, Secretaria Municipal de Controle Urbanístico, Sistema Cartográfico Municipal, 2000.

- LEGENDA
- 1 Ginásio do Guanandizão
 - 2 Praça do bairro Jockey Club
 - 3 Fundo de vale do Córrego Bandeira
 - 4 Lago do Amor
 - 5 Reserva Biológica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

TIPOLOGIAS DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS
ADOTADAS NO PARCELAMENTO DO SOLO

- A Barreira ‘Verde’ - faixa de plantio arbóreo para proteção do bairro em relação à zona industrial (frigorífero)
B Áreas de reserva para praças recreativas
C Praças de retorno
D Praça de proteção (terreno brejoso e de afloramento do lençol freático)
E Avenida arborizada

As vias do loteamento foram arborizadas no início de sua ocupação. O plantio foi utilizado como recurso de diferenciação das vias e como um meio de auxiliar na orientação da circulação. A identificação das vias foi feita pelo plantio de diferentes espécies arbóreas. Isto denota uma preocupação clara com o desenho da paisagem no projeto do loteamento. Outro aspecto peculiar do desenho viário é que as avenidas e as ruas arborizadas servem para integrar os diferentes tipos de praças, pela construção de passeios sombreados. Antes desse projeto, apenas os parcelamentos do bairro Amambai e da região central da cidade demonstraram ter uma preocupação do com o desenho da paisagem das ruas e avenidas.

Antiga sede recreativa do Operário Futebol Clube. Sede desativada após a falência financeira do clube. Após o ano de 2006, o terreno foi parcelado para implantação de um loteamento.

Faixa destinada ao uso industrial determinada a partir da década de 1970. Presença de pequenas indústrias, depósitos de combustível, empresa beneficiadora de gás, metalurgia. Esse tipo de ocupação gerou tráfego de veículos pesados, porém sem interferir sobre a poluição sonora.

Área mais consolidada do loteamento. Construções de médio padrão e uso predominantemente residencial. A praça recreativa desse setor foi urbanizada na década de 1980. A diferença da ocupação nesse setor em relação às demais áreas do loteamento, se justifica pelo fato de que essa porção situa-se mais próxima à entrada do bairro e mais distante do terreno do frigorífero e também, na implantação do loteamento foi a única área atendida pelas redes de infra-estrutura. Ainda no ano de 2006, a parcela do loteamento da Nova Campo Grande demarcada por muitos lotes vagos possui apenas redes de abastecimento de água e energia elétrica, não possuindo demais serviços urbanos e redes de infra-estrutura.

Os pousos e decolagens no Aeroporto Internacional Antônio João, geram ruídos que interferem na ocupação da região.

Figura 3.18 - Estrutura de parcelamento do solo e situação das áreas públicas do município no bairro Nova Campo Grande.

Fonte: Autor adaptado de CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL) Prefeitura Municipal. Campo Grande-MS: sistema de informações geográficas. Campo Grande, MS: Opus, 2004. 1 CD-Rom; e de _____. Acervo cartográfico de loteamentos aprovados em Campo Grande no período de 1940 a 2000. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, Secretaria Municipal de Controle Urbanístico, Sistema Cartográfico Municipal, 2000.

Faixa de terra ocupada com tanques de decantação e de tratamento de resíduos do frigorífero. O procedimento de tratamento causa poluição do ar e a difusão de mal odor, gerando incômodo constante aos moradores da região. Atribui-se a esse tipo de tratamento uma das justificativas a pequena ocupação do bairro.

LEGENDA

- 1 Antiga sede recreativa do Operário Futebol Clube
2 Antiga linha da Ferrovia Noroeste do Brasil
3 Tanques de tratamento de resíduos do frigorífero
4 Frigorífero
5 Indústrias de pequeno porte
6 Aeroporto Internacional Antônio João

Figura 3.19 - Ocupação do bairro Nova Campo Grande em 2007.

Fonte: Autor adaptado da base Image Digital Globe Google (2007).

Esse loteamento foi planejado para atender uma faixa de população de maior poder aquisitivo, contudo com a evolução da cidade, isto não veio a se consolidar, particularmente por quatro motivos:

- a) a distância do loteamento em relação à região central às áreas de comércio e serviços;
- b) a construção das redes de infra-estrutura apenas em uma parte do loteamento;
- c) a determinação na década de 1970 do entorno do bairro como núcleo industrial da cidade, dilapidando as condições de moradia e induzindo depreciação imobiliária dos terrenos;
- d) o 'enclausuramento' do bairro por uma vizinhança (aeroporto e zona industrial) que não favorece a continuidade do tecido urbano e dificultando o tráfego viário (Figuras 3.20 e 3.21).

Na evolução da ocupação do loteamento observa-se que ele manteve grande percentual de terrenos desocupados, porém esse aspecto não contribuiu para que as áreas de reserva ao município fossem invadidas ou doadas, conservando-se livres e mantendo o potencial de ocupação planejado.

A respeito da aplicação da Lei n.26/65 ao parcelamento do solo, considera-se que ela não foi eficaz porque:

- a) as diretrizes definidas pela administração municipal restringiam-se apenas aos limites do loteamento, carecendo de um planejamento

integrado dos diversos bairros que foram criados, articulando com os bairros existentes e com o melhor aproveitamento dos recursos naturais na cidade, em especial, na criação de faixas de proteção dos mananciais;

- b) faltou um controle mais rígido no cumprimento dos índices urbanísticos estabelecidos pela Lei n.26/65;

Porém, mesmo com essas restrições, considera-se que a Lei n.26/65 foi importante ampliar o contingente de reserva de áreas públicas na proporção de 19ha/ano de terras destinadas ao município para a construção de áreas de lazer²¹³.

3.1.3 A urbanização dos espaços livres públicos e a transição dos princípios de projeto.

Paralelamente à expansão do contingente de áreas de reserva de praças, ampliaram-se também a quantidade de praças urbanizadas. A Lei n.663/59 que criou o Conselho de Planejamento e Urbanismo, também, reformulou a estrutura administrativa municipal, promoveu mudanças na estrutura funcional pública criando um órgão com atribuições específicas no planejamento, implantação e manutenção das praças, parques e jardins públicos. Esses aspectos passaram a ser atribuições da Secretaria de Obras e Viação, em particular, do Setor de Urbanismo, responsável pelo planejamento das ações sobre esses espaços, tal responsabilidade era também atribuída aos Serviços de Logradouros Públicos, responsável pela implantação e conservação das praças públicas e da arborização urbana.

As obras que sucederam a essas transformações tiveram o caráter de melhorar a infra-estrutura urbana, propiciando condições de a cidade a abrigar atividades produtivas que lhe permitissem alçar um crescimento urbano e econômico maior. A política municipal deu especial atenção ao abastecimento de energia elétrica, à pavimentação das vias públicas e das estradas e ao implemento das escolas e dos postos de saúde públicos²¹⁴.

Na primeira metade da década de 1960, as praças e os jardins construídos tinham ainda um caráter de ornamentação da paisagem e sua urbanização não era tida como prioritária ou importante. Na visita a Campo Grande, MS do então presidente Jânio Quadros, o prefeito municipal Dr. Wilson Barbosa Martins foi questionado sobre a necessidade de prover maiores investimentos na arboriza-

Figura 3.21 - Aeroporto Internacional Antônio João.

Fonte: Acervo Autor (postal).

Figura 3.20 - Depósito de combustíveis no núcleo industrial. Entorno do bairro Nova Campo Grande.

Fonte: Acervo Autor.

²¹³ CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Instituto de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente - PLANURB. *Perfil de Campo Grande*. Campo Grande, MS: PLANURB, 2000, p. 31.

²¹⁴ CAMPOS Fausto G. de, op. cit.

Figura 3.22 - Praça Cuiabá na década de 1960.

Fontes: CORREIO DO ESTADO. Isto é Campo Grande, 1961. Campo Grande, MS: Correio do Estado, 1961; Acervo ARCA, 1999.

LEGENDA
1 Cruzeiro
2 Coreto
3 Ponto de ônibus

LEGENDA

A Esquina da Rua Sgto. Cecílio Yule e Avenida Duque de Caxias. Ao fundo o posto de saúde do bairro Amambai.

B Esquina da Rua Sgto. Cecílio Yule e Avenida Duque de Caxias.

C Cruzeiro

D Coreto

ção urbana e nas praças. No entanto, ele afirmou que havia “outras obras mais urgentes a executar antes de uma atividade estritamente estética”²¹⁵, existindo um tempo oportuno para que esses investimentos ocorressem. Apesar de se tratar de uma discussão sem maiores implicações, ela sinaliza a relevância e o caráter secundário que a urbanização das praças tinha perante a administração municipal, sendo delegada como uma ação posterior à implantação dos planos trienais²¹⁶.

Apesar disso, três praças foram reurbanizadas e outras duas foram implantadas. No início da década de 1960 foram construídas as praças da República e do Mercado Público²¹⁷, e reurbanizadas as praças Cuiabá, da Matriz e o Jardim Público²¹⁸. (Figuras 3.22 a 3.31)

A função dessas praças ainda permanece como ornamentação da paisagem e a criação de um espaço bucólico para contemplação. O caráter do estilo dos projetos ainda é o eclético romântico. Os planos gerais das praças da República, Cuiabá e do Mercado Público eram compostos por uma trama de caminhos sinuosos (tanto os percursos principais quanto os secundários), abandonando-se a composição por eixos com traçado retilíneo adotada pelo período anterior. Os passeios das praças são pavimentados com lajotas de pedra basáltica de corte

²¹⁵ Idem.

²¹⁶ ¹⁰⁴ Idem.

²¹⁷ 105 A Praça do Mercado foi inaugurada em 26 de agosto de 1960, como obra de urbanização complementar à implantação do Mercado Público Municipal e da pavimentação asfáltica da Rua 26 de Agosto. A área foi originalmente denominada como Praça João Pedro de Souza (cf. CORREIO DO ESTADO. Isto é Campo Grande, 1961. Campo Grande, MS: Correio do Estado, 1961,s.p.), posteriormente, sua denominação oficial passou para Praça Oshiro Takemori. Na atualidade ela também é popularmente conhecida como Praça dos Índios, devido a existência no local de uma feira permanente de produtos indígenas (iniciada em 1987).

²¹⁸ Lei n. 858 (de 9 de dezembro de 1963) define as receitas e as despesas do município para o exercício de 1964. Nessa lei são definidas as dotações de verbas para as obras de reforma do Jardim Público, a reformulação do sistema de iluminação das praças, a construção das arquibancadas do Estádio Municipal, a construção do Mercado do bairro Amambai e melhorias na estrutura do Viveiro Municipal (Horto Florestal).

LEGENDA

A Plano Geral.

B Sistema de circulação.

C Plantio arbóreo

Figura 3.23 - Praça Cuiabá após a reforma na década de 1960.

Fonte: Autor a partir imagens de postais, de publicações, do Acervo Arca, 1999 e da base cartográfica do Departamento de Parques e Áreas Verdes da Prefeitura de Campo Grande, MS, 1988.

Figura 3.24 - Plantio ornamental na Praça Oshiro Takemori na década de 1960.

Fonte: CORREIO DO ESTADO. Isto é Campo Grande, 1961.
Campo Grande, MS: Correio do Estado, 1961.

Figura 3.25 - Vista aérea da Praça Oshiro Takemori na década de 1960.

Fonte: CORREIO DO ESTADO. Isto é Campo Grande, 1961.
Campo Grande, MS: Correio do Estado, 1961.

Figura 3.26 - Estacionamento da Praça Oshiro Takemori (Rua 7 de setembro) na década de 1960.

Fonte: CORREIO DO ESTADO. Isto é Campo Grande, 1961.
Campo Grande, MS: Correio do Estado, 1961.

Figura 3.27 - Mercado Público Municipal e a Praça Oshiro Takemori na década de 1960.

Fonte: CORREIO DO ESTADO. Isto é Campo Grande, 1961.
Campo Grande, MS: Correio do Estado, 1961.

LEGENDA
1 Estacionamento
2 Monumento de inauguração
3 Espelho d'água

A Plano geral
B Sistema de circulação
C Plantio arbóreo e ornamental

Figura 3.28 - Praça Oshiro Takemori (Mercado Público Municipal) na década de 1960.

Fonte: Autor a partir imagens de postais, de publicações, do Acervo Arca, 1999 e da base cartográfica do Departamento de Parques e Áreas Verdes da Prefeitura de Campo Grande, MS, 1988.

O projeto da praça possui um traçado configurado por linhas orgânicas. Apesar da assimetria da composição, observa-se que na alocação dos equipamentos e dos setores, a região central da praça é ocupada por uma área de piso ampla (área de convívio) que articula os caminhos do sistema de circulação (eixos de passagem diagonais e transversais). Essa estrutura se assemelha ao traçado do projeto da Praça Ary Coelho.

Figura 3.29 - Praça da República (atual Praça do Rádio) na década de 1960.

Fonte: Autor a partir imagens de postais, do Acervo Arca, 1999 e da base cartográfica do Departamento de Parques e Áreas Verdes da Prefeitura de Campo Grande, MS, 1988.

LEGENDA

- 1 Playground
- 2 Espelho d'água
- 3 Área de convívio
- 4 Campo de futebol
- 5 Estacionamento

A Plano Geral

- B Sistema de circulação (esquema 1)
- C Sistema de circulação (esquema 2)
- D Plantio arbóreo

Figura 3.31 - Espelho d'água da Praça da República (atual Praça do Rádio).

Fonte: Acervo Autor.

irregular. Os caminhos conduziam a um espaço central no qual existia algum elemento atrativo para contemplação²¹⁹. Os artifícios mais comuns ainda eram espelho d'água (com carpas coloridas), pontes e coretos. A Praça da República em seu início tinha até marrecos habitando o local.

A vegetação foi dotada de uma importância maior na caracterização (e na contemplação) desses espaços. O plantio de vegetação adquiriu uma intencionalidade estética mais pronunciada, demonstrando ser melhor estruturada do que nas praças dos períodos anteriores. Esse plantio foi enriquecido, apresentando maior diversidade de tipos vegetais, sendo utilizadas espécies de volumetria e de tipologia diferenciada, assim como, plantas exóticas e nativas.

Avaliando a estrutura desses projetos, observa-se que seu traçado apresenta como referencial projetos de áreas públicas de outros centros urbanos que não mais apenas os espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro. O traçado geral da Praça da República em Campo Grande remete à configuração

²¹⁹ Em função de seu traçado, eles permitiam que as praças fossem apropriadas como um espaço de passagem.

Figura 3.30 - Vista geral da Praça da República (atual Praça do Rádio).

Fonte: Acervo Autor.

Figura 3.33 - Reforma da Praça dos Newton Cavalcante. Vista geral e visita técnica para vistoria do plantio e das obras, uso no período noturno.

Fonte: Acervo Antônio Mendes Canale, 1996.

espacial da praça homônima situada na cidade de São Paulo, diferindo nos componentes espaciais e tendo uma estrutura mais simplificada do que aquela praça paulistana. Da mesma forma, o espelho d'água se assemelha ao espelho d'água existente no Parque da Luz. As semelhanças podem ser atribuídas ao fato de essas áreas pertencerem a um mesmo estilo, mas também, pode ser relacionada à influência direta da Ferrovia Noroeste do Brasil, que contribuiu para o estreitamento das relações entre esses dois centros urbanos.

Apesar da referência paulistana, o projeto da Praça da República demonstra ter também traços de exemplos locais; sua estrutura espacial se assemelha à estrutura da Jardim Público, o espaço central é reservado para o encontro; é possível estabelecer a partir dos passeios da praça eixos diagonais e transversais, indicando que o processo de elaboração projetual guarda como elementos referenciais modelos externos e modelos locais. Nesse processo de construção são identificados e utilizados na composição elementos arquitetônicos com expressão paisagística e/ou urbanística, facilmente, reconhecíveis pela população. O projeto final é uma mescla dessas referências e da própria peculiaridades do programa da área e suporte físico local.

Figura 3.32 - Praça da Matriz.

Fonte: Acervo ARCA, 1999.

A Praça da Matriz e o Jardim Público foram objetos de obras de reformulação do calçamento, com retificação dos passeios, conservando seu traçado retilíneo e simétrico e, de modificação dos elementos ornamentais das praças, em geral, a estatúria (Figura 3.32).

A partir da segunda metade da década de 1960 foram urbanizadas as praças dos Imigrantes, Bernardino Silva e do Conjunto Habitacional do Lar do Trabalhador, e reformada a Praça Newton Cavalcante. Essas obras marcam uma mudança no referencial de projeto: foi introduzido o estilo modernista, e com ele alteraram-se o programa funcional das áreas. As praças assumem o caráter de lazer ativo, são introduzidas canchas esportivas e as áreas de recreação infantil (o playground). Nesse período de transição, os projetos das praças ainda guardam algum caráter de representação simbólica, no entanto, com o passar dos anos, este aspecto do projeto perde importância para o caráter do lazer ativo (Figura 3.33).

Alguns elementos arquitetônicos também persistem, entre eles, os espelhos d'água e o pergolado. O traçado dos passeios e das áreas de convívio são, predominantemente, poligonais e às vezes sinuosos. O calçamento dos passeios era paginado com mosaicos de petit-pavet. Esse material, associado à construção de concreto armado, torna-se uma marca desse período. O mobiliário ganha linhas mais retas.

O arquiteto paraguaio Guillermo Sória radicado na cidade, desde a década de 1950, e atuando em escritórios de arquitetura, passou a atuar junto à administração pública municipal. Sória conduziu junto com a administração municipal, final da década de 1960, a implantação de duas das obras mais importantes desse período: a implantação da Praça dos Imigrantes e a urbanização do canteiro central da Avenida Afonso Pena, duas obras executadas na área mais adensada da cidade. (Figuras 3.34 a 3.39)

Figura 3.34 - Praça do Conjunto Habitacional Lar do Trabalhador.

Fonte: Acervo Autor.

O projeto da praça é um marco urbano nos espaços livres públicos da cidade pela inserção de elementos que caracterizam o paisagismo moderno brasileiro. Alguns elementos construídos originais do projeto inaugurado na década de 1960, foram alterados entre as décadas de 1980 e 1990. Onde a ilustração indica o posto de fiscalização de ônibus, existia o marco inaugural da obra, um conjunto de mastros onde eram hasteadas bandeiras que, simbolicamente, representavam as nações de origem dos Imigrantes de Campo Grande, MS. Ainda nesse local (círculo gramado), existia um espelho d'água construído visando constituir um espaço de contemplação. Na área indicada com piso de areia (figura orgânica maior) situava o playground. O conjunto arbóreo ilustrado, em sua maior parte, foi plantado em acordo ao projeto original.

Figura 3.37 - Praça dos Imigrantes inaugurada na década de 1960.

Fonte: Acervo QUAPÁ, 2000.

Figura 3.35 - Canteiro central da Avenida Afonso Pena. Trecho compreendido entre as ruas Pedro Celestino e José Antônio

Fonte: Autor elaborado com base sobre levantamento in loco.

Figura 3.36 - Canteiro central da Avenida Afonso Pena. Esquina da Rua Padre João Crippa.

Fonte: Acervo Autor.

Figura 3.38 - Praça dos Imigrantes na década de 1960. O playground (primeiro plano), o marco inaugural e os mastros (fundo à direita).

Fonte: Acervo Antônio Mendes Canale, 1996.

Figura 3.39 - Praça dos Imigrantes festividade de inauguração na década de 1960. Ao fundo marco inaugural, espelho d'água e mastros.

Fonte: Acervo Antônio Mendes Canale, 1996.

Figura 3.40 - Paisagem rural.

Fonte: Acervo Autor.

A estrutura programática da Praça dos Imigrantes era bastante simples, era composta de um playground, um espelho d'água ladeado por mastros de bandeira (que simbolizavam as nações e as culturas que formaram a cidade) e uma ampla área de convívio. A área de recreação infantil passou a integrar o programa funcional das praças existentes (de estilo eclético). Enquanto os canteiros da Avenida Afonso Pena eram compostos por áreas extensas de calçamento paginadas com petit-pavet, intercalados por alguns recantos com bancos e canteiros ajardinados. O desenho dos espaços e da paginação do piso era de caráter geométrico. Esses dois projetos denotam a influência do paisagismo brasileiro da época na composição dos espaços, seja pela seleção dos materiais construtivos, seja na elaboração do traçado e na paginação dos pisos.

Essas obras, também, revelam a consolidação de um sistema de áreas públicas de recreação, polarizadas em dois locais, o primeiro localizado no bairro Amambaí, em meio à área residencial dos oficiais do Exército; e o segundo localizado na região central da cidade, não é apenas estruturado ao longo da Rua 14 de Julho, mas diluído pelas porções centro-leste dessa região. Nos dois casos, esses locais representam as áreas mais nobres da sede urbana do município.

A expansão urbana de Campo Grande na década de 1960 fez com que a quantidade de clubes e de associações recreativas também se ampliassem. Entretanto este aumento se traduziu na criação de uma outra modalidade de sede recreativa: os clubes de campo, destinados a atender uma demanda

de lazer de fim de semana que propiciasse uma pausa na rotina diária, e um contato com a natureza e com recantos amenos (arborizados e com cursos d'água), que fossem um refúgio ao clima quente da cidade. Nesse sentido foram incorporadas às práticas de recreação, atividades como pesca, banho em rio (ou lagoas), piqueniques e caminhadas na mata. Foram implantados nesse período o Clube Campestre Ipê, o Clube Lagoa Rica. Chácaras e fazendas de particulares também foram apropriadas por seus proprietários para esse tipo de recreação (Figura 3.40). Algumas delas foram adaptadas para serem abertas ao uso público, entre elas, as chácaras do Japonês e do Násster²²⁰.

A pescaria também torna-se prática em rios do município, mas situados distantes da área urbana cerca de 90 minutos de viagem. O Rio Aquidauana era o de maior interesse, em particular, nos trechos localizados no município de Corguinho²²¹ e no distrito de Piraputanga (pertencente ao município de Aquidauana)²²². Na área urbana pouco foi alterado em relação à influência dos clubes recreativos na composição da infra-estrutura de lazer da cidade. Os clubes de maior projeção dentro da sociedade campo-grandense e também de maior frequência permaneceram os mesmos. Nesse rol de clubes estão o Rádio Clube, o Círculo Militar, a Associação dos Sargentos, e passando a integrar esse grupo, o Clube Sírio-Libanês (Figuras 3.41 e 3.42).

Figura 3.42 - Clube Círculo Militar.

Fonte: Acervo Autor.

Figura 3.41 - Reforma da Praça Cuiabá e Clube União dos Sargentos e Subtenentes (ao fundo).

Fonte: Acervo Antônio Mendes Canale, 1996.

²²⁰ CAMPO GRANDE: uma cidade na rota do progresso. In: *Cadernos de Turismo*. Rio de Janeiro: Terra e Gente, n.1, v.5, 1962, s.p.

²²¹ Acesso era feito por uma estrada vicinal.

²²² O acesso se dava por uma estrada de terra e também pela rodovia.

3.2 O Plano de Desenvolvimento Integrado de Campo Grande.

Durante a década de 1970, a cidade expandiu a área parcelada com um ritmo médio de implantação de 260ha/ano. Apesar de o crescimento da extensão das áreas loteadas ser proporcionalmente inferior ao da década de 1960, o volume de área reservada para praças ampliou-se em uma proporção maior (cerca de 23,2ha/ano). Parte do acréscimo de área reservada para praças pode ser atribuído a Lei n. 1429 (de 29 de janeiro de 1973) que regulamentava abertura de loteamentos, o uso e a ocupação do solo, definindo diretrizes para o sistema viário e as áreas verdes. A Lei n. 1429/73 foi instituída como um instrumento decorrente de ações da administração municipal afim de atender exigências dos órgãos federais financiadores de obras urbanas os quais estabeleciam como obrigatório a apresentação de planos urbanos e o seu respectivo encaminhamento para a aprovação da solicitação de recursos junto a esses órgãos²²³.

O Plano de Desenvolvimento Integrado do Município de Campo Grande foi elaborado no final da década de 1960 e aplicado na primeira metade da década de 1970 e desenvolvido em acordo à política urbana do país e as bases determinadas pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), pelo Fundo de Financiamento de Planos de Desenvolvimento Local Integrado e o Banco Nacional da Habitação (BNH)²²⁴.

Criado em 1964 e regulamentado em 1966, o SERFHAU foi instituído como “uma entidade elaboradora e coordenadora da política nacional no campo de planejamento local integrado, estabelecida dentro das diretrizes da política de desenvolvimento regional, em articulação com o Ministério do Planejamento e o Ministério de Coordenação dos Organismos Regionais”²²⁵. A criação desse órgão foi uma resposta às reivindicações pela criação de um Ministério de Urbanismo, e se fundamentava na idéia de que era papel do Estado definir as políticas a respeito do planejamento urbano²²⁶.

Entre as atribuições previstas para o SERFHAU estava a:

proposição de normas, roteiros básicos e padrões para [a elaboração de] planos de desenvolvimento integrado; proposição de instrumentos jurídicos que visem à implantação da política nacional de desenvolvimento local integrado;

realização de estudos e análise de projetos e planos relacionados com o desenvolvimento local integrado; orientação e assistência técnica às entidades ligadas ao planejamento local nos diversos níveis governamentais; promoção de treinamento de pessoal técnico especializado para o implemento do sistema nacional de desenvolvimento dessa integração; [além da] difusão da técnica de planejamento do desenvolvimento local integrado²²⁷.

Feldman pondera que o amplo papel planejado para o SERFHAU não se consolidou na prática. A sua inserção institucional vinculando-o ao Banco Nacional da Habitação e ao Ministério do Interior, nunca lhe proporcionou a autonomia necessária à coordenação e à elaboração de uma política nacional no planejamento local integrado. Em termos hierárquicos, para que houvesse êxito nas ações do SERFHAU, seria necessário que ele se constituísse em um ministério ou então em um órgão subordinado diretamente à Presidência da República, só assim teria o desempenho necessário à função política prevista. Em 1970, o SERFHAU perde as atribuições de coordenação das políticas de planejamento, e se ‘cristaliza’ como um órgão de assistência técnica aos estados, municípios e empresas de consultoria, promovendo “a organização de equipes técnicas e no incentivo ao processo de elaboração dos planos, [... na troca de experiências entre diferentes técnicos que atuam no planejamento urbano e] na difusão de documentos finais como compêndios de planejamento”²²⁸.

Nesse período, a atividade de planejamento nem sempre foi desenvolvida diretamente pelos governos municipal e estadual. Na falta de preparo das administrações para a elaboração do plano de desenvolvimento local integrado, seja por não ter um quadro de técnicos adequado ou na falta de infra-estrutura, essas administrações poderiam contratar externamente os serviços de empresas de consultoria para a realização desse plano. No final da década de 1960, difundiu-se a prestação de serviços de empresas de consultoria no planejamento urbano e a maioria dos planos elaborados no país foram desenvolvidos por meio da prestação desses serviços²²⁹.

Assim a administração municipal contratou a empresa Hidroservice para elaborar o Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) do Município de Campo Grande, MS. O plano foi desenvolvido a partir de um amplo diagnóstico da realidade do município visando criar subsídios que tornassem viável a execução da proposta²³⁰.

O Plano de Desenvolvimento Integrado de Campo Grande, MS foi elaborado a partir da avaliação da realidade socioeconômica, da estrutura ad-

²²³ REZENDE, Marisa Barcia Guaraldo Marcondes. *Campo Grande, MS: crescimento e ordenamento do território urbano*. 1987. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987, p.41.

²²⁴ EBNER, Íris de Almeida Rezende. *A cidade e seus vazios: investigação e proposta para os vazios de Campo Grande*. Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 1999.

²²⁵ Artigo 5 do Decreto federal n.59917 de 30 de dezembro de 1966 In: FELDMAN, Sara. *Planejamento e zoneamento*. São Paulo: 1947-1972. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2005, p.217.

²²⁶ Idem, p.218-219.

²²⁷ Artigo 5 do Decreto federal n.59917 de 30 de dezembro de 1966 In: FELDMAN, Sara. op. cit. 2005, p.217.

²²⁸ FELDMAN, Sara. op. cit. 2005, p.218 e 221.

²²⁹ Idem, p.216.

²³⁰ REZENDE, Marisa B. G. M., op. cit., 1987.

ministrativa, da legislação urbana do município, da organização físico-territorial. Conforme o PDI, o planejamento foi compreendido como *processo*, e desse modo foi proposta a reorganização de a estrutura administrativa da prefeitura a institucionalização do processo de planejamento, a criação de instrumentos técnicos para viabilização do plano, o executivo municipal deveria ser assessorado por uma Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e também tendo a participação de um órgão colegiado, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Integrado (CMDI). A estrutura prevista tinha a função de dar suporte ao controle na implantação do plano, tanto em seus aspectos físicos quanto financeiros; facilitar a integração entre os setores responsáveis pelo controle orçamentário e o cadastro físico; promover a avaliação periódica da orientação das diretrizes definidas no plano e corrigir as falhas na diagnose da realidade, e assessorar a elaboração de planos complementares. Mas na aplicação do PDI essa proposição não se efetivou, sendo o processo conduzido sem a reestruturação planejada, sem permitir a participação da população, sem promover as atualizações e ajustes na transposição do plano para a realidade²³¹.

Na avaliação da realidade urbana do município pelo PDI diagnosticou-se que a extensão da malha urbana era inadequada, pois era demarcada por vazios e o espraiamento. Na análise do parcelamento do solo, constatou-se que existiam vários loteamentos situados dispersos e alocados distantes da malha urbana consolidada, com condições precárias de acesso, promovendo o desperdício de terras e da infra-estrutura, além de proporcionar a especulação imobiliária de terras não loteadas (Figura 3.43). Conforme acusava o relatório da Hidroservice, estimava-se que a área loteada tinha a capacidade de abrigar mais de 400 mil pessoas (cerca de três vezes maior que o número de habitantes em 1970) e que toda a área passível de parcelamento poderia, na mesma proporção, abrigar uma população aproximada de dois milhões de habitantes. O espraiamento e a pequena ocupação dos loteamentos onerava a administração pública na prestação de serviços urbanos, na implantação e na manutenção das redes de infra-estrutura²³².

Outro aspecto apontado era a heterogeneidade na ocupação e no uso do solo entre a região central e os bairros. Os bairros periféricos eram pouco adensados, sendo ocupados, predominantemente, com moradia para a população de baixa renda. Eles não possuíam quantidade suficiente de redes de infra-estrutura e de equipamentos sociais para atender a população. Porém, diferindo dos demais bairros, a região leste da cidade se caracterizava como zona

231 ¹ibidem, p.41-42.

232 EBNER, Iris A. R., op. cit., 1999, p.156.

Figura 3.43 - Zoneamento do uso do solo em Campo Grande, MS (Lei n.1429/73).

Fonte: HIDROSERVICE, 1970.

Figura 3.44 - Região central de Campo Grande, MS na década de 1970.

Fonte: CAMPO GRANDE (Mato Grosso do Sul). Campo Grande-MT: explosão de progresso. A administração Mendes Canale. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, [1971].

residencial da população de maior poder aquisitivo e com melhores condições de moradia. No centro da cidade concentravam-se as atividades de comércio e serviços, porém cerca de metade das edificações ainda eram ocupadas com o uso residencial. A atividade industrial se restringia à empresas de beneficiamento de produtos agropecuários (frigoríficos e processamento de cereais). Nos bairros haviam também armazéns (associados ao comércio de produtos agrícolas), oficinas e depósitos de combustível²³³.

Um dos fatores que contribuía para essa realidade desigual era a falta de uma legislação adequada e de instrumentos jurídicos eficazes no controle na ocupação do solo²³⁴. Pelo PDI definiu-se diretrizes para o planejamento urbano, a expansão territorial, a adequação das redes infra-estrutura e de serviços urbanos, a organização do uso e da ocupação do solo e a estruturação do sistema de equipamentos de lazer, para a promoção do desenvolvimento socioeconômico²³⁵ (Figura 3.44).

A Lei n. 1.429/73 foi instituída visando modificar essa realidade, foi criada com o objetivo de compatibilizar o crescimento urbano com a infra-estrutura, conter a expansão dos vazios urbanos e melhorar a qualidade de vida na cidade. Sobre o parcelamento do solo, a Lei n. 1.429/73 instituiu normas e índices urbanísticos, cada loteamento, a ser implantado, deveria reservar cerca de 30% (no mínimo) da área parcelada para os logradouros públicos, sendo que desse percentual, cerca de 10% se destinavam às praças, às áreas de recreação e ao uso institucional. A lei estabelecia regras que visavam à preservação dos córregos, delimitando-se faixas ao longo das margens dos mananciais como terreno *non aedificanti*. As construções não poderiam situar a uma distância mínima de 15m dessas margens e recomendava a implantação de vias marginais ao longo dos córregos. O tamanho mínimo do lote urbano foi estabelecido em 250m². A taxa de ocupação era definida considerando os recuos mínimos (frontais e laterais), a área total do lote e o índice de aproveitamento. Em média, os espaços livres intralote era metade de sua área total dos terrenos. Foi determinado que a largura mínima das vias era de 10m e as quadras não podiam exceder a 450m de extensão. Acima de 150m de comprimento, as quadras deveriam reservar áreas destinadas à implantação de passagens para pedestres²³⁶.

²³³ EBNER, Iris A. R. Estrutura urbana de Campo Grande: uma primeira leitura. In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Instituto de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente - PLANURB. *Campo Grande: estrutura urbana, socioeconômica, infra-estrutura e outros dados*. Campo Grande, MS: PLANURB, 1998, s.p.

²³⁴ EBNER, Iris A. R., op. cit., 1999, p.156.

²³⁵ REZENDE, Marisa B. G. M., op. cit., 1987, p.41-42.

²³⁶ CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. *Lei n. 1.429, de 29 de janeiro de 1973*: define as áreas de aglomeração urbana, regulamenta a abertura de loteamento,

Em decorrência das demandas urbanas e da aplicação da Lei n.1429/73, a área urbana expandiu para oeste e para o sul. Um aspecto importante na configuração da morfologia do traçado urbano é que esse momento marca uma mudança no referencial adotado para o crescimento da área parcelada. Com a consolidação do automóvel como meio de transporte, a referência para expansão urbana passa a ser as vias principais e as estradas de acesso à cidade. A Ferrovia Noroeste do Brasil deixa de ser um fator preponderante nessa configuração, transformando a morfologia da paisagem. As principais avenidas de acesso ao centro da cidade passam a ser eixos de expansão das atividades de comércio e de serviços em apoio ao crescimento dos bairros, promovendo uma mudança tipológica das construções e o adensamento dos lotes. As avenidas que mais se desenvolveram foram a Avenida Bandeirantes (saída para Sidrolândia, MS), a Avenida Coronel Antonino (saída para Cuiabá, MT), as Avenidas Eduardo Elias Zahran e Costa e Silva situadas na porção sul e que interligavam as estradas para Dourados, MS e São Paulo. Nessas avenidas se estabelecem comércio voltados para o consumo de primeiras necessidades da população como padarias, açougues e supermercados. Mas também, foram instaladas outras atividades como lojas de material de construção, oficinas e autopeças²³⁷.

Outro aspecto importante sobre o zoneamento do uso do solo definido pela Lei n. 1429/73, é que, ela reservava áreas específicas para implantação de equipamentos de lazer. Essas áreas foram denominadas como *Zonas Especiais de Recreação*. Nessas zonas deveriam concentrar a implantação de as áreas de lazer públicas e também, cinemas, teatros, bares, casas de show e parques de diversão²³⁸ (Figura 3.45 a 3.48).

Avaliando-se os relatórios anuais de planejamento de receita e despesas do município, identificou-se que houve a dotação de verbas para a implantação de praças. Esta determinação foi definida pelo Plano de Desenvolvimento Integrado, entre os anos de 1970 e 1975 foi prevista a aplicação de 1,2% por ano dos recursos da administração municipal para a execução de obras em praças e áreas de recreação²³⁹. Nitidamente, a reserva desse montante de recursos caracteriza que as áreas de recreação públicas não eram a prioridade da administração municipal. Nesse período, as principais obras urbanas foram a construção de uma nova sede para o administrativo municipal e a implantação de um mini-anel rodoviário distante

2,5km da região central. O mini-anel foi planejado por meio de estudos setoriais e sua implantação acompanhou a expansão dos loteamentos. A sede da prefeitura foi transferida do centro antigo para uma porção da Avenida Afonso Pena onde estava em processo de expansão imobiliária. A realização dessa obra ajudou a consolidar a região do entorno do Paço Municipal como uma área valorizada no mercado imobiliário e de ratificar um vetor de crescimento da cidade rumo ao Leste²⁴⁰.

Figura 3.45 - Mata de galeria da cabeceira do Córrego Prosa no Parque do Leste (área de proteção de manancial conforme a Lei n.1429/73).

Fonte: Autor.

Figura 3.46 - Nascente do Córrego Desbarrancado situada no interior do Parque do Leste (área de proteção de manancial conforme a Lei n.1429/73).

Fonte: Autor.

Figura 3.47 - Veredas na bacia do Córrego Imbirussu (zona especial de recreação conforme a Lei n.1429/73)..

Fonte: Autor.

Algumas das áreas previstas como zona especial de recreação e área de proteção de manancial, na década de 1990 foram efetivamente ocupadas seguindo um uso mais conforme com o que foi previsto na Lei n.1.429/73. O Parque do Leste no início da década de 1990 foi transformado em reserva estadual da sede administrativa do governo estadual. Na primeira metade dos anos 2000, passou a ser denominado como Parque Estadual do Prosa, mantendo sua função de proteção do manancial, além de abrigar o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS) e uma infra-estrutura destinada a prática da educação ambiental. Também no início da década de 1990, parte das margens dos córregos Segredo e Prosa teve a área ocupada com atividade de lazer pela construção do Parque Antônio Albuquerque (Horto Florestal). A partir do ano 2006, desenvolve-se projeto técnico para a implantação de um parque linear na Bacia do Córrego Imbirussu e da construção de um Jardim Botânico na região.

Figura 3.48 - Córrego Prosa em área onde foi construído o Parque Antônio Albuquerque (zona especial de recreação conforme a Lei n.1429/73)..

Fonte: Acervo Antônio Mendes Canale, 1996..

o uso e a ocupação urbanos do solo, define diretrizes do sistema viário e das áreas verdes e dá outras providências. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, 1973.

²³⁷ EBNER, Iris A. R., op. cit., 1998.

²³⁸ CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal, op. cit., 1973.

²³⁹ CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. 100 anos de legislação. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom

²⁴⁰ REZENDE, Marisa B. G. M., op. cit., 1987, p.42-43.

Apesar das obras realizadas, observa-se que a aplicação das ações do Plano de Desenvolvimento Integrado não seguiu na íntegra a organização prevista em sua elaboração. A condução do plano foi centralizada no executivo municipal e não teve a assessoria da unidade de planejamento urbano. Sem o suporte e o acompanhamento técnico, as ações do executivo municipal não promoveram as revisões e as adequações necessárias para a efetivação dos objetivos do plano, por isso eles não puderam ser alcançados²⁴¹. Ebner também pondera que a proposição inicial da Lei n. 1429/73 de conter a implantação de loteamentos em áreas pouco adensadas não ocorreu. A autora afirma que a intenção de que a ‘racionalidade técnica’ do planejamento integrado seria “suficiente para romper os entraves políticos e interesseiros da especulação imobiliária [e conter o espraiamento da cidade...] mostrou-se insuficiente para convencer as forças políticas vigentes de sua importância ou mesmo impotente para romper o jogo de interesses particulares”²⁴².

Como exemplo tem-se o Parque Rita Vieira, um loteamento implantado na década de 1970, que foi constituído em três etapas, o loteamento seguiu a tendência da época e situava-se distante da região central e da área mais urbanizada da cidade. E foi alocado na cabeceira de dois córregos o Bandeira e o Bálsamo. Situava-se junto a estrada de acesso a Três Barras, um caminho importante para produção agropecuária do município e a Ferrovia Noroeste do Brasil. Tinha como um dos atrativos a existência de árvores nativas frondosas por todo o loteamento, sendo que a maior parte delas situava-se no interior dos lotes. O parcelamento tinha como padrão lotes de 360m² (12m x 30m) e 450m² (15m x 30m). As quadras tem uma largura padrão de 60m, mas comprimento variando entre 100m e 160m. O sistema viário é composto por ruas de 15m de largura e uma avenida principal de 40m de largura. Apesar da Lei n.1429/73 determinar 10% de reserva de áreas públicas, observa-se que no desenvolvimento do parcelamento a faixa de terra reservada ao município foi menor que o percentual determinado pela lei. A alocação das áreas públicas situa-se na periferia do loteamento, sendo duas delas em fundo de vale. E as outras duas na porção mais alta do terreno. A área mais próxima ao centro do bairro foi edificada uma escola. As áreas de fundo de vale permanecem sem a construção de equipamentos de lazer. Uma quarta área (situada junto a Avenida Três Barras) possui um campo de futebol (campo de pelada). Potencialmente, não houve maiores perdas em relação aos espaços públicos desse loteamento. A área que constitui uma situação especial é aquela situada na

cabeceira do Córrego Bálsamo. Esse terreno encontra-se sob concessão de uso a um viveirista para produção de mudas ornamentais. No entanto, além da produção de mudas, o terreno é ocupado com a moradia do viveirista e abriga área de lazer privada contendo piscina, campo de futebol gramado e cancha de volei de areia.

Em 2008 ainda existem vários lotes vagos no bairro e ele não está consolidado. A ausência de parte da infra-estrutura urbana (rede de esgoto e a pavimentação viária) são os aspectos que contribuem para essa realidade. Considera-se que essa situação deve se alterar nos anos seguintes, pois a região faz parte da expansão da rede de sistema viário, sendo integrada às avenidas de tráfego rápido (Avenida Interlagos) e também pela integração da avenida central do bairro (Avenida Rita Vieira). Observa nos bairros próximos a difusão do lançamento de empreendimentos imobiliários (condomínios fechados) e esse aspecto muito provavelmente irá influir na ocupação do parque Rita Vieira (Figuras 3.49 a 3.50).

O bairro Universitário foi um loteamento implantado a 6km do centro da cidade e à margem da estrada de acesso a cidade (BR 163) e próximo aos fundos de vale dos córregos Bálsamo e Lageado. Com aproximadamente 92ha, o loteamento é composto de uma malha viária regular formada por ruas de 20m de largura e duas avenidas centrais com 30m de largura cada: Avenida Guaicurus (sentido leste-oeste) e a Brigadeiro Thiago (sentido norte-sul). As quadras tem o tamanho de 7200m² (60m x 120m) e os lotes medem 360m² (12m x 30m). As quadras diferem do tamanho padrão junto às divisas da gleba e à Avenida Guaicurus. Os lotes situados as margens do Córrego Bálsamo são maiores, e foram inicialmente destinados a construção de chácaras. Posteriormente também foram ocupados com sedes recreativas de associações corporativas e pequenos condomínios (tipo de ocupação difundida após o ano 2000). Três quadras foram reservadas como áreas públicas. Elas medem respectivamente 7200m², 4500m² e 4200m², correspondendo a menos de 2% da área total do bairro. A área maior está situada na região central do loteamento e foi ocupada com uma escola da rede municipal de ensino. A área com 4500m² foi doada e destinada a construção de um templo religioso. A terceira área foi urbanizada como uma praça esportiva. Ela contém um campo de futebol, um playground e uma cancha de areia para voleibol. Tanto a construção do templo quanto da praça ocorreram após o ano 2002. A praça corresponde a menos 0,5% da área total do loteamento. A sua construção ocorreu trinta anos após a implantação do bairro, e depois que ele já possuía a maioria das redes de infra-estrutura. No ano de 2008 há poucos lotes vagos no bairro Universitário, porém no entorno ainda existem várias glebas em processo de valorização imobiliária (Figuras 3.51 e 3.52).

²⁴¹ Ibidem.

²⁴² EBNER, Iris A. R., op. cit., 1999, p.161-162.

O Parque Rita Vieira é um loteamento implantado na década de 1970. Apesar da Lei n.1429/73 determinar 10% da área total do loteamento como reserva de áreas públicas, o que se observa que no desenvolvimento do parcelamento a faixa de terra reservada ao município foi menor que o percentual determinado pela lei. A alocação das áreas públicas situa-se na periferia do loteamento, sendo duas delas em fundo de vale. Na área mais próxima ao centro do bairro foi edificada uma escola. As áreas de fundo de vale permanecem sem a construção de equipamentos de lazer. Isto decorre pelo fato do bairro ainda no ano de 2007 estar em processo de consolidação. Existe vários lotes vagos no Parque Rita Vieira. Observa-se que o bairro não tinha rede de esgoto e a pavimentação viária só existe nas ruas principais. Comparando a evolução da ocupação de outros bairros da cidade, a pavimentação viária é fator que tem grande influência na consolidação dos bairros e o Parque Rita Vieira serve para exemplificar a importância da pavimentação das vias.

Figura 3.49 - Ocupação do Parque Rita Vieira em 2007.

Fonte: Autor adaptado da base Image Digital Globe Google (2007).

Figura 3.50 - Estrutura de parcelamento do solo e situação das áreas públicas do município no Parque Rita Vieira.

Fonte: Autor adaptado de CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL) Prefeitura Municipal. Campo Grande-MS: sistema de informações geográficas. Campo Grande, MS: Opus, 2004. 1 CD-Rom; e de _____. Acervo cartográfico de loteamentos aprovados em Campo Grande no período de 1940 a 2000. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, Secretaria Municipal de Controle Urbanístico, Sistema Cartográfico Municipal, 2000.

Os problemas com a administração municipal e a gestão das áreas públicas não se restringiram à condução do Plano de Desenvolvimento Integrado. Durante a primeira metade da década de 1970, várias praças tiveram sua infra-estrutura e paisagem dilapidados pela ação do tempo e pela falta de manutenção. Os componentes espaciais mais atingidos foram o plantio vegetal e os espelhos d'água. As áreas ajardinadas com vegetação herbácea e arbustiva tiveram esse plantio reduzido ou então, foram excluídos dos canteiros. Os espelhos d'água foram desativados devido a problemas técnico-construtivos, em particular, pelo aparecimento de rachaduras. A recuperação dos espelhos d'água quando requeria uma intervenção mais ampla, não era realizada. A ação mais comum era aterrá-los e convertê-los em canteiros gramados, as vezes, ajardinados. O problema com a rachadura dos espelhos d'água decorreu do plantio arbóreo esporádico, aleatório e realizado sem a adoção de critérios técnicos, alocando-se as árvores muito próximas às laterais dos espelhos d'água.

O bairro Universitário também foi um loteamento implantado na década de 1970. O parcelamento do solo não respeita a determinação da Lei n.1429/73 em reservar 10% da gleba como áreas públicas. Apenas uma quadra foi urbanizada como praça. Nenhuma das áreas públicas situa-se junto ao fundo de vale. Na área pública mais central foi edificada uma escola. A praça urbanizada situa-se junto à Avenida Guaicurus e corresponde a menos de 0,5% da área total do bairro. A pequena extensão da praça limita a capacidade de atendimento das demandas da população. Observa-se na imagem vários campos de pelada ao redor do bairro. A existência desses campos é uma forma de ‘compensação’ do porte da praça. O bairro levou mais de 25 anos para consolidar sua ocupação. No ano de 2007 existem poucos lotes vagos no bairro. Entretanto, no entorno próximo existem várias glebas em processo de valorização imobiliária.

Os lotes situados na divisa do bairro e junto a Avenida Costa e Silva foram ocupados com galpões e grandes construções de empresas prestadoras de serviço e associado ao comércio atacadista. Alguns lotes foram lembrados para se adequar a essa situação.

Córrego Lageado apesar de ser uma das fontes de abastecimento de água para a população, nessa porção da área urbana encontra-se degradado, com a mata ciliar reduzida e parcialmente assoreado.

Área pública ocupada com campo de pelada. A frequência de campos de pelada nessa região é grande. Parte deles situam-se em áreas públicas e também em terrenos vagos (propriedades particulares).

Área pública ocupada com templo religioso.

Existem algumas glebas junto aos fundos de vale em processo de valorização imobiliária.

Ocupação de fundo de vale com a implantação de pequenos condomínios e vilas.

Ocupação de fundo de vale e dos arredores do bairro com a implantação das sedes recreativas de associações corporativas e chácaras.

Mata de cerrado remanescente em propriedade industrial. Mata utilizada como zona de proteção e de isolamento da área de produção em relação aos bairros do entorno. Área com potencial paisagístico.

Área pública ocupada por escola da rede de ensino do município.

Figura 3.51 - Ocupação do Bairro Universitário em 2007.

Fonte: Autor adaptado da base Image Digital Globe Google (2007).

Figura 3.52 - Estrutura de parcelamento do solo e situação das áreas públicas do município do bairro Universitário.

Fonte: Autor adaptado de CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL) Prefeitura Municipal. Campo Grande-MS: sistema de informações geográficas. Campo Grande, MS: Opus, 2004. 1 CD-Rom; e de _____. Acervo cartográfico de loteamentos aprovados em Campo Grande no período de 1940 a 2000. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, Secretaria Municipal de Controle Urbanístico, Sistema Cartográfico Municipal, 2000.

3.3 A Criação do Estado de Mato Grosso do Sul e o Plano de Complementação Urbana.

Na segunda metade dessa década, com o advento da criação do Estado de Mato Grosso do Sul, a cidade passou a ter um crescimento populacional de 8% ao ano. Campo Grande, como capital do Estado, expandiu seu território, sua população, foi objeto de investimentos federais, por meio dos quais foram realizadas várias intervenções urbanísticas. Nesse intento, o governo municipal contratou o escritório de Jaime Lerner para elaborar o Plano de Complementação Urbana de Campo Grande (instituído pela Lei n. 1747 de 29 de maio de 1978), abrangendo em suas diretrizes a formulação da nova Lei do Uso do Solo (incluindo um novo zoneamento), do novo Código de Obras (Lei n.1866 de 26 de dezembro de 1979), a reestruturação do sistema viário, do transporte urbano, da infraestrutura e do sistema de áreas de lazer públicas²⁴³ (Tabela 3.1 e Figuras 3.53 a 3.54).

²⁴³ REZENDE, Marisa B. G. M., op. cit., 1987, p.45.

Tabela 3.1 - Uso do solo proposto para Campo Grande, MS

ZONA URBANA	Usos Permitidos	Usos Permissíveis
Alta Densidade	Habitação Coletiva Habitação Unifamiliar Comércio varejista Supermercado Restaurantes, Padarias, Bares Serviços particulares Bancos Edifícios de Escritórios Emissoras de rádio e tv Hotéis Teatros, cinemas, auditórios Templos	Serviços Públicos Clínicas de Saúde e Hospitais Escolas e Universidades Clubes Recreativos Postos de combustíveis Oficinas automotivas Atividade de produção de manufatura
Média Densidade	Habitação Coletiva Habitação Unifamiliar Comércio varejista Restaurantes, Padarias, Bares Serviços particulares Oficinas Pequenos hotéis e pensões Postos de combustíveis	Serviços Públicos Clínicas de Saúde e Hospitais Escolas e Universidades Clubes Recreativos Postos de combustíveis Oficinas automotivas Atividade de produção de manufatura
Baixa Densidade 1	Habitação Unifamiliar isolada Habitação Unifamiliar em série Comércio varejista de pequeno porte Escolas Serviços particulares Clubes recreativos Locais de reunião	Pequenas oficinas Postos de combustíveis Oficinas automotivas Clínicas de saúde e hospitais Restaurantes e similares Estabelecimentos assistenciais
Baixa Densidade 2	Habitações unifamiliares isoladas Escolas Templos	Clubes recreativos Comércio varejista de pequeno porte Serviços particulares em habitações
Serviços	Todos os usos permitidos na zona de alta densidade Comércio de equipamentos pesados Concessionárias e oficinas automóveis Pequenas Indústrias Comércio atacadista Depósitos	Todos os usos permitidos na zona de alta densidade
Verdes	Habitações unifamiliares isoladas Escolas Estabelecimentos culturais	Clubes recreativos Templos Locais de reunião Clínicas de saúde e hospitais
Industrial	Indústrias Depósitos, silos, armazéns Comércio atacadista Oficinas Postos de combustíveis Restaurantes e similares Gráficas e editoras Transportadoras Emissoras de rádio e tv Serviços públicos e particulares Estacionamentos e garagens	Habitação Unifamiliar isolada Habitação Unifamiliar em série Habitação Coletiva

Fonte: LERNER, Jaime. Cidade de Campo Grande: estrutura urbana. Campo Grande, MS: s.n., 1977, p.93.
Obs.: Cada zona especial tem regime definido por suas características e regulamentadas por meio de decreto.

- LEGENDA
- Córregos
 - Trilhos da Ferrovia
 - Perímetro Urbano (1999)
 - Projeção do sistema viário em 1970

Figura 3.53 - Situação da malha viária de Campo Grande do início da década de 1970 em relação ao perímetro urbano de 1999..

Fonte: Autor.

Figura 3.54 - Uso do solo em Campo Grande segundo o Plano Urbanístico de Jaime Lerner - 1979...

Fonte: LERNER, Jaime. Cidade de Campo Grande: plano de complementação urbana - versão resumida. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, 1979.

Figura 3.55 - Situação geral do Sistema de Espaços Livres Públicos destinados ao lazer em Campo Grande segundo o Plano Urbanístico de Jaime Lerner - 1979.

Fonte: LERNER, Jaime. Cidade de Campo Grande: plano de complementação urbana - versão resumida. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, 1979.

O Plano de Lerner foi baseado nos preceitos habitação, trabalho, circulação e lazer. Ele buscava reestruturar o espaço físico, fomentar o desenvolvimento socioeconômico da cidade, promover o adensamento populacional do território, assim como criar um cenário urbano de aspecto diferenciado daquele existente. O reordenamento proposto orientava para o adensamento populacional e do espaço construído ao longo dos três acessos principais à cidade (caracterizados pelo plano como vias estruturais), alocando-se e concentrando-se, nessa região, os serviços, o comércio e as edificações de maior gabarito. A proposta era de elevar a densidade média área urbana de 22hab/ha para no mínimo 100hab/ha (nas zonas habitacionais de baixa densidade) e para 550hab/ha (nas zonas habitacionais de alta densidade)²⁴⁴.

3.3.1 A proposição de um sistema de espaços livres públicos de recreação e conservação.

O Plano visava à criação de novas áreas de recreação, ampliando o índice de área verde de 2,79m²/hab para 14,8m²/hab através da implantação de 288,3ha de áreas de lazer (praças e parques) situados nos bairros e junto aos fundos de vale. A idéia era recuperar e sanear os fundos de vale, reintegrando-os ao convívio urbano²⁴⁵ (Figura 3.55). As áreas de fundo de vale são designadas como 'zonas verdes' e as faixas de terra assim denominadas tem a função de proteger os mananciais e abrigar as atividades culturais e de lazer²⁴⁶.

O Plano propunha ampliar a diversidade tipológica de equipamentos públicos voltados para o lazer, promovendo a alteração da estrutura existente sem precedentes na história da cidade. Ele previa a reforma de 6 praças, a construção de 24 praças e 12 parques, a implantação de dois eixos de animação,

²⁴⁴ LERNER, Jaime. Cidade de Campo Grande: plano de complementação urbana – versão resumida. Campo Grande, MS: s.n., 1979.

²⁴⁵ Pondera-se que os índices apresentados revelam uma disparidade ímpar entre o conjunto de áreas urbanizadas até essa época e o contingente de áreas de reserva, em particular, o estabelecido durante as décadas de 60 e 70. Com um crescimento médio anual de reservas de áreas de lazer ao redor de 18 ha/ano. Em 1977, existiam apenas 6,7ha de praças urbanizadas. Isto denota um desequilíbrio absurdo entre a geração dos estoques de terras públicas, e a conversão dessas terras em equipamentos para usufruto da população. Isto se justifica também de ter se implantado uma quantidade de loteamentos maior que a capacidade de ocupação dessas áreas pela população. Ou seja, houve uma especulação de terras urbanas sem precedentes na história da cidade. particular, o estabelecido durante as décadas de 60 e 70. Com um crescimento médio anual de reservas de áreas de lazer ao redor de 18 ha/ano. Em 1977, existiam apenas 6,7ha de praças urbanizadas. Isto denota um desequilíbrio absurdo entre a geração dos estoques de terras públicas, e a conversão dessas terras em equipamentos para usufruto da população. Isto se justifica também de ter se implantado uma quantidade de loteamentos maior que a capacidade de ocupação dessas áreas pela população. Ou seja, houve uma especulação de terras urbanas sem precedentes na história da cidade.

²⁴⁶ Art.6 da Lei n.1747/78 In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). 100 anos de legislação. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

de dois pontos de encontro em bairros e a construção de um centro esportivo (requalificação da pedreira do bairro São Francisco). As praças a serem reformadas situavam-se na região central, no bairro Amambai, na Vila Alba e na Coophatrabalho. As praças a serem construídas, situavam-se em bairros, vilas e conjuntos habitacionais distantes de 3km a 5km da região central. A zona com menor percentual de obras em praças públicas foi a região norte. A região central e os bairros Bandeirantes e Marcos Roberto (situados próximos a divisa com a região sul e o mini-anel rodoviário) foram as áreas com maior número de intervenções e obras urbanas²⁴⁷ (Figura 3.56).

Para a região central foi proposto a reformulação da Praça Ary Coelho, da Praça Bernardino Silva, da readequação do traçado do sistema viário e a implantação de um calçadão. A construção do calçadão na Rua Barão do Rio Branco, Rua 14 de Julho e Avenida Afonso Pena visava criar um sistema exclusivo para circulação de pedestres na região central, valorizando-o em relação ao tráfego de veículos. A região onde o calçadão foi planejado era densamente ocupada com atividade comercial e serviços, e também sua construção visava integrar essa região ao terminal de transporte urbano.

3.3.1.1 A caracterização dos tipos que compõe o sistema.

O Plano pretendia à ampliação da quantidade de áreas urbanizadas, da diversidade tipológica e funcional desses espaços. As praças eram áreas arborizadas, equipadas com infra-estrutura destinada ao lazer infantil e jogos esportivos. Elas tinham a função de servir de suporte para a recreação no âmbito das unidades de vizinhança, enquanto os parques, além de atender as demandas de lazer no âmbito do território urbano, tinham a função de proteger os bosques nativos e os mananciais situados na área urbana, de preservar as matas ciliares remanescentes e a permeabilidade do solo em fundos de vale, impedir a ocupação com loteamentos terrenos inundáveis, reabilitar áreas degradadas e integrar o conjunto de equipamentos públicos voltados à prática de atividades culturais, desportivas e recreativas²⁴⁸ (Figura 3.57 a 3.58).

Os tipos de parques eram compostos por duas subcategorias: parque (propriamente dito) e parque linear. Os parques lineares eram os principais componentes do sistema de parques urbanos, permeavam a maior parte do tecido e tinham uma dimensão variável (entre 8,9ha e 45,2ha), conforme as características do suporte físico de cada córrego que ele protegia. Eram terrenos estreitos,

Figura 3.56 - Etapas de implantação das áreas do Sistema de Espaços Livres Públicos destinados ao lazer em Campo Grande segundo o Plano Urbanístico de Jaime Lerner - 1979.

Fonte: LERNER, Jaime. Cidade de Campo Grande: plano de complementação urbana - versão resumida. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, 1979.

²⁴⁷ LERNER, Jaime. op. cit., 1979.

²⁴⁸ Idem.

Entre o conjunto de espaços livres planejados, uma grande parcela dos espaços previstos não foram implantados. Os espaços urbanizados foram construídos entre as décadas de 1980 e 2000, porém tiveram sua extensão reduzidas. Entre os parques e praças propostos apenas as seguintes áreas foram implantadas:

- a) Horto Florestal (urbanização concluída em 1994 - 4,5ha);
- b) Calçada da Rua Barão do Rio Branco (implantado apenas 0,7ha do total previsto de 2,6ha. As áreas previstas mas não urbanizadas foram a Rua 14 de Julho e a Avenida Afonso Pena)
- c) Ginásio do Guanandizão no Parque do Anhanduí - fase 1 (parte implantada na década 1980 - 3,5ha de 88ha previstos);
- d) Parque Ecológico do Anhanduizinho (10ha da área do Parque do Anhanduí - fase 2);
- e) Praça do Preto Velho na Vila Carlota (urbanizada em 1986 e corresponde ao Parque dos Eucaliptos. Área implantada 1,1ha);
- f) Praça do bairro Guanandy (praça esportiva com 0,6ha implantada na primeira metade da década de 1980. Corresponde ao ponto de encontro do bairro Guanandy);

Observa-se que todas as praças existentes e de urbanização anterior ao plano urbanístico de Lerner, e indicadas na figura, tiveram sua urbanização mantida até o ano de 2007.

Figura 3.58 - Tipologias do Sistema de Espaços Livres Públicos destinados ao lazer em Campo Grande segundo o Plano Urbanístico de Jaime Lerner - Praça Esportiva no bairro Santo Amaro

Fonte: LERNER, Jaime. Cidade de Campo Grande: plano de complementação urbana - versão resumida. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, 1979.

- IDENTIFICAÇÃO
- 1 Jardim Botânico (Mata do 'Seu' Otaviano) - 56,5ha
 - 2 Parque Linear do Serradinho - 8,9ha
 - 3 Praça do bairro Santo Amaro (projetada) - 0,23ha
 - 4 Praça do Conjunto Habitacional Lar do Trabalhador - 0,6ha
 - 5 Parque Linear do Segredo - 26,5 ha
 - 6 Parque do Centro Educacional - 16,2ha
 - 7 Represa do Córrego Desbarrancado (no 'Parque do Leste' previsto na Lei n.1429/73 porém, não foi implantado até o ano 1979)
 - 8 Praça da Vila Alba - 0,2ha
 - 9 Estádio do bairro Taveirópolis
 - 10 Praça Newton Cavalcante - 0,55ha
 - 11 Praça Cuiabá e Mercado Municipal do bairro Amambai - 1,1ha
 - 12 Praça Bernardino Silva - 0,1ha
 - 13 Praça Vespasiano Martins (Igreja Matriz) - 0,13ha
 - 14 Horta Florestal (Centro Cultural) - 6,1ha
 - 15 Praça Oshiro Takemori (Mercado Municipal Antônio Valente - região central) - 0,3ha
 - 16 Praça Ary Coelho - 1,6ha
 - 17 Praça da República (atual Praça do Rádio) - 2,2ha
 - 18 Praça dos Imigrantes - 0,33ha
 - 19 Parque Linear do Prosa - 4,5ha
 - 20 Parque da Criança (Cabeceira do Córrego Vendas) - 15ha
 - 21 Parque Linear do Lagoa - 35,9ha
 - 22 Eixo de animação da Vila Jacy (Feira Livre e equipamentos recreativos) - 2,1ha
 - 23 Parque do Anhanduí (fase 1 - 88ha)
 - 24 Ginásio do Guanandizão
 - 25 Parque de Exposições Laucídio Coelho (parque de eventos e feiras comerciais)
 - 26 Parque dos Eucaliptos (Córrego Cabaça) - 8,7ha
 - 27 Ponto de Encontro de bairro (Vila Carlota - Cabeceira do Córrego Cabaça) - 0,03ha
 - 28 Ponto de Encontro do bairro Guanandy 0,2ha
 - 29 Parque do Anhanduí (fase 2) - 22,5ha
 - 30 Parque da Universidade - 20,9ha
 - 31 Estádio Pedro Pedrossian (Morenã)
 - 32 Sede da Fazenda da família de José Antônio Pereira (transformação da sede em parque urbano, prevista na década de 1960, porém efetivada até o ano de 1979)
 - 33 Centro Esportivo da Pedreira - 1,54ha

Figura 3.57 - Sistema de Espaços Livres Públicos destinados ao lazer em Campo Grande segundo o Plano Urbanístico de Jaime Lerner - 1979.

Fonte: Autor adaptado de LERNER, Jaime. Cidade de Campo Grande: plano de complementação urbana - versão resumida. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, 1979.

porém extensos. Tinham por função principal proteger os cursos d'água e as matas ciliares. Quando o terreno permitia, abrigavam equipamentos recreativos e esportivos. A subcategoria denominada apenas como Parque eram espaços complementares ao sistema de parques lineares e abrigavam equipamentos culturais, educativos e recreativos, tinham de 8,7ha a 56,5ha²⁴⁹. Entre o conjunto de espaços livres planejados, uma grande parcela dos espaços previstos não foram implantados. Os espaços urbanizados foram construídos entre as décadas de 1980 e 2000, porém tiveram sua extensão reduzidas.

Cada um desses espaços recebeu uma denominação a qual refletia diferentes aspectos. Os parques foram denominados considerando sua caracterização temática e funcional (Parque da Criança e o Jardim Botânico), pela apropriação de aspectos físicos da paisagem que foram marcantes na composição do projeto (Parque dos Eucaliptos, Parque do [córrego] Lagoa, Parque do [córrego] Anhanduí) e considerando sua proximidade com algum referencial urbano situado no entorno (Parque do Centro Educacional e Parque da Universidade) (Figuras 3.59 a 3.68).

249 Idem.

Figura 3.59 - Plano Geral do Parque da Universidade - Plano Urbanístico de Jaime Lerner - 1979.

Fonte: LERNER, Jaime. Cidade de Campo Grande: plano de complementação urbana - versão resumida. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, 1979.

A margem esquerda do Córrego Bandeira e do Lago do Amor foi indicada para a implantação do Parque da Universidade. No ano de 2007 parte da área é ocupada com edifícios administrativos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, parte integra uma Reserva de Patrimônio Natural dessa mesma universidade.

Figura 3.60 - Estádio Pedro Pedrossian e Autocine na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Ao fundo área destinada à construção do Parque da Universidade às margens do Lago do Amor - Plano Urbanístico de Jaime Lerner - 1979.

Fonte: Acervo autor (postais).

Figura 3.61 - Vista parcial do Parque da Universidade situado ao redor do Lago do Amor - Plano Urbanístico de Jaime Lerner - 1979.

Fonte: LERNER, Jaime. Cidade de Campo Grande: plano de complementação urbana - versão resumida. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, 1979.

Figura 3.62 - Lago do Amor e parte da Reserva de Patrimônio Natural na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Fonte: Autor.

Figura 3.64 - Plano Geral e vista do Parque das Crianças - Plano Urbanístico de Jaime Lerner - 1979.

Fonte: LERNER, Jaime. Cidade de Campo Grande: plano de complementação urbana - versão resumida. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, 1979.

Figura 3.63 - Vista geral do Parque dos Eucaliptos - Plano Urbanístico de Jaime Lerner - 1979.

Fonte: LERNER, Jaime. Cidade de Campo Grande: plano de complementação urbana - versão resumida. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, 1979.

Figura 3.65 - Projeção no ano de 2007 do terreno previsto para a implantação do Parque das Crianças previsto pelo Plano Urbanístico de Jaime Lerner - 1979

Fonte: Autor adaptado da base Image Digital Globe Google (2007).

Situado na cabeceira do Córrego Vendas parte da área foi ocupada com a construção de uma escola do governo estadual, parte permaneceu como propriedade privada, sendo a área localizada junto às vias principais (Rua Joaquim Murtinho e Rua Itajaí) foi ocupada com empresas prestadoras de serviço (revenda de carros, locadoras de vídeo entre outros), comércio de material de construção e a área situada junto às vias locais (Rua Goianésia e Rua Antônio Vendas), após o ano de 2000 tem sido gradativamente ocupada com moradias de alto padrão e condomínios residenciais.

Figura 3.66 - Plano Geral do Parque dos Eucaliptos previsto pelo Plano Urbanístico de Jaime Lerner - 1979.

Fonte: LERNER, Jaime. Cidade de Campo Grande: plano de complementação urbana - versão resumida. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, 1979.

Apesar de haver diretrizes urbanísticas e princípios orientando a preservação dos fundos de vale, das faixas de proteção dos mananciais, no Plano de Estruturação Urbana, o que se percebe com a evolução da ocupação do terreno previsto para a implantação do Parque dos Eucaliptos é que esses princípios não foram seguidos. Há de se ponderar que a maior parte do terreno pertencia a particulares, mas as ações que se sucederam foram realizadas mediante o acompanhamento de um sistema de fiscalização da administração municipal, havendo o consentimento com a ocupação realizada. As ações da municipalidade, no sentido da construção e da manutenção de um sistema de espaços livres de recreação e de conservação são contraditórias. Se por um lado, ela procede a elaboração de um plano de realocação da população de favela que ocupa as margens do Córrego Cabaça, com a reforma e a ampliação de Creche e de Posto de Saúde, ela promove a subtração do terreno da Praça do Preto Velho (cerca de 1.800m²).

Entre a proposição e a execução do Plano de Estruturação Urbana houve uma divergência de valores e de diretrizes nas ações da municipalidade. Considera que as contradições ocorreram principalmente pela mudança de valores e de prioridades adotados na gestão e que diferem do planejamento urbano. Avaliando a situação no ano de 2007, a possibilidade de implantação de um parque na região da Vila Carlota permanece como necessária e ainda viável pela existência de glebas no entorno. Porém, a medida que evolui a ocupação do bairro, ela se torna cada vez mais onerosa, menos provável e a dilapidação do Córrego Cabaça se agrava.

Como a Rua Trindade é uma via de tráfego intenso, pois é um dos principais acessos ao centro da cidade para quem chega a Campo Grande, MS pela BR 163. A ocupação dos terrenos à margem dessa via é visada. Na área assinalada a faixa non aedificandi canalizada é ocupada por um depósito de cargas. A jusante da Rua Trindade a canalização do Córrego Cabaça prosseguiu, sendo o fundo de vale ocupado por outras construções. Uma implantação questionada e que gerou polêmica foi a construção de um hipermercado atacadista.

Figura 3.67 - Projeção no ano de 2007 do terreno previsto para a implantação do Parque dos Eucaliptos previsto pelo Plano Urbanístico de Jaime Lerner - 1979

Fonte: Autor adaptado da base Image Digital Globe Google (2007).

Figura 3.68 - Praça do Preto Velho construída em 1986 na área indicada para implantação do Parque dos Eucaliptos segundo o Plano Urbanístico de Jaime Lerner - 1979.

Fontes: Autor.

Praça do Preto Velho, construída em 1986, está situada em parte da área destinada a construção do Parque dos Eucaliptos. A praça foi equipada com playground, passeios para pedestres, cancha para volei de areia e quadra poliesportiva. O maciço arbóreo formado por eucaliptos é do período em que foi proposta a implantação do parque.

A parte do terreno previsto para implantação do Parque dos Eucaliptos que fazia divisa com a principal via de acesso à região foi a parcela mais rapidamente ocupada. Na área assinalada existe um condomínio de blocos de apartamentos de 4 pavimentos destinada à faixa de renda média.

Gleba remanescente do período em que foi proposto a implantação do Parque dos Eucaliptos. No terreno ainda existem parte dos eucaliptos que influíram na denominação do parque proposto no plano urbanístico elaborado por Jaime Lerner.

Projeção original do terreno ocupado por um posto de saúde e de uma creche municipal existentes na época (1986) em que foi construída a Praça do Preto Velho.

Ampliação do terreno ocupado pelo posto de saúde e pela creche municipal realizada sobre parte da área da Praça do Preto Velho. Nessa ampliação a área da praça foi reduzida em 1.800m².

Fundo de vale do Córrego Cabaça. Área parcialmente ocupada por favela. No ano de 2007 estava em desenvolvimento estudo elaborado pela Prefeitura de Campo Grande para remoção dessa ocupação, realocando-a fora da área non aedificandi.

A ocupação das glebas do entorno da área prevista para o Parque dos Eucaliptos, após o ano de 2000 tem sido feita com a construção de condomínios de blocos de apartamento para a classe média.

Figura 3.69 - Vista Geral (acima) da área indicada para implantação do Centro Esportivo da Pedreira localizada no bairro São Francisco - Plano Urbanístico de Jaime Lerner - 1979.

Fonte: LERNER, Jaime. Cidade de Campo Grande: plano de complementação urbana - versão resumida. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, 1979.

Como um dos modelos de implantação dos parques na cidade, o Parque da Universidade foi situado na área institucional do campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) em Campo Grande, MS. Ele foi planejado apropriando-se da infra-estrutura construída (quadras esportivas, restaurante universitário e piscinas), da vegetação remanescente (formações de cerrado e matas de galeria) e do potencial paisagístico do lago formado pelo represamento dos Córregos Bandeira e Cabaça. O parque era destinado a preservação dos mananciais e da recomposição dos fragmentos de matas, também, era destinado às práticas desportivas. A existência do lago dotava a paisagem local de uma condição especial na área urbana, assim planejou-se a utilização do lago para prática de esportes náuticos, piqueniques e a contemplação da paisagem. Além do aproveitamento da infra-estrutura existente foi prevista a implantação de uma administração, um ancoradouro, playgrounds, churrasqueiras, ciclovias, pista de rolimã e campos de futebol. O conjunto de equipamentos, de construções, de atividades de recreação e recreação previstas era semelhante às soluções adotadas no projeto do Parque São Lourenço (1972) em Curitiba.

A apropriação da experiência da equipe técnica de Lerner com o planejamento urbano e a execução de projetos de parques em Curitiba foram motivo de elogio e também de crítica. No planejamento urbano de Campo Grande, MS, a apreensão positiva baseava-se na idéia e na expectativa que a transposição de

Figura 3.70 - Vista Geral (acima) da área indicada para implantação do Centro Esportivo da Pedreira localizada no bairro São Francisco - Plano Urbanístico de Jaime Lerner - 1979.

Fonte: LERNER, Jaime. Cidade de Campo Grande: plano de complementação urbana - versão resumida. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, 1979.

modelos para Campo Grande, MS pudesse ser capaz de obter o mesmo sucesso com a implantação de parques em Curitiba. Em relação às críticas, elas ocorreram em função da falta revisão da arquitetura dos equipamentos, promovendo-se a implantação de luminárias com design desenvolvido a partir da morfologia das araucárias (pinheiros-do-paraná) sem guardar vínculo algum com a vegetação nativa local. Outro aspecto de crítica ao desenvolvimento e à aplicação do Plano de Estruturação Urbana apontado por Rezende, é que ele não contou com a participação popular (devido ao regime de governos autoritários), fato que prejudicou a difusão das idéias e a compreensão dos objetivos do plano²⁵⁰.

Ponderando sobre os aspectos positivos do plano, observa-se a proposição da construção de um centro esportivo na área da pedreira do bairro São Francisco. Com a elaboração dessa proposta, delimitou-se uma forma de avaliação da paisagem no planejamento da cidade até então não praticado. A condição diferenciada do local pela exploração do subsolo, pela remoção da vegetação nativa, pelo afloramento do lençol freático e do subsolo rochoso, fez com que uma paisagem intensamente transformada, aparentemente sem atributos e 'destruída', pudesse ser avaliada como um lugar com potencial para compor o sistema de áreas de lazer, constituindo em uma paisagem de caráter único, passível de despertar o interesse da população na prática do lazer urbano em um local com essas condições. Em acordo ao configuração diferenciada da paisagem, no Parque da Pedreira (Figuras 3.69 a 3.70), o programa de atividades e os equipamentos indicados foram diferenciados das demais áreas de lazer da cidade. Foi prevista a implantação de uma piscina pública, de quadras poliesportivas, de um ginásio coberto, de uma sede administrativa, de bares e de estacionamento²⁵¹.

²⁵⁰ REZENDE, Marisa B. G. M., op. cit., 1987, p.45.

²⁵¹ LERNER, Jaime. op. cit., 1979, p.58-59.

3.3.2 Investimentos urbanos e o CURA-Piloto

A maior parte das áreas indicadas para a construção do sistema de espaços livres de recreação e conservação não situava em terras públicas, principalmente, os terrenos destinados à implantação dos parques. Isto fez com que em relação às áreas de lazer e conservação, a implementação do Plano de Estruturação Urbana fosse lenta devido a necessidade de desapropriação das propriedades para consecução dos projetos e do planejamento. Na composição dos custos de implantação, a previsão era de que mais da metade dos recursos arrecadados (55,3%) deveria ser gastos com a desapropriação de propriedades particulares²⁵². Com várias disputas, o encarecimento das obras pela remuneração das desapropriações, a maior parte das propostas para implantação das praças e dos parques não foi concluída. Outro aspecto importante, foi que apenas os parques da Universidade e da Criança foram planejados para serem executados com recursos próprios do município. Os demais projetos tiveram a sua execução condicionada a obtenção de financiamento junto ao Banco Nacional de Habitação (BNH) através do programa Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (CURA-Piloto)²⁵³.

Em relação ao total de investimentos em áreas de recreação e conservação, a Prefeitura arcaria com cerca de 25% dos recursos necessários a execução dos serviços e obras. O montante restante deveria ser financiado junto ao BNH-CURA. Observa-se que em relação ao total de recursos previstos para a reestruturação da área urbana de Campo Grande, apenas 20% seria destinado à implantação do sistema de áreas de recreação e de conservação. A prioridade de investimento foi planejada para a intervenção no sistema viário, na reforma e na ampliação das redes de infra-estrutura urbana, requerendo cerca de 75% do total de recursos previstos. Na composição final dos investimentos, cerca de 70% seria financiado junto ao BNH-CURA, os recursos restantes seriam arcados (em partes iguais) pela Prefeitura de Campo Grande e pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul²⁵⁴.

Os investimentos na urbanização da cidade fez com que o município contraísse empréstimos sucessivos junto ao BNH. Esses empréstimos tinham a função de viabilizar a execução dos planos previstos no Projeto CURA. A contração da dívida ficava condicionada a garantia de pagamento pelo município na forma de hipoteca de bens imóveis, de fiança e da vinculação temporária da arrecadação do município. Entre os anos de de 1979 e 1981 foram investidos cerca

de seis bilhões de cruzeiros em obras de construção de moradias, na expansão da infra-estrutura urbana e da rede de ensino, na melhoria do saneamento, do sistema de saúde e do sistema viário²⁵⁵. Nos anos de 1982 e 1983 o valor dos investimentos em melhorias urbanas triplicou. Nos anos de 1984 e 1985, os gastos do município alcançaram a soma de Cr\$ 153,5 bilhões e esse período marca o auge do investimentos do poder público na transformação da cidade²⁵⁶.

A demanda de obras de moradia e de expansão da infra-estrutura urbana foram dominante na receita do município durante a década que sucedeu a implantação do Estado de Mato Grosso do Sul, havendo maiores investimentos no setor no primeiro triênio. A partir de 1983 essas obras continuaram como uma ação prioritária do executivo mas a destinação de verbas foi proporcionalmente menor a realizada até 1982. Conforme a Lei n.1941/80, cerca de 45% da receita do município foi destinada em obras de urbanização e na habitação e a secretaria com maior dotação orçamentária (mais de 50% da receita) era justamente órgão fim pela execução das obras urbanas, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos²⁵⁷. A medida que os investimentos cresceram, a proporcionalidade da dotação de recursos com obras urbanas diminuiu, passando a ser investido em outras ações como a melhoria do ensino e serviços urbanos. Conforme a Lei n.2245/84, que regulamentou a receita e as despesas do município para o exercício do ano de 1985, as obras de habitação e de urbanização somam apenas 25% dos gastos do município, sendo proporcionalmente, a ação de maior destinação de recursos²⁵⁸.

Como ação direta decorrente da captação de recursos realizada para o ano de 1982, foi construída uma praça no bairro São Bento. A praça foi implantada como parte de um conjunto de ações de expansão da infra-estrutura urbana. Concomitante a implantação da praça foram expandidas a rede de drenagem e a pavimentação viária. Denominada como Praça Francisco Jordano, ela tinha 0,7ha e situava em uma área residencial ocupada pela classe média e classe média alta, era um bairro que ainda continha vários lotes vagos e situava-se 1,5km distante do centro da cidade.

²⁵⁵ Leis n.1897/80, n.1941/80, n.2103/82 In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). *100 anos de legislação*. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

²⁵⁶ Leis n.2168/83, n.2245/84 In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). *100 anos de legislação*. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

²⁵⁷ Lei n.1941/80 In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). *100 anos de legislação*. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

²⁵⁸ Lei n.2245/84 In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). *100 anos de legislação*. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

²⁵² LERNER, Jaime. op. cit., 1979, p.57

²⁵³ Idem.

²⁵⁴ Idem, p.57 e 71.

Localizada na confluência das ruas 1º de Maio, Fagundes Varela e São Bento, a praça é uma típica área de lazer de bairro delimitada no Plano de Estruturação Urbana (Figuras 3.71 a 3.75). Ela era composta por um playground, áreas de convívio, passeios e uma quadra poliesportiva. Na composição espacial da praça, o plantio vegetal teve papel secundário, sendo introduzidas algumas espécies arbóreas de grande porte como elemento de demarcação da paisagem. As espécies arbóreas de médio porte foram utilizadas como elementos de proteção destinados ao sombreamento das calçadas no entorno da praça. As espécies ornamentais foram utilizadas na composição dos canteiros. A pavimen-

tação do piso foi feita com lajotas de concreto (0,5m por 0,5m) intercaladas com gramado. Esse tipo de pavimentação é semelhante ao que foi empregado na construção do Paço Municipal e na urbanização do bairro Boa Vista realizadas no final da década de 1970.

Na evolução da ocupação da praça observa-se que houve pequenas modificações em sua estrutura. A principal alteração ocorreu na pavimentação dos passeios. Inicialmente promoveu-se a substituição da grama por rejunte de concreto com seixos e depois, a substituição da pavimentação por uma camada de lama asfáltica. A primeira alteração ocorreu no sentido de tornar o piso dos passeios mais seguro à circulação dos pedestres, evitando acidentes e quedas. A segunda alteração foi realizada com o objetivo de adequar esse piso para a atividade de caminhada como exercício físico. As alterações foram feitas respectivamente, no início da década de 1990 e depois no início dos anos 2000.

É importante observar que o material construtivo empregado na implantação da praça (concreto) possibilitou dotar os elementos construídos de maior durabilidade, sendo resistente à ação do tempo e a eventuais atos de vandalismo. Os equipamentos de recreação infantil (construídos em tubos metálicos) e os bancos (de madeira e ferro fundido) foram os elementos de perecimento mais rápido, sendo que os brinquedos foram os que tiveram uma recuperação mais precária. Insatisfeitos com o estado de conservação da praça, os moradores do bairro encaminharam a prefeitura pedido de reforma e de melhoria dos equipamentos visando com isso permitir a maior permanência deles na praça. Um pedido recorrente, em meados da década de 1980, foi a reforma dos brinque-

Figura 3.71 – Praça Francisco Giordano em Campo Grande, MS
– Acesso a partir da Rua São Bento

Fonte: Autor

Figura 3.72 – Praça Francisco Giordano – arborização dos
passeios na Rua São Bento

Fonte: Autor

Figura 3.74 – Área de convívio central da Praça Francisco
Giordano no bairro São Bento

Fonte: Autor

Figura 3.73 – Playground da Praça Francisco Giordano

Fonte: Autor

Figura 3.75 – Quadra poliesportiva da Praça Francisco Gior-
dano em Campo Grande, MS

Fonte: Autor

dos. Isto se verificou, pois o bairro era predominantemente formado por famílias jovens, que em geral, tinham crianças com idade inferior a 9 anos. Mesmo com as solicitações da população, as reformas foram esporádicas ocorrendo em um intervalo médio de dez anos. Com a primeira reforma da praça os brinquedos infantis foram excluídos do contexto da praça.

O plantio ornamental também foi outro elemento de rápida deterioração. A ausência de manejo constante das espécies, da realização de tratamentos culturais, de adubação, de controle de pragas e de rega contribuiu para o rápido perecimento do plantio. Apenas as espécies arbóreas e de maior porte é que persistiram no tempo.

Um elemento de degradado pelo uso intenso foi o alambrado da quadra poliesportiva. Esse elemento foi recuperado, porém em intervalos maiores de que a necessidade de uso. No ano de 2008, a praça ainda mantinha a maior parte de seu traçado original e os principais atrativos para a população local eram a pista de caminhada e a quadra poliesportiva (Figura 3.76).

3.3.3 A reformulação da estrutura administrativa.

A determinação da construção de uma ‘nova’ capital se refletiu na estrutura administrativa, tornando-se mais complexa a medida que a cidade crescia (Figura 3.77). A estrutura administrativa proposta no Plano de Complementação Urbana de Lerner, a prefeitura municipal era formada por quatro secretarias principais que eram as responsáveis execução dos planos (órgãos executores). As secretarias de Administração e de Finanças davam suporte ao funcionamento da estrutura administrativa e aplicação das ações do governo tinham o suporte da assessoria jurídica e da assessoria de imprensa. Os planos e as ações eram articuladas por uma Assessoria de Planejamento, atuando na interação entre as secretarias e a relação entre a administração municipal com os governos estadual e federal, as empresas, os órgãos financeiros e a sociedade. A Assessoria Municipal de Planejamento além de coordenar o sistema de planejamento, elaborava planos para o sistema de transporte, a habitação e o sistema de espaços livres de recreação. Observa-se que os serviços de implantação, de conservação, de manutenção de praças e jardins, assim como, a administração e o controle do horto florestal eram atribuições da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos²⁵⁹.

Após três anos de implantação do Estado de Mato Grosso do Sul, a Prefeitura de Campo Grande, MS (Figura 3.78) passou a ser composta por

Figura 3.76 – Praça Francisco Jordano no bairro São Bento em Campo Grande, MS
Fonte: Autor adaptado do Google Image Globe, 2008.

- LEGENDA
- 1 Quadra poliesportiva
 - 2 Passeios
 - 3 Playground
 - 4 Área de convívio
 - 5 Canteiros elevados

Figura 3.77 - Estrutura administrativa proposta para a Prefeitura de Campo Grande, MS segundo o Plano Urbanístico de Jaime Lerner - 1979.
Fonte: LERNER, Jaime. Cidade de Campo Grande: plano de complementação urbana - versão resumida. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, 1979.

²⁵⁹ Lei n. 1811/79 In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). 100 anos de legislação. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

Figura 3.78 - Paço Municipal construído na década de 1970.

Fonte: Acervo Autor

oito secretarias havendo um desmembramento da estrutura administrativa, transformando departamentos em novas secretarias. Uma secretaria desdobrada foi a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, dando origem à Secretaria Municipal de Obras e à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. A Assessoria de Planejamento, órgão de apoio ao poder executivo, foi elevada a condição de Secretaria Municipal de Planejamento, ampliando suas atribuições. Essas três secretarias, cada qual dentro de suas funções, influíram na construção do sistema de espaços livres públicos de recreação e conservação. Conforme a Lei n.1949/81 a Secretaria Municipal de Planejamento ficou responsável pela elaboração dos planos e dos projetos de investimento do município, pela articulação do sistema de planejamento municipal com as esferas de poder estadual e federal, acompanhar a condução dos planos, dos convênios e da execução do orçamento além de assessorar o prefeito²⁶⁰.

A Secretaria de Obras foi caracterizada como o órgão fim e responsável pela implantação dos projetos e pela realização das benfeitorias na infra-estrutura da cidade. E a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos ficou responsável pela manutenção da infra-estrutura implantada. A execução e a manutenção dos serviços de praças, parques e jardins, da arborização urbana e da gestão e controle do Horto Florestal são atribuições da Divisão de Parques e Jardins da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. Além dessas atribuições, a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos tinha a função do controle do código de posturas, da administração dos serviços de limpeza urbana, da iluminação pública, dos serviços

viários (tráfego urbano) entre outros.

Entre as três secretarias citadas, a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos foi a que ficou com o maior conjunto de atribuições e responsabilidades²⁶¹. Com o desenvolvimento das administrações municipais, houve novos desdobramentos da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos dando origem a outras secretarias municipais (aspecto a ser comentado mais adiante).

Apesar da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos ter maiores atribuições, no que se refere a dotação de recursos para realização de investimentos e dos serviços urbanos, a maior destinação de verbas foi reservada a Secretaria de Obras. Conforme a Lei n.2103/82, a Secretaria Municipal de Obras ficou responsável pela aplicação de 26% da receita no ano de 1983 (total de Cr\$13,2 milhões), enquanto que a Secretaria de Serviços Urbanos teve cerca de 8% desses recursos para realização de suas atividades. A Divisão de Parques e Jardins recebeu cerca de 0,5% das verbas do município para a manutenção das praças, jardins e a realização dos serviços de produção e conservação da arborização urbana. As prioridades do executivo municipal se revela com a destinação de verbas. A expansão da estrutura urbana foi objeto de investimento, sendo aplicado cerca de 15% da receita municipal. O Serviço de Iluminação Pública, também pertencente a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, no ano de 1983, recebeu 2% dos recursos do município para executar suas atividades. Apesar da dotação de recursos destinados à iluminação pública ter sido menor que outros setores da prefeitura ela era quatro vezes maior ao que foi destinado ao Serviço de Parques e Jardins²⁶². Tal aspecto demonstra objetivamente a prioridade em expandir a infra-estrutura urbana, mas sem dar a devida prioridade à manutenção da infra-estrutura implantada, em particular, à conservação das praças e jardins construídos.

3.3.4 A implantação do sistema de espaços livres públicos de recreação e conservação.

Sobre a execução das obras públicas com a construção de espaços livres públicos de recreação, houve a implantação parcial dos projetos previstos no Plano de Estruturação Urbana proposto por Lerner. Na região central, foi implantado o calçadão na área comercial. Entretanto, de todo o trecho projetado apenas o calçadão localizado na Rua Barão do Rio Branco foi implantado (Figura 3.79 a 3.84). O trecho do traçado do calçadão previsto para a Rua 14 de Julho e a Avenida Afonso Pena não foi executado. A restrição da população

Figura 3.79 - Calçadão da Rua Barão do Rio Branco - Plano Urbanístico de Jaime Lerner - 1979.

Fonte: Acervo Autor

²⁶⁰ Lei n.1949/81 In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). 100 anos de legislação. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

²⁶¹ Idem.

²⁶² Lei n.2103/82 In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). 100 anos de legislação. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

Figura 3.80 - Hierarquia viária na região central de Campo Grande segundo o Plano Urbanístico de Jaime Lerner - 1979.

Fonte: Autor adaptado de LERNER, Jaime. Cidade de Campo Grande: estrutura urbana. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, 1977.

Figura 3.81 - Calçada na Rua Barão do Rio Branco proposto no Plano Urbanístico de Jaime Lerner - 1979.

Fonte: LERNER, Jaime. Cidade de Campo Grande: plano de complementação urbana - versão resumida. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, 1979.

Figura 3.82 - Estrutura de circulação prioritária de pedestre na região central em Campo Grande segundo o Plano Urbanístico de Jaime Lerner - 1979.

Fonte: LERNER, Jaime. Cidade de Campo Grande: plano de complementação urbana - versão resumida. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, 1979.

Figura 3.83 - Calçadão da Rua Barão do Rio Branco - Plano Urbanístico de Jaime Lerner - 1979.

Fonte: Acervo Autor

Figura 3.84 - Sistema de circulação prioritária de pedestres na região central - Plano Urbanístico de Jaime Lerner - 1979.

Fonte: LERNER, Jaime. Cidade de Campo Grande: estrutura urbana. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, 1977.

e, principalmente, dos comerciantes à mudança de hábitos que a proposta implicava, à transformação do tráfego de veículos particulares a frente das lojas, a prioridade da circulação de pedestres sobre os automóveis, fez com que nessas vias (as mais importantes da região central) não fosse levado a cabo a execução do calçadão. A Rua 14 de Julho e a Avenida Afonso Pena foram mantidas como vias preferenciais ao tráfego de carros à circulação de pedestres.

A obra de urbanização do calçadão da Rua Barão do Rio Branco foi complementada pela reforma da Praça Ary Coelho e da Praça Bernardino Silva (na Rua Aquidauana). Apesar das modificações na proposta original, a construção do calçadão na Rua Barão do Rio Branco, a reforma das praças associado ao comércio na Rua 14 de Julho, serviu para reiterar essas vias como importante eixo de circulação urbana e da prática eventual de lazer no centro da cidade (aspecto este reiterado pela difusão de lazer em bares, restaurantes e cinemas).

A construção do Horto Florestal e do Parque do Anhanduí, situados junto aos fundos de vale dos córregos Segredo, Prosa e Anhanduizinho, também não foi concluída. A infra-estrutura implantada não representou mais que 50% dos equipamentos previstos no projeto do Horto Florestal e de 4% no caso do Parque do Anhanduí²⁶³ (Figura 3.85 a 3.88).

No caso do Horto Florestal foram implantadas as quadras esportivas, parte do cercamento, o edifício destinado à administração do parque, o teatro de arena e o restaurante. A transformação do antigo prédio do matadouro em teatro municipal não foi realizada e a descaracterização do projeto sendo agradava pela *demolição* dessa construção. A ausência da conclusão do cercamento e da construção de calçamento dificultando o acesso, o controle e a circulação das pessoas contribuíram para depredação da infra-estrutura implantada. A falta de plantio vegetal ornamental e a remoção de extensa área com plantio arbóreo remanescente do antigo viveiro municipal foram outros fatores que contribuíram dilapidação dos atributos paisagísticos da área.

A principal obra do Parque do Anhanduí foi a construção do Ginásio

²⁶³ Valores obtidos a partir da relação entre os equipamentos previstos e aqueles implantados (Horto Florestal) e da relação entre a área total projetada e a área construída (Parque do Anhanduí).

Figura 3.85 - Plano Geral para urbanização do Horto Florestal - Plano Urbanístico de Jaime Lerner - 1979.

Fonte: LERNER, Jaime. Cidade de Campo Grande: plano de complementação urbana - versão resumida. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, 1979.

Figura 3.86 - Vista do Centro Cultural do Horto Florestal - Plano Urbanístico de Jaime Lerner - 1979.

Fonte: LERNER, Jaime. Cidade de Campo Grande: plano de complementação urbana - versão resumida. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, 1979.

Na área onde fora previsto no Plano de Estruturação Urbana a implantação do parque no fundo de vale do Córrego Anhanduí, no ano de 1986 essa área estava parcialmente invadida por favelas ou mantinha uma cobertura vegetal formada por capim-colonião e algumas árvores esparsas (foto abaixo). No ano de 2007 essa área foi ocupada por uma via de tráfego rápido - a Avenida Ernesto Geisel, popularmente conhecida como avenida norte-sul.

Figura 3.87 - Tipologias do Sistema de Espaços Livres Públicos destinados ao lazer em Campo Grande segundo o Plano Urbanístico de Jaime Lerner - fundo de vale do Anhanduí em área prevista para implantação do parque (esq.) e esquema da Ciclivia ao longo do fundo de vale.

Fontes: Acervo autor e LERNER, Jaime. Cidade de Campo Grande: plano de complementação urbana - versão resumida. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, 1979.

Figura 3.88 - Guanandizão

Fonte: Jornal Correio do Estado

Guanandizão (e que permanece em atividade até o ano de 2007). Também foram executados serviços de aterro e modelagem do terreno, implantados parte da área gramada, dos caminhos para pedestres, do cercamento e da alocação de alguns quiosques como áreas de parada e de estar. Um aspecto característicos do Plano de Estruturação Urbana nas proposta de implantação de parques em fundo de vale, era que o perímetro desses parques era predominantemente, delimitado por vias com pequeno tráfego de veículos (vias locais) e a configuração dos limites dos parques se adequava a disponibilidade de espaços livres e à morfologia do traçado dos bairros do entorno. A ausência de vias expressas era uma estratégia de projeto que visava facilitar a circulação de pedestres e proporcionar maior segurança nessa circulação.

As obras executadas no caso do Horto Florestal permitiram uma utilização de alguns equipamentos. O restaurante funcionou por cerca de dois anos, mas depois sendo fechado e posteriormente ocupado na década de 1990 com a Biblioteca Pública Municipal. As quadras esportivas, mesmo sem o suporte de outros equipamentos e dos passeios, foram utilizadas pela população. Mas a ausência de manutenção, o desgaste pelo uso e a ação do tempo fizeram com que elas fossem destruídas. Quanto ao Parque do Anhanduí, excetuando a construção do

ginásio, as demais áreas do parque permaneceram ociosas e sem condição de uso. As intervenções realizadas nessas duas obras não foram suficientes para dotar os parques projetados de uma configuração que efetivasse o seu uso previsto.

3.3.5 O Plano de Complementação Urbano e a Sucessão Administrativa.

Outros fatores contribuíram para que o Plano de Lerner não fosse concluído. Um aspecto crucial foi as disputas políticas pela posse de poder na administração municipal de Campo Grande. O período que sucedeu a elevação de Campo Grande à condição de capital de Estado foi marcado pela alternância no comando do executivo municipal e do governo estadual. Entre os anos de 1979 e 1983, a cidade teve cinco diferentes prefeitos e o Estado de Mato Grosso do Sul teve três governadores. Tal condição fez com que a implantação do plano não tivesse a condução apropriada, face às divergências decorrentes dos embates entre as facções políticas e as equipes técnicas que se alternaram no comando do processo, contribuindo de modo determinante para a descaracterização da estrutura proposta pelo Plano de Lerner.

Sobre as mudanças no comando do governo Rezende observa que:

A cada novo prefeito [...] sucederam-se mudanças na administração pública e nos objetivos a serem atingidos, e alterou-se, também, a Lei n.1747, que implementava o Plano de Estruturação Urbana de Campo Grande, relatando-se as seguintes alterações: Lei n.1896 de 10 de julho de 1980, sendo prefeito Albino Coimbra, a qual alterava várias disposições quanto ao uso do solo; Lei n.2095 de 8 de outubro de 1982, sendo prefeito Heráclito F. D. de Figueiredo, a qual passava o gabarito da zona de alta densidade de 9 para 14 pavimentos, e o coeficiente de aproveitamento do terreno, na mesma zona, de 4 para 6, além de outras alterações; [...] Lei n.2187 de 26 de dezembro de 1983, [sendo prefeito eleito Lúdio Martins Coelho,] transformando uma zona verde para implantação do novo prédio dos Correios e Telégrafos²⁶⁴. [grifos nosso]

As mudanças ocorridas no Plano de Complementação Urbana se estenderam nos anos subsequentes o início de sua implantação. Rezende²⁶⁵ pondera que a execução das obras no sistema de transporte coletivo (corredores de transporte de massa) foi parcial e não teve a aceitação popular e dos comerciantes.

3.3.6 Parcelamento do Solo e a Expansão Urbana.

No período imediatamente posterior a implantação do Estado de Mato Grosso do Sul, a legislação urbana de Campo Grande, MS determinava que

²⁶⁴ REZENDE, Marisa B. G. M., op. cit., p.44-45.

²⁶⁵ Idem.

cerca de 10% da área bruta parcelada deveria ser reservada para a implantação de os espaços livres de recreação e uso institucional. O parcelamento do solo até a primeira metade da década de 1970 foi orientado pela Lei n. 1429/73 e com o apoio no Decreto Municipal n.3964/75. A partir da implantação do Plano de Estruturação Urbana, o o parcelamento do solo passou a ser regulado pela Lei n. 1747/78 e pela Lei n.1866/79. Nos dois momentos, as leis instituídas estabeleceram parâmetros que seguiram as determinações da Lei Federal Lei n.6766/79²⁶⁶, a qual orienta a reserva de 35% para espaços livres públicos incluindo sistema viário, os espaços livres de recreação e as áreas institucionais. Considerando que o sistema viário não deveria exceder a 25% da área total da gleba, a reserva para os espaços livres de recreação e áreas de uso institucional teriam no mínimo 10% da área bruta do loteamento para sua implantação.

Observa-se que o crescimento dos loteamentos urbanos e da extensão da área parcelada da cidade acompanhou o incremento dos investimentos públicos em Campo Grande, MS. Entre os anos de 1979 e 1983, a área loteada expandiu em aproximadamente 30km² (ou 44 mil lotes). Considerando que a família censitária do município era composta na época por cinco pessoas e presumindo que os lotes criados fossem ocupados com residências unifamiliares, obtinha-se a condição de que com os novos loteamentos era possível abrigar cerca de 220 mil habitantes. Isto praticamente duplicaria a capacidade de abrigo a população de Campo Grande (que no final da década de 1970 era de 290 mil habitantes). Um contingente populacional superior a 500 mil habitantes só foi alcançado quase que vinte anos depois. No entanto, o parcelamento do solo manteve elevado até meados da década de 1980 na proporção de 5,3km²/ano²⁶⁷.

Entre os anos de 1979 e 1983 foram implantados pouco menos de uma centena de loteamentos e o contingente de áreas de reserva de espaços livres públicos de recreação ampliou em 240ha (na proporção de 48 ha/ano)²⁶⁸. Campo Grande, MS expandiu em direção as saídas da cidade e surgiram loteamentos como o Jardim Panorama situado junto a BR 262 (saída para Três Lagoas e o oeste do Estado de São Paulo), o Jardim Montividéu, situado junto a BR 163 (saída para Cuiabá, MT) e os Jardins Tijuca I e II, situados juntos à estrada de acesso para Sidrolândia, MS.

O processo de parcelamento do solo foi regulado pelas Leis n.1747/78 e a Lei n.1866/79. A legislação determinava que os lotes deveriam ter dimensão

mínima de 360m² e testada de 12m de largura²⁶⁹. Essa medida padrão poderia ser menor caso os loteamentos fossem de interesse social. Nessa condição, determinava-se que os lotes deveriam ter a dimensão mínima de 150m² com testada de 5m. Apesar da previsão da implantação de loteamentos de interesse social, essa modalidade de parcelamento não foi difundida nesse período, propagando-se apenas os empreendimentos com lotes de 360m². Observa-se que a ocupação dos lotes devia atender uma série de exigências previstas no Código de Obras (Lei n.1866/79) e estar em acordo ao uso de solo determinado pelo Plano de Estruturação Urbana (Tabela 3.2).

Tabela 3.2 - Índices urbanísticos conforme o Plano de Estruturação Urbana de Campo Grande e o Código de Obras (Lei n.1866/79):

ZONA URBANA	Taxa de ocupação dos lotes com construções (%)	Índice de Elevação (pav.)	Recuo Frontal Fachada Principal (m)	Recuo Frontal Fachada Secundária (m)	Recuo Lateral (m)	Recuo Fundo (m)
Alta Densidade Pavimento Térreo	Variávelº	1	5,0*	3,0	Livre ou 1,5*2	Livre
Alta Densidade Pavimentos Superiores	Variávelº	7	5,0	3,0	2,0 a 3,0	5,0
Média Densidade	50	4	5,0	3,0	1,5, 2,0*2, 4,0*3 e 6,0*4	5,0
Baixa Densidade 1 e 2	50	2	5,0	3,0	1,5, 4,0*3 e 6,0*4	–
Serviços	50	4	5,0	3,0	1,5, 2,0*2, 4,0*3 e 6,0*4	5,0
Verdes	10	2	5,0	3,0	1,5	50,0
Predominância Industrial (Indústrias, galpões, oficinas, armazéns e assemelhados)	50	2	10,0	10,0	5,0	5,0
Predominância Industrial (outros usos)	50	2	5,0	3,0	2,0	2,0

(q): Taxa de ocupação determinada pela dimensão do lote e a aplicação das medidas mínimas em relação aos recuos previstos na lei n.1866/79. A taxa de ocupação média para um lote na região central (20m x 40m) seria de aproximadamente 60%.

(*) No trecho compreendido entre o quadrilátero formado pelas vias Rua Rui Barbosa, Avenida Afonso Pena, Avenida Calógeras e Rua Maracaju, o recuo frontal é livre.

(*2): Distância mínima quando houver aberturas (janelas na fachada lateral) ou necessitar de acesso ao fundo dos lotes.

(*)3: Distância mínima para corredor de acesso e entre as moradias no caso de casas em série (vilas) alinhadas na mesma lateral do lote.

(*) Distância mínima para corredor de acesso ao caso de moradias em série (vilas) alinhadas nas duas laterais do lote. A distância mínima entre as moradias é de 4,0m.

(ψ): Distância em relação ao eixo do fundo de vale.

Fontes: LERNER, Jaime. *Cidade de Campo Grande: estrutura urbana*. Campo Grande, MS: s.n., 1977. p.93; e artigos 99 a

119 da Lei n.1866, de 26 de dezembro de 1979 que institui o Código de Obras do Município de Campo Grande, MS.

In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). *100 anos de legislação*. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica:

In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). 100 anos de legislação. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica; Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

Apesar do Código de Obras ser formado por um conjunto de critérios técnicos na ocupação dos lotes e na construção das edificações, esse rigor técnico não teve o mesmo rebatimento em relação ao parcelamento do solo e a alocação das áreas de reserva para os espaços livres públicos de recreação e de uso institucional. Pondera-se que o projeto de parcelamento do solo para que fosse aprovado deveria ser submetida a avaliação de uma secretaria. Até o

266 ¹⁵⁴ Idem.

267 PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DE CAMPO GRANDE. Campo Grande, MS: Planurb, 2001, p.31.

268 Idem.

269 Lei n. 1.747/78 In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). *100 anos de legislação*. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

ano de 1981, os projetos eram avaliados pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e depois do desmembramento da estrutura administrativa, passou a ser avaliado pela Secretaria de Serviços Urbanos. Observa-se que a legislação urbana não determinou critérios específicos a respeito da alocação dos espaços livres públicos nas áreas loteadas.

Avaliando-se o parcelamento dos loteamentos Jardim Tijuca I e II e Jardim Panorama (Figuras 3.89 a 3.92), observa-se que a alocação dos espaços livres públicos de recreação tem uma distribuição que não proporciona uma uniformidade no acesso entre as moradias e esses espaços livres. No caso do Jardim Panorama e do Jardim Tijuca II, as áreas reservadas às praças foram alocadas na porção posterior do bairro, situando-se mais distante da principal via de acesso. Considerando que esses loteamentos foram implantados sem pavimentação das vias e que o tráfego nesse local era difícil em períodos de chuva, compreende-se que a maior proximidade dos lotes em relação à estrada de acesso ao bairro era um fator de privilégio para quem o adquiria. E isto tem sua correspondência no valor imobiliário das quadras situadas próximas à via de acesso. Assim, a alocação dos espaços livres de recreação nas quadras situadas no ‘fundo’ dos bairros é um meio de reservar ao empreendedor maior benefício na venda dos terrenos.

Esse tipo de procedimento orientou vários projetos de loteamentos desse período. Isto denotou uma diferenciação de valores, reservando aos empreendedores imobiliários uma condição mais favorável à comercialização das terras e ao município destinando-se as áreas de acesso difícil. A concentração da reserva de espaços livres públicos na periferia dos bairros resultou numa configuração imprópria pois apenas uma parte do bairro é assistida adequadamente pelos espaços livres públicos de recreação. Outro aspecto desfavorável da configuração de bairros como o Jardim Panorama, é que a fragmentação excessiva dos espaços livres públicos gerou áreas menores que as quadras-padrões, dificultando a implantação dos equipamentos de lazer e limitando as possibilidades de ocupação e de diversificação do programa arquitetônico dos projetos das praças. Essa fragmentação associada à situação periférica dos espaços livres públicos, à lenta ocupação dos lotes do bairro, nas décadas seguintes, favoreceu a invasão e a formação de favelas nas quadras reservadas às praças, gerando perdas ao loteamento.

Porém há de observar, que esse período de expansão de Campo Grande não foi marcado apenas por exemplos impróprios de parcelamento do solo, difundindo-se outras formas de realizar a alocação das áreas públicas de recreação. Loteamentos como o Jardim Montevideu tem um traçado no qual as distâncias de percurso entre as moradias e as áreas destinadas às praças são

mais homogêneas e a acessibilidade da população às áreas de praça é melhor resolvida (Figuras 3.93 e 3.95). O princípio do traçado denota a utilização de conceitos como as unidades de vizinhança, ou seja, considera que cada área tem a condição de atender uma certa demanda da população e sua alocação no bairro visa proporcionar condições de uso e de acesso mais equivalentes. Essa forma de parcelar o solo e de alocar as áreas de reserva de praça foi mais comum nos conjuntos habitacionais (como o Conjunto Habitacional Mata do Jacinto) e também ocorreu em outros loteamentos como o Jardim São Conrado e Jardim Santa Emília implantados nos anos subseqüentes (Figuras 3.96 a 3.99).

A alocação das áreas de praça de uma forma mais homogênea nos bairros, favoreceu a redução das perdas por meio de invasão e ocupação com favelas. Observando a evolução da ocupação do Jardim Montevideu, do Jardim Santa Emília e do Jardim São Conrado verifica-se que ainda há a disponibilidade de áreas para a implantação de praças. No entanto, mesmo após ter passado trinta anos da implantação desses bairros, nenhum possui uma praça de lazer. No caso do Jardim Montevideu, maior parte das vias não possui pavimentação e ainda há lotes vagos. O bairro não teve sua ocupação consolidada. Assim não foram realizados investimentos na construção de praças. A praça urbanizada mais próxima situa-se a 900m e foi construída no bairro vizinho do Jardim dos Novos Estados. No caso do Jardim São Conrado e Jardim Santa Emília, os investimentos públicos foram feitos no sentido de remover população situada em favela formada junto ao fundo de vale dos Córregos Buriti e Lagoa. Com a remoção da população, foram ocupados alguns lotes vagos com a construção das moradias e foi implantado um parque linear na faixa junto ao córrego, sendo constituído de pistas para caminhada e alguns equipamentos esportivos.

3.3.7 A Mudança de Uso de Espaços Livres Públicos.

O crescimento espraiado da cidade favoreceu a geração de estoques de terras públicas, mas a destinação nem sempre respeitou o planejamento urbano e o projeto dos loteamentos. Com o aumento dos estoques de terras públicas, o executivo municipal deu nova destinação as áreas de reserva de praça ou então fez doação a associações, entidades e órgãos dos governos estadual e federal. No Jardim Montevideu, uma área central reservada para a implantação de praça e outra destinada a construção de escola foram doadas à Associação dos Magistrados do Estado do Mato Grosso do Sul, para a implantação da sede recreativa dessa associação²⁷⁰. No Jardim Piratininga, duas áreas reservadas para praças

²⁷⁰ Lei n. 1986/81 In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). 100 anos de legislação. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

A proporção da reserva de espaços livres públicos de recreação e para uso institucional nos bairros Jardim Tijuca I e Jardim Tijuca II era respectivamente 10% e 12%. No entanto com a evolução da ocupação dos loteamentos, com a invasão e/ou a cessão em comodato das áreas públicas, em 2007 apenas uma quadra em cada bairro encontra-se disponível para urbanização. Em cada loteamento uma quadra foi destinada a construção de uma escola. Assim, o percentual resultante de espaços livres públicos disponíveis para construção de praças é de 1,2% no Jardim Tijuca I e de 1% no Jardim Tijuca II. Uma taxa muito menor ao que foi estipulado na legislação urbana do período da implantação dos bairros, e também bem inferior ao que especifica a legislação urbana em vigência no ano de 2007.

Figura 3.89 - Estrutura de parcelamento do solo e situação das áreas públicas do município nos bairros Jardim Tijuca I e II.

Fonte: Autor adaptado de CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL) Prefeitura Municipal. Campo Grande-MS: sistema de informações geográficas. Campo Grande, MS: Opus, 2004. 1 CD-Rom; e de _____. Acervo cartográfico de loteamentos aprovados em Campo Grande no período de 1940 a 2000. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, Secretaria Municipal de Controle Urbanístico, Sistema Cartográfico Municipal, 2000.

Favela formada e regularizada sobre conjunto de espaços livres do Jardim Tijuca II. A ocupação ocorreu em um período no qual havia vários lotes vagos e o bairro não possuía as redes de infra-estrutura. A invasão de terras e a formação de favelas, um aspecto peculiar e característico desse fato em Campo Grande, MS é que elas ocorrem via de regra em áreas públicas e muito raramente terras de propriedade privada são invadidas. Excetuando-se o Jardim Sayonara, situado na Região Urbana do Imbirussu, as demais invasões ocorreram nos espaços livres públicos de recreação ou destinados ao uso institucional. Há casos que logo após a implantação do loteamento, o bairro ainda repleto de lotes vagos, tem os espaços livres públicos invadidos e a situação das invasões denotam um conhecimento do projeto do parcelamento do solo, pois coincidentemente apenas as áreas públicas são invadidas e as áreas particulares são preservadas.

Figura 3.90 - Ocupação dos bairros Jardim Tijuca I e II em 2007.

Fonte: Autor adaptado da base Image Digital Globe Google (2007).

Figura 3.91 - Estrutura de parcelamento do solo e situação das áreas públicas do município no Jardim Panorama.

Fonte: Autor adaptado de CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL) Prefeitura Municipal. Campo Grande-MS: sistema de informações geográficas. Campo Grande, MS: Opus, 2004. 1 CD-Rom; e _____. Acervo cartográfico de loteamentos aprovados em Campo Grande no período de 1940 a 2000. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, Secretaria Municipal de Controle Urbanístico, Sistema Cartográfico Municipal, 2000.

O caso do Jardim Panorama não difere muito dos Jardins Tijuca I e II. No Jardim Panorama nenhuma área pública foi destinada à construção de escola pública. Exceto uma quadra ocupada com um campo de pelada (Rua Licurgo Bastos), as demais áreas de reserva públicas foram invadidas e/ou ocupadas com moradias de baixa renda. A proporção da reserva de espaços livres públicos de recreação e para uso institucional quando da implantação do loteamento era de 12% aproximadamente. Após a evolução do bairro, em 2007 essa taxa é de 1%.

As quadras do Jardim Panorama situadas junto a Avenida Redentor tiveram sua ocupação consolidada. Existe nesse local empresas prestadoras de serviço associadas ao tráfego de veículos da rodovia.

Cabeceira do Córrego Lageado.
Área de afloramento do lençol
freatico. Essa parte da bacia do
Córrego Lageado contribui para
o abastecimento de água de
Campo Grande, MS.

A população residente no Jardim Panorama tem atenuada as perdas dos espaços livres de recreação devido a existência de praça esportiva implantada no Jardim Samambaia. O programa da praça conta com campo de futebol, playground, pista de skate e cancha de areia para voleibol.

Conjunto de espaços livres do jardim Panorama foi invadida e ocupada por favela. Essa condição foi estabelecida em função da pequena ocupação dos lotes. Após 25 anos da implantação do bairro, há quantidade significativa de lotes vagos.

Figura 3.92 - Ocupação do Jardim Panorama em 2007.

Fonte: Autor adaptado da base Image Digital Globe Google (2007).

Até o ano de 2007 a maior parte da malha viária do Jardim Montevideu não havia sido pavimentada e ainda há lotes vagos. O bairro não teve sua ocupação consolidada, assim não foram realizados investimentos na construção de praças. A praça urbanizada mais próxima situa-se a 900m e foi construída no bairro vizinho do Jardim dos Novos Estados.

Figura 3.93 - Estrutura de parcelamento do solo e situação das áreas públicas do município no Jardim Montevideu.

Fonte: Autor adaptado de CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL) Prefeitura Municipal. Campo Grande-MS: sistema de informações geográficas. Campo Grande, MS: Opus, 2004. 1 CD-Rom; e de _____. Acervo cartográfico de loteamentos aprovados em Campo Grande no período de 1940 a 2000. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, Secretaria Municipal de Controle Urbanístico, Sistema Cartográfico Municipal, 2000.

Vossoroca formada na cabeceira do Córrego Pedregulho. No ano de 2007, a área sofreu intervenção visando conter a expansão do assoreamento das margens do córrego. As obras de contenção estão associadas à implantação de um parque urbano. A implantação do parque decorre da construção de um loteamento fechado (Alphaville) situado entre o Grande Anel Rodoviário, a Avenida Coronel Antonino e a Rua Monte Serrat no Jardim Montevideu.

Figura 3.94 - Ocupação da região central do Jardim Montevideu em 2007.

Fonte: Autor adaptado da base Image Digital Globe Google (2007).

Espaço livre público de recreação ocupado com plantio arbóreo (pomar) integrado aos espaços livres da Associação dos Magistrados do Mato Grosso do Sul. Nessa ocupação foram também integradas à área da associação a Travessa Chauta e parte da Rua Itami.

Área institucional doada à Associação dos Magistrados do Mato Grosso do Sul - Lei n.1986/81

Figura 3.95 - Ocupação do Jardim Montevideu em 2007.

Fonte: Autor adaptado da base Image Digital Globe Google (2007).

No traçado do bairro, a alocação dos espaços livres de uso público (áreas de recreação e uso institucional) é feita em parcelas homogêneas do loteamento, proporcionando aos moradores condições semelhantes de percurso e de acesso entre as moradias e as áreas destinadas às praças. Essa condição se assemelha aplicação do conceito de unidades de vizinhança, em que um determinada extensão de uma área urbana e do contingente populacional servem de referência para o planejamento e a execução

da infra-estrutura urbana, do controle do uso do solo, da execução de serviços e da construção de equipamentos públicos. No caso do Jardim Montevideu, a considerando a alocação dos espaços livres públicos de recreação, o bairro poderia ser subdividido em cinco setores que possuem uma condição de parcelamento do solo, uma extensão e um contingente populacional semelhantes.

O traçado dos bairros Jardim São Conrado e Jardim Santa Emília apresentam no parcelamento uma estratégia de alocação dos espaços livres de recreação semelhante a do Jardim Montevideu. As áreas reservadas à construção de praças foram situadas em parcelas homogêneas do loteamento, proporcionando aos moradores condições semelhantes de percurso e de acesso entre as moradias e as áreas destinadas às praças. Entretanto, diferindo do Jardim Montevideu, os bairros São Conrado e Santa Emília tiveram as áreas de praças ocupadas por favelas

e por comodatos. Apesar dessa ocupação e de não haver praças construídas nos bairros São Conrado e Santa Emília, no fundo de vale do Córrego Buriti foi construído um parque. Ele contém pistas para caminhada, áreas de parada e um extenso gramado. A mata ciliar removida com a construção das habitações da favela no fundo de vale do Córrego Buriti, após a conclusão do parque, essa vegetação encontra-se em processo de recomposição. O parque possui poucas árvores e alguns buritis.

Espaço livre público ocupado com comodato.

Espaço livre público ocupado com moradia de população de baixa renda.

Figura 3.96 - Vista parcial da ocupação do bairro Jardim São Conrado em 2007.

Fonte: Autor adaptado da base Image Digital Globe Google (2007).

Figura 3.98 - Ocupação dos bairros Jardim São Conrado e Jardim Santa Emília em 2007.

Fonte: Autor adaptado da base Image Digital Globe Google (2007).

Figura 3.97 - Estrutura de parcelamento do solo e situação das áreas públicas do município no Jardim São Conrado

Fonte: Autor adaptado de CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL) Prefeitura Municipal. Campo Grande-MS: sistema de informações geográficas. Campo Grande, MS: Opus, 2004. 1 CD-Rom; e de _____. Acervo cartográfico de loteamentos aprovados em Campo Grande no período de 1940 a 2000. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, Secretaria Municipal de Controle Urbanístico, Sistema Cartográfico Municipal, 2000.

O fundo de vale do Córrego Buriti foi, na implantação dos loteamentos do entorno, reservado como espaço livre de uso público. Na década de 1980 esses espaços foram invadidos, a mata ciliar foi removida e a área ocupada com moradia da população de baixa renda. Em meados da década de 1990, houve uma ação da administração municipal em remover a população situada no fundo de vale e realocá-la e em lotes vagos dos bairros Jardim Santa Emília e Jardim São Conrado. Associada a essa ação, foi implantado um parque linear composto por passeios e áreas de parada.

Figura 3.99 - Estrutura de parcelamento do solo e situação das áreas públicas do município no Jardim Santa Emília.

Fonte: Autor adaptado de CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL) Prefeitura Municipal. Campo Grande-MS: sistema de informações geográficas. Campo Grande, MS: Opus, 2004. 1 CD-Rom; e de _____. Acervo cartográfico de loteamentos aprovados em Campo Grande no período de 1940 a 2000. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, Secretaria Municipal de Controle Urbanístico, Sistema Cartográfico Municipal, 2000.

(uma com 3.600m² e a outra com 4.535m²) foram destinadas a construção de escolas²⁷¹. Na Vila Cidade Morena, a praça 'D' (com 7.200m²) foi desafetada e doada para construção da filial da entidade Lar Fabiano de Cristo. Observa-se que essa entidade tem caráter assistencialista e sua sede situava-se na cidade do Rio de Janeiro. Outras duas áreas de praça situadas no núcleo industrial (perfazendo um total de 2,2ha) foram desafetadas e doadas para a Companhia Brasileira de Abastecimento - CIBRAZEM para a construção de armazéns²⁷².

A destinação dada as áreas públicas de recreação desabonaram sua função original, tratando-as como mero estoque de terras passíveis de serem apreendidos com outros fins e que deram suporte à construção de escolas públicas, de postos de saúde, da implantação de associações recreativas de acesso privativo, da expansão e viabilização do funcionamento de entidades filantrópicas. Entre os anos de 1977 e 1982 cerca de 13,2ha foram doados pelo executivo municipal a diferentes instituições e órgãos governamentais. Esse montante corresponde a cerca de 4% do total de estoques de terra públicas criadas com o parcelamento do solo no mesmo período (313ha)²⁷³. Os maiores beneficiados com essa doação foram as associações corporativas recebendo cerca de 67% do total das áreas doadas (Figura 3.100). Depois construção das sedes dessas associações, a destinação mais freqüente foi a doação de áreas para a construção de escolas e o incremento da infra-estrutura urbana (Figura 3.101). Não obstante, cabe observar que a implantação do Parque Linear do Anhandui (fase 1 com 88ha) não foi viabilizada pelo fato de requerer a desapropriação de terrenos particulares para construção do parque. No entanto no ano de 1979, o executivo municipal comprou e depois dou a entidade gestora do Sanatório São Julião cerca de 180ha de terras distantes cerca de 4km do Jardim Montevideu para a construção de um hospital destinado ao tratamento de hansenianos²⁷⁴. O que se observa nas ações do executivo municipal que a construção do sistema de espaços livres de recreação previstos no Plano de Estruturação Urbana proposto por Jaime Lerner não foi prioritária na condução das políticas do município.

²⁷¹ Leis n.1954/81 e n.1969/81 In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). 100 anos de legislação. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

²⁷² Lei n.1981/81 In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). 100 anos de legislação. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

²⁷³ PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DE CAMPO GRANDE. Campo Grande, MS: Planurb, 2001, p.31.

²⁷⁴ Lei n.1807/79 In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). 100 anos de legislação. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

Figura 3.101 - Destinação de espaços livres públicos reservados à implantação de praças doados em Campo Grande entre os anos de 1977 e 1982.

Fonte: Leis ordinárias de janeiro de 1977 a dezembro de 1983. In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. 100 anos de legislação. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

Apesar do fato do Plano de Estruturação Urbana proposto por Jaime Lerner não ter sido implantado em sua plenitude, pondera-se que ele contribuiu para lançar para sociedade um ideário e um reportório de soluções e de diretrizes urbanísticas a respeito da paisagem da cidade, de sua organização e funcionamento. O Plano de Estruturação Urbana serviu de referência (diretamente e indiretamente) para elaboração de projetos e para o planejamento urbano, sendo parcialmente incorporados nos planos urbanísticos implementados nas décadas seguintes.

Figura 3.100 - Beneficiários da doação de espaços livres públicos reservados à implantação de praças em Campo Grande entre os anos de 1977 e 1982.

Fonte: Leis ordinárias de janeiro de 1977 a dezembro de 1983. In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. 100 anos de legislação. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

Expansão dos edifícios residências na Avenida Afonso Pena.

Figura 4.1 – Avenida Afonso Pena junto a Praça da República na região central de Campo Grande, MS.

Fonte: Acervo autor

4. CAMPO GRANDE COMO CAPITAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

4.1 Expansão urbana, processo migratório e os programas de habitação

A década de 1980 marcou a consolidação de Campo Grande como capital do Estado de Mato Grosso do Sul, assim como, foi caracterizada como um período de grande fluxo migratório, de expansão econômica e, consequentemente, de intenso processo de urbanização (Figura 4.1). A área parcelada ampliou na proporção de 372ha/ano e o crescimento demográfico foi 7% ao ano. No ano de 1980, a população de Campo Grande era de 292 mil habitantes²⁷⁵. Na composição da população residente, a relação de habitantes naturais da cidade e os migrantes provindos do interior do Mato Grosso do Sul e de outros estados do país se modificou, tornando as pessoas nativas minoria no contexto da população²⁷⁶. Foi uma migração motivada pelo alto investimento do governo federal no reordenamento da cidade e a condição econômica dos municípios do Mato Grosso do Sul que concentravam cerca de 83% da arrecadação do ICM no âmbito do Estado de Mato Grosso antes da divisão²⁷⁷. Era um contexto promissor para aqueles que almejavam prosperidade e a melhoria da condição de vida.

O crescimento populacional ampliou a quantidade de indivíduos provenientes de outras cidades do estado e do país, intervindo no comportamento social, na relação com os espaços livres públicos, nas políticas urbanas, na evolução e nas formas de apropriação das bases natural e construída que caracterizavam a cidade, ora contribuindo para melhoria da vida, ora dilapidando os recursos naturais e os elementos históricos marcantes

²⁷⁵ PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DE CAMPO GRANDE. Campo Grande, MS: Planurb, 2001, p.42.

²⁷⁶ Até a implantação do Estado de Mato Grosso do Sul relação de campo-grandenses na população residente era de 60% do total de habitantes. Após a criação do estado, com movimento migratório a proporção de campo-grandenses diminuiu passando a 40% do total da população residente. Os migrantes naturais do interior do Estado Mato Grosso do Sul e provenientes de outros estados do país cresceram passando para 57% do total de residentes. Soma-se a esse contingente uma pequena quantidade de estrangeiros (3% da população). Isto influiu nas oportunidades de trabalho, no crescimento econômico, na organização e no comportamento social. Sobre a evolução do crescimento demográfico e do parcelamento do solo confira PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DE CAMPO GRANDE. Campo Grande, MS: Planurb, 2001, p.30-31 e p.41-42.

²⁷⁷ LERNER, Jaime. *Cidade de Campo Grande: estrutura urbana*. Campo Grande, MS: s.n., 1977, p.7.

Expansão dos edifícios residências na Avenida Afonso Pena.

Figura 4.1 – Avenida Afonso Pena junto a Praça da República na região central de Campo Grande, MS.

Fonte: Acervo autor

4. CAMPO GRANDE COMO CAPITAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

4.1 Expansão urbana, processo migratório e os programas de habitação

A década de 1980 marcou a consolidação de Campo Grande como capital do Estado de Mato Grosso do Sul, assim como, foi caracterizada como um período de grande fluxo migratório, de expansão econômica e, consequentemente, de intenso processo de urbanização (Figura 4.1). A área parcelada ampliou na proporção de 372ha/ano e o crescimento demográfico foi 7% ao ano. No ano de 1980, a população de Campo Grande era de 292 mil habitantes²⁷⁵. Na composição da população residente, a relação de habitantes naturais da cidade e os migrantes provindos do interior do Mato Grosso do Sul e de outros estados do país se modificou, tornando as pessoas nativas minoria no contexto da população²⁷⁶. Foi uma migração motivada pelo alto investimento do governo federal no reordenamento da cidade e a condição econômica dos municípios do Mato Grosso do Sul que concentravam cerca de 83% da arrecadação do ICM no âmbito do Estado de Mato Grosso antes da divisão²⁷⁷. Era um contexto promissor para aqueles que almejavam prosperidade e a melhoria da condição de vida.

O crescimento populacional ampliou a quantidade de indivíduos provenientes de outras cidades do estado e do país, intervindo no comportamento social, na relação com os espaços livres públicos, nas políticas urbanas, na evolução e nas formas de apropriação das bases natural e construída que caracterizavam a cidade, ora contribuindo para melhoria da vida, ora dilapidando os recursos naturais e os elementos históricos marcantes

²⁷⁵ PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DE CAMPO GRANDE. Campo Grande, MS: Planurb, 2001, p.42.

²⁷⁶ Até a implantação do Estado de Mato Grosso do Sul relação de campo-grandenses na população residente era de 60% do total de habitantes. Após a criação do estado, com movimento migratório a proporção de campo-grandenses diminuiu passando a 40% do total da população residente. Os migrantes naturais do interior do Estado Mato Grosso do Sul e provenientes de outros estados do país cresceram passando para 57% do total de residentes. Soma-se a esse contingente uma pequena quantidade de estrangeiros (3% da população). Isto influiu nas oportunidades de trabalho, no crescimento econômico, na organização e no comportamento social. Sobre a evolução do crescimento demográfico e do parcelamento do solo confira PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DE CAMPO GRANDE. Campo Grande, MS: Planurb, 2001, p.30-31 e p.41-42.

²⁷⁷ LERNER, Jaime. *Cidade de Campo Grande: estrutura urbana*. Campo Grande, MS: s.n., 1977, p.7.

da formação de Campo Grande. As ações de dilapidação do espaço urbano estiveram associadas à busca de um crescimento por meio de ações imediatistas e sem avaliar adequadamente o efeito dessas ações sobre a cidade e a sociedade, priorizando-se a melhoria da condição de vida individual sobre todo um contexto e a memória urbanos.

O crescimento populacional, a expansão da malha urbana, o fomento do movimento migratório em busca de um 'eldorado econômico' onde era possível obter-se uma melhoria de vida, fomentou o aparecimento de conflitos, até então inexistentes. Nesse universo de rápidas transformações, aumentaram-se os vazios urbanos, a especulação imobiliária, a subutilização da infraestrutura urbana e o declínio da qualidade da prestação dos serviços urbanos.

Ocorreram, no mesmo período e pelas mesmas razões, o aumento dos assentamentos informais, das sub-habitações (favelas), reflexo das desigualdades existentes na estrutura socioeconômica e das diferenças nas oportunidades de trabalho e renda.

Os problemas com o fluxo migratório e o rápido crescimento de Campo Grande promoveu uma revisão das políticas públicas e da legislação urbana. Em 1980 foram instituídos dois programas destinados ao financiamento de lotes urbanizados e para a erradicação das sub-habitações²⁷⁸. O PROMORAR e o PROFILURB eram programas do Banco Nacional da Habitação (BNH) que foram estabelecidos em Campo Grande, MS como meio de melhoria da condição da habitação da população de baixa renda.

O PROFILURB e o PROMORAR foram implantados em um momento de abertura política de o governo militar, marcado por acirradas disputas políticas e de uma crise econômica com elevado processo inflacionário, a desvalorização da moeda, desemprego, arrocho salarial e inadimplência dos mutuários com o Sistema Financeiro da Habitação²⁷⁹. O PROFILURB era um programa de financiamento de lotes urbanizados que permitiu que trabalhadores assalariados (com renda de até 5 salários mínimos) tivessem condições para adquirir lotes urbanizados, servidos de redes de infraestrutura urbana e construir suas moradias. O PROMORAR foi criado com a finalidade de erradicar as moradias insalubres, promovendo a "construção de outras

habitações, do estímulo ao desenvolvimento comunitário e do apoio à melhoria da infra-estrutura urbana"²⁸⁰.

Em Campo Grande, MS, a implantação do PROMORAR, diferindo de outros estados do país, não foi realizada para o assentamento das famílias nas áreas de favelas e também não foram utilizados os sistemas de mutirões ou de autoconstrução para a implantação das moradias. O PROMORAR foi implantado como um conjunto habitacional em área de gleba parcelada seguindo as determinações da legislação urbana para o parcelamento do solo.

A Lei n.1913/80 determinava que os empreendimentos fossem caracterizados por uma configuração cujas dimensões mínimas do lote urbano deveriam ser compatíveis com a legislação federal²⁸¹. A taxa de ocupação dos lotes de uso residencial foi ampliada passando de 50% para 60% e a largura mínima das vias era de 9m. Esses empreendimentos seguiriam as determinações do uso do solo e seriam implantados nas zonas de baixa densidade 1 delimitada na Lei de Uso do Solo do Plano de Estruturação Urbana. Os parcelamentos deveriam reservar 20% da área total para implantação de equipamentos comunitários, edificações institucionais, áreas de recreação e essas deveriam possuir tratamento paisagístico, sendo implantadas equipadas e construídas na proporção de 25m² por habitação²⁸².

Conforme a Lei n.1913/80 a implantação dos conjuntos habitacionais ficava condicionada a construção de uma escola de 1º grau e de equipamentos comunitários. Ainda na ocupação dos terrenos era determinado que a vegetação arbórea de maior porte, os bosques e os fundos de vale deveriam ser preservados²⁸³. Até então nenhuma outra legislação havia condicionado a

²⁸⁰ Observa-se que a política habitacional desenvolvida pelo BNH não se restringiu à construção de moradias, mas foi importante para a ampliação da infra-estrutura de cidades. HABITAÇÃO POPULAR: inventário da ação governamental. São Paulo: Finep: Projeto, v.1, 1985, p.94.

²⁸¹ A Lei n.1913/80 as dimensões deveriam ser estabelecidas em conformidade ao que especificava a Lei Federal 6766/79. Na lei Federal 6766/79 as dimensões mínimas eram lotes com área de 125m² e testada de 5m. Contudo vale observar que essas dimensões mínimas adotadas no desenvolvimento dos programas PROMORAR e PROFILURB em Campo Grande, MS, foram implantados lotes com 160m² e testada de 8m. No ano de 1988 houve outra lei (n.2484/88) sobre parcelamentos de interesse social e nela também foram especificadas dimensões superiores àquelas citadas na Lei Federal 6766/79.

²⁸² Lei 1913/80. In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **100 anos de legislação**. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

²⁸³ Art.4º e Art.7º da Lei 1913/80. In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **100 anos de legislação**. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

²⁷⁸ Lei n.1913/80 In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **100 anos de legislação**. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

²⁷⁹ HABITAÇÃO POPULAR: inventário da ação governamental, 1984-1986. São Paulo: Finep: Projeto, v.2, 1986, p.13-20.

construção de moradias e a implantação de parcelamentos à construção de áreas de lazer, de escolas públicas e a preservação da vegetação arbórea remanescente e do fundo de vale.

Para a realização do programa a Prefeitura de Campo Grande contraiu empréstimo junto ao BNH no valor de Cr\$ 360 milhões²⁸⁴. As áreas urbanas escolhidas para a implantação do programa, a despeito do que estabelecia a Lei n.1913/80²⁸⁵, situava-se fora do perímetro urbano, sendo necessária a reformulação da legislação, promovendo a integração das terras ao perímetro urbano, assim como, a ampliação de redes de infra-estrutura. A extensão das redes foi realizada a partir de outra fontes de recurso. As terras escolhidas foram desapropriadas segundo o Decreto Federal n.3365/41²⁸⁶, o qual especifica que a desapropriação de terras é facultada nos casos que se tenha o objetivo de executar “planos de urbanização; o parcelamento do solo, com ou sem edificação, para sua melhor utilização econômica”²⁸⁷.

O PROMORAR em Campo Grande, MS foi utilizado como um meio de financiamento de moradias de uma das três etapas de implantação de um conjunto habitacional construído na primeira metade dos anos 1980²⁸⁸. O Conjunto Habitacional das Moreninhas foi construído a partir de financiamento junto ao BNH. A implantação dos conjuntos decorreu de uma ação do governo estadual realizada através da Companhia de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul. Foram construídas 4 mil moradias, urbanizados 142ha de uma gleba desmembrada da Fazenda Poção do

Lageado e Paraíso. A área escolhida para a implantação do conjunto habitacional situava-se fora do perímetro urbano.

Nos Conjuntos Habitacionais Moreninhas I e II, os lotes tinham tamanho médio de 200m² e testada de 10m²⁸⁹. As vias principais mediam 15m e 20m. As vias locais mediam 10m. As áreas reservadas aos espaços livres de recreação implantadas correspondem a 11,6% da área total da gleba (aproximadamente 17ha). Os espaços livres públicos destinados ao uso institucional foram alocados na região central dos bairros. As áreas destinadas às praças foram alocadas uma pequena parcela na região central e a maior parte na periferia dos conjuntos, sendo que o tamanho médio delas era de 3,2ha.

No Conjunto Moreninha III o parcelamento do solo foi configurado com dimensões menores que as etapas I e II. Os lotes mediam 160m² (testada de 8m), as quadras possuíam largura de 40m e comprimento variando entre 72m a 144m. O sistema viário era mais diversificado sendo composto por ruas locais com 8m, 10m, 12m e as vias principais com 16m e 20m. A diversificação dimensional também foi aplicada à configuração das praças. A área total de reserva de espaços livres públicos de recreação foi mais fracionado que a configuração adotada nos Conjuntos Habitacionais Moreninhas I e II. As áreas de reserva de praça variavam de 0,25ha a 2ha. Porém esse dimensionamento permitiu melhor integrá-las à malha viária e alocá-las mais próximas às moradias²⁹⁰. Observa que o Conjunto Moreninha III foi entregue aos moradores sem que as praças fossem urbanizadas.

Nos anos 1990, o espaço livre público de recreação de maior extensão do Conjunto Moreninha III (2ha) foi invadido. Essa ocupação foi regularizada pelo município. Após a conclusão da construção do Parque Jacques da Luz no ano 2002, as áreas de reserva de praça dos conjuntos Moreninhas I e II também foram parceladas e ocupadas com moradia (Figuras 4.2 e 4.3).

²⁸⁴ Art.12º. da Lei 1913/80. In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **100 anos de legislação**. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

²⁸⁵ Lei n 1913/80 determinava seriam as glebas e terrenos servidos por infra-estrutura e serviços urbanos

²⁸⁶ A Lei n.1913/80 cita como referência para as desapropriações a Lei Federal 6602/78. Porém em consulta a lei federal e ao artigo citados na Lei municipal 1913/80, constata que o processo de desapropriação de terras é regulamentado pelo Decreto Federal n.3345/41. In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **100 anos de legislação**. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom; e BRASIL. **Lei Federal n.6602 de 7 de dezembro de 1978**, que altera a redação da alínea i do artigo 5º do Decreto-lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, e acrescenta parágrafos ao mesmo artigo. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6602.htm, acesso em janeiro de 2008.

²⁸⁷ BRASIL. **Decreto Federal n.3345, de 21 de junho de 1941**, que dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3365.htm#art5i em acesso em janeiro de 2008.

²⁸⁸ Apenas o Conjunto Habitacional Moreninha III foi implantado pelo PROMORAR.

²⁸⁹ Há lotes com testada maior (13m). Porém eles situam nas vias principais e foram configurados com esse tamanho visando a implantação de estabelecimentos comerciais.

²⁹⁰ O projeto do Conjuntos Habitacionais Moreninhas I e II são de autoria do escritório de arquitetura Celso e Eudes Costa. O projeto do Conjunto Habitacional Moreninha III é de autoria da Arquiteta Vânia Siqueira de Lacerda. As informações descritas a respeito dos conjuntos habitacionais foram obtidas a partir dos memoriais descritivos e das pranchas de implantação dos Conjuntos Habitacionais Moreninhas I, II e III cuja cópia dos originais consta nos anexos de DUTRA, Weruska Costa. **Um estudo das políticas sociais no bairro das Moreninhas**. 2000. Monografia (Relatório final de pesquisa) – Faculdade de História, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2000.

Após a implantação do Parque Jacques da Luz, as áreas reservadas à construção de praças foram parceladas e ocupadas com moradia para população de baixa renda. Apenas no espaço livre público do Conjunto Moreninha I, uma parcela da área ocupada com moradia foi reservada para a implantação de um campo de futebol.

Figura 4.2 – Plano geral dos Conjuntos Habitacionais das Moreninhas I, II e III.

Fonte: Autor adaptado do mapa aerofotogramétrico de Campo Grande, MS escala 1:10.000, levantamento original de 1983 com base atualizada em 1996. In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. *Acervo cartográfico dos loteamentos aprovados em Campo Grande no período de 1940 a 2000*. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, Secretaria Municipal de Controle Urbanístico, Sistema Cartográfico Municipal, 2000.

Figura 4.3 – Ocupação dos Conjuntos Habitacionais das Moreninhas I, II e III.

Fonte: Autor adaptado de Google Image Globe 2008.

Nas áreas institucionais situadas na região central de cada conjunto habitacional foi reservado um espaço livre com um campo de futebol gramado. Os moradores desses conjuntos participam de campeonatos de futebol amador, e a reserva desse espaço respeita essa atividade.

Figura 4.4 – Favela formada em fundo de vale do Córrego Anhanduí em Campo Grande, MS.

Fonte: Acervo Autor.

Com o crescimento acelerado no início dos anos 1980, na expansão urbana surgiram novos bairros, foram criados 22ha/ano de espaços livres públicos de recreação. A celeridade com que foram implantados esses loteamentos não teve a mesma correlação com sua ocupação, ampliando-se a quantidade de lotes vagos e de terras públicas. Mediante a quantidade de áreas verdes criadas na cidade, a falta de um planejamento objetivo quanto ao processo de ocupação dessas áreas²⁹¹, fez com que elas fossem vistas como ociosas e improdutivas²⁹², suscitando formas de ocupação que não correspondeu a sua destinação original. Esse conjunto de aspectos resulta de um rompimento da gestão da administração municipal com as diretrizes estabelecidas pelo planejamento urbano, em favor de um crescimento que privilegia a especulação imobiliária. Concomitante a expansão, houve o crescimento populacional e a demanda por moradia. Nesse processo houve a formação de favelas em várias áreas públicas. No ano de 1984 cerca de 10% dos habitantes de Campo Grande, MS moravam

²⁹¹ Pondera-se que no Plano de Estruturação Urbana houve o planejamento da construção de praças. Contudo não foram especificadas diretrizes quanto ao processo de expansão acelerada dos loteamentos urbanos e da geração de novas áreas públicas de recreação. A interpretação do plano poderia sugerir que com a consolidação da ocupação dos bairros, seria lógico promover a urbanização das áreas reservadas às praças. Contudo, vale reiterar que o Plano de Estruturação Urbana visava promover o *adensamento da área urbana e não o espraiamento* da malha viária e a ampliação dos vazios urbanos, fato esse difundido com a rápida expansão dos loteamentos.

²⁹² A atribuição do termo ocioso à condição das áreas públicas cedidas em comodato foi empregado no relatório da Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários. Cf. Campo Grande (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **Regularização de áreas de favelas [em] Campo Grande: Loteamento Municipal Sayonara**. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande: Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários, [1996].

em favelas²⁹³. Uma realidade construída em meio à expectativa de prosperidade e de desigualdade social (Figura 4.4).

4.2 Invasões e a cessão de terras públicas em comodato

A fim de evitar perda de terras públicas com os processos de invasão e visando disciplinar a ocupação das áreas de reserva do município dotando-as de um fim social, o executivo municipal elaborou a Lei n. 2175/83²⁹⁴. Essa lei autorizava a cessão em comodato²⁹⁵ de áreas públicas pela municipalidade. A cessão em comodato de terras públicas em Campo Grande, MS foi caracterizada como um empréstimo *gratuito e temporário*, destinando-as a produção de hortifrutigranjeiros, a criação de pequenos animais, a implantação de mini-indústrias entre outros tipos de ocupação determinados a critério do executivo municipal²⁹⁶. Era objetivo dessa modalidade de ocupação proporcionar à população de baixa renda um meio para que ela exercesse como comodatário, uma atividade produtiva (por exemplo, com o cultivo de alimentos) melhorando sua condição de vida e renda (Figura 4.5).

Sob o ponto de vista jurídico, Cardoso observa que o comodato era uma “concessão de uso da propriedade pública por tempo determinado, em forma de contrato administrativo entre o poder público e a iniciativa particular, que pode rescindido, desde que haja interesse social”²⁹⁷. Contudo o autor reitera que apesar dessa forma de contrato não era difundida no país, em Israel, ela era uma prática exercida por mais de meio século que permite direcionar investimentos visando ampliar a capacidade produtiva dessas áreas²⁹⁸.

²⁹³ Ibidem.

²⁹⁴ Campo Grande (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **Lei n. 2.175, de 07 de dezembro de 1983**, que autoriza o executivo municipal a dar em comodato áreas públicas da municipalidade e dá outras providências. In: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, n.º 1217 de 9 de dezembro de 1983.

²⁹⁵ O termo *comodato* estabelece que o empréstimo de uma coisa esteja condicionado a um tempo específico e que não pode haver permuta ou substituição dessa coisa por outra da mesma natureza, qualidade, valor ou extensão. Implica ainda que após o término do tempo de cessão o objeto de empréstimo deve ser restituído a origem em condição igual a que havia no ato do início da cessão. Cf. NOVO AURÉLIO: o dicionário da língua portuguesa, dicionário eletrônico do século XXI. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000

²⁹⁶ Campo Grande (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **Lei n. 2.175, de 07 de dezembro de 1983**, que autoriza o executivo municipal a dar em comodato áreas públicas da municipalidade e dá outras providências. In: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, n.º 1217 de 9 de dezembro de 1983.

²⁹⁷ CARDOSO, Isac César N. Z. **A prática do comodato nas terras públicas urbanas como forma de assentamento: o caso de Campo Grande, MS**. Campo Grande, MS: Universidade Católica Dom Bosco, 1996, p.3.

²⁹⁸ Ibidem.

A cessão em comodato incluía todos os espaços livres de uso público (uso institucional e espaços livres de recreação), inclusive as terras públicas situadas junto aos fundos de vale. O tempo convencionado para o empréstimo foi de três anos, podendo o contrato ser renovável por um período igual ou inferior. Após o término do empréstimo, as áreas públicas deveriam ser restituídas ao município. Outro aspecto importante da concessão em comodato é que ela determinava que fosse dada a preferência as pessoas que não possuísem propriedades na área urbana de Campo Grande²⁹⁹.

Após cinco anos de implantação da Lei n.2175/83 praticamente toda área pública situada nos bairros periféricos estava cedida em comodato. A evolução desse processo demonstrou que os bairros, onde elas se localizavam, eram ocupados por uma população de baixa renda, não tinham muitos lotes edificadas e a maioria das vias não era pavimentada. No início da década de 1990, 830ha³⁰⁰ de áreas públicas estavam cedidas a comodatários. Um valor que surpreende, pois corresponde a 90% de todos aos espaços livres públicos de recreação criados entre as décadas de 1960 e 1980 (período de maior expansão das áreas de reserva de espaços livres públicos de recreação em Campo Grande, MS)³⁰¹.

Em 1996, cerca de 1400 famílias estavam cadastradas como comodatários pela Prefeitura de Campo Grande³⁰². Nesse período, o perímetro urbano de Campo Grande, MS era de 33.149ha, metade dessa extensão estava ocupada por loteamentos urbanos, sendo que 4.74ha foram reservados como áreas públicas (13,5% da área parcelada). Desse total, mais da metade das áreas

públicas estava cedida em comodatos (aproximadamente 1.140ha)³⁰³. A medida que se prosseguiu com a expansão dos loteamentos urbanos, do modo correlato foram ampliadas as áreas cedidas em comodato. (Figuras 4.6 e 4.7).

Figura 4.5 – Áreas de comodato e o plantio em fundo de vale em Campo Grande, MS.

Fonte: Acervo Autor.

A difusão desse modo de ocupação dos espaços livres públicos está associada à criação da Secretaria Municipal de Assuntos Fundiários. Implantada em caráter provisório em fevereiro de 1985 e depois efetivada em julho de 1985³⁰⁴, essa secretaria tinha a função de planejar e de conduzir as ações municipais a respeito de favelas e dos comodatos. A dotação orçamentária para a secretaria era pequena se comparado àquelas voltadas para execução de obras e/ou dos serviços urbanos³⁰⁵. Porém ela dispunha dos recursos que provinham da administração do Fundo de Urbanização de Favelas – FUNAF, criado pela Lei n.2223/84³⁰⁶.

²⁹⁹ Campo Grande (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **Lei n. 2.175, de 07 de dezembro de 1983**, que autoriza o executivo municipal a dar em comodato áreas públicas da municipalidade e dá outras providências. In: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, n.1217 de 9 de dezembro de 1983.

³⁰⁰ Essa área correspondia ao total de 935 áreas públicas (tamanho médio por área de 0,9ha). O tamanho médio das áreas cedidas em comodato corresponde a uma dimensão usual em praças de bairro equipadas com quadra poliesportiva, cancha para vôlei de areia, playground, passeios e áreas de convívio. Para maiores informações confira Campo Grande (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **Política fundiária**. Campo Grande, MS: Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários, 1991, p.33.

³⁰¹ Entre os anos 1960 e 1989, foram criadas 920ha de espaços livres públicos de recreação. Cf. PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DE CAMPO GRANDE. Campo Grande, MS: Planurb, 2001, p.30-31.

³⁰² CARDOSO, Isac César N. Z. **A prática do comodato nas terras públicas urbanas como forma de assentamento**: o caso de Campo Grande, MS. Campo Grande, MS: Universidade Católica Dom Bosco, 1996, p.3.

³⁰³ CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Instituto de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente - PLANURB. **Campo Grande**: estrutura urbana, socioeconômica e infra-estrutura e outros dados. Campo Grande, MS: PLANURB, 1998.

³⁰⁴ Lei n.2253/85 e Lei n.2270/85. In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **100 anos de legislação**. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

³⁰⁵ Enquanto que a execução de obras e dos serviços urbanos consumiam cerca de 25% da receita do município, a dotação de recursos para a Secretaria Municipal de Assuntos Fundiários era inferior a 0,5% da receita. Valores contidos na Lei n.2303/85 que estabelece a receita e as despesas do município de Campo Grande, MS para o ano de 1986. In.: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **100 anos de legislação**. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

³⁰⁶ Referência citada na Lei n.2270/85. In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **100 anos de legislação**. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

A Secretaria Municipal de Assuntos Fundiários era composta de três núcleos. O primeiro tinha a função de dar suporte administrativo para a realização das atividades. Os outros dois núcleos tinham funções específicas: um deles se dedicava aos programas relacionados às favelas e o outro aos comodatos. Entre as atividades realizadas pela secretaria desenvolvia-se a avaliação dos assentamentos de favelas, dos tipos de construção, da viabilidade de regularização das áreas invadidas, o levantamento das áreas públicas ('áreas verdes') aptas à cessão em comodato, a caracterização e a avaliação do perfil socioeconômico dos moradores das favelas e das pessoas que se inscreviam no programa de comodato.

A Lei n.2270/83 determinava algumas condições ao desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Assuntos Fundiários, tanto em relação à regularização de favelas quanto à cessão dos comodatos. Para o adequado planejamento e elaboração dos projetos realizados, deveria promover-se a "defesa do patrimônio paisagístico e do meio ambiente [...] observando os interesses de preservação ecológica e paisagística; [exercendo a] fiscalização e [o] controle das normas contratuais firmadas" tanto em relação à cessão das terras públicas e quanto na ocupação das áreas urbanas [grifos nosso]³⁰⁷.

Entretanto o que se observou na prática foi o descumprimento das determinações que constam na Lei n.2270/83. Parte disso pode ser atribuída a falta na Secretaria Municipal de Assuntos Fundiários de uma gestão e de uma estrutura técnica compatíveis com as demandas criadas com os assentamentos de favelas e os comodatos, com a condução dos serviços de assessoramento, de fiscalização e de controle no uso e ocupação das áreas públicas. O serviço da fiscalização foi inoperante no controle da execução dos contratos de comodatos, não exigindo o cumprimento de cláusulas contratuais³⁰⁸ como:

- a) impedir a transferência das terras a outrem;
- b) coibir a edificação de construções "de muito valor e de estrutura irremovível"³⁰⁹;

³⁰⁷ Ibidem.

³⁰⁸ Alguns dos termos contidos no contrato padrão de cessão em comodato e obtidos pela leitura do contrato da Área Verde 'A' da Vila Ieda localizada na esquina da Rua Trindade com rua projetada. Este contrato foi concedido em 11 de junho de 1993 pela Prefeitura de Campo Grande. A cópia do contrato consta nos anexos de CARDOSO, Isac César N. Z. **A prática do comodato nas terras públicas urbanas como forma de assentamento: o caso de Campo Grande, MS.** Campo Grande, MS: Universidade Católica Dom Bosco, 1996.

³⁰⁹ Ibidem.

Figura 4.7 – Relação entre as áreas cedidas em comodato, os lotes vagos e a pavimentação viária em Campo Grande, MS.

Fonte: Autor adaptado de SEHAF 1999.

- c) efetuar a adequada revisão dos contratos de comodato no caso de falecimento do comodatário, promovendo seu cancelamento salvo a manifestação da família à secretaria do interesse em dar continuidade ao contrato;
- d) Em reaver as áreas salvaguardando a administração municipal de indenizar os comodatários pelo uso das terras públicas e pelas benfeitorias introduzidas nessas áreas.

A falta de um acompanhamento adequado pela Secretaria Municipal de Assuntos Fundiários resultou em uma produção incipiente, sem a aplicação de recursos técnicos adequados no cultivo de hortifrutigranjeiros e na implantação de outros sistemas de produção. O cultivo de hortas e pomares promoveu a remoção das matas ciliares, da cobertura arbórea, dos elementos paisagísticos notáveis, transformando-se em um subterfúgio para que o comodatário estabelecesse sua moradia no local. Apesar do contrato de comodato prever que a implantação das construções deveria ter um caráter provisório, na prática isto não foi seguido e em várias áreas públicas foram edificadas construções de alvenaria e de caráter permanente (Figura 4.8 e 4.9).

A construção de edificações nos terrenos de comodato deveriam ter caráter temporário, assim como, ocupar uma pequena extensão da área, deixando a maior parte do terreno livre para o plantio.

Figura 4.8 – Habitação padrão nas áreas cedidas em comodato em Campo Grande, MS.

Fontes: SEHAF, 1999..

A falta de controle sobre as concessões de comodato favoreceu ao desvio de finalidade das terras públicas, passando a serem ocupadas de modo irregular por pequenos estabelecimentos comerciais e alguns casos, sendo comercializadas pelos comodatários.

Figura 4.9 – Edificações comerciais implantadas nas áreas de comodato em Campo Grande, MS.

Fonte: CORREIO DO ESTADO. *Áreas que não voltam mais*: município não tem como indenizar benfeitorias feitas em comodato. Campo Grande, MS: Correio do Estado, 29 de junho de 1999, p.9-A.

Em determinados bairros, as áreas de comodato se transformaram em ‘centros comerciais’, sendo difícil distinguir o que era previsto como área de reserva de praça de uma quadra parcelada com lotes urbanos³¹⁰. Em outros, foram implantadas áreas de lazer e oficinas. O aspecto crítico ao desenvolvimento do comodato foi a comércio das terras públicas feita pelo comodatário em benefício próprio e de terceiros. Apesar da transitoriedade dessas concessões de uso, as áreas públicas foram vendidas. Em entrevista concedida a um jornal, o Secretário Municipal de Assuntos Fundiários afirmou que a “situação de desvio de finalidade é exemplificada por uma área de dez hectares na saída de Três Lagoas, que foi adquirida pelo atual dono em 1989, de um comodatário agora falecido. Cerca de 4,5 hectares já passou a uma construtora”³¹¹ [grifos nosso].

As áreas de comodato, uma vez comercializadas³¹², acabaram por ter sua finalidade alterada. Com a evolução da implantação dos comodatos, o comércio de áreas do município transformou-o em um meio de reintegrar as terras públicas ao mercado imobiliário. O fim social da terra pública, por meio do comodato, se perdeu e foi deturpado. O comodato deixou de ser um meio de melhorar a vida da população de baixa renda ou de dar um fim produtivo à

³¹⁰ CORREIO DO ESTADO. *Áreas que não voltam mais*: município não tem como indenizar benfeitorias feitas em comodato. Campo Grande, MS: Correio do Estado, 29 de junho de 1999, p.9-A.

³¹¹ Ibidem.

³¹² Comércio realizado a revelia do que determina a legislação urbana.

terra pública; foi transformado em um artifício para que empresários, vereadores, comerciantes e outras pessoas que não deveriam ser privilegiadas, tivessem a oportunidade de se apropriar das terras públicas, alocando nelas estabelecimentos comerciais, luxuosas moradias e áreas de lazer particulares³¹³. O comodato acabou por *atender a quem não deveria usufruir dele e a responder por um fim que não competia*.

A expectativa de reversão desse quadro é pouco satisfatória, pois como afirmou o Secretário de Municipal de Assuntos Fundiários, a indenização dos comodatários pelas “benfeitorias realizadas nos imóveis, [...] a julgar pelas edificações e investimentos feitos pelos seus possuidores, o valor é altíssimo, [sendo] *impossível de ressarcimento* pelos cofres públicos”³¹⁴ [grifos nosso].

Poucos contratos de comodato foram questionados publicamente, e isso só foi feito nos casos de maior visibilidade política. Um caso que ilustra esse fato foi a concessão dada (e depois suspensa) a uma empresa fornecedora de combustível para a construção de postos de abastecimentos e a exploração por vinte anos de canteiros de centrais em importantes avenidas da cidade. Essa concessão era parte do acordo entre a Prefeitura de Campo Grande, o Automóvel Clube de Campo Grande e a empresa distribuidora de combustível para a implantação do autódromo internacional na cidade e a reforma da Praça Ary Coelho³¹⁵.

Vereadores da oposição, promotores públicos, arquitetos, a imprensa manifestaram-se contra o acordo estabelecido entre a Prefeitura de Campo Grande, o automóvel clube e a empresa fornecedora de combustível. A polêmica ocupou a manchetes dos jornais no final do ano de 1995 e início de 1996³¹⁶. Naquele momento, a cessão das áreas e a construção do autódromo

foram vetadas, porém a praça foi reformada. Depois, na administração seguinte, a concessão foi retomada, o autódromo foi construído e as áreas públicas foram cedidas à empresa distribuidora implantando-se os postos de combustíveis nas avenidas.

O que se percebeu é que apesar da controvérsia, pouco se fez no sentido dar uma orientação adequada às concessões de comodato. Não foram preservados os princípios³¹⁷ que orientaram inicialmente essa forma de concessão, ao mesmo tempo em que, foram favorecidos os ‘*deshvios de finalidade*’, promovendo-se subtrações no contingente das áreas de reserva do sistema de espaços livres públicos de recreação.

Paralelamente aos comodatos, outro programa contribuiu para a redução do contingente das áreas de reserva do sistema de espaços livres públicos de recreação. Em 1984, com a instituição da Lei n.2223/84 foi criado o Programa de Regularização e Assentamentos de Favelas e o Fundo Municipal de Urbanização de Áreas Faveladas. Seguindo o processo de erradicação do das sub-habitações iniciado com o PROMORAR e o PROFILURB, esse programa foi conduzido visando regularizar as favelas formadas em sua maioria sobre as áreas reservadas ao município nos loteamentos.

Para a realização das regularizações a Lei n.2223/84 ressaltava que as áreas públicas localizadas em fundo de vale, destinadas à preservação paisagística e à implantação de equipamentos públicos, assim como, aquelas de interesse econômico e social que não pudessem ser substituídas por outra de mesma extensão e finalidade, não poderiam ser integradas às áreas reservadas para as regularizações das favelas. Nem sempre isso foi mantido na implantação do programa.

³¹³ CORREIO DO ESTADO. **Áreas que não voltam mais:** município não tem como indenizar benfeitorias feitas em comodato. Campo Grande, MS: Correio do Estado, p.9-A, 29 de junho de 1999.

³¹⁴ Ibidem.

³¹⁵ A proposta de concessão em comodato de área pública, por um tempo específico ou indeterminado, como contrapartida para arrecadar recursos visando a implantação ou reformar praças públicas, parques e áreas de lazer tiveram também por base a Lei n.2818 instituída em 10 de julho de 1991. Confira CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Instituto de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente - PLANURB. **Legislação municipal de interesse ambiental de 1977 a janeiro de 1997**. Campo Grande, MS: Editora da UFMS: PLANURB, v.4C, 1998a, p.84-85.

³¹⁶ Sobre a polêmica da aprovação do Projeto da Lei n.4289/95 que possibilitava um acordo para a construção do Autódromo Internacional de Campo Grande e a lei n.3281/95 que condicionava a reforma da Praça Ary Coelho à cessão de terras públicas a uma empresa distribuidora de combustíveis. Confira as seguintes reportagens: DIÁRIO DA SERRA. **Cessão de áreas municipais gera suspeita:** projeto foi

aprovado pela Câmara mas apresenta aspectos ilegais. Campo Grande, MS, 7 de dezembro de 1995, p.8; DIÁRIO DA SERRA. **Ação popular vai pedir anulação de lei:** concessão das áreas pela prefeitura é considerada inconstitucional. Campo Grande, MS, 8 de dezembro de 1995, p.8; DIÁRIO DA SERRA. **Velocidade suspeita.** Campo Grande, MS, 8 de dezembro de 1995; DIÁRIO DA SERRA. **Cessão de áreas via gerar prejuízos.** Campo Grande, MS, 9 de dezembro de 1995; DIÁRIO DA SERRA. **Promotoria pede explicação a Juvêncio:** a controvertida cessão das áreas pela prefeitura fica mais complicada. Campo Grande, MS, 12 de dezembro de 1995, p.8; DIÁRIO DA SERRA. **Prefeito pode rever cessão de áreas:** Juvêncio da Fonseca está preocupado com as repercussões negativas. Campo Grande, MS, 5 de janeiro de 1996; DIÁRIO DA SERRA. **Juvêncio cancela a troca de áreas por autódromo.** Campo Grande, MS, 13 de janeiro de 1996, p.A6.

³¹⁷ Entre eles: dar uma função social ao uso da terra pública, preservar o meio ambiente, os aspectos e os elementos importantes da paisagem.

Na época foram regularizadas as favelas da Vila Nhandá (3,6ha)³¹⁸, situada em parte do terreno reservado para a implantação do Parque Anhanduí³¹⁹, e dois anos depois, as favelas do Beco da Liberdade, da Vila Piratininga e do Bairro Guanandy. No caso do bairro Piratininga a área pública, situada na esquina da Avenida das Bandeiras com a Rua Porfírio Brito, foi regularizada como favela. A redução dos espaços livres públicos de recreação decorrentes dessa regularização não foi compensada com uma ação posterior do município. De modo similar no bairro Guanandy, a área pública foi apenas subtraída do contingente de espaços livres públicos do bairro, sem haver qualquer medida compensatória realizada de forma objetiva. Ainda, ela situava em junto ao fundo de vale do Córrego Anhanduí. Apesar disso, a ocupação de favela foi regularizada. Um atenuante a essas perdas foi a construção de um parque esportivo no ano de 1993 situado a uma distância média de 1,5km desses bairros. O Beco da Liberdade, localizado próximo ao Conjunto Habitacional da Estrela do Sul, situava-se numa porção mais alta do sítio e distante do fundo de vale, porém a redução das áreas públicas do Jardim Imperial também não foi compensada.

Entre os anos de 1983 e 1985 entorno de 4,2ha de áreas públicas foram doadas ou tiveram sua destinação alterada para outra finalidade. Entre os anos de 1986 e 1988 foram 9ha. No período de 1983 a 1985 a regularização de favelas foi o principal fator de alteração de uso dos espaços livres públicos (entorno de 40%). Enquanto que na administração subsequente (1986 a 1988), a principal mudança de destinação dos espaços livres públicos de recreação foi orientada para a construção de escolas públicas (82% do total das áreas). Nesse mesmo período, a regularização de favelas foi o terceiro fator no total de áreas públicas desafetadas. (Figuras 4.10 e 4.11).

Com as mudanças de finalidade os espaços livres de recreação, nos anos de 1983 a 1988, o maior beneficiado com essa ação não foram os moradores de favela, e sim o governo do estado. O maior contingente de áreas desafetadas foi destinada ao governo do estado sendo utilizada para construção de creches, escolas e outras edificações de uso público (Figuras 4.12 e 4.13). Isso caracteriza uma ação do governo do estado atuando

³¹⁸ Equivale a 4% da área total do Parque do Anhanduí (88ha). O Parque do Anhanduí não foi implantado como fora planejado, apenas o Ginásio do Guanandizão foi construído. A área ocupada pela favela da Vila Nhandá possui praticamente a mesma extensão da área esportiva ocupada pelo Ginásio do Guanandizão.

³¹⁹ Parque previsto no Plano de Estruturação Urbana elaborado por Jaime Lerner. Esse parque situava no fundo de vale do Córrego Anhanduí. A favela

diretamente no processo de urbanização da capital, ampliando a infraestrutura social e a melhoria da condição de vida na cidade.

Figura 4.10 – Destinação dos espaços livres públicos em Campo Grande, MS reservados à implantação de praças e desafetados para ocupação com outros usos – 1983 a 1985.

Fonte: Leis ordinárias de janeiro de 1986 a dezembro de 1988. In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **100 anos de legislação**. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

Figura 4.11 – Destinação dos espaços livres públicos em Campo Grande, MS reservados à implantação de praças e desafetados para ocupação com outros usos – 1986 a 1988.

Fonte: Leis ordinárias de janeiro de 1986 a dezembro de 1988. In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **100 anos de legislação**. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

Figura 4.12 – Destinação dos espaços livres públicos em Campo Grande, MS reservados à implantação de praças e desafetados para ocupação com outros usos – 1983 a 1985.

Fonte: Leis ordinárias de janeiro de 1986 a dezembro de 1988. In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. 100 anos de legislação. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

Figura 4.13 – Destinação dos espaços livres públicos em Campo Grande, MS reservados à implantação de praças e desafetados para ocupação com outros usos – 1983 a 1985.

Fonte: Leis ordinárias de janeiro de 1986 a dezembro de 1988. In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. 100 anos de legislação. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

4.3 Mudanças administrativas e as ações nos espaços livres públicos de recreação

Em 1985, com a expansão urbana, as demandas a respeito da administração da cidade tornaram mais complexas. Visando tornar mais compatível a estrutura administrativa da prefeitura com a realidade foi instituída a Lei n.2253/85³²⁰. Com essa lei, as secretarias municipais foram subdivididas em secretarias-fins, aquelas responsáveis pela execução dos planos e a implantação de programas e projetos, e as secretarias de apoio, que dão suporte ao funcionamento da estrutura administrativa como um todo.

No âmbito das secretarias-fins, a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos teve sua estrutura desmembrada dando origem a dois novos órgãos: a Secretaria Municipal de Controle Urbanístico (SEMUR) e a Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SESEP). Outra secretaria foi criada, a Secretaria Municipal de Cultura e Esporte. Na reformulação implantada, a Secretaria Municipal de Planejamento foi caracterizada como um órgão de assessoramento do executivo municipal.

Com a alteração da estrutura administrativa, a Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SESEP) foi caracterizada como o principal órgão responsável pela gestão do sistema de espaços livres públicos de recreação e as áreas de reserva do município. A ela foi atribuída a responsabilidade pela produção de mudas, a limpeza urbana, a manutenção de praças, jardins, áreas verdes e fundos de vale, execução de serviços de jardinagem e de arborização, a elaboração de projetos dos espaços livres públicos, o controle e elaboração de planos a respeito do trânsito urbano e do transporte público, entre outros aspectos. A estrutura funcional da secretaria era composta por três departamentos: Serviços Públicos, Transporte e Trânsito e Limpeza Urbana e Paisagismo. O Serviço de Parques e Jardins foi alocado no Departamento de Limpeza e Paisagismo.

As ações sobre os espaços livres públicos de recreação não foi uma atribuição exclusiva da SESEP, elas integraram o conjunto de ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Obras (SEMOB), pela Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN), pela Secretaria Municipal de Assuntos Fundiários (SEAF) e pela Secretaria Municipal de Cultura e Esporte (SEMCE). As diretrizes gerais resultaram das ações de planejamento elaboradas pela SEPLAN, a implantação e a reforma de praças foram realizadas em conjunto com a SEMOB, e as políticas

³²⁰ CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. 100 anos de legislação. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

de dinamização das áreas urbanizadas, com a promoção de eventos culturais e esportivos ficaram sob a responsabilidade da SEMCE. As ações da SEAF foram comentadas anteriormente e elas se relacionaram a regularização de favelas e a difusão da cessão de áreas públicas em comodato.

4.3.1 Os Centros Esportivos Comunitários e as praças urbanizadas até 1985

No ano de 1985 a ação mais significativa foi a implantação dos Centros Esportivos Comunitários (CEC) (Figuras 4.14 e 4.15). Foram construídos CEC em seis bairros da cidade³²¹, caracterizados por serem periféricos e ocupados por uma população de média e baixa rendas e malha viária sem pavimentação. A estrutura implantada era composta por um campo de futebol de chão batido, cancha de vôlei de areia, pista de cooper e vestiários. O elemento dominante na configuração do traçado dos CEC era o campo de futebol, a partir do qual o traçado era elaborado e os demais equipamentos eram implantados. Atribui-se a definição do programa e do partido dos CEC, às atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) no Estádio Belmar Fidalgo.

Com a inauguração do Estádio Pedro Pedrossian (situado na UFMS), as principais atividades esportivas do Estádio Belmar Fidalgo foram transferidas para estádio construído no campus universitário. Com isso, o Estádio Belmar Fidalgo entrou em declínio, as arquibancadas de madeira foram desgastadas pelo tempo, e pouco a pouco, a estrutura de apoio foi removida.

Com a Rede Municipal de Ensino (REME) necessitando de um espaço para realizar o treinamento dos alunos na prática do atletismo, considerando também que essa área fosse acessível pelo sistema de transporte coletivo, a Prefeitura de Campo Grande, MS promoveu a recuperação parcial do Estádio Belmar Fidalgo, reformando a pista de corrida ao redor do campo de futebol, instalando gradis de proteção para o arremesso de peso e de dardos, e construindo dois campos de vôlei de areia e pistas de salto. Posteriormente, foi removido o muro de proteção ao redor do estádio, assim, as atividades desenvolvidas pelos alunos tornaram-se ‘visíveis’ ao pedestre das ruas do entorno.

À medida que as atividades foram sendo desenvolvidas pelos alunos da REME, de modo espontâneo, a população passou a usufruir da pista (nos intervalos das aulas) para o desenvolvimento de caminhadas. Esse uso

caracterizou o estádio como uma área atrativa para a população e para o passeio. O sucesso com a apreensão do Estádio Belmar Fidalgo, fez com que a administração municipal promovesse a reprodução dessa estrutura como um modelo, passando a construir os CEC nos bairros populares e distantes do centro da cidade. Entretanto há de observar que essa reprodução careceu de melhor planejamento e execução.

Alguns fatores contribuíram para que o uso dos CEC tivesse curta duração. Um primeiro aspecto fundamental foi a falta de regularidade na manutenção dos CEC. Após a inauguração dos espaços livres não houve investimento no sentido de preservar a estrutura implantada. Este aspecto foi agravado pelo fato de que o material construtivo empregado era de baixa resistência à ação do tempo. Outro aspecto importante é que no projeto não previu a implantação de áreas de convívio com bancos, mesas ou outros tipos de mobiliário que permitissem a permanência das pessoas no local. Logo as pessoas que usavam os CEC, se restringiam exclusivamente as atividades esportivas. O projeto original também não previu nenhuma forma de proteção solar ou elemento de sombreamento. O plantio arbóreo foi realizado em ação posterior, decorrente das ações da administração seguinte. Também não houve plantio ornamental nem de gramados. A condição de uso desses espaços era pouco satisfatória, um lugar exposto à poeira e ao calor. Com a evolução do uso, houve um rápido declínio da frequência das pessoas aos CEC. Após o desgaste da estrutura, em algumas áreas a prefeitura removeu os vestígios remanescentes dos elementos construídos.

Paralelo a construção dos CEC, foi implantada a Praça do bairro Guanandy. Situada em local onde era previsto no Plano de Estruturação Urbana a implantação de ponto de encontro de bairro, a praça foi construída contendo seguintes equipamentos: teatro de arena, playground, pista de caminhada e um campo de futebol. O traçado era composto por formas geométricas, adotando-se o hexágono como a forma base na configuração dos espaços. O mobiliário era composto por bancos e algumas luminárias e o plantio ornamental por espécies vegetais de clima tropical. Esse plantio foi realizado como meio de demarcação da paisagem, sendo implantado nos canteiros centrais e nas jardineiras ao redor do teatro de arena (Figura 4.16).

³²¹ Os bairros nos quais foram implantados os CEC são os seguintes; Jardim Anache, Vila Cidade Morena, Jardim Tatumã, Jardim Panamá, Vila Frederico Portinho Pache e Vila Antunes.

- LEGENDA
- 1 Cancha de vôlei de areia
 - 2 Quadra Poliesportiva
 - 3 Vestiário
 - 4 Pista de Atletismo
 - 5 Lançamento de Disco
 - 6 Campo de Futebol
 - 7 Lançamento de Dardo

Figura 4.14 – Centro Esportivo Comunitário do Jardim Panamá - 1985.

Fonte: Autor a partir de CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL).. Prefeitura Municipal. *Levantamento paisagístico de Campo Grande*. Campo Grande, MS: Secretaria Municipal de Serviços Públicos, 1986.

Em 2008, apenas o plantio arbóreo do comodato permaneceu. Nenhum dos equipamentos construídos na época de implantação do CEC resistiu a ação do tempo e o desgaste pelo uso. Não houve a manutenção da infra-estrutura implantada em 1986. A área pública continua sendo utilizada para jogos de futebol (campo de pelada).

Figura 4.15 – Situação da Centro Esportivo Comunitário do Jardim Panamá - 2008.

Fonte: Autor adaptado de Google Image Globe 2008.

LEGENDA

- 1 Pista de caminhada
- 2 Áreas de estar
- 3 Teatro de arena
- 4 Playground
- 5 Arquibancada
- 6 Campo de futebol

Figura 4.16 – Praça do bairro Guanandy em Campo Grande, MS.

Fonte: Autor a partir do acervo de projetos da Secretaria Municipal de Serviços Públicos SESEP (1996).

A manutenção da praça do bairro Guanandy teve a frequência reduzida com a mudança de administração na prefeitura. Ela foi regular apenas nos dois anos que sucederam a construção da praça. Após esse período, houve a deterioração dos elementos implantados, com a rápida destruição dos equipamentos de recreação infantil. Esse aspecto também se atribui às ações de vandalismo. A falta de fiscalização na praça favoreceu o uso inadequado dos equipamentos e sua respectiva destruição. As reformas na praça foram esporádicas. A principal alteração ocorreu em meados da década de 1990, promovendo-se a remoção do playground para a implantação no mesmo local de uma concha de vôlei de areia, reforçando a característica de praça esportiva e voltada para um público adulto e juvenil.

A implantação dos CEC e a construção da Praça do Guanandy são obras demarcaram a política definida pela administração entre os anos de 1983 a 1985. Nesse período priorizou-se a urbanização de praças esportivas para população de baixa renda. Uma exceção a essa política, foi a implantação da Praça do Itanhangá Park. Construída na mesma gestão³²², a praça teve o projeto elaborado por um escritório de arquitetura. Em relação ao projeto da praça tanto a sua situação na área urbana quanto o programa divergem do modelo adotado nos CEC e na Praça do Guanandy.

A Praça do Itanhangá Park foi implantada sobre área alagadiça do fundo de vale do Córrego Vendas (Região Urbana do Centro), em área prevista pelo Plano de Estruturação Urbana indicada para a construção de parques lineares (Figuras 4.17 a 4.18). Apesar da extensão ocupada pela praça (1,8ha) ser mais comum às praças urbanas, a morfologia do traçado e a composição espacial reproduz a ideia de parque linear representado no Plano de Estruturação Urbana, caracterizado pela presença eventual de elementos construídos e o predomínio do elemento vegetal na configuração dos espaços. Entre os espaços livres públicos de recreação construídos após a implantação do Plano de Estruturação Urbana, a Praça do Itanhangá Park é a que melhor expressa a urbanização idealizada para esses espaços livres em Campo Grande, MS.

A Praça do Itanhangá Park foi concebida como um espaço de passeio de caráter bucólico e destinado à contemplação da paisagem. Os passeios são formados por caminhos sinuosos, revestidos com piso

Figura 4.17 – Regato na Praça do Itanhangá Park em Campo Grande, MS.

Fonte: Acervo autor.

Figura 4.18 – Playground na Praça do Itanhangá Park em Campo Grande, MS.

Fonte: Acervo autor.

³²² Observa-se que a praça do Itanhangá Park foi construído no início da administração 1983-1985, antecedendo implantação dos CEC e da Praça do bairro Guanady.

compactado de pedrisco e pó-de-pedra. Nos trechos em que havia a mudança de cota no terreno, os elementos de passagem foram construídos com dormentes de madeira. O uso da madeira também foi empregado na construção de bancos, pontes, quiosques recobertos por palha seca e área de recreação infantil. No playground, os brinquedos pré-fabricados, construídos utilizando eucalipto tratado.

Entre os elementos arquitetônicos, a implantação de um coreto foi utilizada como um artifício para a demarcação da paisagem. Denotando uma clara referência à construção de um cenário, o coreto foi um intento lúdico de retorno simbólico ao passado pela reintrodução de elementos arquitetônicos e de usos característicos nas praças urbanas brasileiras da primeira metade do século XX. Na prática o coreto foi pouco utilizado. A apresentação de retretas foi rara. Porém ele, e a praça como um todo, foram utilizados como cenário para registros de casamentos e do lazer cotidiano das pessoas.

Visando adequar o terreno úmido e o afloramento do lençol freático, em toda extensão da praça foi implantado um sistema de drenagem, construído a partir de camadas alternadas de palha de palmeira e aterro. Na modelagem do terreno foram estabelecidos eixos de drenagem que, com o auxílio de bambus alocados no fundo do leito, auxiliaram na condução da água do subsolo para porções específicas da praça. Com o sistema de drenagem foram construídos um espelho d'água e um regato. Após a conclusão da obra, o regato em curto período de tempo passou a ser habitado por pequenos peixes.

O plantio vegetal foi o principal elemento utilizado na composição espacial. As espécies vegetais introduzidas são nativas da região e do estado de Mato Grosso do Sul. No plantio arbóreo foram preservadas as árvores características do fundo de vale do Córrego Vendas e de Campo Grande (Farinha-Seca, Embaúba, Pimenta-de-Macaco entre outras), foram inseridas algumas espécies típicas do Pantanal e de matas ciliares dos rios do estado (como o Pau-Formiga, a Paineira-Rosa e o Babaçu). Associada a esse plantio, foram introduzidas espécies exóticas de grande apelo ornamental e algumas adaptadas à condição de solo úmido. Foram plantadas Congeas, Talipots, Roseiras, Azaléias, Imbés, Jamins-do-Brejo, Primavera, Caliândras, Chapéu-Chinês, Capim-dos-Pampas, Lucas, Palmeiras-Rabo-de-Peixe e Bauhinias. Em geral eram espécies floríferas, de morfologia diferenciada e, às vezes, de aroma marcante. Na composição do plantio também foram inseridas espécies frutíferas (como Jamelão e Jenipapo). Elas foram introduzidas com o objetivo de ser atrativos para a avifauna (Figuras 4.19).

Figura 4.19 – Jardins da Praça do Itanhangá Park em Campo Grande, MS.

Fonte: Acervo autor.

A Praça do Itanhangá Park tornou-se um lugar peculiar e de caráter excepcional na paisagem urbana de Campo Grande, MS. Apesar de ter sido planejada e projetada para ser uma praça de bairro, destinada ao atendimento de uma vizinhança, o seu traçado diferenciado propiciou que ela exercesse um atrativo na maior parte da população da cidade, constituindo-se em um local para o passeio e apropriada pelos moradores de diferentes bairros da cidade.

A diretriz política adotada na aplicação dos recursos na obra da Praça do Itanhangá Park difere dos CEC. Considerando a dotação de recursos por obra, proporcionalmente houve maior investimento no Itanhangá Park do que nos bairros onde foram implantados os CEC. Na obra do Itanhangá Park, o projeto é constituído dos elementos arquitetônicos melhor elaborados. Nos CEC, excetuando as áreas de jogos, não foram implantados espaços de convivência, enquanto que no Itanhangá Park esses espaços são projetados com maior riqueza de detalhes. Outro fator diferencial foi a resistência dos materiais ao uso intenso e ao desgaste do tempo. Na no Itanhangá Park priorizou-se o uso de materiais mais resistentes. O plantio vegetal foi outro fator diferencial, sendo implantado apenas na Praça do Itanhangá, proporcionando a configuração de espaços mais agradáveis para a permanência do usuário. No

Itanhangá Park o plantio não foi um mero complemento de projeto, mas o elemento estrutural de configuração dos espaços, uma estratégia justificada pela ocupação de um fundo de vale.

Avaliando-se a diferença de diretrizes entre as áreas constatou-se que para população de maior renda, a estratégia foi eleger um bairro e concentrar os recursos em uma única área. Nos bairros mais populares, a diretriz foi atender a maior quantidade de público em detrimento da qualidade e da durabilidade do espaço arquitetônico construído. Os CEC foram obras para o atendimento de um momento político sem a preocupação com a sua persistência no tempo. Não se pode afirmar que a Praça do Itanhangá também não tenha respondido a demanda de um momento político, mas a concentração de recursos possibilitou configurar um espaço durável, mais rico de atributos arquitetônicos e por isso mais atrativo à população. Tal fato não pode ser reduzido à questão da renda da população, pois como se verificou no bairro Guanandy, quando há uma melhor relação entre a aplicação do recurso e a qualidade do espaço construído, o resultado obtido com a urbanização do espaço livre público é mais positivo.

4.3.2 A expansão das praças urbanas após as eleições diretas de 1985

4.3.2.1 Planejamento e a execução de obras

Em 1986, após sete anos de implantação do Estado de Mato Grosso do Sul e depois de uma seqüência de oito diferentes administrações municipais nomeadas pelo executivo estadual, assumiu o primeiro Prefeito de Campo Grande, MS eleito por meio do voto direto. Com essa administração, houve uma dinamização da estrutura administrativa, melhorando-se execução dos serviços relativos às praças, jardins e outros espaços livres públicos de recreação. Investiu-se em infra-estrutura (pessoal e maquinário) para a manutenção desses espaços, na elaboração de projeto e de planejamento, no manejo do plantio ornamental e da arborização urbana.

No ano de 1986, duas ações merecem destaque. A primeira foi a reformulação do Obelisco. Situado na confluência da Avenida Afonso Pena e a Rua Jose Antônio, o monumento histórico é também um marco urbano. A reforma do Obelisco foi realizada visando adequar o cruzamento viário à

melhoria do tráfego na região³²³. O projeto implantado promoveu a retirada da escadaria que demarcava a base do monumento, para a construção de uma passagem de automóveis e a implantação de área de contemplação. A configuração do traçado por meio de formas geométricas e o material empregado na construção do mobiliário (concreto aparente) e na pavimentação do piso (pedra portuguesa) remetem ao estilo de projeto modernista³²⁴. A proposta implanta foi a solução encontrada para melhoria do tráfego e a preservação do monumento.

A segunda ação – o Levantamento Paisagístico de Campo Grande, MS³²⁵ – foi um trabalho com menor visibilidade política imediata, porém gerou subsídios para ações posteriores. Por intermédio desse levantamento, promoveu-se a avaliação das áreas verdes da cidade e da arborização urbana visando estruturar as ações de planejamento e de projeto. Como decorrência direta desse trabalho foi realizada projetos de arborização nas favelas regularizadas e nos CEC implantados. Nas favelas³²⁶, além do plantio arbóreo nas vias, foram implantadas áreas de recreação infantil nos espaços livres remanescentes da regularização das moradias. Eram áreas de pequena extensão, sendo introduzidos alguns brinquedos e áreas de convívio com bancos.

A evolução do trabalho conduziu para a elaboração de projetos e a implantação de praças de bairros³²⁷. Os primeiros projetos foram desenvolvidos em terrenos com área inferior a 0,2ha, sendo composto por áreas de convívio e playgrounds. Posteriormente, a destinação de recursos foi ampliada, intervindo em áreas com tamanho superior (0,5ha a 2ha). Foram construídas as praças esportivas, configuradas por um programa composto de quadras poliesportivas,

³²³ EXECUTIVO FISCAL. **Obelisco agora é monumento e incluindo área de contemplação**. Campo Grande, MS, n.26, jul., 1986, p.7-9.

³²⁴ MACEDO, Sílvia Soares. **Quadro do Paisagismo no Brasil**. São Paulo: Sílvia Soares Macedo, 1999.

³²⁵ CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **Levantamento paisagístico de Campo Grande**. Campo Grande, MS: Secretaria Municipal de Serviços Públicos, 1986

³²⁶ As favelas onde foram implantados o plantio de árvores são as seguintes: Aero Rancho II, Beco da Liberdade, Guanandy, Mata do Jacinto, Nacional, Piratininga e Tarumã.

³²⁷ O planejamento realizado previu a urbanização de doze praças, porém apenas nove áreas foram implantadas. Conjuntos habitacionais e bairros em que foram urbanizadas as praças no ano de 1986: Coopharádio, Coophafé, Coophasul, Coophavila II, Jardim Autonomista, Jardim TV Morena, Santo Amaro, Vila Carlota, Vila Santa Rosa. Bairros em que houve a elaboração de projeto, mas a execução das praças não foi realizada: Boa Vista, Vila Santo Afonso (Praça Amélio Carvalho Baís), Coronel Antonino (Praça Marechal Osório).

canchas de vôlei de areia, equipamentos de recreação infantil, áreas de estar e passeios. Em duas praças foram construídas pista de bicicross, mas este tipo de construção teve um caráter excepcional na delimitação dos projetos. Associada a construção dos equipamentos foi realizado plantio arbóreo e de vegetação ornamental (Figuras 4.20 a 4.23). O plantio arbóreo visou o sombreamento dos passeios e a ornamentação da paisagem. As espécies utilizadas são floríferas e comuns ao plantio na arborização urbana³²⁸. As árvores existentes nos terrenos das praças foram preservadas. Associadas às árvores foram introduzidas espécies arbustivas e herbáceas, mas esse plantio teve curta duração. A manutenção do plantio ocorreu de modo regular por um período inicial de dois meses, depois essa manutenção ocorreu em períodos superiores a seis meses.

Figura 4.21 – Praça Heitor Medeiros na Coopfaté em Campo Grande, MS.

Fonte: Acervo autor.

- LEGENDA
- 1 Área de convívio com pergolado
 - 2 Quadra poliesportiva
 - 3 Edifício público
 - 4 Playground
 - 5 Vôlei de areia
 - 6 Bicicross

Figura 4.20 – Implantação da Praça Heitor Medeiros na Coopfaté em Campo Grande, MS.

Fonte: Autor.

Figura 4.22 – Implantação da Praça dos Eucaliptos na Vila Carlota em Campo Grande, MS.

Fonte: Acervo QUAPÁ, 2000.

³²⁸ Algumas das espécies plantadas: quaresmeira, ipês, cássias, flamboyants, paineiras, guapuruvus, oitis. As espécies de grande porte foram introduzidas em canteiros onde havia espaço apropriado ao desenvolvimento das árvores.

Figura 4.23 – Praça dos Eucaliptos na Vila Carlota em Campo Grande, MS.

Fonte: Acervo autor.

A capacidade de ação das equipes de campo³²⁹ não permitia que a manutenção das praças fosse realizada com uma regularidade maior. Além das praças, essas equipes faziam a conservação e a limpeza dos canteiros centrais das avenidas e o manejo da arborização urbana das vias públicas. Nessa época a extensão das áreas de atuação das equipes era de 100ha³³⁰. A maior parte da área de manutenção (57%) era formada pelos canteiros de avenida. A extensão restante compreendia cerca de 70 diferentes espaços livres públicos formados por praças e jardins de articulação do sistema viário³³¹. Apenas considerando o percurso realizado para a manutenção dos canteiros das avenidas, as equipes percorriam uma distância superior a 40km³³². Em relação à arborização urbana, a extensão percorrida ampliava e

³²⁹ Cada equipe de campo era composta por um encarregado e de seis a nove trabalhadores que atuavam nos serviços de poda, manejo e preparo do solo, adubação das plantas, controle de pragas e limpeza das áreas.

³³⁰ Valor determinado considerando as praças e avenidas urbanizadas até o ano de 1986 e que constavam do relatório de serviço para a manutenção de canteiros e praças. Confira CAMPO GRANDE (Mato Grosso do Sul). Prefeitura Municipal. **Quantificação em metros quadrados (m2) de canteiros de avenidas a serem empreitadas**. Campo Grande, MS: Secretaria Municipal de Serviços Públicos, maio, 1990a; e CAMPO GRANDE (Mato Grosso do Sul). Prefeitura Municipal. **Relação de praças e áreas de lazer**. Campo Grande, MS: Secretaria Municipal de Serviços Públicos, maio, 1990b.

³³¹ Idem.

³³² Valor aproximado definido pela somatória das extensões das avenidas consideradas nos serviços de manutenção. Cálculo realizado a partir de CAMPO GRANDE (Mato Grosso do Sul). Prefeitura Municipal. **Quantificação em metros quadrados (m2) de canteiros de avenidas a serem empreitadas**. Campo Grande, MS: Secretaria Municipal de Serviços Públicos, maio, 1990a.

era superior a 800km de vias³³³. Com esse contingente para ser atendido, o intervalo entre as ações nas praças era de seis meses a um ano.

Associado a limitação das equipes de campo, havia outro fator a ser considerado: a disponibilidade maquinário e de veículos de transporte para o trabalho de campo. A ação das equipes de manutenção das praças desenvolvia de modo articulado com a execução dos serviços de limpeza pública (varrição das vias) e com as equipes de manutenção do sistema viário da Secretaria Municipal de Obras Públicas. Conforme a prioridade dada a realização dos serviços é que era atendida as demandas de manutenção das praças. Os problemas que ocorriam no intervalo das visitas não eram solucionados e as plantas pereciam.

O principal problema com a conservação das mudas foi a falta de regularidade das regas no inverno. Com a estiagem, as espécies menos resistentes morriam em função baixa umidade no solo. Outros dois fatores contribuíram para o declínio do estado fitossanitário das plantas: a falta de adubação e o controle de pragas. Sem adubação o desenvolvimento das plantas era lento e também tornando-as suscetíveis a ação de pragas. As mudas que pereciam eram eventualmente substituídas por outras da mesma espécie e por um tipo similar. A substituição das plantas estava condicionada a produção do viveiro municipal³³⁴, e essa produção nem sempre correspondia ao que era introduzido com a urbanização das praças. A reposição das mudas gerou uma perda na diversidade de espécies vegetais e no total de mudas plantadas.

No ano de 1987, o processo de planejamento e de projeto de praças foi semelhante ao ano de 1986. Foram elaborados 12 projetos e implantadas 6 praças e reformada a Praça Oshiro Takemori (Mercado Público)³³⁵ (Figuras 4.24 e 4.25). Entre as áreas escolhidas, predominou a urbanização dos espaços livres

³³³ Valor determinado a partir da extensão total das vias pavimentadas em Campo Grande, MS em 1988 era de 868km (equivalente a 32,6% do total de vias existentes). Valor obtido a partir de PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DE CAMPO GRANDE. Campo Grande, MS: Planurb, 1988.

³³⁴ O Horto Florestal da Vila Popular era o local de produção de mudas pela Prefeitura de Campo Grande, MS. A área tinha a extensão de 9ha e estava situado no fundo de vale do Córrego Imbirussu. No horto foram produzidas mudas de árvores, palmeiras e espécies ornamentais (herbáceas, forrações e arbustivas). Essas espécies eram destinadas à conservação e expansão da arborização urbana e do plantio em praças e canteiros centrais.

³³⁵ Foram implantadas as seguintes áreas: Praça dos Eucaliptos (denominada depois de Praça do Preto Velho), Praça do Conjunto Residencial Flamboyant, Praça Estevão Alves Ribeiro (Vila Piratininga), Praça do bairro Universitária II, Praça do Conjunto Residencial Afrânio Fialho de Figueiredo, Praça da Nova Ipanema. Foi reformada a Praça Oshiro Takemori (Mercado Público Municipal).

público em conjuntos habitacionais. O programa padrão era constituído de passeios, áreas de convívio, playground e quadras poliesportivas. No bairro das Universitárias II, ao invés de construir a quadra poliesportiva, foi implantado um campo de futebol. Nas praças da Vila Piratininga e do Conjunto Residencial Flamboyant, a quadra poliesportiva não foi construída em função da dimensão do terreno, que por ser pequeno, impediu a implantação desse equipamento.

Observa-se que nos projetos implantados tanto o programa quanto o traçado guarda uma semelhança com tipos de praça configurados no Plano de Estruturação Urbana (Figuras 4.26 a 4.29). A praça é compreendida como espaço de passagem e como local de convívio, reservando locais de permanência das pessoas equipados com bancos e mesas, e protegidos por plantio arbóreo e ornamental. O traçado é composto por eixos poligonais e os caminhos internos das praças servem com elemento de conexão das principais vias do entorno.

Os projetos foram desenvolvidos a partir da idéia de um tipo padrão de praça, definindo-se um programa tal que atendesse as diferentes faixas etárias da população e partindo do pressuposto que o principal atrativo dessas praças eram as atividades de recreação infantil e os jogos. As áreas de convivência e a contemplação da paisagem tinham um papel secundário. Observa-se que não houve uma apresentação prévia dos projetos aos moradores dos bairros para discussão dos programas ou da concepção arquitetônica dos espaços. Os projetos foram definidos considerando apenas os critérios e os pressupostos citados além da avaliação das características do sítio, como por exemplo, a existência de vegetação, a topografia, a extensão da área, o parcelamento do solo, o tráfego viário.

Figura 4.25 – Praça Oshiro Takemori em Campo Grande, MS.

Fonte: Acervo autor.

Figura 4.24 – Praça do Conjunto Afrânio Fialho de Figueiredo em Campo Grande, MS.

Fonte: Acervo autor.

Figura 4.26 – Praça do Jardim Autonomista em Campo Grande, MS.

Fonte: Acervo autor.

Figura 4.27 – Implantação da Praça do Jardim Autonomista em Campo Grande, MS.

Fonte: Acervo QUAPÁ, 2000.

Figura 4.28 – Praça do Jardim Nova Ipanema em Campo Grande, MS.

Fonte: Acervo autor.

Figura 4.29 – Implantação da Praça do Jardim Nova Ipanema em Campo Grande, MS.

Fonte: Autor.

Observa-se que na seleção das áreas implantadas, alguns critérios foram tomados como referência para escolha das praças a serem urbanizadas. Em reunião de trabalho, da qual participaram diferentes escalões de chefia e o corpo técnico que atuou diretamente no planejamento das obras e na elaboração dos projetos, foi definido que as áreas de interesse seriam aquelas que:

- a) estivessem situadas em bairros residenciais com pelo menos 50% dos lotes ocupados;
- b) estivessem situadas em bairros populosos e que fosse uma zona eleitoral de interesse;
- c) bairros que possuíssem pavimentação viária e redes de infraestrutura;
- d) que o conjunto de áreas selecionadas para urbanização estivesse distribuído pelas diferentes regiões urbanas;
- e) bairros com maior solicitação popular, observando-se os pedidos de urbanização encaminhados pela Câmara de Vereadores.

4.3.2.2 Frequência de uso e a conservação das praças

As obras implantadas entre os anos de 1986 e 1987 tiveram uma frequência mais regular nos primeiros seis meses de implantação. As praças em que a presença dos usuários foi mais regular ocorreu nos bairros onde os quintais eram menores, em geral, nos conjuntos habitacionais, como por exemplo, a Praça Heitor de Medeiros na Coopfafé. Outro fator importante foram atividades recreativas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Cultura e Esporte. Assim como os campeonatos de futebol amador promovido pela SEMCE foi importante para dinamização do uso e a manutenção da frequência dos usuários nos CEC, nas praças urbanizadas o correlato dessa ação foram os campeonatos entre bairros para as corridas de bicicross. Eventualmente, houve a realização de algumas atividades recreativas em fins-de-semana que incluíram atividade lúdica e artística para o público infantil.

Em bairros habitados por uma população de maior renda, o uso das praças foi intenso nos primeiros meses após a inauguração das obras. Depois, apesar dos equipamentos apresentarem bom estado de conservação, a frequência diminuiu, assumindo um caráter esporádico. A apreensão desse aspecto indica que o conjunto de atividades implantadas não ofereceu a possibilidade de diversificação dos usos nas praças, tornando sua vivência

monótona depois de um tempo. Ponderando-se que parte da perda de interesse desses usuários pode ser atribuída ao conforto que as áreas de lazer nos quintais oferecem maior conforto e privacidade, parte do problema advém do planejamento e da gestão das praças.

Um caminho para superar esse aspecto seria ampliar a quantidade de equipamentos, mas isso seria limitado pela extensão das praças. Em alguns bairros, considerando a população, seria necessário urbanizar um parque de vizinhança ao invés de implantar uma praça esportiva. Entretanto, uma estratégia pouco explorada, e que não implicaria no aumento da extensão de área, era a realização mais freqüente de atividades recreativas e culturais coordenadas por uma secretaria pública. Em geral, essas atividades restringiram-se a realização de campeonatos. Compreende-se que elas deveriam ser mais bem planejadas e diversificadas.

O plantio poderia ter sido um outro fator de dinamização da percepção da paisagem das praças. Considerando as espécies plantadas, a variação sazonal da morfologia da vegetação foi restrita. Associado a esse aspecto, a influência da vegetação na percepção da paisagem ficou comprometida pela limitação do viveiro municipal em substituir as espécies que pereceram por falta de manejo adequado. Nesse contexto, o projeto de plantio deveria ser mais bem elaborado e a capacidade de manutenção dos jardins deveria ser ampliada.

A persistência no tempo das praças com um bom estado de uso durou em média três anos. Com a mudança de administração, não houve interesse em manter regulares os serviços de manutenção das praças urbanizadas na gestão anterior. Em parte, isso ocorreu como efeito do personalismo de como foram conduzidas as administrações municipais, na quais as obras públicas que eram significativas para uma administração não eram preservadas na administração seguinte, não permitindo a melhoria e a ampliação progressiva do sistema de espaços livres públicos de recreação.

Paralelo a urbanização das praças foram desenvolvidas plantio de arborização urbana em conjuntos habitacionais. Os plantios foram realizados nos bairros Moreninhas I, II e III, Otávio Pécora, Mata do Jacinto e Maria Aparecida Pedrossian. Nessa ação houve a participação dos moradores no plantio das árvores. Apesar da participação popular, houve perdas devido a vandalismo (danificação das mudas).

4.3.2.3 As ações públicas após a criação do Departamento de Parques e Áreas Verdes

A ampliação de implantação de praças e de plantio de árvores está relacionada a mudança na estrutura administrativa. Conforme a Lei n.2376/87, a Secretaria Municipal de Serviços Públicos era composta por três departamentos³³⁶. Porém, no final do ano de 1987, o Departamento de Transporte e Trânsito foi elevada a condição de secretaria³³⁷. Essa mudança possibilitou a criação do Departamento de Parques e Área Verdes (DEPAVE) que foi desmembrado do Departamento de Limpeza e Paisagismo.

O DEPAVE foi o órgão da SESEP responsável pela manutenção de praças e jardins, o plantio e a conservação da arborização urbana e a educação da população em relação à preservação das áreas verdes³³⁸. O DEPAVE era composto por duas divisões, sendo uma responsável pelo planejamento e a elaboração de projetos e a outra, de caráter operativo, sendo destinada à execução de serviços de produção de mudas, a implantação dos projetos e a manutenção das áreas verdes.

Associada à mudança de estrutura, ampliou-se a composição da equipe técnica e os maquinários destinados à execução dos serviços. Foram adquiridos caminhões para irrigação dos canteiros. Antes da criação do DEPAVE a atividade de planejamento e projeto ficava sob a responsabilidade de três arquitetos. Depois, essa equipe foi ampliada passando a ser composta por seis arquitetos, uma assistente social e uma bióloga, diversificando as áreas de atuação. Na Divisão de Produção, Implantação e Manutenção fez parte da estrutura administrativa engenheiros florestais, engenheiros agrônomos, biólogos, viveiristas e jardineiros práticos.

Esse período foi dos poucos momentos em que a administração da Prefeitura de Campo Grande teve reunido em um mesmo órgão todas as etapas de serviços relacionados desde o planejamento até a implantação dos espaços livres de recreação. Um dos aspectos que motivaram a ampliação da estrutura administrativa decore do reconhecimento por parte do executivo

³³⁶ Lei n.2376/87 in: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **100 anos de legislação**. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

³³⁷ Lei n.2455/87 in: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **100 anos de legislação**. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

³³⁸ Idem.

municipal em relação à receptividade junto à população que o investimento nessa área promovia.

No início de 1988 foi elaborado um plano de reforma e ampliação dos espaços livres públicos de recreação. Ao todo foram elaborados 24 projetos, sendo composto de sete reformas de praças, a implantação de 16 novas áreas e a urbanização do canteiro da Avenida Afonso Pena³³⁹. Alguns aspectos peculiares caracterizaram a elaboração desses projetos. Primeiro a adoção intencional de elementos cênicos na composição dos espaços. Isto foi feito com o objetivo de constituir uma paisagem lúdica para o público infantil. Na elaboração do projeto foram previstas construções específicas destinadas ao atendimento do comércio ambulante. Essa diretriz tinha a intenção de organizar esses usos nas praças e nos canteiros centrais de avenidas.

Em relação às reformas houve a preocupação com recuperação de marcos históricos e a requalificação do uso das praças situadas na região central. Parte dessa iniciativa partiu da necessidade de adequar os espaços livres públicos do Centro às mudanças de uso do solo ocorridas com a expansão urbana de Campo Grande, MS. Pondera-se que

[...] a partir da Constituição de 1988, as grandes cidades brasileiras passaram a discutir, com mais ênfase, o papel do centro e das áreas centrais, na medida que, em sua grande maioria, o desgaste social era visível nas áreas mais centrais, com a criação de estruturas sociais decorrentes das modificações espaciais de uso existentes³⁴⁰.

Em áreas como a Praça dos Imigrantes, o uso no entorno deixou de ser predominantemente residencial para ser ocupado por comércio e empresas prestadoras de serviços. Tal aspecto denotava a necessidade de revisão das atividades e do programa arquitetônico da praça.

Apesar de todo o planejamento, esses projetos não foram executados, pois o financiamento requerido junto ao governo federal não foi obtido naquele ano face ao agravamento da crise econômica. Mesmo com a não

³³⁹ As reformas foram previstas para as seguintes praças: Ary Coelho, República, Imigrantes, Cuiabá, Newton Cavalcanti, Itanhangá Park e Vila Jacy. A implantação de praças foi previsto para os seguintes bairros e conjuntos habitacionais: Vilasboas, Cabreúva, Alto das Paineiras, Cel. Frederico Portinho Pache, Maria Aparecida Pedrossian, Mata do Jacinto, Nova Bandeirantes, Jardim Uirapuru, Residencial dos Rouxinóis, José Abrão, Jardim Colibri, Jockey Club, Nova Campo Grande, Vila Palmira, Jatiúca Park e o assentamento do bairro Tiradentes.

³⁴⁰ CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Instituto de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente - PLANURB. **Campo Grande: estrutura urbana, socioeconômica e infra-estrutura** e outros dados. Campo Grande, MS: PLANURB, 1998i, s.p.

viabilização das obras, esses projetos serviram de referência para as ações nos espaços livres públicos de recreação nas duas administrações seguintes. Entre os anos de 1986 e 1988, a média de dotação de recursos para a SESEP foi de 11% e de 35% para execução de obras de habitação e urbanismo³⁴¹.

4.3.2.4 Apreensões sobre a expansão das praças

Considerando os pedidos de reforma e de implantação de praças encaminhados pela Câmara de Vereadores à Prefeitura de Campo Grande, observa-se que os pedidos atendidos eram localizados em bairros originários da implantação de loteamentos. Em uma quantidade inferior, os pedidos de urbanização de praças em conjuntos habitacionais também foram aceitos. Como segundo grupo prioritário, foram urbanizadas as praças em bairros mais antigos, densamente povoados e situados a uma distância média entre 3,5km e 5km do centro da cidade. As porções norte e oeste (respectivamente Regiões Urbanas do Segredo e do Imbirussu) foram os locais com maior número de pedidos não atendidos. Compreende que essa diferença ocorreu em função de uma maior quantidade de lotes vagos nos bairros dessas regiões.

Observa-se que as obras de implantação de praças concentraram-se nos bairros centrais e mais valorizados no mercado imobiliário. Se por um lado o valor imobiliário é um indicativo de concentração de infra-estrutura e serviços, denotando uma maior consolidação dos bairros. Por outro lado, este aspecto indica que as obras realizadas acabaram beneficiando uma população de maior renda em detrimento daquelas que moravam nos bairros mais distantes (Figuras 4.30 a 4.31). Sobre a concentração de infra-estrutura e serviços urbanos em Campo Grande, MS, Ebner pondera que:

[...] em economias de recursos escassos, se as classes média e alta estivessem distribuídas de maneira uniforme, as vantagens e desvantagens estariam também distribuídas mais uniformemente, tornando-se mais difícil então, a maximização na apropriação das vantagens locacionais. Segregando-se, as camadas de alta renda conseguem com que o Estado atenda mais às pessoas que nelas se inserem. Assim, os espaços pode ser controlado no sentido de favorecer as classes mais abastadas. É a possibilidade de se apropriar de forma diferenciada das vantagens locacionais³⁴².

³⁴¹ Lei n.2303/85, Lei n. 2357/86 e Lei n.2434/87 sobre a dotação de verbas e o orçamento do município para os exercícios de 1986 a 1988. In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **100 anos de legislação**. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

³⁴² EBNER, Íris. Estrutura urbana de Campo Grande: uma primeira leitura. CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Instituto de Planejamento Urbano e de Meio

Ambiente - PLANURB. Campo Grande: estrutura urbana, socioeconômica e infraestrutura e outros dados. Campo Grande, MS: PLANURB, 1998i, s.p.

Figura 4.31 – Solicitações de urbanização e reforma de praças na década de 1980 em Campo Grande, MS.

Fonte: Autor a partir de projetos dos vereadores encaminhados a Prefeitura de Campo Grande entre 1985 e 1989.

Figura 4.32 – Valor da terra em Campo Grande, MS

Fonte: PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DE CAMPO GRANDE. Campo Grande, MS: Planurb, 1999.

A implantação de praças no Jardim Autonomista, Nova Ipanema, Jardim TV Morena, bairro São Bento e Itanhangá Park são exemplos dessa condição.

Com a mudança de administração no ano de 1989, a equipe técnica do DEPAVE foi desarticulada e vários profissionais deixaram de integrar o quadro de funcionários, houve uma redução do pessoal de trabalho de campo e os de manutenção foram terceirizados a empresas prestadoras de serviço. Os investimentos e a política urbana foram modificados, elegendo-se como prioritária a destinação de verbas para a educação e a habitação social, pouco se intervindo de modo significativo em relação aos espaços livres de recreação³⁴³.

Para o estabelecimento dos limites do parque foram observadas as características do sítio como o relevo, a cobertura vegetal, o parcelamento do solo. A área de interesse (160ha) era formada por propriedades particulares compostas, predominantemente, por um conjunto de chácaras de recreio preservadas entre a região formada por loteamentos urbanos (porção leste da cidade) e a implantação da sede do governo estadual (Parque dos Poderes). Como meio de subsidiar as negociações das terras entre o município e os proprietários, foram realizados estudos, promovendo-se alteração dos índices urbanísticos (taxas de elevação das edificações, de ocupação) como um meio de preservar às propriedades um valor proporcional da área de construção permitida pela legislação urbana considerando os limites dessas propriedades antes da implantação do parque (Figuras 4.33 e 4.34). Apesar das ações a implantação do parque não efetivada pela administração municipal, mas por uma ação posterior do governo do estado que desapropriou as terras para implantação do parque.

³⁴³ Nas leis que estabeleceram as receitas e os gastos do município para os anos de 1989 e 1990, a dotação de verbas para a Secretaria de Serviços Públicos foi proporcionalmente reduzida pela metade passando de 11% para 6% do total de investimentos no município. Concomitante, os recursos destinados a educação passaram para 30%. Confira a Lei n. 2574/88 e Lei n. 2660/89 in: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **100 anos de legislação**. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

4.4 Reformulação da legislação urbana e estruturação de um sistema de planejamento

Paralelo às ações nos espaços livres públicos de recreação, houve a discussão da implantação de um Instituto de Planejamento Urbano para a cidade. A condução dessas discussões foi motivada pela dificuldade da administração municipal em implementar e gerenciar o Plano de Estruturação Urbana, e também pela necessidade de estabelecer instrumentos de ação e compor um corpo técnico adequado visando à melhoria do planejamento urbano. A necessidade de reformular o uso e o ordenamento do solo foi outro fator motivador dessa discussão. Entidades de classe, como o IAB/MS e o CREA/MS, tiveram papel importante no envolvimento da sociedade nesses debates³⁴⁴.

Apenas na segunda metade da década de 1980 é que essas discussões tomaram um caminho mais efetivo rumo ao atendimento das reivindicações. Em 1987 foram criados o Conselho Municipal de Desenvolvimento e Urbanização (CMDU) e a Unidade de Planejamento Urbano (PLANURB)³⁴⁵. O CDMU foi instituído como um conselho de caráter consultivo, com a finalidade de assegurar à sociedade a meio de participação na tomadas de decisões sobre o desenvolvimento e a organização físico-territorial do município, na busca pela melhoria da qualidade de vida. O CMDU foi composto por 23 membros, sendo que cinco são representantes da Prefeitura de Campo Grande, doze pertencem a associações e sindicatos da sociedade civil e seis representam institutos e associações profissionais. Ebner pondera que apesar do CMDU ter sido idealizado como um meio de assegurar uma participação democrática da sociedade, a representatividade dos setores mais populares ficou restrita a um membro³⁴⁶.

³⁴⁴ REZENDE, Marisa Barcia Guaraldo Marcondes. **Campo Grande, MS: crescimento e ordenamento do território urbano**. 1987. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987, p.63-64.

³⁴⁵ CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **100 anos de legislação**. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

³⁴⁶ Conforme Ebner no CMDU predominou a participação de associações profissionais e de empresários da construção civil. A apenas a União da Associação de Moradores coube representar as camadas mais populares e de menor renda. Confira EBNER, Íris de Almeida Rezende. **A cidade e seus vazios: investigação e proposta para os vazios de Campo Grande**. Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 1999, p.170.

Figura 4.33 – Fundo de vale do Córrego Prosa em área de interesse para a implantação do Parque Regional do Prosa na década de 1990 em Campo Grande, MS.

Fonte: Autor.

Estudo realizado por equipe técnica do Departamento de Parques e Áreas Verdes (DEPAVE) com o subsídio do órgão de planejamento urbano.

Figura 4.34 – Estudos de ocupação do solo e alteração do índice de elevação das edificações visando a implantação do Parque Regional do Prosa em Campo Grande, MS.

Fonte: Autor.

Ao CMDU era facultado o direito de emitir pareceres de diferentes assuntos. Entre os assuntos relacionados à atuação do CMDU estava a discussão sobre habitação, transporte, saneamento, patrimônio histórico, artístico e ambiental, a infra-estrutura e os equipamentos sociais, as áreas verdes e os espaços livres públicos de recreação, a cultura e o lazer³⁴⁷.

A PLANURB foi instituída como órgão integrado a Secretaria Municipal de Planejamento, o qual competia à elaboração de estudos e planos de investimentos em obras no município, a organização e difusão de informações relativas ao planejamento urbano, a formulação de convênios e outros trabalhos de natureza técnica visando subsidiar e orientar a definição de uma política de desenvolvimento urbano para Campo Grande, MS e de uma programação de investimentos plurianuais³⁴⁸.

4.4.1 Sobre o uso e a ocupação do solo

Com a implantação do CMDU e da PLANURB, promoveu-se a reformulação da lei do uso e ocupação do solo, culminando com a elaboração e implantação da Lei n.2.567/88³⁴⁹. Essa lei foi baseada no princípio de fomento do poder fiscalizador da administração municipal, no estabelecimento de critérios que proporcionem a localização adequada e definições precisas sobre os empreendimentos públicos e privados, assim como, o aproveitamento racional dos recursos públicos.

Em relação a legislação urbana anterior, a Lei n.2.567/88 avançou no modelo de uso do solo, passando a planejar a cidade através da “combinação de atividades urbanas, aproximando usos compatíveis e levando

serviços e empregos para perto das habitações”³⁵⁰. Pela lei, a cidade é subdividida em sete zonas de uso e a cada uma é estabelecido um conjunto de atividades permitidas para cada local. Cada zona por sua vez é subdividida em áreas menores, e novamente, diferenciando os usos permitidos³⁵¹. Sobre esse aspecto Ebner comenta que:

A complexidade da Lei [n.2.567/88] demonstra que o solo urbano passa a ser objeto específico de estudos e que a cidade passa a ser considerada nas suas diferentes porções, procurando não tratar os espaços de forma homogênea, mas pelo contrário, respeitando as particularidades de cada realidade dentro do espaço urbano [... tal que] os instrumentos [de planejamento sejam] mais eficientes no controle da ocupação urbana³⁵².

Um diferencial na caracterização do uso do solo foi a delimitação das *Zonas de Transição*, ou seja, áreas com baixa taxa de ocupação e a presença de varias glebas e de atividades de produção de hortifrutigranjeiros semelhantes ao que acontece na área rural. A orientação dada à ocupação do solo foi da preservação dessas zonas como áreas para futura expansão do parcelamento urbano, priorizando o adensamento das demais zonas antes de difundir nessa área a ocupação com loteamentos. Outra figura importante são os Corredores de Uso Múltiplo, eles são formados pelas principais vias de acesso à cidade, interligam as diferentes zonas urbanas, constituem áreas onde há uma diversidade maior de usos, caracterizadas pela concentração de comércio, de serviços e pelo tráfego intenso. Outra diferença da Lei n.2567/88 em relação às duas leis anteriores sobre uso do solo (Lei n.1429/73 e Lei n.1747/78) é que os espaços livres de recreação deixaram de ser caracterizados como uma zona urbana específica e passaram a integrar a maioria das zonas urbanas.

Na Lei n. 2567/88, recreação, lazer e cultura são atividades pertinentes a diferentes zonas urbanas, não sendo permitido nos Corredores

³⁴⁷ Lei n.2503/88 in: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **100 anos de legislação**. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

³⁴⁸ Era previsto na Lei n.2503/88 a definição de um Plano de Diretor de Desenvolvimento Municipal e de Planos Específicos conforme a evolução do planejamento urbano e da realidade evoluísse. Esses planos seriam submetidos a apreciação do CMDU para sua efetiva aprovação e deveriam ser revistos e atualizados em um período máximo de 5 anos. Confira Lei n.2503/88 in: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **100 anos de legislação**. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

³⁴⁹ CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **Lei n. 2.567, de 8 de dezembro de 1988**: dispõe sobre o ordenamento do uso e ocupação do solo do Município de Campo Grande, MS e dá outras providências. Campo Grande: PLANURB: Sergraph, 1988.

³⁵⁰ EBNER, Íris de Almeida Rezende. **A cidade e seus vazios**: investigação e proposta para os vazios de Campo Grande. Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 1999, p.171.

³⁵¹ As zonas são as seguintes: zona residencial (ZR1, ZR2, ZR3, ZR4); Zona Comercial (ZC1, ZC2, ZC3); Zona Industrial (ZI1, ZI2); Zona Institucional (ZN1, ZN2); Zona de Transição (ZT1, ZT2, ZT3) e Corredor de Uso Múltiplo (CM1, CM2). Confira CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **Lei n. 2.567, de 8 de dezembro de 1988**: dispõe sobre o ordenamento do uso e ocupação do solo do Município de Campo Grande, MS e dá outras providências. Campo Grande: PLANURB: Sergraph, 1988.

³⁵² EBNER, Íris de Almeida Rezende. **A cidade e seus vazios**: investigação e proposta para os vazios de Campo Grande. Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 1999, p.173.

de Múltiplo Uso e na Zona Institucional (ZN2)³⁵³. Construções como hipódromo, estádio, autódromo foram caracterizados como usos especiais, e sua alocação é definida a partir da análise de cada caso. Os parques infantis, as quadras poliesportivas, as canchas de jogos, os ginásios, os clubes e os complexos esportivos são divididos em três subcategorias de usos. Eles podem ser implantados na maioria das zonas urbanas onde o uso de recreação, cultura e lazer é permitido, contudo, em algumas delas há a restrição para implantação de equipamentos maiores como ginásios, clubes recreativos e complexos desportivos³⁵⁴ (Figura 4.35).

Com a Lei n.2.567/88 foram introduzidos mecanismos de gestão que respondiam a preocupação com a preservação dos patrimônios naturais e culturais. Nesse sentido, são estabelecidas normas que criam as Áreas de Regime Urbanístico Específico (RESP), as quais fixam índices e procedimentos para a preservação e uso adequado desse patrimônio.

A Lei n.2.567/88 estabeleceu que para a aprovação da implantação de empreendimentos na área urbana ficava condicionada à elaboração de Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA). Exigiu-se ainda que na implantação de loteamentos ou na modificação do traçado de vias era necessário elaborar projeto de plantio de arborização nos logradouros. A lei condiciona também que empreendimentos situados em áreas de solos instáveis, brejosos e próximos a fundos de vale requeria licenciamento ambiental para sua instalação³⁵⁵.

Com a evolução do processo de planejamento os Relatórios de Impacto Ambiental passaram a fazer parte do Sistema de Licenciamento Ambiental (SILAM)³⁵⁶. O SILAM foi criado pela Lei n.3612/99³⁵⁷, como

decorrência da Resolução n.237/97 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), a qual descentraliza o poder e a responsabilidade sobre as questões ambientais no âmbito municipal.

O SILAM teve por objetivo promover o controle sobre a implantação e o funcionamento de empreendimentos relacionados às atividades produtivas e de diferentes formas de uso do solo que causassem algum impacto ambiental na área urbana, como por exemplo, o aumento do tráfego viário. Compreendia-se que pela implantação do SILAM conseguiria atenuar os eventuais efeitos nocivos das atividades produtivas sobre a área urbana³⁵⁸. O licenciamento emitido pelo SILAM passou a ser uma ação imprescindível para a instalação e o funcionamento de empresas, o trabalho de produtores e de prestadores de serviços em Campo Grande, MS, tornando-se um dos instrumentos de controle no uso do solo mais difundido³⁵⁹.

vale foram alteradas. O PRAD foi utilizado como um dos principais instrumentos de planejamento de recuperação desses fundos de vale. Para o licenciamento das atividades foram criadas modalidades que correspondiam aos estágios de desenvolvimento dos empreendimentos. As modalidades correspondentes foram as seguintes: licenciamento prévio, de instalação, de operação e por último, licença ambiental simplificada. Confira CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Instituto de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente – PLANURB. **Por dentro do SILAM: Sistema Municipal de Licenciamento e Controle Ambiental**. 2ed. Campo Grande, MS: PLANURB, 2002.

³⁵⁷ A Lei n.3612/99 instituiu o SILAM, porém foi com Decreto Municipal n.7884/99 que ele foi regulamentado. O PLANURB foi o órgão designado para coordenar o SILAM. Porém o licenciamento era emitido pela Secretaria Municipal de Controle Urbanístico (SEMUR). Participavam da avaliação e da aprovação dos pedidos de licenciamento, a Secretaria Municipal de Saúde (SESAU), a Comissão de Controle Ambiental e o Conselho Municipal de Meio Ambiente. Confira CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Instituto de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente – PLANURB. **Por dentro do SILAM: Sistema Municipal de Licenciamento e Controle Ambiental**. 2ed. Campo Grande, MS: PLANURB, 2002.

³⁵⁸ Ibidem.

³⁵⁹ O licenciamento ambiental não se restringiu à implantação de novos empreendimentos. A medida que algum empreendedor ou proprietário solicitava a reforma ou a ampliação de suas propriedades, em acordo ao interesse da Prefeitura de Campo Grande, requeria-se deles a adequação de suas propriedades a uma condição tida como mais apropriada ao controle ambiental. Um exemplo desse procedimento ocorreu com a reforma de área de recreação de um condomínio residencial implantado na cabeceira do Córrego Imbirussu. Apesar da edificação dessa área de lazer ter tido sua implantação aprovada por administrações anteriores, com a reforma, o órgão responsável pela emissão do licenciamento, requereu como condição a adequação da implantação dos equipamentos às faixas de proteção do curso d'água, além de requerer também a melhoria do sistema de coleta de lixo interno do condomínio. Assim, o SILAM foi sendo utilizado para promover modificações que os órgãos de controle ambiental julgaram necessários para Campo Grande, MS.

³⁵³ A proibição do uso recreativo na ZN2 se justifica, pois essa zona corresponde ao terreno do Aeroporto Internacional Antônio João.

³⁵⁴ As zonas onde há restrição a implantação de atividades de recreação e lazer são: nas zonas comerciais (ZC1, ZC3), industriais (ZI1, ZI2) e institucionais (ZN1). Confira CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **Lei n. 2.567, de 8 de dezembro de 1988**: dispõe sobre o ordenamento do uso e ocupação do solo do Município de Campo Grande, MS e dá outras providências. Campo Grande: PLANURB: Sergraph, 1988.

³⁵⁵ CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **Lei n. 2.567, de 8 de dezembro de 1988**: dispõe sobre o ordenamento do uso e ocupação do solo do Município de Campo Grande, MS e dá outras providências. Campo Grande: PLANURB: Sergraph, 1988.

³⁵⁶ O Relatório de Impacto Ambiental passou a ser um dos trabalhos técnicos desenvolvidos para o licenciamento ambiental. Outros trabalhos utilizados com o mesmo fim eram: Estudo de Risco (ER); Estudo de Impacto Ambiental (EIA); Estudo Ambiental Preliminar (EAP); Relatório Ambiental Simplificado (RAP); Plano de Controle Ambiental (PCA); Projeto de Monitoramento Ambiental (PMA); Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRAD). Com o processo de urbanização várias áreas de fundo de

4.4.2 Guia de Diretrizes Urbanísticas

Outra medida importante no uso e na ocupação do solo foi a criação da Guia de Diretrizes Urbanísticas (GDU). Através desse instrumento, a administração municipal fornecia aos empreendedores urbanos a orientação sobre a ocupação do solo urbano, indicando as restrições e os critérios gerais para a elaboração de projetos e o funcionamento de atividades. Por meio desse instrumento, em um projeto de parcelamento do solo, eram delimitadas as prioridades quanto à continuidade do sistema viário, à preservação de fragmentos de mata, à alocação dos espaços livres de recreação entre outros aspectos. A guia de diretrizes era elaborada por um grupo de técnicos pertencentes a diferentes secretarias relacionadas com a infra-estrutura urbana, o tráfego viário, o transporte público, o saneamento, a saúde pública, o controle urbanístico e as áreas de recreação e de preservação. A emissão desse documento ficava condicionada a solicitação prévia do empreendedor. Uma vez protocolado o pedido, era estabelecido um processo de interlocução entre a administração municipal e o empreendedor até que a proposta de intervenção atendesse as exigências emitidas e estivesse em conformidade com a legislação urbana.

Com se observa na figura 4.36, a porção sul e sudoeste da cidade foram as áreas com maior solicitação de emissão de Guia de Diretrizes Urbanísticas. Apesar das Zonas de Transição serem caracterizadas como áreas de reserva para expansão urbana, no período de 1993 a 1998, a ZT2 situada próximo a Avenida Gury Marques (acesso para a BR 163, saída para São Paulo) passou a ser ocupada mesmo sem haver a consolidação de outras zonas urbanas onde o adensamento era prioritário. Nessa ZT2 foram alocadas empresas prestadoras de serviços, pequenas indústrias e também loteamentos.

Os remembramentos foi outra ação comum, sendo utilizados para adequação do parcelamento do solo às necessidades de moradia e ao setor produtivo. Nas Regiões Urbanas do Prosa e do Bandeira foi comum a utilização do remembramento para a ocupação do solo.

As guias emitidas compreenderam ações de parcelamento do solo e de solicitação de autorização para instalações ou funcionamento de atividades produtivas. As Regiões Urbanas do Bandeira, Anhanduízinho e do Lagoas caracterizaram como zonas de expansão das atividades urbanas, incluindo alocação de atividades produtivas e de parcelamento do solo.

Figura 4.36 – Guia de Diretrizes Urbanísticas emitidas entre os anos de 1993 e 1998 em Campo Grande, MS.

Fonte: Planurb, 1999.

A implantação de loteamentos promoveu a ocupação dos vazios urbanos e foi a ação mais freqüente quanto a ocupação do solo. Nas Regiões Urbanas do Lagoa, do Anhanduizinho e do Bandeira foram implantados vários loteamentos para a população de baixa renda. Os remembramentos de glebas e lotes urbanos ocorreram predominantemente para a implantação de condomínios residenciais (alto e médio padrão) com casas térreas e blocos de apartamento, a implantação de indústrias, de empresas prestadoras de serviços, campus universitário, instalações de comércio atacadista entre outros.

Figura 4.37 – Loteamentos e remembramentos implantados entre os anos de 1993 e 1998 em Campo Grande, MS.

Fonte: Planurb, 1999.

Os remembramentos³⁶⁰ de glebas e lotes urbanos ocorreram predominantemente para a implantação de condomínios residenciais (alto e médio padrão), sendo esses condomínios edificadas tanto com casas térreas e quanto com blocos de apartamento. Os remembramentos também foram utilizados para a implantação de indústrias, de empresas prestadoras de serviços, campus universitário, instalações de comércio atacadista, entre outras atividades. Observa-se que junto à divisa do Jardim Los Angeles, um remembramento foi implantado sendo destinado à construção de uma associação recreativa (Figura 4.37).

Sobre o parcelamento do solo a Lei n.2567/88 definiu quatro tipos de loteamentos, sendo diferenciados pela infra-estrutura implantada, pelo tamanho do lote, para área reservada para os espaços livres de recreação e de preservação. Nos parcelamentos, as áreas reservadas ao uso institucional, ao sistema viário e aos espaços livres de recreação somam 35% da extensão total da gleba. As áreas de uso institucional ocupam 5% a 6%, enquanto que os espaços livres de recreação têm reservados de 10% a 12% da gleba. Em loteamentos cuja dimensão do lote é menor, a área reservada aos espaços livres de recreação e uso institucional é maior, presumindo-se que a redução do tamanho do lote implica em uma maior demanda por áreas institucionais e destinadas à recreação³⁶¹.

A implantação de loteamentos promoveu a ocupação dos vazios urbanos e dando continuidade a malha urbana existente. As Regiões Urbanas do Lagoa, do Anhanduizinho e do Bandeira foram as áreas com maior implantação de loteamentos, sendo freqüente nas áreas mais distantes a alocação de loteamentos para a população de baixa renda.

Entre os anos de 1993 a 1998 foram parceladas 1254ha de terras urbanas, sendo implantado cerca de 80 loteamentos. O total de áreas de lazer reservadas ao município no período foi de 180ha, valor que corresponde a 14% da área total parcelada³⁶². Nos períodos citados, o

³⁶⁰ Remembramento “constitui-se no reagrupamento de glebas ou lotes contíguos para a constituição de uma ou mais novas unidades”. CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **Lei n. 2.567, de 8 de dezembro de 1988**: dispõe sobre o ordenamento do uso e ocupação do solo do Município de Campo Grande, MS e dá outras providências. Campo Grande: PLANURB: Sergraph, 1988.

³⁶¹ Idem.

³⁶² A média parcelada entre os anos de 1993 e 1998 se assemelha a média da década de 1990. Nessa década o total de área de lazer foi 217ha, que corresponde a 11% da área total parcelada (1958ha). Confira PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DE CAMPO GRANDE. Campo Grande, MS: Planurb, 2001, p.30.

tamanho médio dos espaços livres de recreação compreendeu cerca de 2ha por loteamento. Uma extensão que corresponde ao porte de praças centrais como a Praça Ary Coelho ou o Belmar Fidalgo. Contudo, essa extensão era fracionada em áreas menores.

No loteamento Dom Antônio Barbosa, situado na Região Urbana do Anhanduizinho, o fracionamento das áreas públicas (institucionais e os espaços livres de recreação) são distribuídas por dez quadras diferentes, e o médio tamanho médio resultante de 2.000m². Esse tamanho limita a alocação de equipamentos e de construções nos espaços livres públicos, sejam eles destinados a praças, escolas, creches ou postos de saúde.

No caso das praças esse fracionamento restringe a diversificação das atividades recreativas, podendo representar um fator negativo para a apropriação desses espaços, pois restrito a poucos usos, a população pode perder o interesse em freqüentar as áreas públicas, pois realiza sempre o mesmo tipo de atividade. Outro aspecto decorrente, e que deveria ser evitado, é a restrição da urbanização da praça a um público usuário específico. A alocação de um número restrito de equipamentos limita o atendimento dos interesses dos moradores dos bairros.

No caso do bairro Dom Antônio Barbosa, pela extensão das áreas públicas e a sua ocupação campos de futebol, a apropriação das praças foram restritas ao público masculino (adulto e juvenil). Haveria a necessidade de reavaliar o fracionamento e a ocupação dos espaços livres públicos de recreação.

A alocação das áreas públicas no bairro Dom Antônio Barbosa, assim como, no Jardim Carioca por um lado reproduziu uma estratégia adotada em loteamentos implantados em décadas anteriores, promovendo a localização periférica das áreas públicas e favorecendo a invasão dessas áreas (Figuras 4.38 a 4.41).

Por outro lado, apresentou uma característica que passou a ser comum a vários loteamentos desse período. O parcelamento do solo de um bairro passou a considerar a morfologia dos bairros vizinhos, promovendo-se a *Integração* das áreas públicas. No caso do bairro Dom Antônio Barbosa, essa integração ocorreu com o Jardim Lageado situado junto à divisa nordeste (Rua Rute Gionote de Souza), sendo alocado nas áreas públicas uma escola e uma quadra esportiva.

Nas áreas públicas mais centrais do bairro, para que houvesse a implantação de atividades recreativas, promoveu-se a desafetação das ruas que separavam as praças. Nessas quadras foram alocados campos de futebol, sendo um gramado e o outro de chão batido. Sem a desafetação das ruas, a ocupação das áreas públicas para fins recreativos ficaria comprometida, pois as quadras do bairro são estreitas e alongadas.

No bairro Dom Antônio Barbosa a dimensão das quadras tem largura regular (40m), sendo determinada pelo comprimento dos lotes (10m por 20m)³⁶³. Porém, o comprimento é variável, sendo mais comum medidas entre 110m a 185m. Há no loteamento uma quadra com 300m. A opção por quadras extensas foi uma determinação adotada no parcelamento do solo visando reduzir os custos dos empreendedores com a implantação das redes infra-estrutura em detrimento da propriedade do traçado e dos tamanhos das quadras ocupadas pelo poder público.

Figura 4.38 – Estrutura de parcelamento do solo e situação das áreas públicas do município no Jardim Carioca.

SUL). Prefeitura Municipal. Acervo cartográfico dos loteamentos aprovados em Campo Grande no período de 1940 a 2000. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, Secretaria Municipal de Controle Urbanístico, Sistema Cartográfico Municipal, 2000; ____ Campo Grande-MS: sistema de informações geográficas. Campo Grande, MS: Opus, 2004. 1 CD-Rom.

Figura 4.39 – Jardim Carioca em Campo Grande, MS.

Fonte: Autor adaptado de Google Image Globe 2008

1Jardim Carioca, localizado na Região Urbana do Imbirussu, foi um loteamento do tipo L2 (Lei n.2567/88) implantado no ano de 1991. O parcelamento gerou 1050 lotes, medindo 250m² cada, ruas com 10m de largura e uma avenida com 25m. As áreas públicas foram alocadas na periferia do bairro junto ao fundo de vale do Córrego Imbirussu. Apesar da alocação das áreas públicas serem destinadas à proteção do córrego, na evolução da ocupação do loteamento parte das áreas públicas foi invadida, sendo ocupada com moradias. Em 2008 o loteamento encontrava-se com ocupação inferior a 50%.

³⁶³ Observa-se que loteamento da categoria L2, e caracterizados como de interesse social, passaram a ser regidos pela Lei n.3429/95, na qual foi reduzida dimensão mínima dos lotes, passando para 200m² e influindo na configuração e no parcelamento do solo do bairro, no caso do bairro Dom Antônio Barbosa e no Jardim Vida Nova. Confira a Lei n.3429/95 in: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. 100 anos de legislação. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

O parcelamento do solo no bairro Dom Antônio Barbosa promoveu a integração das áreas públicas o bairro vizinho (Jardim Lageado). Este aspecto foi positivo pois proporciona a configuração de áreas públicas mais amplas, favorecendo a implantação de escolas, praças e outras edificações públicas. Com a emissão da Guia de Diretrizes Urbanísticas, a consideração do traçado urbano na elaboração do projeto do loteamento passou a ser solicitado aos empreendedores imobiliários e projetistas.

Figura 4.40 – Bairro Dom Antônio Barbosa em Campo Grande, MS

Fonte: Autor adaptado de Google Image Globe 2008.

Figura 4.41 – Estrutura de parcelamento do solo e situação das áreas públicas do município no bairro Dom Antônio Barbosa.

Fonte: Autor adaptado de CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. Acervo cartográfico dos loteamentos aprovados em Campo Grande no período de 1940 a 2000. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, Secretaria Municipal de Controle Urbanístico, Sistema Cartográfico Municipal, 2000; Campo Grande-MS: sistema de informações geográficas. Campo Grande, MS: Opus, 2004. 1 CD-Rom.

4.4.3 Caracterização dos espaços livres públicos de recreação

Na Lei n.2.567/88 os espaços livres de recreação são subdivididos em áreas de lazer ativo e de lazer passivo. Essa definição remete a idéia de que uma parte (1/3 da área total dos espaços livres de recreação) deveria ser mais edificada e ocupada por equipamentos nos quais se desenvolvam atividades esportivas, de exercício físico, jogos e brincadeiras. A parcela restante (2/3), a de construções é esparsa, predominando o plantio, relvados e a preservação de bosques e matas ciliares³⁶⁴. Essa diferenciação foi um meio de criar critérios gerais visando ao desenvolvimento de atividades pela população nos espaços livres públicos e na delimitação de faixas de preservação junto aos fundos de vale.

A diferenciação dos espaços livres de recreação e de conservação na Lei n.2.567/88 limitou-se à diferenciação considerando apenas os tipos de lazer e sendo pouco específica quanto à configuração urbana que esses tipos poderiam suscitar. A definição apresentada se refere ao conceito parque de vizinhança, determinando que ele pudesse ser apropriado para as atividades de lazer passivo e ativo, e cujo raio de ação compreende uma distância de 500m³⁶⁵. Definição semelhante ocorrera no Plano de Áreas Verdes e Espaços Abertos de Salvador, BA³⁶⁶ e no plano elaborado por Kliass e Magnoli para a cidade de São Paulo³⁶⁷. Entretanto nos dois casos, o grau de definição conceitual e a riqueza com que é planejado o sistema de espaços livres de recreação e de conservação é maior que a Lei n.2567/88 define para Campo Grande, MS.

³⁶⁴ Idem.

³⁶⁵ Sobre outros tipos de espaços livres públicos como parques urbanos, praças esportivas e parques de conservação não são descritos ou pelo menos citados na Lei 2567/88. Na Lei n.26/65 a definição de tipos foi mais diversa caracterizando espaços livres públicos como: avenidas-parque, praças de retorno, praças de preservação. Outras indicações que são feitas na Lei n.2567/88, referem às subcategorias de uso de recreação, cultura e lazer, mais especificamente dos tipos de equipamentos implantados no espaço privado como playground, canchas esportivas, campos de jogos, assim como, complexos esportivos e clubes.

³⁶⁶ SALVADOR. *Áreas verdes e espaços abertos*. Salvador: Prefeitura Municipal; Oceplan; Plandurb, 1978

³⁶⁷ KLIASS, Rosa Grena; MAGNOLI, Miranda M. *Áreas verdes de recreação. Paisagem e ambiente*, São Paulo, n.21, 2006, p.250-252.

Posteriormente com a Lei n.3201/95³⁶⁸, referente à arborização urbana houve um avanço na diferenciação dos tipos de espaços livres públicos. A Lei n.3201/95 foi instituída por influência do trabalho técnico realizado no DEPAVE.

Problemas com a conservação da arborização urbana como a concorrência com as redes de infra-estrutura, o plantio inadequado nos passeios públicos, vandalismo, a necessidade de diversificação dos tipos introduzidos nas vias públicas e a organização do sistema de produção das mudas foram fatores que promoveram a realização de viagens nos anos de 1993 e 1994 para Curitiba, PR e Goiânia, GO³⁶⁹. O intercâmbio com as prefeituras dessas cidades teve por objetivo obter informações técnicas que orientassem o planejamento, o projeto e a manutenção da arborização em Campo Grande, MS. Foi a partir do conhecimento do planejamento adotado em Curitiba, PR, o qual associava o plantio arbóreo com tipos de espaços livres urbanos (públicos e privados), que se intentou transpor conceitos e forma semelhante de planejamento para a arborização em Campo Grande, MS.

Na Lei n.3201/95 foram especificados diferentes tipos de espaços livres públicos em Campo Grande, MS indicando-se como termos praças, jardins, bosques, parques, canteiros de avenidas e ruas arborizadas (Figuras 4.42 a 4.45). Esses tipos foram considerados como pertencentes a um *Sistema de Áreas Verdes do Município*. Respeitada suas dimensões, eles tinham por função abrigar atividades de lazer e de recreação; serem utilizados para a alocação de equipamentos sociais; proteger mananciais; promover a '*harmonização paisagística e ecológica*' da área urbana³⁷⁰. Compunha ainda o *Sistema de Áreas Verdes do Município* as propriedades particulares que possuísem uma arborização com extensão significativa, citando-se como tipos pertencentes ao sistema: clubes esportivos sociais; clubes de campo, condomínios.

³⁶⁸ Confira Lei n.3201/95 in: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **100 anos de legislação**. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

³⁶⁹ No grupo que participou dessa viagem estavam alguns técnicos responsáveis pelo planejamento e projeto da arborização urbana, pela conservação das árvores nos logradouros públicos, na gestão e controle do viveiro municipal. Na época, na condição de chefe da Divisão de Planejamento e Projeto do DEPAVE, tive a oportunidade de integrar esse grupo.

³⁷⁰ Idem.

Figura 4.42 – Arborização nos espaços livres públicos em Campo Grande, MS (Praça da república e Avenida Afonso Pena).

Fonte: Autor.

Figura 4.43 – Arborização na Rua Dom Aquino e de quintais na região central de Campo Grande, MS.

Fonte: Autor.

Figura 4.44 – Arborização em gleba situada na Região Urbana do Segredo em Campo Grande, MS.

Fonte: Autor.

Figura 4.45 – Arborização na Rua Cândido Mariano, região central de Campo Grande, MS.

Fonte: Autor.

Sobre os tipos de espaços livres públicos que constam na Lei n.3201/95, excetuando-se suas funções gerais, não há especificações a respeito da estruturação desses espaços livres. Contudo na apropriação desses conceitos a idéia de configuração implícita era:

a) praças – espaços livres públicos destinados ao desenvolvimento de atividades recreativas, cuja configuração era composta por passeios, áreas pavimentadas, equipamentos como playground, canchas esportivas, áreas de convívio, plantio arbóreo e ornamental. Às vezes esses espaços abrigavam construções introduzidas para a realização de atividades lúdicas, esportivas e culturais (como por exemplo um palco ou um teatro de arena);

b) jardins – espaços livres públicos compostos, predominantemente, por plantio vegetal diverso, cuja função principal é a ornamentação da paisagem e a contemplação. Esses espaços podem ser concebidos apenas como área de passagem, ou então, também serem previstos para a permanência das pessoas e a realização de alguma atividade, ou ainda, integrarem o sistema viário para serem utilizados como meio de articulação e de organização do tráfego viário;

c) bosques – espaços livres densamente arborizados, sendo compostos tanto por aqueles locais formados por fragmentos de mata nativa remanescente na área urbana, quanto por conjuntos arbóreos resultantes de plantio;

d) parques – espaços livres públicos extensos, podendo ser apropriado tanto para a realização de práticas recreativas quanto à conservação. Esse tipo considera todas as escalas de parque (de vizinhança, de bairro, da cidade);

e) canteiros de avenidas – de modo semelhante aos jardins, são áreas de ornamentação da paisagem, de articulação do tráfego viário, sendo compostos por plantio arbóreo e ornamental. Eventualmente podem conter áreas de parada com comércio de pequeno porte (lanches) e estacionamentos;

f) ruas arborizadas – espaços livres públicos utilizados para circulação urbana de pedestres e veículos, protegidos por uma arborização.

Uma das discussões na época era a consideração de índices como metragem de área verde por habitante, entendendo que a presença da vegetação na paisagem urbana é um elemento que qualifica a cidade. A idéia

sobre a qualificação da paisagem pela presença vegetal estava associada à idéia da extensão e densidade dos maciços vegetais, quanto maior eles fossem, maior seriam os efeitos positivos sobre a paisagem, como por exemplo, no controle dos efeitos nocivos do clima, na retenção de poeira e dos ruídos. Assim, cabia avaliar e considerar um conjunto amplo de espaços livres arborizados e/ou ajardinados.

Pondera-se a visão que predominou a idéia da classificação dos espaços livres públicos que orientou a formulação da Lei n.3201/95 foi formada sobre as questões relativas à implantação e à conservação da arborização urbana, e *não tinha* como fim estabelecer critérios específicos para a organização e o funcionamento dos espaços livres de recreação, considerando as atividades potenciais realizadas nesses espaços (como jogos, eventos culturais e esportivos, passeios, entre outros).

Entretanto, havia nessa discussão uma proposta importante cujo objetivo era a avaliação da arborização e da paisagem urbana visando alocar os diferentes tipos de espaços livres públicos e privados arborizados, delimitando sua extensão, sua situação, reconhecendo seus aspectos positivos e potencialidades, ao mesmo tempo, identificando as carências, os problemas e as necessidades de maiores investimentos. A idéia era promover um planejamento integrado dos espaços público e privado, visando estabelecer um sistema de planejamento, delimitando meios para a preservação da arborização urbana existente, para ampliar esse contingente arbóreo, prevendo ações, elaborando projetos de plantio, estabelecendo incentivos para que os moradores tivessem a iniciativa de preservar as árvores. Ao mesmo tempo, pelo reconhecimento e a caracterização objetiva do *Sistema de Áreas Verdes do Município* intentava que a influência desse sistema na paisagem e nas atividades urbanas não se restringisse a apropriações eventuais ou setoriais, de um controle efêmero sobre os efeitos e as potencialidades desse sistema.

A constituição desse instrumento de planejamento, através de uma visão sistêmica, fora idealizado a semelhança de outros instrumentos criados na época como a Carta de Drenagem, a Carta Geotécnica e posteriormente, o Plano de Hierarquia Viária³⁷¹. Visava o estabelecimento de uma base referencial e legal. A

proposta era extrapolar as características das ações da época que eram marcadas apenas pela execução de projetos de plantio setoriais, sem a compreensão da cidade como um todo. Tinha por objetivo articular o conjunto de ações da administração municipal, atendendo as necessidades imediatas e também antevendo e planejando as ações futuras.

Contudo a condução política dessas propostas não obteve, junto à administração municipal, o reconhecimento, o apoio político e o entendimento adequado ao conteúdo e à relevância da proposta. Com a evolução da aplicação da Lei n.3201/95, e a mudança na administração municipal no ano de 1997, a implantação de uma base legal para o planejamento, o projeto e a gestão do *Sistema de Áreas Verdes do Município* foi retirado das discussões das ações da administração municipal.

No ano de 1997 e 1998, as ações da administração municipal foram direcionadas para a solução de conflitos da arborização urbana com as redes de infra-estrutura nas vias da região central promovendo a implantação de projetos de plantio nas calçadas situadas sob a rede de energia elétrica. A ação foi realizada em a parceria da concessionária de distribuição.

Figura 4.46 – Arborização e a iluminação pública no calçadão da Rua Barão do Rio Branco.

Fonte: Autor.

³⁷¹ CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. Decreto n. 7.360, de 13 de dezembro de 1996, que institui a hierarquia do sistema viário da cidade de Campo Grande e dá outras providências. In: **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul**, n. 4.428 de 16 de dezembro de 1996, p.38-40.

Foram realizados plantios nos passeios públicos da região central, tendo nessa ação o principal objetivo adequar a arborização às redes de infraestrutura aéreas (redes de distribuição de energia e sistema de iluminação pública). Com isso, promoveu-se a introdução de espécies arbóreas de pequeno porte em substituição às espécies existentes³⁷². Outras ações de plantio foram realizadas ora em parques urbanos e ora em praças. Mas as ações das administrações municipais careceram de uma organização mais objetiva do sistema e de um planejamento específico a respeito do uso, da ocupação e da alocação desses espaços na área urbana³⁷³.

4.4.4 A paisagem como referência para o planejamento urbano

Com referência à Lei n.2.567/88, observa-se que ela faz alusão a alguns instrumentos relativos à caracterização do sítio como uma condição para se estabelecer um controle adequado da ocupação da área urbana e para o planejamento urbano. Na Lei n.2567/88 foram previstos alguns instrumentos de controle do uso e da ocupação do solo, entre eles, a Carta Geomorfológica do Município de Campo Grande e o Plano Diretor de Águas³⁷⁴. A criação desses instrumentos, visava dar maior propriedade técnica a aplicação da legislação urbana, pelo maior domínio das possibilidades e das restrições que esse sítio oferecia ao uso e a ocupação do solo e ao processo de urbanização. Observa-se, porém que a implantação desses instrumentos só ocorreu no início da década de 1990. Entre os anos de 1991 e 1995 foram elaboradas a Carta Geotécnica, a Carta de Drenagem e o Plano Diretor de Campo Grande.

³⁷² Um trabalho correlato ao plantio arbóreo feito nos anos de 1997 e 1998, foi o inventário da arborização urbana, identificando-se problemas com a conservação, tipos de pragas, danos à arborização, às redes de infra-estrutura e aos passeios públicos. Com esse trabalho, as árvores da região central foram identificadas por meio de tarjas metálicas, visando com isso estabelecer um maior controle sobre as ações na arborização. Confira MASCARÓ, Lúcia et al. **Meio ambiente e arborização urbana**: aspectos energéticos e de harmonia com a infra-estrutura urbana. Campo Grande, MS: Editora UNIDERP, 2003.

³⁷³ No ano de 2007, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMADES) retomou as discussões sobre a elaboração de um plano de arborização urbana para Campo Grande, MS. Contudo, no ano de 2008, essa iniciativa encontrava-se na fase preliminar de seu desenvolvimento. Observa-se que alguns trabalhos técnicos importantes foram realizados, como a caracterização preliminar da cobertura arbórea dentro do perímetro urbano, a identificação das espécies existentes nas vias públicas e intercâmbios entre a Prefeitura de Campo Grande e as universidades pública e privada.

³⁷⁴ Lei n.2567/88 in: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **100 anos de legislação**. Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 2 CD-Rom.

4.4.4.1 Carta de Drenagem de Campo Grande, MS

O processo de ocupação do solo em Campo Grande, MS nem sempre considerou as potencialidades físicas das áreas e os ciclos naturais do sítio. A priorização de aspecto imobiliários sobre as características, as potencialidades e as limitações da paisagem conduziu à depreciação dos recursos hídricos da região, a inundações constantes em faixas de terra ocupadas junto às áreas de fundo de vale, onde em geral estavam sujeitas a alagamentos. Esse tipo de ocupação também promoveu a remoção das matas ciliares ocasionando o assoreamento dos córregos e o surgimento de boçorocas³⁷⁵. Conforme a Carta Geotécnica³⁷⁶, mesmo nas regiões situadas fora das áreas de risco, existia até a década de 1990 uma deficiência no sistema de saneamento básico, no sistema de captação de águas pluviais e na distribuição da rede de drenagem.

Por esses motivos é que o Poder Público Municipal, no ano de 1995, formou um grupo de estudos para elaboração da Carta de Drenagem. Ela foi criada com o intuito de orientar as ações, públicas e privadas, em relação ao sistema de drenagem da cidade e suas implicações sobre o uso e a ocupação do solo em Campo Grande; servir de instrumento para planejamento urbano estabelecendo critérios e mecanismos adequados para as intervenções sobre o solo urbano, delimitando a propriedade dos usos em função das características físico-territoriais de cada bacia hidrográfica que forma a paisagem da cidade. Com a Carta de Drenagem as áreas consideradas como mais propícias à ocupação foram diferenciadas daquelas consideradas como inadequadas e frágeis, propondo-se a implantação nesses locais de zonas de proteção ambiental (Tabela 4.2 e Figuras 4.47 a 4.49).

Entre os objetivos contidos na Carta de Drenagem constavam ampliar o controle sobre as ações que interferem na permeabilidade e na conservação do solo; implementar ações no controle e combate às erosões urbanas; estabelecer controle sobre a velocidade de escoamento do sistema de drenagem; proteger as cabeceiras dos córregos, a recuperar as matas ciliares; melhorar a permeabilidade do solo e de sua capacidade de absorção das águas pluviais.

Como medida compensatória a redução da taxa de permeabilidade do solo nos lotes urbanos e ao controle das inundações, propôs-se a criação

³⁷⁵ Como se observa no caso das cabeceiras dos Córregos Sóter e Segredo localizados, respectivamente, nos bairros Mata do Jacinto e Nova Lima.

³⁷⁶ CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Instituto de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente – PLANURB. **Carta de Drenagem de Campo Grande**. Campo Grande, MS: PLANURB, 1997.

de reservatórios de retenção temporária³⁷⁷, e para isso, promovendo o aproveitamento dos espaços livres urbanos (lotes vagos, glebas, áreas verdes). Segundo a Carta de Drenagem, os espaços livres públicos de recreação e de conservação eram adequados para abrigar essas construções, promovendo-se as adaptações necessárias e aquelas possíveis para que não comprometesse em demasia a organização desses espaços livres, integrando os reservatórios ao traçado, aos usos das áreas, na forma de espelhos d’água e lagoas.

Em Campo Grande essa medida já havia sido utilizada em duas localidades da bacia do Córrego Bandeira: a primeira situada dentro de propriedade particular (lagoa do Radio Clube – Sede Campo). E a segunda, localizada em área pública (a lagoa do campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul). Depois da Carta Geotécnica passou a fazer parte de alguns espaços livres públicos da cidade³⁷⁸.

Outro aspecto importante foi que as bacias hidrográficas foram utilizadas como um instrumento de apoio ao planejamento urbano, compreendendo que as ações de urbanização em diferentes regiões da cidade são integradas pelos cursos d’água³⁷⁹. O reconhecimento das bacias hidrográficas e do sistema de drenagem foi então empregado como um

³⁷⁷ Áreas cuja função consiste em armazenar, por um período, o volume das águas da chuva aportado que excede a capacidade de vazão canais para que, após o término das chuvas, possa ser escoado, de modo regular, sem acarretar a inundação das margens do leito dos riachos. Essas bacias são escavadas no solo, podendo permanecer aparentes (como barragens), outras sendo restritas ao subsolo e preservando a superfície livre para algum tipo de atividade. Confira CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Instituto de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente – PLANURB. **Carta de Drenagem de Campo Grande**. Campo Grande, MS: PLANURB, 1997.

³⁷⁸ Integrado ao projeto do Parque das Nações Indígenas, com a finalidade de contribuir com o controle das inundações na avenida Fernando Corrêa da Costa (trecho localizado na Região Central). E no ano de 2007, implantado no parque linear construído ao longo do Córrego Sóter.

³⁷⁹ Problemas freqüentes de enchentes na via marginal situada junto ao Córrego Prosa (Avenida Fernando Correa da Costa na região central), foram agravadas com a expansão dos loteamentos na Região Urbana do Prosa. Com o parcelamento do solo e a edificação dos lotes, reduziu a extensão de solo permeável, aumentando o volume de água escoado pelo sistema de drenagem e no Córrego Prosa. Em meados da década de 1990, esse córrego foi canalizado, como medida de contenção das enchentes. Por um período de dez anos, essa obra sanou os problemas com enchentes na região central. Contudo, a partir do ano de 2006, novo ciclo de alagamentos começou ocorrer na região central e outras ações foram promovidas, entre elas, a criação de represamentos dos córregos que formam a bacia do Córrego Prosa, usando dessa medida para regular o escoamento da rede de drenagem e do volume de água nos córregos.

referencial para designação e a delimitação administrativa das regiões urbanas que posteriormente constaram no Plano Diretor de Campo Grande³⁸⁰.

TABELA 4.2 - Caracterização das bacias hidrográficas da região urbana de Campo Grande segundo a Carta de Drenagem

Grau Crítico	Bacias Hidrográficas	Córregos pertencentes a Bacia	Extensão (Km²)	Área Permeável (%)	Intervenções relativas às Enchentes		Recomendações Gerais para Projeto de Parcelamentos do Solo
					Problemas atuais e potenciais	Serviços e Obras necessários	
I	Bandeira	Bandeira, Cabaça, Portinho	19,57	86,91	<ul style="list-style-type: none">Alagamentos, inundações e enchentes em vários pontos;Sistema de microdrenagem insuficiente em vários pontos;Bocas-de-lobo assoreadas, com localização e distribuição irregular	<ul style="list-style-type: none">Desassoreamento, limpeza, desobstrução, alargamento e aprofundamento dos canais;Implantação de microdrenagem;Substituição de travessias e de pontes;	<ul style="list-style-type: none">✓ Implantar obras e/ou medidas para dissipação de energia das águas pluviais nos pontos de lançamento;✓ Dimensionar adequadamente as calhas e travessias do sistema de drenagem compatibilizando o volume de água às dificuldades do terreno;
	Lagoa	Lagoa, Base, Buriti	35,77	91,86			
	Gameleira	Gameleira	16,65	95,62			
II	Bálsamo	Bálsamo	13,49	88,80	<ul style="list-style-type: none">Alagamentos, inundações e enchentes em vários pontos;Sistema de microdrenagem insuficiente em vários pontos;Bocas-de-lobo assoreadas, com localização e distribuição irregular	<ul style="list-style-type: none">Desassoreamento, limpeza, desobstrução, alargamento e aprofundamento dos canais;Implantação de microdrenagem;	<ul style="list-style-type: none">✓ Implantar sistema adequado para a captação e drenagem das águas superficiais nos taludes de corte e aterro;
	Imbirussu	Imbirussu, Serradinho	55,16	89,14			
III	Lageado	Lageado	51,15	93,43	<ul style="list-style-type: none">Alagamentos, inundações e enchentes em vários pontos;Sistema de microdrenagem insuficiente em vários pontos;Bocas-de-lobo assoreadas, com localização e distribuição irregular	<ul style="list-style-type: none">Desassoreamento, limpeza, desobstrução, alargamento e aprofundamento dos canais;Implantação de microdrenagem;Medidos de controle nos tanques de piscicultura (próximo ao Córrego Lageado)	<ul style="list-style-type: none">✓ Adequar a solução de coleta e dissipação das águas servidas às dificuldades de escoamento e infiltração no solo;✓ Prever cuidados específicos nos trechos de declividade acentuada onde há concentração de águas pluviais;
IV	Prosa	Prosa, Pindaré, Desbarrancado, Revellieu, Sóter	30,94	78,18	<ul style="list-style-type: none">Alagamentos, inundações e enchentes em vários pontos;Sistema de microdrenagem insuficiente em vários pontos;Bocas-de-lobo assoreadas, com localização e distribuição irregular;Ocorrência de ligações clandestinas de esgotos;	<ul style="list-style-type: none">Desassoreamento, limpeza, desobstrução, alargamento e aprofundamento dos canais;Implantação de microdrenagem;Implantação de “piscinões abertos”;Avaliação e complementação da obra de controle de erosão da Mata do Jacinto;	<ul style="list-style-type: none">✓ Implantar canaletas ou interceptar o fluxo de águas nos locais problemáticos quanto ao desenvolvimento de erosão no leito viário;✓ Evitar o escoamento de grandes volumes de águas pluviais no leito das vias privilegiando o seu lançamento na drenagem natural;
	Botas-Coqueiro	Botas, Coqueiro, Pedregulho	35,30	96,28			
V	Segredo	Segredo, Cascudo, Maracaju	46,19	82,30	<ul style="list-style-type: none">Alagamentos, inundações e enchentes em vários pontos;Sistema de microdrenagem insuficiente em vários pontos;Bocas-de-lobo assoreadas, com localização e distribuição irregular;Ocorrência de ligações clandestinas de esgotos;	<ul style="list-style-type: none">Desassoreamento, limpeza, desobstrução, alargamento e aprofundamento dos canais;Implantação de microdrenagem;Implantação de “piscinões abertos”;	<ul style="list-style-type: none">✓ Promover a implantação de revestimentos retentivos em áreas de pouco tráfego, como p.e. em áreas de estacionamento e vias locais;
VI	Anhanduí	Anhanduizinho	29,98	70,77	<ul style="list-style-type: none">Alagamentos, inundações e enchentes em vários pontos;Sistema de microdrenagem insuficiente em vários pontos;Bocas-de-lobo assoreadas, com localização e distribuição irregular	<ul style="list-style-type: none">Desassoreamento, limpeza, desobstrução, alargamento e aprofundamento dos canais;Implantação de microdrenagem;	<ul style="list-style-type: none">✓ Implantar canaletas gramadas em loteamentos condominiais de baixa densidade de ocupação e de relevo suave;✓ Proteger as margens e cabeceiras dos cursos d’água.
Extensão Total das Bacias Hidrográficas			334,20	87,41			

FONTE: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Instituto de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente – PLANURB. **Carta de Drenagem de Campo Grande**. Campo Grande, MS: PLANURB, 1997.

³⁸⁰ Pondera-se que na Carta de Drenagem é um dos referenciais para o estabelecimento objetivo dos limites das regiões urbanas. Porém esse dado é complementado por outros fatores como o sistema viário, o parcelamento e o uso do solo. A reunião desses dados e a definição específica das regiões urbanas são determinadas no Plano Diretor de Campo Grande de 1995.

Figura 4.47 – Carta de Drenagem de Campo Grande, MS.

Fonte: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Instituto de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente – PLANURB. Carta de Drenagem de Campo Grande. Campo Grande, MS: PLANURB, 1997.

A cachoeira do Córrego Prosa é uma formação natural rara na hidrografia e no relevo da cidade. A situação no contexto urbano fez dessa cachoeira um atrativo na paisagem da cidade.

Figura 4.48 – Cachoeirinha do Córrego Prosa em Campo Grande, MS.

Fonte: Élio Taveira disponível em <http://www.pmcg.ms.gov.br/?s=30&location=2&idNot=8926> acesso em 9 jan 08.

O represamento dos Córregos Bandeira e Cabaça favoreceu o controle do escoamento do sistema de drenagem e nos leitos desses córregos.

Figura 4.49 – Represamento dos Córregos Bandeira e Cabaça no Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em Campo Grande, MS.

Fonte: Autor.

4.4.4.2 Carta de Geotécnica de Campo Grande, MS

A Carta Geotécnica³⁸¹ foi criada como um instrumento de planejamento urbano aplicado à organização do uso e da ocupação do solo, promovendo o aproveitamento dos recursos naturais e construídos, a redução dos custos relativos à expansão urbana. A Carta Geotécnica apresenta as características geológicas, pedológicas e geotécnicas da sede do município subdividindo-a em *unidades homogêneas*, considerando as características da paisagem e estabelecendo critérios e recomendações para as intervenções no solo urbano (Tabela 4.3).

A Carta Geotécnica delimita as zonas com maior potencial de adensamento, áreas de proteção ambiental, áreas de preservação da permeabilidade do solo e as faixas de terra consideradas mais apropriadas para parque e espaços livres de recreação. Segundo a Carta Geotécnica, uma das funções estabelecidas para os espaços livres públicos de recreação e de conservação era a de proteção ambiental das áreas frágeis e de minimização dos conflitos urbanos quanto às variações da saturação do solo nas áreas de embaciamento, nos fundos de vale e nas cabeceiras dos córregos (Figura 4.50).

Nesse sentido, avaliando-se a distribuição espacial dos espaços livres públicos de recreação dos loteamentos constatou-se que ela foi ineficaz na proteção das áreas consideradas frágeis, pois é muito fragmentada. A extensão abrangida pelos espaços livres públicos de recreação é muito inferior àquela recomendada pela Carta Geotécnica. Entretanto nos Córregos Buriti, Lagoa, e Imbirussu essa distribuição é um pouco mais contínua.

Apenas em algumas áreas de embaciamento e cabeceiras dos córregos foram implantados parques para a proteção dos mananciais. Essa implantação iniciou ainda na década de 1960 com a proteção da cabeceira do Córrego Prosa. Depois sendo estendida para as cabeceiras dos Córregos Segredo e Sóter na década de 1990 e nos anos 2000. Contudo essa ação foi realizada como efeito da criação e da aplicação da Carta Geotécnica e do Plano Diretor

de Campo Grande (Figura 4.51). Mesmo com o aprimoramento dos instrumentos de planejamento, nascentes degradadas como as do Córrego Serradinho (Jardim Imá) e do Córrego Portinho (bairro Portinho Pache) não foram recuperadas, sendo ocupadas por moradias e áreas de lazer particulares.

TABELA 4.3 - CARTA GEOTÉCNICA: recomendações para projetos de parcelamento do solo

Unidades Homogêneas	CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS UNIDADES		ESPECÍFICAS	GERAIS
	LITOLOGIA	RELEVO		
I	Basalto e Arenito Intertrapeanos da Formação Serra Geral	<ul style="list-style-type: none">Colinas: áreas praticamente planas: suave onduladas e onduladas: declividades variando de 0% a 15%	<ul style="list-style-type: none">Áreas passíveis de maior concentração urbana;	Projeto / Implantação <ul style="list-style-type: none">Realizar estudos geológicos-geotécnicos para cada projeto de parcelamento, caracterizando os locais onde ocorre solos de baixa capacidade de suporte de carga, profundidade do nível da água;Implantar o loteamento setorizadamente, de modo que as obras de terraplanagem, proteção superficial e drenagem estejam concluídas com o menor tempo de exposição às chuvas, iniciando preferencialmente pelas áreas mais baixas;Adequar o traçado e o greide das vias à topografia do terreno;Evitar a execução de terraplanagem ou implantação de vias e lotes em áreas de concentração de drenagem, preservando-as como áreas verdes;Evitar a execução de terraplanagem extensiva;
II	Arenitos da Formação Caiuá	<ul style="list-style-type: none">Colinas: áreas praticamente planas: e suave onduladas declividades variando de 0% a 8%	<ul style="list-style-type: none">Implantar conjuntamente com o sistema viário, sistema adequado de drenagem das águas superficiais e tratamento do leito viário, de modo que, não se desenvolvam fenômenos de erosão ao longo das vias nem os locais de lançamento;Conduzir e dispor convenientemente os escoamentos concentrados através de estruturas (tubos, galerias, valas revestidas) dotados de elementos filtrantes/drenantes em seus contatos com o terreno, de modo a impedir freqüentes fenômenos de “piping” e descalçamento;Direcionar o lançamento final do escoamento em drenagens naturais do leito estável (rochoso preferencialmente) através de estrutura de dissipação de energia, adotando-se as mesmas precauções propostas no item acima;Áreas aptas a urbanização.	Drenagem / Proteção de Taludes e Leito Viário <ul style="list-style-type: none">Implantar obras e/ou medidas para dissipação de energia das águas pluviais nos pontos de lançamentos;Dimensionar adequadamente as calhas de travessias do sistema de drenagem compatibilizando o volume de águas às dificuldades do terreno;Implantar sistema adequado para captação e drenagem de águas superficiais nos taludes de cortes de aterro;Garantir o escoamento das águas pluviais quando da execução de obras de terraplanagem;Adequar a solução de coleta e dissipação das águas servidas às dificuldades de escoamento e infiltração dos efluentes do solo;Implantar proteção superficial dos taludes de corte e aterro;Prever cuidados específicos nos trechos de declividade acentuada onde há concentração de águas pluviais;Implantar canaletas ou interceptar o fluxo de água nos locais problemáticos quanto ao desenvolvimento de erosão no leito viário;Evitar o escoamento de grandes volumes de águas pluviais no leito das vias, privilegiando o seu lançamento na drenagem natural; Edificações <ul style="list-style-type: none">Nas edificações fundadas sobre seção mista de coute/aterro, tomar providências para minimizar a ocorrência de recalques diferenciais. E naquelas implantadas sobre aterro, atentar par ocorrência de recalques excessivos.
III – A	Arenitos da Formação Serra Geral	<ul style="list-style-type: none">Plotôs e Colinas: áreas praticamente planas: e suave onduladas com embaciamentos localizados, declividades variando de 0% a 15%	<ul style="list-style-type: none">Investigar geotecnicamente o subsolo para implantação de edificações de qualquer porte;Prover de drenagem conveniente a base e sub-base dos pavimentos viários;Minimizar os efeitos de recalque diferencial, expansão e contração do solo, implantando redes subterrâneas com materiais adequados;Maior acuidade nos projetos de implantação das redes de condução de águas pluviais e servidas;Prover obrigatoriamente com rede de coleta de esgoto, excluindo qualquer alternativa baseada na infiltração local dos resíduos e/ou efluentes;Prover de escoramento provenientes as paredes de escavação em profundidades maiores que 1,5m;Conduzir e dispor conveniente os escoamentos concentrados através de estruturas (tubos, galerias, valas revestidas) dotadas de elementos filtrantes/drenantes em seus contatos com o terreno, de modo a impedir freqüentes fenômenos de “piping” e descalçamento;Direcionar o lançamento final do escoamento em drenagens naturais do leito estável (rochoso preferencialmente) através de estrutura de dissipação de energia, adotando-se as mesmas precauções propostas no item acima;Todas as recomendações acima se asseveram para as áreas deprimidas (embaciamentos);Nas áreas de unidade III B, recomenda-se a destinação para atividades de parque e lazer.	
III – B	Arenitos da Formação Serra Geral	<ul style="list-style-type: none">Plotôs e Colinas: áreas praticamente planas: e suave onduladas com embaciamentos localizados, declividades variando de 0% a 15%;Embaciamentos mais extensos	<ul style="list-style-type: none">Ocupar convenientemente a área de modo a evitar inundações, através de recursos usuais da engenharia como: retificação, desobstrução, canalização e desassoreamento dos cursos da água e edificações sobre aterro e pilotis;Adotar medidas visando a impermeabilização da superestrutura das edificações, devido a proximidade do nível da água;Implantar sistemas de drenagem superficial e subterrânea eficientes, afim de garantir a não saturação do subleito viário;Implantar rede subterrânea com material adequado de modo a minimizar os efeitos de recalque diferencial;Garantir a estabilidade e proteção contra a erosão dos margens dos cursos de água;Manter a vegetação natural ou reflorestar com espécies adequadas tanto às margens quanto às cabeceiras dos cursos de água;Usos recomendáveis, atividade de lazer e parques.	
IV	Aluviões recentes (areia, argila e silte com ou se, matéria orgânica)	<ul style="list-style-type: none">Várzeas e fundos de vales: áreas praticamente planas, a suave onduladas: declividades variando de 0% a 5%	<ul style="list-style-type: none">Direcionar o lançamento final do escoamento em drenagens naturais do leito estável (rochoso preferencialmente) através de estrutura de dissipação de energia, adotando as mesmas precauções propostas para a unidade II;Preservar e proteger estas cabeceiras de drenagem com vegetação natural ou espécies adequadas;Por ocasião da ocupação total ou parcial de terrenos desta Unidade e em seu entorno, deverão ser elaborados estudos específicos visando definir o seu limite para efeito, de projeto	
V	Basalto e Arenito da Formação Serra Geral e Arenitos da Formação Caiuá	<ul style="list-style-type: none">Cabeceiras de Drenagem: áreas praticamente planas, suave onduladas e onduladas, declividades variando de 0% a 12%	<ul style="list-style-type: none">Direcionar o lançamento final do escoamento em drenagens naturais do leito estável (rochoso preferencialmente) através de estrutura de dissipação de energia, adotando as mesmas precauções propostas para a unidade II;Preservar e proteger estas cabeceiras de drenagem com vegetação natural ou espécies adequadas;Por ocasião da ocupação total ou parcial de terrenos desta Unidade e em seu entorno, deverão ser elaborados estudos específicos visando definir o seu limite para efeito, de projeto	

FONTE: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Secretaria Municipal de Planejamento. Unidade de Planejamento Urbano de Campo Grande – PLANURB. **Carta de Geotécnica de Campo Grande**. Campo Grande, MS: PLANURB, 1991.

³⁸¹ A data de publicação da primeira edição é de 1991. A versão apresentada contém os dados dessa primeira edição, mas transpostos para a malha viária de 1999. Foram incorporados ao mapa a divisão do zoneamento urbano estabelecido pelo Plano Diretor de Campo Grande (1995), no sentido de obter uma uniformidade de tratamento das informações gráficas ora apresentadas e de facilitar a comparação de seus conteúdos. Confira CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Secretaria Municipal de Planejamento. Unidade de Planejamento Urbano de Campo Grande – PLANURB. **Carta Geotécnica de Campo Grande**. Campo Grande, MS: PLANURB, 1991.

Figura 4.50 – Carta de Drenagem de Campo Grande, MS.

Fonte: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Secretaria Municipal de Planejamento. Unidade de Planejamento Urbano de Campo Grande – PLANURB. Carta Geotécnica de Campo Grande. Campo Grande, MS: PLANURB, 1991.

Nascente do Córrego Sóter que até o início dos anos 2000 tinha sido degradada pela implantação de loteamentos próximos a cabeceira e que promoveram o assoreamento do solo. A degradação foi agravada pela utilização do entorno do córrego como área para depósito de entulho.

Figura 4.51 – Boçoroca formada na cabeceira do Córrego Sóter em Campo Grande, MS.

Fonte: Autor.

4.4.5 O Plano Diretor de Campo Grande, MS

O Plano Diretor de Campo Grande foi instituído pela lei complementar n. 5 (de 22 de Novembro de 1995), com o objetivo de estabelecer diretrizes para as políticas urbanas, promover o desenvolvimento da cidade através da reorganização do setor econômico e produtivo. Tem como aspectos de interesse a valorização do planejamento participativo, a descentralização administrativa, a distribuição equilibrada dos serviços públicos e da infra-estrutura urbana, as questões ambientais, a melhoria do transporte público e do trânsito, e da acessibilidade à moradia³⁸².

Para a aplicação do Plano Diretor e o desenvolvimento das políticas urbanas do município implementou-se o Sistema Municipal de Planejamento, o qual é composto pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU), pelos Conselhos Setoriais³⁸³ e pelos conselhos regionais (um para

³⁸² CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. Lei complementar n.º 5, de 22 de novembro de 1995: institui o plano diretor de Campo Grande - MS e dá outras providências. 2. ed. Campo Grande: Prefeitura de Campo Grande, 2001.

³⁸³ No ano de 2006 havia dezenove conselhos setoriais, entre eles, os conselhos municipais da criança, do meio ambiente, do desenvolvimento urbano, do turismo, do idoso, da cultura, do desenvolvimento econômico e da educação. Confira PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DE CAMPO GRANDE. Campo Grande, MS: Planurb, 2006, p.183.

cada região urbana). A formação dessa estrutura visa a participação da sociedade na elaboração das políticas e na organização das ações do poder executivo, com a discussão do orçamento do município, na realização de obras e na execução dos serviços públicos.

Para a estruturação do planejamento urbano e das ações do executivo, a cidade foi subdividida em: regiões urbanas, pólos urbanos, bairros, vilas e áreas especiais de interesse social, cultural, urbanístico e ambiental. As atividades e ações relacionadas à organização dos espaços livres de recreação são planejadas considerando a subdivisão dos bairros e das regiões urbanas. Os espaços livres de conservação consideram a alocação das áreas especiais de interesse urbanístico e ambiental.

Para a delimitação das áreas especiais de interesse urbanístico e ambiental no Plano Diretor foi utilizado como referencial técnico as recomendações tanto da Carta Geotécnica e da Carta de Drenagem. Os espaços livres públicos de conservação foram alocados nas áreas consideradas frágeis, que eram importantes para preservação de mananciais, de cabeceiras dos córregos, e de afloramento do lençol freático. Os fundos de vale dos córregos também foram considerados como áreas especiais de interesse ambiental. Essa categoria era a mais extensa e de realidade diversa, pois os cursos d’água ora foram transformados ou degradados, ora conservaram uma parte significativa dos elementos naturais que caracterizaram sua estrutura primitiva.

No Plano Diretor foram definidas treze áreas especiais de interesse ambiental, sendo três áreas alocadas na zona rural do município (Figura 4.52). Na alocação dos parques de conservação dentro do perímetro urbano, utilizou também como critério a indicação para a implantação de pelo menos um parque por região urbana. Outro aspecto que fora considerado, era a possibilidade do desenvolvimento de atividades recreativas ou a prática esportiva sem que com isso fosse comprometida a função de conservação.

As Áreas de Interesse Urbanístico foi outra categoria de classificação prevista no Plano Diretor. As áreas selecionadas foram escolhidas visando a implantação de parques recreativos para a população, aproveitando a existência de terras públicas nas diferentes regiões da cidade.

Figura 4.52 – Plano Direto de Campo Grande, MS.

Fonte: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. Lei complementar n.º 5, de 22 de novembro de 1995: institui o plano diretor de Campo Grande - MS e dá outras providências. 2. ed. Campo Grande: Prefeitura de Campo Grande, 2001.

Foram selecionadas quatro áreas considerando a disponibilidade de terras públicas, regiões com uso residencial e de maior densidade populacional. Compete observar que enquanto fora desenvolvido o Plano Diretor, parte das diretrizes discutidas foram apropriadas pelo governo do estado, que antecipou a publicação desse plano, promovendo a desapropriação de terras particulares e a mudança de uso de outras pertencentes ao governo do estado. Assim foram indicadas as seguintes áreas:

- a) Parque das Nações Indígenas (Região Urbana do Prosa) – delimitada a partir da desapropriação de glebas promovida pelo governo do estado;
- b) Parque Ayrton Senna – mudança de destinação da área onde fora prevista a implantação da quinta etapa do Conjunto Habitacional do Aero Rancho;
- c) Parque das Moreninhas – desapropriação também promovida pelo governo do estado de parte de gleba situada contígua ao Conjunto Habitacional das Moreninhas II e III;
- d) Parque das Acácias – situada sobre terras do governo federal onde fora prevista a implantação de uma estação ferroviária.

Observa-se que três regiões não foram contempladas com parques urbanos, as regiões do Lagoa, do Segredo e do Centro. Entretanto considerava que a Região do Lagoa poderia ser atendida pelo Parque Ayrton Senna, visto que ele situava próximo a essa região. Na Região do Segredo fora alocado o Jardim Botânico e a densidade populacional era menor que as demais regiões. E a Região Urbana do Centro haveria outros atrativos que possibilitariam atender as demandas da população.

A terceira categoria de determinada pelo Plano Diretor foram as Áreas de Interesse Cultural. Entre os aspectos delimitados para essa categoria estavam: a preservação do patrimônio histórico, e reúnem aspectos urbanísticos que fazem referência a construção da cidade, incluindo os trilhos da ferrovia, alguns edifícios de uso coletivo (como hotéis) e as praças.

Avaliando as ações dos poderes públicos municipal e estadual entre os anos de 1995 até 2008, observa-se que a maior parte das diretrizes contidas nesse plano foram transpostas para a realidade, sendo implementadas na área urbana de Campo Grande.

A apresentação feita a seguir das ações de implementação do Plano Diretor de 1995 em Campo Grande foi ordenada segundo uma interpretação dos tipos de espaços livres públicos de conservação e de recreação construídos pela aplicação das diretrizes das áreas de interesse ambiental, urbanístico e cultural.

Foram estabelecidos seis tipos de parques, sendo assim classificados: parque destinado exclusivamente à recreação ou à conservação; parques recreativos e de conservação; parques recreativos e culturais; parque histórico; e parque recreativo, cultural e de conservação.

Observa-se que as ações em relação às praças centrais foram determinadas pelas diretrizes das áreas de interesse cultural. Outras ações da administração municipal foram associadas a classificação proposta para as categorias de praças urbanas. Em geral, essas ações foram realizadas visando a ampliação da infra-estrutura urbana e na aplicação de programas para melhoria da moradia. Compreende-se que essas ações também estão associadas indiretamente à aplicação desse plano diretor. Assim, foi proposta a delimitação de sete tipos de praças. Como base para o estabelecimento dessas categorias considerou o uso dominante nos espaços livre público, e características de sua configuração e composição espacial.

Foram estabelecidas as seguintes categorias de praças: recreativa,; recreativa cultural; esportiva; contemplativa; ajardinada; comercial e de adequação do sistema viário.

4.4.6 Parque de Conservação:

Os *parques de conservação* têm por função a proteção dos recursos naturais, melhoria do meio ambiente urbano e a realização de estudos científicos. Enquanto tipo, eles constituem naquele de maior extensão em termos de área. No entanto, a natureza do tipo implica no controle do acesso, sendo restrito o público diário que pode usufruir desses espaços. Assim, os parques de conservação têm uma capacidade inferior de atendimento das demandas se comparado aos demais tipos de parques. Contudo essa característica responde por uma demanda específica que as demais áreas de parque não tem a propriedade para cumprir.

a) Parque Estadual Matas do Segredo

Na cabeceira do Córrego Segredo foi indicada a implantação de um jardim botânico. Pelo Decreto Estadual n.7119/93 foi instituída uma área de conservação com 179ha³⁸⁴. Posteriormente, no ano 2000, área foi denominada como Parque Estadual Matas do Segredo. Isoladamente, esse parque é o mais extenso da área urbana de Campo Grande, MS. O acesso ao parque é restrito, sendo destinado à proteção da cabeceira do Córrego Segredo, cujo solo é arenoso e muito suscetível a erosão. Considerando apenas as áreas públicas situadas no perímetro urbano, o Parque Matas do Segredo é aquela que abriga a maior diversidade da flora do Cerrado e que é característica de Campo Grande, MS (Figuras 4.3 a 4.56).

A área do parque foi utilizada para realização de estudos botânicos por técnicos do governo estadual e de pesquisadores de universidades públicas e privadas. Observa-se que o controle sobre o acesso ao parque não coibiu a ação de caçadores e de vândalos. A falta de controle sobre as divisas do parque também favoreceu a destruição parcial da mata pela ação de queimadas. No ano de 2007, foi desenvolvido um estudo sobre o solo, a flora, a fauna local, visando a implantação de um infra-estrutura de suporte à visitação e ao desenvolvimento das pesquisas.

O Parque Estadual do Prosa é o segundo parque em extensão situado dentro do perímetro de Campo Grande, MS. No interior dos 135ha existem as nascentes dos dois córregos que formam o Córrego Prosa: o Joaquim Português e o Desbarrancado (Figuras 4.57 a 4.60). O represamento construído no Córrego Desbarrancado na década de 1930 serviu como área de captação para o abastecimento da área urbana sendo importante na primeira metade do século XX³⁸⁵.

Figura 4.53 – Parque Matas do Segredo e área de cultivo em fundo de vale em Campo Grande, MS.

Fonte: ARCA. Campo Grande, MS: Arquivo Histórico de Campo Grande, n.9, 2003, p.14.

Figura 4.54 – Interior da Parque Matas do Segredo em Campo Grande, MS.

Fonte: ARCA. Campo Grande, MS: Arquivo Histórico de Campo Grande, n.9, 2003, p.14.

³⁸⁴ Ibidem, p.24.

³⁸⁵ ARCA. Campo Grande, MS: Arquivo Histórico de Campo Grande, n.9, 2003, p.18.

Figura 4.55 – Área de pasto e de campo sujo após queimada no Parque Matas do Segredo.

Fonte: MAGNO, Ana Claudia de Abreu. *Parque Zoobotânico de Campo Grande, MS. 2006. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2006.*

Figura 4.56 – Tipos de cobertura vegetal no Parque Matas do Segredo.

Fonte: LABGEO/UNIDERP apud MAGNO, Ana Claudia de Abreu. *Parque Zoobotânico de Campo Grande, MS. 2006. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2006.*

b) O Parque Estadual do Prosa

Reservado como área de parque na Lei n. 1429/73, implantado na década de 1980 como Reserva Ecológica do Parque dos Poderes, e depois no ano de 2002 sendo reclassificado e transformado em Parque Estadual do Prosa³⁸⁶. O objetivo inicial da criação do parque em 1973 foi a criação de uma área de proteção da cabeceira do Córrego Prosa. Posteriormente com a implantação da reserva ecológica foram definidas as seguintes finalidades resguardar a fauna, a flora e outros aspectos da paisagem. Por sua localização na área urbana, teve também por finalidade dar subsídios para o desenvolvimento de pesquisas científicas, a realização de atividades de educação ambiental junto as instituições de ensino e para a população (Figuras 4.57 a 4.59).

A construção do Parque dos Poderes³⁸⁷, parte da nascente do Córrego Joaquim Português foi degradada, com a remoção da mata ciliar e assoreamento do leito do córrego devido a implantação do sistema viário para o acesso do Parque dos Poderes pelo prolongamento da Avenida Afonso Pena. Concomitante a implantação do Parque dos Poderes, na década de 1980, o paisagista Roberto Burle Marx foi contratado para elaborar um parque para as nascentes dos córregos e as margens degradadas. O projeto proposto preservava as matas da cabeceira e na área degradada foram compostos conjuntos de jardins, dispostos em planos escalonados e integrados aos córregos por meio de espelhos d'água. O plantio tinha como referência a vegetação nativa do parque (formada por mata de galeria e cerrado). Observa-se, entretanto, que o projeto não foi implantado.

Em 1983 com a criação da reserva, a área foi cercada, o acesso foi restrito, e promoveu-se a recomposição espontânea da mata degradada. No ano 2008 essa mata estava formada por árvores com porte médio de 8m de altura.

³⁸⁶ Implantação do parque como reserva ecológica foi determinada pelo Decreto Estadual n.1229/81. A reclassificação da reserva para parque seguiu a determinação da Lei federal n. 9985/2000 a qual estabelece o Sistema nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Confira *PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DE CAMPO GRANDE*. Campo Grande, MS: Planurb, 2006, p. 167.

³⁸⁷ Denominação dada ao conjunto arquitetônico para a sede da governadoria, das secretarias e autarquias estaduais e assembléia legislativa.

Figura 4.57 – Parque dos Poderes.

Fonte: Autor.

Figura 4.58 – Córrego Joaquim Português e interior do Parque Estadual do Prosa.

Fonte: COSTA, Mario S. Sobral; ABRÃO, Oswaldo. Parque do Prosa. Campo Grande, MS: UFMS, 2006. 56 diapositivos: color. 1 CD-Rom.

Figura 4.59– Situação do Parque Estadual do Prosa.

Fonte: COSTA, Mario S. Sobral; ABRÃO, Oswaldo. Parque do Prosa. Campo Grande, MS: UFMS, 2006. 56 diapositivos: color. 1 CD-Rom.

As visitas ao parque são monitoradas por instrutores e guias. Para realizá-la é necessário contato prévio solicitando a autorização de ingresso. O regulamento de visitação orienta que apenas 45 pessoas podem ter acesso ao parque em um mesmo dia. Essa restrição visa à proteção da mata, do habitat de animais silvestres que vivem no parque, o controle da erosão do solo, e também devido a implantação no parque de um Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS). Esse centro é destinado ao trato de animais apreendidos no controle do tráfico da fauna, daqueles capturados em estradas (atropelamentos), de fazendas de gado, e ainda, oriundos de criação em cativeiro. Cerca de 10% do Parque Estadual do Prosa é ocupado pelo CRAS. Entre os animais que são tratados existem onças pardas, papagaios, tartarugas, tamanduás e araras.

Observa-se que o parque possui um centro de visitantes composto por um auditório para 40 pessoas, oficinas para atividades educacionais, lanchonete e salas administrativas (Figura 4.60 a 4.62). Além das atividades específicas a visitação do parque, o centro de visitantes é utilizado para realização de cursos.

Figura 4.61 – Interior do Parque Estadual do Prosa.

Fonte: ARCA. Campo Grande, MS: Arquivo Histórico de Campo Grande, n.9, 2003, p.15.

Figura 4.60 – Acesso principal e atividade de educação ambiental no Parque Estadual do Prosa.

Fonte: COSTA, Mario S. Sobral; ABRÃO, Oswaldo. **Parque do Prosa**. Campo Grande, MS: UFMS, 2006. 56 diapositivos: color. 1 CD-Rom; e Autor

Figura 4.62 – Centro de visitantes e represa do Córrego Desbarrancado no Parque Estadual do Prosa.

Fonte: COSTA, Mario S. Sobral; ABRÃO, Oswaldo. **Parque do Prosa**. Campo Grande, MS: UFMS, 2006. 56 diapositivos: color. 1 CD-Rom.

c) Lago do Amor

Situado no campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, a área original foi concebida para a contemplação da paisagem. Posteriormente foi implantada uma Reserva de Patrimônio Particular Natural (RPPN). Essa área abrange parte da mata ciliar dos córregos Cabaça e bandeira, incluindo também extensa área de cerrado. Na implantação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul a maior parte do terreno era formado por pasto. Contudo, o cerrado foi regenerado na porção do terreno em que não fora ocupada para a construção das edificações do campus. No ano de 2008, o entorno do lago é utilizado pela população para o passeio e a contemplação da paisagem. A avenida interna do campus é utilizada para caminhada e exercícios físicos. As quadras de tênis são abertas ao público. Na área de cerrado e de mata de galeria, desenvolve-se pesquisa sobre a flora da região. Como atrativo para o lago, foram inseridos jacarés e capivaras. Nas árvores mais altas há ninhais de aves (Figuras 4.63 a 4.67).

Figura 4.63 – Lago do Amor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Fonte: Autor

Figura 4.64 – Avenida central do campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e mata de galeria do Córrego Cabaça

Fonte: ARCA. Campo Grande, MS: Arquivo Histórico de Campo Grande, n.9, 2003, p.43.

Figura 4.65 – Animais a beira do Lago do Amor.

Fonte: Autor

Figura 4.66 – Áreas de contemplação do lago.

Fonte: Autor

Figura 4.67 – População no final de semana.

Fonte: Autor

d) Parque do Anhanduizinho

Situado as margens do Córrego Bandeira a jusante do campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Esse parque (15ha) é uma área de preservação de acesso restrito que foi planejada para a proteção de área alagadiça da várzea do Córrego Bandeira em confluência com o Córrego Anhanduizinho. O solo é brejoso e a vegetação típica era formada por veredas e matas de galeria. Ele foi planejado para ser um parque a semelhança do Parque Estadual do Prosa. Ele foi implantado utilizando de uma contrapartida da implantação do gasoduto no estado de Mato Grosso do Sul. Foi prevista a construção de um centro de educação ambiental, porém essa obra não foi executada. Foram implantados apenas o cercamento do parque e os pórticos de entrada. A não ser a proteção da área para a recomposição da mata, observa-se que não outra forma de apropriação no parque (Figuras 4.68 a 4.70).

Figura 4.68 – Pórtico do Parque do Anhanduizinho.

Fonte: Autor

Figura 4.69 – Acesso principal do parque.

Fonte: ARCA. Campo Grande, MS: Arquivo Histórico de Campo Grande, n.9, 2003, p.46.

Figura 4.71 – Parque do Anhanduizinho e a Avenida Ernesto Geisel.

Fonte: ARCA. Campo Grande, MS: Arquivo Histórico de Campo Grande, n.9, 2003, p.46.

Figura 4.70 – Cercamento do parque.

Fonte: Autor

Figura 4.72 – Córrego Bandeira.

Fonte: Autor

Figura 4.73 – Avenida que interliga o Parque Anhanduizinho ao Lago do Amor.

Fonte: Autor

e) Parque do Águas do Prosa

Situado as margens do Córrego Prosa é um parque (6ha) destinado a preservação, com acesso restrito. A área encontra-se em processo de recomposição da mata induzida por plantio e por recomposição espontânea. Na área externa do parque foi implantada uma pequena praça. As demandas por recreação na região são atendidas pelo Parque das Nações Indígenas. Observa-se que esses parques situam-se em uma das áreas mais valorizadas no mercado imobiliário. Esse projeto foi elaborado pelo arquiteto André Costa e equipe. (Figuras 4.74 a 4.76).

Figura 4.74 – Situação do Parque Águas do Prosa.

Fonte: Google Image Globe, 2008.

Figura 4.75 – Acesso principal do Parque Águas do Prosa.

Fonte: Autor

Figura 4.76 – Paginação do piso da praça, plantio arbóreo na Avenida Rubens Gil de Camillo e Shopping Center Campo Grande ao fundo.

Fonte: Autor

4.4.7 Parques de Recreação e Conservação:

Eles respondem por demandas específicas da cidade, influenciando na interação de moradores de duas regiões da cidade. Cabe observar que a estruturação dos dois parques que pertencem a esse grupo diverge quanto ao programa arquitetônico apesar de ter a mesma finalidade, onde o parque do Sóter possui um conjunto arquitetônico mais elaborado e maior diversidade de equipamentos, e o Parque do Buriti-Lagoa uma implantação realizada com menores investimentos na urbanização da área.

a) Parque do Sóter

Entre os principais equipamentos que atraem o interesse da população no Parque do Sóter (22,8ha) estão as atividades esportivas como áreas para exercício, quadras de jogos, praça de múltiplo uso, pistas de caminhada, quiosques com churrasqueiras. Há no parque uma edificação administrativa e destinada à educação ambiental. Observa-se que o parque foi implantado visando à proteção da cabeceira do Córrego Sóter e a contenção da boçoroca. A obra foi implantada associando a expansão do sistema viário de trafego rápido. Esse parque é integrado ao Parque das Nações Indígenas através da Avenida Nelly Martins conhecida como Via Parque (área de proteção das margens do Córrego Sóter que contém ciclovia e passeio público). Observa-se que a via forma um parque linear e foram construídas duas barreiras para o represamento do curso d’água visando o controle do escoamento do sistema de drenagem e a ocorrência de inundações na região central. Apesar de ser um parque destinado ao atendimento da população da Região Urbana do Prosa, ele é reconhecido pela maioria da população da cidade. Um dos aspectos que contribuiu para esse fato foi o cuidado com a arquitetura das construções. O pórtico de entrada é um dos elementos marcantes do conjunto. Observa-se que o projeto foi elaborado pela arquiteta Jussara Basso (Figuras 4.77 a 4.82).

Figura 4.78 – Ponte sobre o Córrego Sóter e pista de caminhada no interior do parque.
Fonte: Autor.

Figura 4.79 – Praça de Múltipla Atividade e acesso pela Via Parque.
Fonte: Autor.

Figura 4.77 – Avenida de acesso ao Parque do Sóter.
Fonte: Autor.

Figura 4.80 – Playground, pistas de skate e de caminhada
Fonte: Autor.

Figura 4.81 – Via Parque e Parque do Sóter.

Fonte: PLANURB, 2008.

Figura 4.82 – Represamento do Córrego Sóter.

Fonte: Acervo autor.

b) Parque do Buriti-Lagoa

Esse parque foi implantado mediante ação do poder público municipal que seguiu o programa Habitar Brasil/BID. Foram reassentadas as famílias que ocupavam o fundo de vale dos Córregos Buriti-Lagoa, promovendo a construção de moradias (350 unidades), a regularização fundiária de 415 famílias, o incremento da infra-estrutura urbana (redes de abastecimento, redes de esgoto e pavimentação viária) e da construção de equipamentos urbanos (centro comunitário, fábrica artesanal). Nessa ação de realocação das famílias foram ocupados os lotes vazios dos loteamentos do entorno (Santa Emília e São Conrado) e implantado o parque. Ele é composto de pistas de caminhada, pontes, playground e extenso gramado. Tem a função de proteger as margens dos córregos. Apesar da estrutura simples, o parque é bem apropriado pela população (Figuras 4.83 a 4.88).

Figura 4.83 – Obra de implantação do Parque Buriti-Lagoa.

Fonte: ARCA. Campo Grande, MS: Arquivo Histórico de Campo Grande, n.9, 2003, p.48.

Figura 4.84 – Fundo de vale do Córrego Lagoa.

Fonte: Autor.

Figura 4.86 – Arborização do Parque Buriti Lagoa.

Fonte: Autor.

Figura 4.85 – Recreação no parque.

Fonte: Autor.

Figura 4.87 – Moradias construídas com o reassentamento das famílias.

Fonte: Autor.

Figura 4.88 – Pontes sobre o Córrego Buriti.

Fonte: Autor.

4.4.8 Parques de Recreação

Os parques recreativos correspondem às áreas de interesse urbanístico. Eles foram estruturados com equipamentos esportivos e respondem por demandas de diferentes regiões da cidade. Também influenciam na convergência e na interação de moradores dos bairros. Entre os principais equipamentos que atraem o interesse da população estão às atividades sob ginásio coberto como quadras esportivas, área para exercício orientado por instrutores, atendimento fisioterápico e piscinas. Eventualmente, são utilizados pela administração municipal ou outras entidades para promover ações de saúde pública, de esclarecimento e assistência à população além de festividades.

a) Parque Ayrton Senna

Projeto original (7,3ha) foi elaborado pelo arquiteto Rubens Gil de Camillo e equipe, que nos anos 2000 foi adaptado para a implantação de ginásio coberto e a construção de piscinas. Originalmente, o principal atrativo do parque era a pista de atletismo, idealizada para ser utilizada como área de treinamento dos alunos das redes de ensino públicas, em substituição ao Belmar Fidalgo. Contudo, por sua localização distante da região central acabou por não consolidar esse uso como principal referência do parque. Em 2008 as atividades recreativas no ginásio coberto são a principal atrativo do parque. Ele ainda possui campos de futebol, playground, canchas de vôlei de areia. O plantio arbóreo é esparso e não há plantio ornamental com extratos herbáceo e arbustivo (Figuras 4.89 a 4.93).

Figura 4.89 – Ginásio do Parque Ayrton Senna

Fonte: Autor.

Figura 4.90 – Playground do Parque Ayrton Senna.

Fonte: Autor.

Figura 4.92 – Pórtico e conjunto esportivo do Parque Ayrton Senna.

Fonte: Autor.

Figura 4.91 – Piscina.

Fonte: Autor.

Figura 4.93 – Jogo de 'Bê' na Rua Quaresmeira vizinha ao Parque Ayrton Senna.

Fonte: Autor.

Observa-se que o ginásio foi construído sobre a praça situada na entrada do parque.

Figura 4.94 – Projeto original do Parque Ayrton Senna.

Fonte: Acervo QUAPÁ, 2000.

Figura 4.95 – Situação do Parque Ayrton Senna.

Fonte: Google Image Globe, 2008.

Observa-se que mesmo com os equipamentos implantados no parque as crianças do bairro Aero Rancho utilizam a rua para jogos. Um fato importante a ser considerado que o uso da rua, como local de recreação informal, ocorre pela maior proximidade das residências.

b) Parque Jacques da Luz

Projeto original elaborado pelo arquiteto Luis Vieira e equipe. Era prevista no programa a implantação de uma horta comunitária, mas a semelhança dos outros equipamentos, não fora executado. A obra do parque foi iniciada em 1994, contudo concluída apenas em 1999(Figuras 4.96 a 4.101). O programa se assemelha ao Parque Ayrton Senna, contudo o Jacques da Luz possui um estádio de futebol, menos canchas esportivas e sua extensão é maior 44ha. O principal público usuário do parque são os moradores do Conjunto Habitacional das Moreninhas, com população estimada em cerca de 60 mil habitantes.

Figura 4.96 – Piscinas e quadras esportivas.
Fonte: Autor.

Figura 4.97 – Ginásio do Parque Jacques da Luz.
Fonte: Autor.

Figura 4.98 – Área de pasto dentro do Parque Jacques da Luz.
Fonte: Autor.

Figura 4.99 – Arborização no Parque Jacques da Luz.

Fonte: Autor.

Figura 4.100 – Situação do Parque Jacques da Luz.

Fonte: Google Image Globe, 2008.

Figura 4.101 – Moradias no Conjunto Habitacional das Moreninhas.

Fonte: Autor.

4.4.9 Parques Recreativos Culturais

Esses parques são aqueles que *melhor estão estruturados*, pois possuem uma diversidade de equipamentos, de usos, de atividades para a população, e ainda, são melhores qualificados pelo projeto apresentando uma arquitetura elaborada³⁸⁸. Esse tipo constitui a principal referência para os habitantes de Campo Grande, podendo ser considerados, em termos de escala, como *parques da cidade*. A abrangência da influência desses parques resulta da mescla de funções e atividades proporcionando assegurar o maior interesse e a frequência dos usuários, interagindo tanto atividades ao ar livre (gramados, bosques, passeios, áreas de jogos e pistas esportivas) quanto às atividades culturais em museus, áreas de múltiplo uso e concha acústica. Os parques implantados são: Parque Antônio Albuquerque (Horto Florestal) e o Parque das Nações Indígenas.

a) Parque Antônio Albuquerque (Horto Florestal)

Área de grande visibilidade política, é um marco urbano pois situa-se sobre a região onde iniciou a ocupação da cidade. Foi o viveiro municipal na década de 1920 a 1970. Depois foi planejado como centro cultural (Plano de Complementação Urbana de 1979), sendo na década 1990 urbanizado como parque recreativo cultural (4,5ha de área). O projeto foi elaborado pelo arquiteto Elvio Araújo Garabini. A proposta faz referência do parque enquanto local que demarca o surgimento da cidade, indicado simbolicamente pela construção de

³⁸⁸ Como exemplo o Parque Antônio Albuquerque – Horto Florestal.

pórticos que remetem ao encontro dos córregos Prosa e Segredo. O projeto é explora a percepção sensorial e a composição lúdica dos espaços, inserindo cenários como ‘navio naufragado’ e labirintos no playground, espécies floríferas e aromáticas nos canteiros, fontes e um espelho d’água em meio a praça central. O plantio preservou as árvores (com cerca de 20m de altura) remanescentes do viveiro municipal e inseriu no bosque vegetação de grande apelo ornamental associando-se estratos arbustivos e herbáceos.

O programa é composto por um orquidário, biblioteca pública, pista de caminhada sombreada, áreas de parada, áreas de ginástica, canchas de bocha, de malha, praça, espelho d’água, pistas de bicicross, de skate, edificações administrativas, oficinas, ginásio de múltiplo uso destinado ao público da terceira idade (Figuras 4.102 a 4.108).

O rol de atividades abrange a contemplação da paisagem, jogos, exercício físico, atividades instrucionais como leitura e cursos de extensão, além de festividades e feiras sazonais.

Outro aspecto que favorece o Parque Antônio Albuquerque ser reconhecido e utilizado pela maioria da população, é que ele situa-se junto a um importante corredor de transporte urbano e é contíguo a duas avenidas estruturais (Avenida Ernesto Geisel, Fábio Zahran e Fernando Corrêa da Costa). Além desses aspectos, contribui para o uso intenso a situação ao lado do parque um centro cultural recreativo do SESC, o qual inclui restaurante, instalações para treinamento e teatro. Em consulta realizada junto a moradores do Conjunto Habitacional José Abrão, situado 10km distante do centro urbano, constatou-se que essas pessoas freqüentavam o parque com em fins de semana, tendo por fator motivador a realização de shows, e do transporte público gratuito.

Figura 4.102 – A Jardinamento do bosque no Parque Antônio Albuquerque.

Fonte: Autor.

Figura 4.103 – Acesso pelas Avenidas Ernesto Geisel e Fernando Corrêa da Costa.

Fonte: Autor.

Figura 4.104 – Planta de piso do Parque Antônio Albuquerque.

Fonte: Acervo QUAPÁ, 2000..

Figura 4.105 – Chafariz do Horto Florestal.

Fonte: Autor.

Figura 4.107 – Espelho d'água e praça central

Fonte: Acervo autor.

Figura 4.106 – Cobertura vegetal do Horto Florestal

Fonte: Autor.

Figura 4.108 – Pista de caminhada sob o bosque do Horto Florestal.

Fonte: Autor.

b) Parque das Nações Indígenas

É o principal parque urbano de Campo Grande, devido sua extensão, localização, conjunto de equipamentos e construções e estrutura paisagística. O parque foi construído pela desapropriação de cinco propriedades, de caráter rural, remanescentes no meio urbano. Ele foi implantado por uma ação do governo estadual orientada pelo planejamento urbano realizado pela administração municipal. O parque tem 119ha de extensão. O plano diretor do parque, a infra-estrutura de apoio e as áreas esportivas foram elaborados pelos arquitetos João Bosco Urt Delvizio, Inácio Salvador Nessimian e Cezar Fernandes (Escritório de Arquitetura A3). As construções administrativas foram elaboradas pelo arquiteto Jesus Escalante, o Museu do Índio (depois denominado Museu Dom Bosco) pelo arquiteto Elvio Araújo Garabini, o Museu de Arte Contemporânea pelo arquiteto Emmanuel Oliveira e a concha acústica pelo arquiteto Mario Sergio Sobral.

O plano de plantio foi elaborado pelo arquiteto Luis Vieira e equipe. Observa-se que o plano de plantio utilizou espécies nativas floríferas para criação de alamedas ao longo dos percursos principais. Outros maciços foram propostos como demarcação dos canteiros. As espécies frutíferas das chácaras foram preservadas e incorporadas no projeto. Parte do Córrego Prosa possuía mata ciliar que também foi mantida na implantação do parque. Entretanto, o plano de plantio foi descaracterizado devido a ações de preservação da natureza junto a escolas e universidades, pela implantação de bosques sem considerar o projeto de plantio e o plano diretor do parque. Observa-se que o plano diretor previa a integração visual da área do parque com a Avenida Afonso Pena e para tanto as árvores deveriam ter um fuste alto, evitando com isso a criação de uma massa vegetal que obstruísse a visualização do parque a partir da avenida.

Em termos de atividades o parque é utilizado para caminhadas, exercícios físicos, contemplação da paisagem, práticas e eventos esportivos, shows e feiras. A localização do parque faz com que ele seja o elemento central (e principal) de articulação do sistema de espaços livres públicos da Região Urbana do Prosa. Esse sistema é formado por parques de recreação e de conservação, praças, avenidas. Ele é o mais complexo e melhor estruturado de Campo Grande, MS. Associado a esse conjunto contribuem para a frequência das pessoas a proximidade de um shopping center, clubes recreativos de associações profissionais, bares, restaurantes, centro de eventos, e galerias.

Tal condição fez com que o entorno do parque valorizasse no mercado imobiliário, surgindo empreendimentos de alto padrão, condomínios residenciais e hotéis. Observando a evolução urbana desde o ano 2000, pondera-se que o sistema viário deverá sofrer adaptações para adequar-se ao ritmo de expansão urbana da região.

Um aspecto importante a ser observado sobre o Parque das Nações Indígenas é que no traçado do parque foram criados dois represamentos dos córregos Prosa e Revelliau. Além do aspecto de composição da paisagem e do aspecto lúdico da água, essas construções têm por finalidade principal melhorar o sistema de drenagem urbana, retendo uma parcela do volume de água que escoar em períodos de chuva.

Figura 4.109 – Situação do Parque das Nações Indígenas.

Fonte: Google Image Globe, 2008.

Figura 4.110 – Prática de exercícios físicos

Fonte: Acervo autor.

Figura 4.111 – Praça de Eventos.

Fonte: Acervo autor.

Figura 4.112 – Museu do Dom Bosco.

Fonte: Autor.

Figura 4.113 – Museu de Arte Contemporânea.

Fonte: Acervo autor.

Figura 4.115 – Expansão dos condomínios residenciais.

Fonte: Acervo autor.

Figura 4.114 – Concha Acústica

Fonte: Acervo autor.

Figura 4.116 – Plantio de bosques e sede da administração do parque..

Fonte: Acervo autor.

Figura 4.117 – Escultura da família Pereira e o cercamento da Fazenda Bálamo (Museu José Antônio Pereira).

Fonte: Acervo autor.

Figura 4.118 – Moradia da sede da Fazenda Bálamo (Museu José Antônio Pereira).

Fonte: Acervo autor.

4.4.10 Parque Histórico

O parque histórico compreende a função de conservação do patrimônio urbanístico e arquitetônico da cidade. Em Campo Grande, apenas uma área cumpre essa função, o Museu José Antônio Pereira. Apesar de sua pequena extensão (1,2ha), o valor a ele atribuído é único, pois nele está a sede da fazenda da família que iniciou a ocupação da região de Campo Grande. Originalmente a idéia de preservação dessa sede incluía a área de pasto, pomares e a própria sede. Em 1995, essa área correspondia a 12ha. Contudo na implantação do parque a área de pasto foi excluída da proposta. Na visitação ao parque tem-se a oportunidade de conhecer um pouco do modo de vida dos tropeiros, da moradia do final do século XIX e o pomar que foi preservado. Foram construídas edificações para orientação do visitante, uma lanchonete e loja de souvenir. O acesso é restrito e segue o horário de funcionamento do parque (Figuras 4.117 a 4.119).

Figura 4.119 – Acesso ao Museu José Antonio Pereira.

Fonte: Acervo autor.

4.4.11 Parques em processo de implantação no ano de 2008

Os parques em processo de implantação são destinados à recreação e à conservação. No ano de 2008, três parques estavam em processo de implantação:

- O parque linear do Córrego Imbirussu que incluiu a reformulação do viveiro de mudas do município (Horto Florestal da Vila Popular), para a implantação de um Jardim Botânico. No Plano Diretor de 1995, esse local foi denominado área de interesse ambiental. A urbanização desse parque inclui a vereda da Vila Sayonara. A população da região atendida pelo parque é de média e baixa renda (Figura 4.120);
- O segundo parque é uma contrapartida de empreendedores imobiliários pela construção de loteamento fechado Dahma (etapas I e II). Observa-se que o parque do Dahma (31ha) é uma área de conservação destinada a proteção da cabeceira e de uma pequena parte do fundo de vale do Córrego Lageado. Tanto o loteamento quanto o parque foram implantados sobre a propriedade da antiga Fazenda Rancharia, qual já possuía uma infra-estrutura de lazer (represa, piscinas e salões) onde eram arrendados para realizar festas. Exceto a represa, os demais elementos construídos da fazenda não foram aproveitados na construção do loteamento fechado;
- O terceiro parque (17ha) também resultou de uma contrapartida da construção do Alphaville Campo Grande (etapa I). Nesse loteamento fechado a área sob intervenção corresponde a nascente de um afluente do Córrego Botas. Nessa área há a formação de boçoroca devido à remoção da mata ciliar e pelo fato de que o solo da região é arenoso, sendo muito suscetível à erosão.

Figura 4.120 – Delimitação da área de intervenção no Parque do Imbirussu.

Fonte: Prefeitura de Campo Grande, 2008.

4.4.12 Praças em Campo Grande

Os tipos de praças em Campo Grande se assemelham às categorias de parques, em relação aos seus aspectos funcionais. A diversidade de tipos é um pouco maior e a configuração da paisagem assume características que seguem o uso e parcelamento do solo, a morfologia do sítio e a localização na cidade. Pondera-se que uma praça pode eventualmente apresentar as características de mais de um tipo, mas sua classificação foi delimitada em função do aspecto dominante. As categorias identificadas são apresentadas a seguir.

a) Praça Recreativa Cultural

Há apenas *quatro* praças em Campo Grande que pertencem a essa categoria. A escala de abrangência desse tipo é a cidade, pois são realizadas nessas praças atividades de interesse da população, cujo principal atrativo são eventos de natureza artística, festividades, feiras e ações sociais.

A Prefeitura realiza eventos e programas como Arte na Praça, Noite da Seresta e Show na Cidade. O programa Arte na Praça reúne a apresentação de músicos, grupos de teatro amador, feira de exposição de artistas plásticos e artesãos. A Noite da Seresta é um programa destinado a realização de shows populares. O Programa Show na Cidade compreende a apresentação de grupos musicais e cantores regionais. Esse programa é itinerante, sendo também realizado nas ruas e avenidas dos bairros. Os três programas realizados pela prefeitura são coordenados pela Fundação de Cultura de Campo Grande (FUNDAC). O Projeto Peixe Vivo na Praça Demóstenes Martins tem a mesma natureza que os demais, sendo organizado por moradores do Jardim Vilasboas, sob a coordenação de Lenilde Ramos. Esse projeto já contou com a participação de músicos profissionais e cuja carreira é reconhecida pela maioria da população.

Figura 4.121 – Praça Demóstenes Martins (JardimVilasboas)

Fonte: Acervo autor

A *Praça Recreativa Cultural* tem tamanho médio de 2ha e possui equipamentos que atendem a escala da vizinhança (como playgrounds e áreas de convívio) (Figuras 4.121 a 4.123). As praças localizadas nos bairros (Praça Cuiabá e Demóstenes Martins) possuem equipamentos esportivos. Todas possuem plantio arbóreo e ornamental. A praça com

plântio mais elaborado é a Praça Ary Coelho e a praça com melhor serviço de manutenção é a Praça do Rádio.

A praça mais importante desse tipo é a Praça Ary Coelho, pois ela é a mais antiga, situa-se na região central, junto à área comercial e está integrada ao sistema de transporte coletivo, sendo acesso fácil para os moradores da maioria dos bairros.

Figura 4.122 – Praça Cuiabá e Praça das Araras

Fonte: Acervo autor

Figura 4.123 – Praça Dr. Ary Coelho

Fonte: Acervo autor

b) Praça Recreativa

A *Praça Recreativa* compreende ao que comumente é conhecida como *praça de bairro*. Ela destina-se ao atendimento da população desde o público infantil até o idoso. Em geral, o programa é composto por área de recreação infantil (playground), áreas de convívio equipadas com bancos e mesas, uma cancha esportiva, passeios e plantio arbóreo. Em terrenos mais amplos o programa pode ser ampliado agregando outros equipamentos. A dimensão das praças varia entre 0,35ha a 1,8ha. A escala de abrangência é a *vizinhança*. A situação dessas áreas nos bairros varia conforme o parcelamento do loteamento. Em Campo Grande, a Região Urbana do Imbirussu é aquela que possui a maior conjunto desse tipo de praça. Outra característica comum, é que esse tipo situa-se predominantemente em bairros de população com renda média. As praças recreativas, junto com as praças ajardinadas, são os tipos mais freqüentes em Campo Grande. Uma praça que exemplifica esse tipo é a que foi construída no Conjunto Habitacional Ana Maria do Couto (Figuras 4.124 a 4.126).

]

↑ **Figura 4.125** - Praça Ana Maria do Couto .

Fonte: Acervo autor

↓ **Figura 4.126** - Praça Lar do Trabalhador

Fonte: Acervo autor

Figura 4.124 – Praça República Paraguaia.

Fonte: Acervo autor

Figura 4.127 – Praça Belmar Fidalgo

Fonte: Acervo autor

c) Praça Esportiva

Esse tipo se assemelha a praça recreativa, contudo, em seu programa os equipamentos e atividades esportivas são priorizados, ocupando maior extensão do terreno com a construção de quadras, canchas esportivas, pistas de skate, área para ginástica, pista de bicicross e outros. Comparada aos demais tipos, sua ocorrência é pequena e estão alocadas de modo disperso na cidade. A escala de abrangência é mais ampla que a escala do bairro, pois pelo fato de haverem poucas praças construídas, elas atendem não apenas o bairro onde elas foram construídas, mas aqueles situados próximos a elas.

A principal praça é que se constitui numa referência para os moradores dos diferentes bairros é a Praça Belmar Fidalgo. Essa praça é aquela que possui o projeto mais elaborado tanto em relação a arquitetura das construções quanto do plantio vegetal (Figura 4.127). Por ser central e de grande visibilidade, a praça está integrada ao Programa de Parceria Municipal (PROPAM) através do qual, empresas e associações assumem a responsabilidade e o ônus de conservar a infra-estrutura construída. Por essa condição a manutenção da praça é boa e o fluxo diário de usuários é intenso, sobretudo no início e no final do dia. Nos bairros o uso diurno é semelhante. Contudo a maior frequência ocorre nos fins de semana com a realização de campeonatos e jogos de futebol. Nos bairros as praças com melhor infra-estrutura são as que estão situadas nos conjuntos habitacionais José Abrão, Maria Aparecida Pedrossian e no bairro Jockey Club. A dimensão das praças desse tipo é de 1,5ha a 2,5ha. Em geral pelo uso intenso, esse tipo é o que apresenta maior demanda de manutenção e o que mais facilmente degrada sua infra-estrutura.

d) Praça Contemplativa

A praça contemplativa se caracteriza pela composição espacial a partir do plantio vegetal. Ele destina à contemplação da paisagem, ao passeio, e é adequado à proteção de pequenos cursos d’água e áreas brejosas. Esse tipo possui um plantio mais elaborado que as praças ajardinadas, e também é constituído de equipamentos que proporcionam maior conforto aos usuários. A dimensão das praças varia entre de 0,5ha a 2,0ha. Existem apenas três praças na cidade que figuram nessa categoria (bairro Itanhangá, do Jardim Autonomista e a Alameda Íris Ebner). Observa-se que duas situam-se em bairros com população de maior renda. A frequência de usuários é mais esparsa, sendo mais intensa no início e no final do dia, quando então elas são utilizadas para caminhadas. A demanda pela manutenção dos equipamentos é pequena, contudo em relação aos jardins, requer a execução de serviços de poda duas vezes ao mês, principalmente na primavera e verão quando então as plantas se desenvolvem com maior vigor devido ao período de chuvas. Sobre a escala de abrangência observa-se que ela se limita a vizinhança (Figura 4.128).

Figura 4.128 - Praça Ana Maria do Couto .

Fonte: Acervo autor

Figura 4.129 – Praça do bairro Oswaldo Arantes

Fonte: Acervo autor

e) Praça Ajardinada

Esse tipo se caracteriza por ser um local de passagem, e eventualmente, é utilizado para o convívio, a realização de atividades recreativas ou de exercícios físicos. O plantio é formado predominantemente por espécies arbóreas, palmáceas e gramados. Elas são um tipo muito difundido, pois requer uma manutenção menos freqüente e o custo de implantação é inferior se comparado aos demais tipos.

Observa-se que o surgimento desse tipo tem por base duas origens: a reforma de praças recreativas degradadas e a construção de praças realizadas em bairros após 1995. Apesar dessa origem, há finalidades comuns a elas: a redução dos custos de manutenção das praças existentes e a ampliação do contingente de áreas urbanizadas utilizando menor custo com implantação. Essa estratégia de gestão foi difundida visando priorizar a quantidade de espaços livres públicos construídos e conseqüentemente, atendendo potencialmente uma maior quantidade de moradores, sem que com isso acarretasse o aumento de demanda dos serviços de manutenção.

A composição espacial baseia na inserção mínima de equipamentos como bancos e luminárias, o plantio é formado por gramados e não possui plantio ornamental com vegetação herbácea e arbustiva. Considera-se que esse tipo possui uma composição espacial e uma apropriação que se assemelha a um canteiro de avenida, porém com uma morfologia, uma alocação no bairro e uma dimensão que se assemelha a uma praça recreativa. Ele é um tipo híbrido que por sua estrutura diminuta pouco favorece o convívio social no espaço público (Figura 4.129).

Contudo, com um planejamento a médio prazo, pode favorecer a expansão das praças recreativas e esportivas, sendo um estágio preliminar de configuração dessas praças, desde que associado a ações sazonais direcionadas à realização de eventos recreativos, culturais ou esportivos, renovando e modificando o comportamento da população e sendo um incentivo ao uso do espaço público.

Avaliando-se a freqüência desse tipo na cidade, observa-se que ele é dominante nos bairros de média e alta rendas (Regiões Urbanas do Centro, Prosa e Bandeira), denotando que a estratégia adotada na difusão desse tipo está associada à redução dos custos de manutenção por parte da administração municipal com as áreas públicas onde os lotes urbanos

potencialmente possuem uma infra-estrutura para recreação melhor organizada no espaço privado.

f) Praça Comercial

Esse tipo é formado por praças situadas na região central sendo originalmente projetadas como praças contemplativas, mas que pela mudança do uso do solo no entorno com a difusão de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, careceram de uma readaptação. Na Praça dos Imigrantes foi alocada uma estrutura para o comércio de artesanato. Na Praça Oshiro Takemori foram construídos quiosques para dar abrigo a venda de artigos produzidos pela comunidade indígena (índios terenas), incluindo cerâmica, e outras formas de artesanato (Figura 4.130).

g) Praça do Sistema Viário

Ela tem ocorrência dominante a Região Urbana do Centro onde o tráfego de veículos é intenso. A composição espacial compreende desde áreas apenas gramadas até espaços ajardinados contendo passeios e eventualmente bancos. Como critério de diferenciação das praças ajardinadas, considera-se que a inserção desse tipo tem por característica dominante a articulação do tráfego viário e sua subtração do traçado comprometeria o fluxo de veículos. A dimensão das áreas pertencentes a esse tipo é diversa (Figura 4.131).

Figura 4.131 – Igreja São Francisco e a Praça Júlio Lugo

Fonte: Acervo autor

Figura 4.130 – Praça dos Imigrantes

Fonte: Acervo autor

Figura 4.132 – Situação do Sistema de Espaços Livres Públicos de Recreação e de Conservação em Campo Grande..

Fonte: Autor.

h) Eixos de animação

Termo apreendido do Plano de Complementação Urbana de 1979 que foi utilizado para designar o conjunto de avenidas que contêm equipamentos que propiciam o uso pela população para o passeio, a realização de exercício físico ou outras formas de apropriação lúdica da paisagem, favorecendo o convívio social.

Em geral, eles são formados por vias estruturais que ligam as regiões urbanas, que possuem canteiros centrais largos contendo ciclovia a qual propicia não apenas o tráfego de bicicletas, mas permite o uso pelas pessoas para caminhada. Esse tipo tem o potencial para ser apropriado como um elemento de ligação do sistema de parques urbanos. Apenas a Avenida Nelly Martins (Via Parque) foi concebida com essa intenção, integrando o Parque das Nações Indígenas ao do Sóter. As Avenidas Afonso Pena e Fábio Zahran não foram originalmente concebidas com essa intenção, mas pelo uso espontâneo, foram apropriadas para o passeio da população. No caso da Avenida Fábio Zahran foram implantados equipamentos de ginástica e havendo atividade de exercício físico orientada por instrutores.

4.4.13 Estruturação do Sistema de Espaços Livres Públicos de Recreação e de Conservação

Avaliando o sistema de espaços livres públicos de recreação e de conservação de Campo Grande (Figura 4.132), observa-se que ele possui alguns aspectos dominantes e que o caracteriza. Conclui-se que ele está organizado em quatro setores assim configurados:

a) **Setor 1** – caracterizado pelo uso residencial ocupado pela população de média renda é formado predominantemente por um conjunto de praças recreativas alocadas a uma distância média de 1km. Esse setor compreende as Região Urbana do Imbirussu e parte do Centro;

b) **Setor 2** – formado predominantemente por praças ajardinadas e situa-se sobre parte da região central e as Regiões Urbanas do Bandeira e do Prosa. Uma característica dominante nesse setor é a presença de moradia de médio e alto padrão com alguma infra-estrutura para a recreação e o lazer no espaço privado;

c) **Setor 3** – formado por um sistema misto de parques, praças recreativas, contemplativas e ajardinadas. Ele é o setor mais elaborado,

de melhor estruturado, desenvolvido e conservado. Caracteriza-se pela ocupação predominante de residenciais de alto e médio padrão. Esse setor é restrito a uma parte da Região Urbana do Prosa;

d) *Setor 4* – caracterizado por urbanização muito eventual (ou precária) de espaços livres públicos de recreação ou de conservação. Compreende a maior extensão da cidade, sendo também demarcado pela presença de lotes vagos, grandes glebas, moradia da população de baixa renda e formado por um sistema viário onde predomina vias não-pavimentadas²⁵⁹. Esse setor demanda por um planejamento mais criterioso o qual coordene os diferentes estágios de consolidação e de ocupação dos bairros. A situação como está configurada regula a população desse setor a uma condição marginal e a coloca a revelia do uso e da apropriação do sistema de espaços livres públicos de recreação e de conservação (Figura 4.133).

A deficiência desses espaços livres públicos de recreação e de conservação é compensada com a implantação de campos de futebol, a maioria construídos pelos próprios moradores, ocupando quanto os lotes vagos. Aliás, a maior predominância da implantação dos campos de chão batido ocorre nos lotes vagos pois a das terras públicas desse setor frequentemente encontram-se cedidas em comodato. Possibilidades de melhoria dessa realidade existem. Observa-se que é exatamente nesse setor que se encontra a maior extensão das áreas de reserva do município, entretanto, carecendo de planejamento adequado, gestão integrada e continuidade administrativa (Figuras 4.134 a 4.135).

Figura 4.133 – Predominam de tipos no Sistema de Espaços Livres Públicos de Recreação e de Conservação em Campo Grande. →

Fonte: Autor.

Os campos de várzea são de chão batido, enquanto que os campos de futebol com infraestrutura de apoio são gramados.

Figura 4.134 – Situação dos campos de futebol e outros locais destinados à recreação. →

Fonte: Autor elaborado a partir das imagens aéreas contidas em CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **Campo Grande-MS**: sistema de informações geográficas. Campo Grande, MS: Opus, 2004. 1 CD-Rom.

²⁵⁹ A ausência de pavimentação das vias é uma característica comum às áreas onde a ocupação urbana não foi consolidada e os lotes são pouco edificadas.

Figura 4.135 – O sistema de espaços livres públicos de recreação e conservação e as terras públicas municipais em Campo Grande, MS.

Fonte: Autor elaborado a partir das imagens aéreas contidas em CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. Campo Grande-MS: sistema de informações geográficas. Campo Grande, MS: Opus, 2004. 1 CD-Rom.

CONCLUSÃO

A formação urbana de Campo Grande foi orientada por ciclos de crescimento ocorridos em função de fatos políticos e econômicos relacionados ao desenvolvimento da região e do país. A cada época houve um respectivo processo de planejamento o qual determinou uma configuração urbana, metas para as ações públicas ora mais específicas na organização e na estruturação do sistema de espaços livres de recreação e de conservação, em outros momentos, carecendo de uma melhor orientação. Em uma condição própria de capital, o sistema de espaços livres públicos da cidade

Apesar de todos os percalços, a expansão urbana contribuiu para a ampliação do estoque das áreas de reserva. A ampla expansão das áreas decorreu principalmente pela aplicação da legislação urbana no parcelamento do solo. Se por um lado, a expansão da área urbana gerou mais estoques de terras públicas, a descontinuidade político-administrativa favoreceu os desvios de função das áreas desse sistema. No período dos últimos vinte e cinco anos, o comodato e a priorização de programas de habitação social foram as ações que mais geram perdas ao sistema. Potencialmente, o comodato é um instrumento apropriado para planejar a ocupação dos espaços públicos em bairros em processo de consolidação. Contudo, sua aplicação deveria ser revista, sendo orientada em respeito as determinações da Carta Geotécnica, do Plano Diretor e da própria lei que regula o comodato, preservando as áreas frágeis e notáveis da paisagem.

Um aspecto característico de Campo Grande é que a ocupação urbana na maior parte de sua história foi orientada por planos urbanísticos. Os planos de maior importância para a formação do Sistema de Espaços Livres Públicos de Recreação e de Conservação foram o Plano de Complementação Urbana (1979) e o Plano Diretor (1995), sendo a partir deste último, que se efetivou de modo objetivo a estruturação do sistema. Antes do Plano Diretor, a descontinuidade e o personalismo administrativos prejudicou a implantação do sistema. Não que esses tipos de problemas tenham acabado, mas a criação de outros instrumentos, como a guia de diretrizes urbanísticas, permitiu mitigar os efeitos danosos dessa forma de ação, assegurando a manutenção das diretrizes determinadas para a evolução da cidade. Entre os diferentes instrumentos previstos na Lei do Uso do Solo e no Plano Diretor, considera ser necessário desenvolver um plano diretor específico para o sistema, sobretudo para determinar parâmetros que orientem a gestão desses espaços (principal prioridade) e da expansão das áreas urbanizadas.

Sobre a gestão desse sistema observa que a fragmentação das atribuições e das responsabilidades sobre a manutenção e o desenvolvimento de atividades em parques e praças, permitiu a participação de profissionais com conhecimentos e formações específicas, por um lado aprimorando as ações. Contudo percebeu-se que várias iniciativas, poderiam ser melhor articuladas, tornando-se mais eficazes, promovendo o adequado aproveitando do potencial de ação de cada setor, pela integração de esforços e economia recursos. Não raro há sobreposição de atribuições entre departamentos e às vezes as ações desenvolvidas por esses órgãos direcionam para objetivos opostos.

A criação de um grupo de trabalho poderia ser uma estratégia de melhor articular a gestão, a manutenção dos espaços a realização de atividades recreativas. A estrutura proposta se assemelha ao grupo formado para a emissão das GDUs. O grupo possui uma agenda de encontros onde são discutidas demandas imediatas, mas podendo ser agregado a essas reuniões atividades de planejamento de médio prazo. Não obstante, considera apropriado articular as atividades desse grupo aos conselhos municipais setoriais como o Conselho Municipal do Meio Ambiente, do Turismo, da Educação e da Saúde. Compreende que as questões mais frequentes são de ordem técnica. Mas a interação com os conselhos municipais é um caminho legalmente constituído que pode proporcionar uma melhor interação com a sociedade e promover um planejamento das ações a partir de um reconhecimento mais próprio da realidade.

Observando a evolução urbana de Campo Grande há bairros cuja ocupação só foi consolidado após trinta anos. Esse período é tempo suficiente para que a vegetação arbórea atinja seu porte adulto. Em termos de planejamento, é um período longo, passível de ocorrer transformações significativas na cidade. Uma limitação do sistema de planejamento e da atividade de projeto é compreender que esse sistema é dinâmico e está em constante transformação. Os planejadores e os projetistas em geral compreendem o sistema como algo estanque, em que as iniciativas neles implementadas vem responder apenas necessidades imediatas e demandas de curto prazo. Como Macedo observa sobre a evolução do plantio de um jardim, há a necessidade de se compor – e de planejar – os espaços em seus diferentes momentos. Nesse objetivo, uma apropriação mais objetiva sobre os tipos encontrados pode proporcionar estratégias de planejamento mais adequadas a evolução da ocupação dos bairros, da cidade, das necessidades da população e da construção do sistema de espaços livres públicos.

Pondera-se que se mantido o ritmo de expansão desse sistema observada nos últimos anos, uma decorrência natural será o incremento a curto prazo da

estrutura de gestão e de planejamento desses espaços. A frequência da execução de serviços e da realização das atividades de planejamento e de projeto favorecerá ao aprimoramento das ações e a respectiva melhoria da construção desse sistema.

Como sugestão de aprofundamento no conhecimento desse tema, reconhece que a classificação proposta deva ser aprimorada. Um caminho que segue as tendências de projeto e de planejamento compreende a avaliação desses tipos associando os aspectos funcionais à morfologia da paisagem. Tal interação possibilita reconhecer outras as especificidades desses tipos. Como exemplo, observa-se que os Parques de Conservação, considerando a paisagem de Campo Grande, poderiam ser subdivididos em dois tipos: os parques implantados nas cabeceiras dos córregos e aqueles implantados nos fundos de vale. O primeiro marcado por um relevo plano, áreas amplas mas na maioria das vezes atendendo uma demanda pequena da população por ter o acesso restrito. Já o parque de fundo de vale, morfologia mais alongada é mais acessível à população. Cada qual cumpre funções afins, mas com especificidades próprias.

Compreende-se que o planejamento da paisagem, as atividades de projeto e de gestão dos espaços livres públicos de recreação e conservação, são atividades técnicas e profissionais que demandam de uma abordagem sensível, que considere as particularidades sociais, econômicas, bem como as influências políticas, culturais de um determinado lugar, para assim de domínio do conhecimento sobre a dinâmica do funcionamento dessa estrutura, seja possível constituir ações mais profícuas e enobrecedoras sobre o cotidiano urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ÁLBUM DE CAMPO GRANDE. Campo Grande, MS: s.n., 1939.

ÁLBUM GRÁFICO DO ESTADO DE MATO GROSSO. Cuiabá, MT: s.e.,1958.

ÁLBUM GRAPHICO DO ESTADO DE MATTO-GROSSO. Corumbá, MS: s.e.,1914.

ANUÁRIO DO OESTE BRASIELIRO. São Paulo, s.n., 1943.

ARCA. Campo Grande, MS: Arquivo Histórico de Campo Grande, n.9, 2003.

ARQUITETURA A3. **Parque das Nações Indígenas.** (Relatório técnico) Campo Grande, MS: Arquitetura A3,1993.

ARRUDA, Ângelo Marcos. **Campo Grande:** arquitetura e urbanismo na década de 30. Campo Grande, MS: Editora UNIDERP, 2000.

_____. **Parcelamento do solo em Campo Grande:** visão crítica e roteiro legal. Campo Grande, MS: UNIDERP, 1997.

ARRUDA, Ângelo V.; MARAGNO, Gogliardo V.; COSTA, Mário Sérgio S. **Arquitetura em Campo Grande.** Campo Grande, MS: UNIDERP, 1999.

BARCELLOS, Vicente Quintella. **Os parques como espaços livres públicos de lazer:** o caso de Brasília. 2002. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

BASSO, Jussara. **O dilema do convívio social nos espaços públicos:** o caso de Campo Grande. 1997. Monografia (Especialização em Gestão Regional Urbana) – Departamento de Economia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 1997.

BERTALANFFY, Ludwig Von. Teoria geral dos sistemas: aplicação à psicologia. In: BERTALANFFY, Ludwig Von et al. **Teoria dos Sistemas.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1976. cap. 1, p.1-20.

_____. **Teoría General de los Sistemas.** México: Fondo de Cultura Económica, 2006

BUENOS AIRES. **Plazas e plazoletas:** guía para su proyecto, construcción y mantenimiento. Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires: Secretaría de Obras y Servicios Públicos, 1991.

BURLE MARX. Direção e Roteiro: Zita Bressane. Editado por Paulo R. Azevedo, Paulo R. Oliveira e Edi Hayashi. São Paulo: TV Cultura: Fundação Padre Anchieta, 1989. 1 DVD (63min), son.,color.

BRASIL. **Lei Federal n.6602 de 7 de dezembro de 1978,** que altera a redação da alínea i do artigo 5º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, e acrescenta parágrafos ao mesmo artigo. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6602.htm, acesso em janeiro de 2008.

_____. **Decreto Federal n.3345, de 21 de junho de 1941,** que dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3365.htm#art5i em acesso em janeiro de 2008.

CADERNOS BRASILEIROS DE ARQUITETURA. São Paulo: Projeto, v.11, 1986a. (Paisagismo II).

_____. São Paulo: Projeto, v.5, 1986b. (Paisagismo I).

CAMPO GRANDE: 100 anos de construção. Campo Grande, MS: Matriz, 1999.

CAMPO GRANDE: uma cidade na rota do progresso. **Cadernos de Turismo.** Rio de Janeiro: Terra e Gente, n.1, v.5, 1962.

CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Câmara Municipal. **Câmara Municipal de Campo Grande, Mato Grosso do Sul 1903-93.** (Coletânea de atos e da legislação municipal). Campo Grande, MS: Câmara Municipal, 1993.

_____. **Indicações de projetos n.252 de 4 de março de 2004 (protocolo n.390/2004) ao n.602 de 6 de março de 2007 (protocolo n.1201/2007).** Indicações relativas a serviços e obras em praças, em áreas de lazer públicas e encaminhadas pelos vereadores à Prefeitura de Campo Grande, no período de março de 2004 a março de 2007. Disponível em <http://www.camaraonline.ms.gov.br/>, acesso em março de 2007.

CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Prefeitura Municipal. **Acervo cartográfico dos loteamentos aprovados em Campo Grande no período de 1940 a 2000.** Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, Secretaria Municipal de Controle Urbanístico, Sistema Cartográfico Municipal, 2000.

_____. **Campo Grande–MS:** sistema de informações geográficas. Campo Grande, MS: Opus, 2004. 1 CD-Rom.

_____. **100 anos de legislação.** Campo Grande, MS: Procuradoria Jurídica: Prefeitura de Campo Grande: DOCPRO, 1999. 1 CD-Rom

_____. Decreto n. 7.360, de 13 de dezembro de 1996, que institui a hierarquia do sistema viário da cidade de Campo Grande e dá outras providências. In: **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul**, n. 4.428 de 16 de dezembro de 1996, p.38-40.

_____. **Decreto-Lei n. 39, de 31 de janeiro de 1941:** divide a cidade de Campo Grande em zonas de construção e dá outras providências. Campo Grande: Prefeitura de Campo Grande, 1941.

_____. Decreto-lei n. 7.512, de 2 de setembro de 1997, que regulamenta a Lei n.3.348 de 10 de julho de 1997 (que autoriza o poder executivo a desafetar e alienar ou permutar as áreas de domínio público municipal que menciona e dá outras providências). In: **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul**, n. 4603 de 3 de setembro de 1997, p.36-38.

_____. **Lei complementar n.º 5, de 22 de novembro de 1995:** institui o plano diretor de Campo Grande - MS e dá outras providências. 2. ed. Campo Grande: Prefeitura de Campo Grande, 2001.

_____. **Lei n.4, de 31 de maio de 1937.** (sobre o gabarito das edificações na zona central) Campo Grande: Prefeitura de Campo Grande, 1937.

_____. **Lei n. 25, de 24 de março de 1938.** (sobre a conservação de muros e calçadas). Campo Grande: Prefeitura de Campo Grande, 1938.

_____. **Lei n.24, de 6 de abril de 1948:** cria a comissão de Plano da cidade de Campo Grande. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, 1948.

_____. **Lei n.65, de 8 de março de 1949:** oferece emendas à Lei n.4 (de 31.5.1937) e ao Decreto-lei n. 39 (de 31.1.1941). Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, 1949a.

_____. **Lei n.106, de 9 de dezembro de 1949:** modifica o art. 7º do Decreto-lei n. 39 (de 31.1.1941). Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, 1949b.

_____. **Lei n. 608, de 29 de janeiro de 1959:** autoriza a municipalidade a considerar reserva do Município, todos os terrenos devolutos de propriedade municipal. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, 1959.

_____. **Lei n. 695, de 7 de dezembro de 1960:** traça novos limites para a zona urbana e suburbana da cidade. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, 1960.

_____. **Lei n. 816, de 28 de janeiro de 1972:** dispõe sobre a conservação e manutenção do aspecto urbanístico da área compreendida no perímetro urbano do Município. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, 1972.

_____. **Lei n.961, de 1º de junho de 1966:** autoriza receber área de terreno em

doação, para instalação do Parque José Antônio Pereira. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, 1966.

_____. **Lei n. 1.390, de 8 de novembro de 1963:** dispõe sobre as reservas de terras do Município e dá outras providências. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, 1963.

_____. **Lei n. 1.429, de 29 de janeiro de 1973:** define as áreas de aglomeração urbana, regulamenta a abertura de loteamento, o uso e a ocupação urbanos do solo, define diretrizes do sistema viário e das áreas verdes e dá outras providências. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande, 1973.

_____. Lei n. 2.175, de 07 de dezembro de 1983, que autoriza o executivo municipal a dar em comodato áreas públicas da municipalidade e dá outras providências. In: **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul**, n.º 1217 de 9 de dezembro de 1983.

_____. **Lei n. 2.567, de 8 de dezembro de 1988:** dispõe sobre o ordenamento do uso e ocupação do solo do Município de Campo Grande, MS e dá outras providências. Campo Grande: PLANURB: Sergraph, 1988.

_____. Lei n. 3.348, de 10 de julho de 1997, que autoriza o poder executivo a desafetar e alienar ou permutar as áreas de domínio público municipal que menciona e dá outras providências. In: **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul**, n. 4566 de 11 de julho de 1997, p.24-43.

_____. **Levantamento das atividades econômicas existentes em Campo Grande.** Campo Grande, MS: UFMS: FAPEC: PLANURB, 1998.

_____. **Levantamento paisagístico de Campo Grande.** Campo Grande, MS: Secretaria Municipal de Serviços Públicos, 1986.

_____. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Município de Campo Grande.** Campo Grande, MS: HIDROSERVICE, Ministério do Interior, 1970.

_____. **Política fundiária.** Campo Grande, MS: Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários, 1991.

_____. **Quantificação em metros quadrados (m²) de canteiros de avenidas a serem empreitadas.** Campo Grande, MS: Secretaria Municipal de Serviços Públicos, maio, 1990a.

_____. **Regularização de áreas de favelas [em] Campo Grande:** Loteamento Municipal Sayonara. Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande: Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários, [1996].

_____. **Relação de praças e áreas de lazer.** Campo Grande, MS: Secretaria Municipal de Serviços Públicos, maio, 1990b.

_____. **Relatório de atividades 1993 a 1994.** Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande: Secretaria Municipal de Serviços Públicos: Departamento de Parques e Áreas Verdes, 1994.

_____. **Relatório de atividades 1995 a 1996.** Campo Grande, MS: Prefeitura de Campo Grande: Secretaria Municipal de Serviços Públicos: Departamento de Parques e Áreas Verdes, 1996b.

CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Instituto de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente - PLANURB. **Campo Grande:** estrutura urbana, socioeconômica e infra-estrutura e outros dados. Campo Grande, MS: PLANURB, 1998.

_____. **Carta de Drenagem de Campo Grande.** Campo Grande, MS: PLANURB, 1997.

_____. **Legislação municipal de interesse ambiental de 1977 a janeiro de 1997.** Campo Grande, MS: Editora da UFMS: PLANURB; 1998a.

_____. **Por dentro do SILAM:** Sistema Municipal de Licenciamento e Controle

Ambiental. 2ed. Campo Grande, MS: PLANURB, 2002.

_____. **Região Urbana do Centro:** áreas especiais de interesse cultural. Campo Grande, MS: PLANURB, jan., 1999a.

_____. **Região Urbana do Centro:** características do espaço regional e potencialidades de desenvolvimento. Documento base para o Plano Local. Campo Grande, MS: PLANURB, dez., 1998b.

_____. **Região Urbana do Segredo:** áreas especiais de interesse ambiental e cultural. Campo Grande, MS: PLANURB, jan., 1999b.

_____. **Região Urbana do Segredo:** características do espaço regional e potencialidades de desenvolvimento. Documento base para o Plano Local. Campo Grande, MS: PLANURB, dez., 1998c.

_____. **Região Urbana do Prosa:** áreas especiais de interesse ambiental e cultural. Campo Grande, MS: PLANURB, jan., 1999c.

_____. **Região Urbana do Prosa:** características do espaço regional e potencialidades de desenvolvimento. Documento base para o Plano Local. Campo Grande, MS: PLANURB, dez., 1998d.

_____. **Região Urbana do Bandeira:** áreas especiais de interesse ambiental e cultural. Campo Grande, MS: PLANURB, jan., 1999d.

_____. **Região Urbana do Bandeira:** características do espaço regional e potencialidades de desenvolvimento. Documento base para o Plano Local. Campo Grande, MS: PLANURB, dez., 1998e.

_____. **Região Urbana do Anhanduizinho:** áreas especiais de interesse ambiental e cultural. Campo Grande, MS: PLANURB, jan., 1999e.

_____. **Região Urbana do Anhanduizinho:** características do espaço regional e potencialidades de desenvolvimento. Documento base para o Plano Local. Campo Grande, MS: PLANURB, dez., 1998f.

_____. **Região Urbana do Lagoa:** áreas especiais de interesse ambiental e cultural. Campo Grande, MS: PLANURB, jan., 1999f.

_____. **Região Urbana do Lagoa:** características do espaço regional e potencialidades de desenvolvimento. Documento base para o Plano Local. Campo Grande, MS: PLANURB, dez., 1998g.

_____. **Região Urbana do Imbirussu:** áreas especiais de interesse ambiental e cultural. Campo Grande, MS: PLANURB, jan., 1999g.

_____. **Região Urbana do Imbirussu:** características do espaço regional e potencialidades de desenvolvimento. Documento base para o Plano Local. Campo Grande, MS: PLANURB, dez., 1998h.

CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Secretaria Municipal de Planejamento. Unidade de Planejamento Urbano de Campo Grande – PLANURB. **Campo Grande em dados, conheça seu setor.** Campo Grande, MS: PLANURB, 1988.

_____. Caracterização dos imóveis construídos na cidade de Campo Grande, MS no período de 1980-92: relatório técnico. **Cadernos de Estudos Urbanos.** Campo Grande, MS, v.1, out., 1993.

_____. **Carta Geotécnica de Campo Grande.** Campo Grande, MS: PLANURB, 1991.

_____. Legislação urbanística municipal existente no Centro de Documentação Técnica da PLANURB (referente ao período de 1937-94). **Cadernos de Estudos Urbanos.** Campo Grande, MS, v.2, jan., 1995.

CAMPOS, Fausto Godoy de. Novos rumos administrativos para Campo Grande. In: CORREIO DO ESTADO. **Isto é Campo Grande, 1961.** Campo Grande, MS: Correio do Estado, 1961, s.p.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação:** a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 1999.

CARDOSO, Isac César N. Z. **A prática do comodato nas terras públicas urbanas como forma de assentamento:** o caso de Campo Grande, MS. Campo Grande, MS: Universidade Católica Dom Bosco, 1996.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade.** São Paulo: Contexto, 2004.

CARO, Carlos Martinez; LAS RIVAS, Juan Luís de. **Arquitectura urbana:** elementos de teoria e diseño. Madrid: Bellisco, 1990.

CERAMI, Giovanni. **Il giardino e la città:** il progetto del parco urbano in Europa. Roma: Laterza, 1996.

CORREIO DO ESTADO. **Isto é Campo Grande, 1961.** Campo Grande, MS: Correio do Estado, 1961.

_____. **Áreas que não voltam mais:** município não tem como indenizar benfeitorias feitas em comodato. Campo Grande, MS: Correio do Estado, p.9-A, 29 de junho de 1999.

COSTA, Mario S. Sobral; ABRÃO, Oswaldo. **Parque do Prosa.** Campo Grande, MS: UFMS, 2006. 56 diapositivos: color. 1 CD-Rom.

DRAMSTAD, Wenche E.; OLSON, James D.; FORMAN, Richard, T. T. **Landscape ecology principles in landscape architecture and land-use planning.** Washington, DC: Harvard University Graduate School of Design, Island Press and the American Society of Landscape Architects, 1996. DIÁRIO DA SERRA. Cessão de áreas municipais gera suspeita: projeto foi aprovado pela Câmara mas apresenta aspectos ilegais. Campo Grande, MS, 7 de dezembro de 1995, p.8.

_____. **Ação popular vai pedir anulação de lei:** concessão das áreas pela prefeitura é considerada inconstitucional. Campo Grande, MS, 8 de dezembro de 1995, p.8.

_____. **Velocidade suspeita.** Campo Grande, MS, 8 de dezembro de 1995.

_____. **Cessão de áreas via gerar prejuízos.** Campo Grande, MS, 9 de dezembro de 1995.

_____. **Promotoria pede explicação a Juvêncio:** a controvertida cessão das áreas pela prefeitura fica mais complicada. Campo Grande, MS, 12 de dezembro de 1995, p.8.

_____. **Prefeito pode rever cessão de áreas:** Juvêncio da Fonseca está preocupado com as repercussões negativas. Campo Grande, MS, 5 de janeiro de 1996.

_____. **Juvêncio cancela a troca de áreas por autódromo.** Campo Grande, MS, 13 de janeiro de 1996, p.A6.

DUTRA, Weruska Costa. **Um estudo das políticas sociais no bairro das Moreninhas.** 2000. Monografia (Relatório final de pesquisa) – Faculdade de História, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2000.

EBNER, Íris de Almeida Rezende. **A cidade e seus vazios:** investigação e proposta para os vazios de Campo Grande. Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 1999.

_____. Estrutura urbana de Campo Grande: uma primeira leitura. In: CAMPO GRANDE (MATO GROSSO DO SUL). Instituto de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente - PLANURB. **Campo Grande:** estrutura urbana, socioeconômica, infraestrutura e outros dados. Campo Grande, MS: PLANURB, s.p., 1998.

EXECUTIVO FISCAL. **Obelisco agora é monumento e incluindo área de contemplação.** Campo Grande, MS, n.26, jul., p.7-9, 1986.

FOLHA DA SERRA. Campo Grande, MS, n.23, ago., 1933.

_____. Campo Grande, MS, n.30, mar., 1934.

FELDMAN, Sara. **Planejamento e zoneamento.** São Paulo: 1947-1972. São Paulo:

Edusp: Fapesp, 2005,

GARDIN, Cleonice. **Campo Grande:** entre o sagrado e o profano. Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 1999.

_____. **Campo Grande:** entre o sagrado e o profano. 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

HABITAÇÃO POPULAR: inventário da ação governamental. São Paulo: Finep: Projeto, v.1, 1985.

HABITAÇÃO POPULAR: inventário da ação governamental, 1984-1986. São Paulo: Finep: Projeto, v.2, 1986.

HIJOKA, Akemi et al. Espaços livres e espacialidades da esfera da vida pública: uma proposição conceitual para o estudo de sistemas de espaços livres urbanos no país. **Paisagem e ambiente**, São Paulo, n.23, p.116-123, 2007.

HOUGH, Michael. **Ciudad y naturaleza:** planificación urbana y procesos ecológicos. Barcelona: Gustavo Gili, 1995.

JELLICOE, Geoffrey; JELLICOE, Susan. **El paisaje del hombre:** la conformación del entorno desde la prehistoria hasta nuestros días. Barcelona: Gustavo Gili, 1995.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL. **O município de Campo Grande em 1922.** São Paulo: Melhoramentos, 1923.

_____. **Atos e despachos da Intendência.** Campo Grande, MS: ARCA, livro 130-B, caixa 3, 1925.

KLIASS, Rosa. **Desenhando paisagens, moldando uma profissão.** São Paulo: SENAC, 2006.

KLIASS, Rosa Grena; MAGNOLI, Miranda M. Áreas verdes de recreação. **Paisagem e ambiente**, São Paulo, n.21, p.245-256, 2006.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LANCI DA SILVA, Maria da Glória. **A paisagem em transformação:** processos para a configuração do Alto Tietê-Cabeceiras. 1997. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997

LAURIE, Michael. **Introducción a la arquitectura del paisaje.** Barcelona: Gustavo Gili, 1983.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. *Nilo Javari Barém:* a primeira planta urbana de Campo Grande no contexto histórico da formação da cidade. In: **Personalidades** (Série Campo Grande). Campo Grande, MS: Funesp: Arca, ano II, 2000, s.p.

LEENHARDT, Jacques (Org.). **Nos jardins de Burle Marx.** São Paulo: Perspectiva, 1996.

LERNER, Jaime. **Cidade de Campo Grande:** plano de complementação urbana – versão resumida. Campo Grande, MS: s.n., 1979.

_____. **Cidade de Campo Grande:** estrutura urbana. Campo Grande, MS: s.n., 1977.

MACEDO, Sílvio Soares. **Quadro do Paisagismo no Brasil.** São Paulo: Sílvio Soares Macedo, 1999.

_____. **Paisagem, litoral e urbanização:** do éden à cidade. 1993. Tese (Livro Docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993a.

_____. **São Paulo, paisagem e habitação verticalizada:** os espaços livres como elementos de Desenho Urbano. 1987. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

_____. Espaços livres. **Paisagem ambiente**, São Paulo, n.7, p.15-56, 1995.

_____. Plano de massas: um instrumento par o desenho da paisagem. **Paisagem ambiente**, São Paulo, n.3, p.9-27, 1994.

_____. Vegetação como elemento de projeto. **Paisagem ambiente**, São Paulo, n.4, p.11-41, 1993b.

MACEDO, Sílvio Soares (Ed.). **Paisagem e ambiente**, São Paulo, n.21, 2006. (Edição especial sobre Miranda Magnoli)

MACEDO, Sílvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques urbanos no Brasil.** São Paulo: Imprensa Oficial: Edusp: Projeto Quapá, 2002.

MACEDO, Sílvio Soares; SILVA, Jonathas M. P.; BOTTENE, Fernando B. **Paisagismo Brasileiro:** guia de parques e praças. São Paulo: Semiotic Systems, 1999. 1 CD-Rom

MACHADO, Paulo C. **A rua principal.** Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991.

_____. **Histórico da Praça Ary Coelho:** um breve relato. Campo Grande: Secretaria Municipal de Planejamento, 1996. (Mimeo)

MAGNO, Ana Claudia de Abreu. **Parque Zoobotânico de Campo Grande, MS.** 2006. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2006.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. **Contribuição ao estudo dos espaços livres de uso público nos grandes aglomerados urbanos.** 1972. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

_____. Espaço Livre: objeto de trabalho. **Paisagem ambiente**, São Paulo, n.21, p.177-197, 2006a.

_____. O parque no Desenho Urbano. **Paisagem ambiente**, São Paulo, n.21, p.199-214, 2006b.

MARCUS, Clare C.; FRANCIS, Carolyn. **People places:** design guidelines for urban open space. Nova Iorque: John Wiley, 1998.

MASCARO, Juan Luis. **O custo das decisões arquitetônicas.** 2 ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998.

MASCARÓ, Lúcia et al. **Meio ambiente e arborização urbana:** aspectos energéticos e de harmonia com a infra-estrutura urbana. Campo Grande, MS: Editora UNIDERP, 2003.

MASCARÓ, Lúcia. **Ambiência urbana.** Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1996.

MENNEH, Márcia Halluli. **O sistema de espaços livres públicos da cidade de São Paulo.** 2002. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MIGLIORINI, Franco. **Verde urbano, parchi, giardini, paesaggio urbano:** lo spazio aperto nella costruzione della città moderna. Milão: Franco Angeli, 1992.

NISHIKAWA, Ayako. **Espaços livres junto às habitações em São Paulo:** estudos de casos de apropriação do espaço da rua articulado ao seu entorno habitacional. 1984. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

NOVO AURÉLIO: o dicionário da língua portuguesa, dicionário eletrônico do século XXI. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. **Nas ruas da cidade:** um estudo geográfico sobre as ruas e calçadas de Campo Grande. Campo Grande: Editora da UFMS, 1999.

PANERAI, Philippe. **Análise urbana.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

PALOMO, Pedro J. Salvador. **La planificación verde en las ciudades.** Barcelona:

Gustavo Gili, 2003.

PEREIRA LEITE, Maria Angela Faggin. Natureza e cultura: paisagem, objetos e imagens. In: **Paisagem Ambiente**. São Paulo, n. 18, 2004.

PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DE CAMPO GRANDE. Campo Grande, MS: Planurb, 1988-2006.

REVISTA DO CLUB DE ENGENHARIA. Rio de Janeiro, n.1, dez., 1990.

REZENDE, Marisa Barcia Guaraldo Marcondes. **Campo Grande, MS: crescimento e ordenamento do território urbano**. 1987. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

ROBBA, Fabio. **A praça contemporânea nas grandes capitais brasileiras (1990 a 2004):** do programa à forma projetual. 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Sílvio Soares. **Praças brasileiras**. São Paulo: Imprensa Oficial: Edusp: Projeto Quapá, 2002.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; MESQUITA, Liana de Barros. **Espaços livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

SALVADOR. **Áreas verdes e espaços abertos**. Salvador: Prefeitura Municipal; Oceplan; Plandurb, 1978.

SANTINI, Rita de Cássia G. **Dimensões do lazer e da recreação:** questões sociais, espaciais e psicológicas. São Paulo: Angelotti, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **Urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Studio Nobel, 1985.

SPIRN, Anne Whiston. **O jardim de granito:** a natureza no desenho da cidade. São Paulo: Edusp, 1995.

TUAN, Yu-fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

TURKIENICZ, Benamy; MALTA, Maurício. Seminário sobre Desenho Urbano, II. **Anais**. São Paulo: Pini, Brasília: CNPq, Rio de Janeiro: Finep, 1986.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

WEINGARTNER, Alisolete A. S. **Movimento divisionista em Mato Grosso do Sul**. Porto Alegre: Est, 1995.

WEINGARTNER, Gutemberg. **Espaços Livres Urbanos e Áreas de Lazer em Campo Grande**. 2007. Trabalho Programado 1 (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007a.

_____. **Catálogo Cartográfico sobre a cidade de Campo Grande**. 2007. Trabalho Programado 2 (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007b.

_____. **Indicações de projetos apresentados pelos vereadores na Câmara Municipal e encaminhados à Prefeitura de Campo Grande no período de março de 2004 a fevereiro de 2007. (Temas: Praças e Áreas de Lazer)**. 2007. Trabalho Programado 4 (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007c.

_____. **Avaliação de artigos de imprensa sobre as apropriações das Áreas de**

Lazer Públicas em Campo Grande. 2007. Trabalho Programado 5 (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007d.

_____. **Análise do efeito termoluminoso da arborização urbana em Porto Alegre, RS**. 1994. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

ZARDO, Edgard. *Newton Cavalcante: presença militar no desenvolvimento da cidade*. In: **Personalidades** (Série Campo Grande). Campo Grande: Funcesp, Arca, ano II, 2000, s.p.

ZOPPI, Mariella et al. **Progettare con il verde**. Florença: Alínea, v.1, 1996.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

ARAÚJO, Carla B. Z. M.; DAL MORO, Ederly L.; FIGUEIRA, Kátia C. N. **Trabalhos monográficos:** normas técnicas e padrões. 2.ed. Campo Grande, MS: Editora UNIDERP, 2003.

ARRUDA, Ângelo Marcos. A arquitetura e a cidade de Campo Grande. **Ensaio e ciência.** Campo Grande, MS, v.2, n.3, p.9-41, 1998.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia Urbana.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

DEAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli R. (Orgs.) **O processo de urbanização no Brasil.** São Paulo: Edusp, 1999.

DOURADO, Guilherme M. (Org.) **Visões da paisagem:** um panorama do paisagismo contemporâneo no Brasil. São Paulo: ABAP, 1997.

FRÚGOLI Jr, Heitor. **São Paulo:** espaços públicos e interação social. São Paulo: Marco Zero, 1995.

GONÇALVES, Fábio Mariz. Discussão sobre o papel dos espaços livres públicos nos bairros de elite contemporâneos. **Paisagem ambiente,** São Paulo, n. 15, p.9-33, 2002.

GUARALDO, Eliane. **São Paulo, paisagem e paisagismo na primeira república.** 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

LEME, Maria Cristina da Silva (Coord.). **Urbanismo no Brasil 1895-1965.** São Paulo: Studio Nobel: FAU USP: FUPAM, 1999.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. **A boa forma da cidade.** Lisboa: 70, 2007.

MACIEL, Marieta Cardoso. **O projeto em arquitetura paisagística:** praças e parques públicos de Belo Horizonte. 1998. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

McHARG, Ian. **Proyectar con la naturaleza.** Barcelona: Gustavo Gili, 2000.

NYGAARD, Paul Dieter. **Planos Diretores de cidades:** discutindo sua base doutrinária. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

PANZINI, Franco. **Per i piaceri del popolo:** l'evoluzione dei giardini pubblici in Europa dalle origini al XX secolo. Bolonha: Zanichelli, 1997.

PELLEGRINO, Paulo Renato Mesquita. Fragmentos de paisagens. **Paisagem ambiente,** São Paulo, n. 9, p.47-81, 1996.

PEREIRA LEITE, Maria Ângela Faggin. O território do imaginário. **Paisagem ambiente,** São Paulo, n. 9, p.83-97, 1996.

_____. Os lugares invisíveis. **Paisagem ambiente,** São Paulo, n. 11, p.99-107, 1998.

_____. Visibilidade e cultura. **Paisagem ambiente,** São Paulo, n. 12, p.289-300, 1999.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público:** os jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1991.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público:** tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SITTE, Camilo. **A construção da cidade segundo seus princípios artísticos.** São Paulo: Ática, 1992.

SPIRN, Anne W. **O jardim de granito:** a natureza no desenho da cidade. São Paulo: Edusp, 1995.

STEA, David. Espacio, territorio y movimientos humanos. In: PROSHANSKY, H.M.; ITTELSON, W. H.; RIVLIN, L.G. **Psicología ambiental:** el hombre y su entorno físico. México: Trilias, p. 66-72, 1978.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia:** um estado de percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

YURGEL, Marlene. **Urbanismo e lazer.** São Paulo: Nobel, 1983.

E SUA CIDADE É PARA NÓS UM EMBLEMA